



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

RAILTON SOUZA SANTOS

**ENTRE O TRABALHISMO E O COMUNISMO:
PROJETOS PARA O BRASIL NAS PÁGINAS DOS
JORNAIS SERGIPANOS, FÔLHA TRABALHISTA E
FÔLHA POPULAR (1961 – 1964)**

**São Cristóvão/SE
2018**

RAILTON SOUZA SANTOS

**ENTRE O TRABALHISMO E O COMUNISMO:
PROJETOS PARA O BRASIL NAS PÁGINAS DOS
JORNAIS SERGIPANOS, FÔLHA TRABALHISTA E
FÔLHA POPULAR (1961 – 1964)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História de Universidade Federal de Sergipe, como requisito obrigatório para obtenção de título de Mestre em História, na Área de Concentração Relações Sociais e Poder.

ORIENTADOR: Prof. Dr. Lourival Santana Santos

São Cristóvão/SE
2018

RAILTON SOUZA SANTOS

ENTRE O TRABALHISMO E O COMUNISMO:
PROJETOS PARA O BRASIL NAS PÁGINAS DOS JORNAIS SERGIPANOS, FÔLHA
TRABALHISTA E FÔLHA POPULAR (1961 – 1964)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História de Universidade Federal de Sergipe, como requisito obrigatório para obtenção de título de Mestre em História, na Área de Concentração Relações Sociais e Poder.

Aprovada: 20 de abril de 2018.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Lourival Santana Santos
Orientador

Prof^a Dr^a Célia Costa Cardoso
Examinadora
Universidade Federal de Sergipe

Prof^a Dr^a Lucileide Costa Cardoso
Examinadora
Universidade Federal da Bahia

São Cristóvão/SE
2018

À minha família pelo apoio incondicional em
todas as ocasiões, especialmente nas de
incerteza, muito comuns para quem tenta
explorar novos caminhos.
Sem vocês nenhum êxito valeria a
pena.

AGRADECIMENTOS

Essa dissertação é resultado de muita labuta, angústias, renúncias, transformações de toda ordem, mas o árduo caminho percorrido até aqui também foi cheio de descobertas e autoconhecimento, algo essencial para atingir metas e propósitos, sem enlouquecer e sem pensar em desistir. Obviamente, eu não teria concluído esta etapa da caminhada sem o apoio e a compreensão dos meus familiares e amigos, de quem muitas vezes, eu tive que abrir mão da convivência e me dedicar aos estudos. Em especial, agradeço a minha pedra preciosa, minha avó, dona Josefa (Fulô), sempre com gestos e palavras que demonstram todo seu amor e preocupação comigo. A cada partida, ouço sua prece: “Meu anjo querido, Deus te abençoe com o manto da felicidade”. Aos meus amados pais, Cida e Joel, minha tia Graça, as minhas queridas irmãs, Neide e Mara, aos meus adoráveis sobrinhos, Pedro e Mila, a minha profunda gratidão. Agradeço ao companheiro Roberto Vianna (Dhube), pelo total e irrestrito apoio nessa caminhada. Antonio Hertes, muito obrigado, foi você que me apresentou o primeiro texto, as primeiras ideias e críticas que serviram de base para a escrita do projeto de pesquisa. Ao amigo-irmão Marlon Souza, meu obrigado pelo incentivo, sempre.

Entrar no mestrado foi um sonho que se mostrou atingível quando eu - um baiano - passei a viver em terras sergipanas, em 2014. Aqui, encontrei muitos amigos, “anjos”, sempre dispostos a me prestar ajuda e afago. Foram eles: Maria Ornélia, que generosamente me acolheu como quem acolhe a um filho querido. Eternamente grato serei a ela e a sua família (filhos, irmãs); Franciele Fontes (Franfran), aluna que em pouco tempo se revelou uma amiga zelosa e prestativa; Wedson Oliveira, com quem tive a honra de iniciar uma sincera amizade numa dessas tardes de estudos na Biblioteca Municipal de Lagarto, onde fui bem recebido por todos os funcionários. Também me sinto na necessidade de agradecer aos colegas de turma, sobretudo, a Selma, Fernanda, Thaíse, Jéssica, Reginaldo e Cleber. A convivência com eles foi extremamente proveitosa. Agradeço ao orientador, Professor Dr. Lourival Santana Santos por acreditar na minha pesquisa e contribuir para o aprimoramento da mesma.

Agradecemos a Banca de Qualificação, pelas sugestões.

A todos que, de alguma forma contribuíram para que os obstáculos se tornassem menos ameaçadores e mais fáceis de serem ultrapassados, o meu profundo agradecimento.

RESUMO

Esse estudo enfatiza o exercício de poder e a sua influência na sociedade, a partir de dois periódicos, a saber, Fôlha Trabalhista, órgão do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), produzido no interior do Estado e a Fôlha Popular, divulgador das ações do partido político PCB, que circulava na capital /??/nos anos de 1961 e 1964. Busca-se compreender o posicionamento desses veículos em relação ao debate em torno do pensamento e das ações políticas das forças tidas como de esquerda (Trabalhismo e Comunismo), enfocando a atuação dessas forças em Sergipe. Essa pesquisa é norteadada pela metodologia de crítica do jornal em suas diferentes partes, como as colunas sociais, classificados e propagandas, bem como os editoriais, desde que esses abordem temas da política nacional. Parte-se do pressuposto de que a imprensa é uma representação do real, ou seja, não é o retrato fiel da realidade, mas de momentos selecionados da realidade, visto que o processo de seleção do que publica-se nos jornais é determinado tendo em vista os próprios critérios jornalísticos que, por sua vez, são motivados pela ideologia política, a qual a imprensa está associada. Vale enfatizar que há matérias que já em 1962 denunciavam a eminência de um golpe da direita, que implantaria uma ditadura terrorista a serviço das mais “infames forças” estrangeiras e nacionais, colocando a economia na dependência dos Estados Unidos.

Palavras-chave: Ideologia. Imprensa. PTB. PCB.

ABSTRACT

This study emphasizes the exercise of power and its influence in society, based on two periodicals, *Fôlha Trabalhista*, linked to the Brazilian Labor Party *Partido Trabalhista Brasileiro PTB*, produced in the countryside of the State and *Fôlha Popular*, promoter of the actions of the political party PCB, that circulated in the capital from 1961 to 1964. It aims to understand the position of these periodicals in relation to the debate about the thinking and political actions of the forces such as the Left, (Laboring and Communism), focusing on the performance in the Sergipe State. This research is aimed by the methodology of the periodical criticism in its different parts, such as the social articles, newspaper articles, advertising, as well as the editorials focusing on national politics themes. This study emphasize that the press is the representation of reality and not the faithful portrait of reality, but of selected moments of reality, such as the process of selection of what is published in the newspapers is determined by their own journalistic criteria, which in turn are motivated by the political ideology in which the press is associated. It is important to emphasize that there were newspapers articles in 1962 that already denounced the eminence of a rightist coup. That would implement a terrorist dictatorship by the service of the most foreigner and national “infamous forces”, placing the economy in dependence on the United States.

Keywords: Ideology. Press. PTB. PCB.

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**

Santos, Railton Souza
S729e Entre o trabalhismo e o comunismo: projetos para o Brasil nas páginas dos jornais sergipanos, Fôlha Trabalhista e Fôlha Popular (1961-1964) / Railton Souza Santos; orientador Lourival Santana Santos. – São Cristóvão, 2018.
184 f.: il.

Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Sergipe, 2018.

1. História – Sergipe (SE). 2. Imprensa – Sergipe (SE). 3. Ideologia. 4. Partido Trabalhista Brasileiro. 5. Partido Comunista Brasileiro. 6. Imprensa e política. I. Santos, Lourival Santana, orient. II. Título.

CDU: 94(813.7):070

LISTA DE FIGURAS

Figura 1.	Mapa demonstrando a localização da cidade de Estância, sede estadual do PTB	30
Figura 2.	Sindicatos e Associações de Trabalhadores de Sergipe apoiam San Tiago	37
Figura 3.	Destaque para a vida sindical	38
Figura 4.	Ato de Solidariedade ao povo cubano	41
Figura 5.	Homenagem a Carlos Prestes	60
Figura 6.	Alerta Contra o MAC (Movimento Anticomunista)	65
Figura 7.	Propaganda a favor da Reforma Agrária	66
Figura 8.	A Necessidade da Reforma Agrária	69
Figura 9.	Manobras Golpistas	73
Figura 10.	Agonalto Pacheco da Silva candidato a Vereador	107
Figura 11.	Charge contra a vinda a Sergipe de Lincoln Gordon	112
Figura 12.	Getúlio Vargas	132

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACB	Ação Católica Brasileira
ADP	Ação Democrática Parlamentar
AIEs	Aparelhos Ideológicos de Estado
BIRD	Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
CGT	Comando Geral dos Trabalhadores
CIA	CIA - Central Intelligence Agency
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos Brasileiros
Codeno	Conselho do Desenvolvimento do Nordeste
CPC	Centro Popular de Cultura
DOPS	Departamento de Ordem Política e Social
GTDN	Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste
FMI	Fundo Monetário Internacional
FMP	Frente de Mobilização Popular
FPN	Frente Parlamentar Nacionalista
IBAD	Instituto Brasileiro de Ação Democrática
MAC	Movimento Anticomunista
MEB	Movimento de Educação de Base
OEA	Organização dos Estados Americanos
PDC	Partido Democrata Cristão
PL	Partido Libertador
PR	Partido Republicano
PRP	Partido de Representação Popular
PSD	Partido Social Democrático
PSP	Partido Social Progressista
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PTN	Partido Trabalhista Nacional
STIFTE	Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Fiação e Tecelagem da Estância
STRE	Sindicato dos Trabalhadores Rurais da Estância
SUDENE	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

UDN	União Democrática Nacional
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	1
2 OS JORNAIS ENQUANTO AGENTES DOS PROCESSOS POLÍTICOS	31
2.1 A relação da imprensa com a Ideologia.....	35
3 IMPRENSA COMUNISTA E TRABALHISTA EM SERGIPE: A <i>FÔLHA POPULAR</i> E A FÔLHA TRABALHISTA	40
3.1 A tentativa de influir nas eleições de 1962.....	57
3.2 O PCB: sua “nova política” e na luta por seu registro eleitoral	63
3.3 A defesa da Reforma Agrária	77
3.4 A posse de João Goular e o Parlamentarismo.....	96
3.5 Jornais como instrumentos de denúncia de políticas conciliatórias	106
3.6 O Nordeste na iminência de uma revolução.....	112
3.7 O papel da Frente de Mobilização Popular (FMP).....	125
3.8 A frente de mobilização popular e a atuação de Leonel Brizola	142
3.9 A influência de Getúlio Vargas	152
3.10 Tempos de polarização política	156
3.11 Pressão ao Congresso para votação das reformas necessárias	162
3.12 O governo de João Goulart diante da agitação social e da conspiração da direita	142
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	171
REFERÊNCIAS	176

1 INTRODUÇÃO

Esse estudo enfatiza o exercício de poder e a sua influência na sociedade, a partir de dois periódicos semanais sergipanos, a saber, *Fôlha Trabalhista*, produzido no interior do Estado e *Fôlha Popular*, que circulava na capital nos anos de 1961 e 1964. Nesse sentido, busca-se compreender o posicionamento desses veículos de comunicação em relação ao debate em torno do pensamento e das ações políticas das forças da direita e da esquerda, enfocando a atuação dos petebistas e comunistas, ou seja, procurou-se inserir o objeto em questão num viés de história das representações políticas.

Em decorrência das revisões interpretativas da História nas últimas décadas, e principalmente com a renovação da linha política, houve uma atenção maior pela Nova História Política. Para René Rémond, isso seria a marca de uma nova etapa no desenvolvimento da reflexão que a história faz acerca de si mesma, e também a consequência de uma nova configuração, caracterizada tanto pelas mudanças que neste novo contexto passaram a incidir sobre o Político como pelas alterações que dizem respeito ao olhar que o novo historiador lança para a concepção do “acontecimento”, de modo a promover a articulação entre o contínuo e o descontínuo.

A história política tradicional do Brasil se entrelaça com a história da imprensa no país e, por mais imparciais que afirmem ser, em diversos momentos da história brasileira, optaram por um dos lados políticos: reforma ou revolução, situação ou oposição. Isso se deu com a Proclamação da República, com a questão abolicionista, com a Revolução de 1930 e de forma mais intensa com a crise sucessória provocada pela renúncia de Jânio Quadros, durante a posse e a deposição de João Goulart.

A ação política da imprensa do Estado de Sergipe não foi diferente, de modo que os jornais semanais que a presente pesquisa toma como fontes permitem trazer à tona uma análise da vida política e social de Sergipe, num dos momentos mais agitados da história da República Brasileira. Com isso, busca-se também acrescentar à historiografia nacional e local elementos que ajudam a esclarecer a luta e a atuação política de sujeitos e instituições civis e partidárias em torno de ideias como nacionalismo, distributivismo, lutas de classes, comunismo, golpismo, etc., no período que antecede o golpe de 1964 (pré-golpe).

Na historiografia local há diversas pesquisas que comprovam a atuação de políticos, militares e empresários nos episódios que culminaram com o colapso da democracia no

Brasil¹. Muitos outros trabalhos procuram dar conta do regime de exceção² em Sergipe. Entretanto, tema ainda pouco trabalhado na bibliografia local é o papel representado pelas esquerdas no triênio que antecede o golpe de 1964. Nesse sentido, esta pesquisa também pretende reconstituir parte das estratégias políticas das esquerdas, populares e nacionalistas, que no governo de João Goulart, em processo de radicalização crescente, participaram intensamente das lutas e dos conflitos políticos do período, principalmente, no sentido de pressionar o presidente para apressar as reformas prometidas, em especial a agrária.

Em Sergipe, quando começou o segundo governo da União Democrática Nacional (UDN), elegeu-se um governador do Estado, através de Luis Garcia, em janeiro de 1959. O quadro político nacional estava agitado, de modo que o denominado acordo populista, representado na aliança Partido Social Democrático (PSD) - Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), dava sinais de dificuldades. O embate ideológico intensificava-se, a aliança PSD-PTB perdia terreno, os partidos divididos em blocos suprapartidários necessitavam de unidade de direção, ao passo em que no Nordeste os movimentos sociais progrediam na mobilização. O governo Luis Garcia foi se aliando ao modelo desenvolvimentista e intensificando o relacionamento amistoso com os trabalhadores urbanos, evidenciado inclusive por meio de ajuda material aos órgãos de classe. Segundo o historiador sergipano, Ibarê Dantas (2004), isso indicaria que “os laços dos udenistas com trabalhadores se estreitavam num momento da expansão do domínio populista”.³ E ainda que: “havia por parte do governo, uma postura pragmática que via no relacionamento amistoso com os trabalhadores, uma forma mais adequada de convivência política, na medida em que ajudava a construir sua legitimidade facilitava alguma forma de controle”.⁴

Em se tratando de populismo, Francisco Weffort (1978), apresenta o conceito de forma precisa, através de três características fundamentais: “a personalização do poder, a

¹ Vide: DANTAS, Ibarê. **História de Sergipe: República (1889-2000)**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2004. DANTAS, Ibarê. **A Tutela Militar em Sergipe, 1964/84: partidos e eleições num estado Autoritário**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro 1997. CARDOSO, Célia C. **1964 em Sergipe: política e repressão**. In: Maria de Lourdes Mônaco Janotti; José Miguel Arias Neto. (Org.). **Democracia e Autoritarismo: estratégias e táticas políticas**. 1ed. Vinhedo - SP: Horizonte, 2015, v. 1, p. 115-141.

² Regime ou Estado de exceção aqui é entendido como o momento em que todas as prerrogativas constitucionais e o exercício legislativo ficam suspensos e se pode limitar o direito de circulação e residência, grampear comunicações telefônicas, caçar mandatos políticos, adiar eleições, restringir o direito à reunião, a manifestação, praticar prisões sem ordem judicial, suspensão de "habeas corpus" e etc.

³ DANTAS, Ibarê. **História de Sergipe: República (1889-2000)**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2004. p. 135.

⁴ Idem.

imagem, meio real e mística da soberania do Estado sobre o conjunto da sociedade e a necessidade da participação das massas urbanas”⁵.

No contexto de oposição a Getúlio Vargas, entre 1942 e 1945, a imprensa de tendências liberais começa a atribuir à propaganda estatal toda a popularidade conquistada pelo governo getulista junto às classes trabalhadoras. Daí em diante, partindo dos horizontes oferecidos pelo liberalismo, pesquisadores e jornalistas passaram a justificar as relações entre Estado e classe trabalhadora a partir da manipulação, da doutrinação estatal e do "atraso" da cultura política popular, conforme Jorge Ferreira,

As palavras "populismo" e "populista" ainda não se encontravam disponíveis no vocabulário da época, mas os fundamentos explicativos do fenômeno estavam lançados. A partir de 1945 até 1964, as palavras foram surgindo muito lentamente através dos anos. No entanto, raramente eram utilizadas, e quando surgiam nas páginas dos jornais, não tinham o objetivo de desmerecer ou insultar o adversário. Mesmo na linguagem virulenta do lacerdismo, esses termos estavam ausentes. Getúlio Vargas, por exemplo, em um único texto datado de 1954, foi acusado de criminoso, materialista, imoral, desonesto, conivente com ladrões e comparado a uma grande peste.⁶

Também no caso de João Goulart, o mesmo não era chamado de populista pela imprensa de oposição. Esta o descrevia como um homem primário nas letras, de parcos horizontes intelectuais, manipulador dos sindicatos, demagogo, corrupto. As oposições criavam e lançavam imagens profundamente negativas sobre os dois líderes trabalhistas; desde ladrões a ignorantes, criminosos a demagogos, de corruptos a golpistas. Porém, nesse período as palavras “populismo” ou “populista” não constavam nessa lista de adjetivos pejorativos atribuídos a Vargas e a Goulart.⁷

“Populista” e “populismo” eram termos existentes no vocabulário político entre 1945 e 1964, mas quase nunca eram utilizados, porque ainda não haviam adquirido carga política e social. Quando eram pronunciados, tinham um conteúdo semântico bastante diferente de hoje, graças à propriedade que essas palavras adquiriram ao longo do tempo, ampliando seu campo semântico, dentro de um contexto e abrindo brechas a várias interpretações. Assim, naquele período, ser um líder “populista”, tanto na visão dos

⁵ WELFORT, Francisco Correia. **O Populismo na política brasileira**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978. p 61-76

⁶ FERREIRA, Jorge. **O nome e a coisa: o populismo na política brasileira**. In: _____. (org.). **O populismo e sua história: debate e crítica**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013, p. 113.

⁷ Idem.

trabalhistas como na concepção dos seus rivais, não caracterizava um político que fazia uso da tática da manipulação, da demagogia e da mentira. Quando dirigida a um político, a expressão “líder popular” significava dizer que o mesmo era alguém que representa, autenticamente, os anseios políticos “populares” ou dos “movimentos populares”, ou seja, no lugar de ter uma conotação negativa, o termo “populista” era usado como sinônimo de “popular” e tinha uma conotação benéfica, positiva. Entretanto, a partir das décadas de 1950 e 1960, quando a academia brasileira passou a interessar-se pelo estudo sistemático do fenômeno do “populismo”, esse conceito sofreria uma grande transformação.

Ângela de Castro Gomes⁸ aponta para duas formulações referentes ao fenômeno populista, que depois teriam ficado evidentes em muitas reflexões de intelectuais brasileiros. A primeira seria a apresentação do populismo como uma “política de massas”, em que os trabalhadores proletarizados não teriam alcançado um patamar de organização e uma consciência adequadas de classe, porque estariam atrelados a um processo político a partir do elemento da “massificação” realizada pelos líderes populistas. Desta forma, a construção de uma “verdadeira consciência de classe” era a única possibilidade para superar essa “massificação”, e, só então, os trabalhadores teriam como adentrar o campo político na perspectiva de defender os seus “autênticos interesses”.

Desde então, ao termo “populismo” foi acrescentado uma intensa carga depreciativa. O historiador Jorge Ferreira assevera que nos anos 1950 e 1960, a teoria da modernização impactou bastante sobre a elaboração do conceito de “populismo”. Conforme essa teoria houve um amplo processo de mobilidade social das camadas populares às classes médias, e inclusive, em certos casos, às elites sociais. Todo esse processo, obviamente, pôs em questão o domínio da cultura política elaborada pelas oligarquias tradicionais, até então hegemônica. Elas precisaram se adaptar e o país todo teve que se readaptar e se redefinir, modificando as estruturas políticas, sociais, culturais, reestruturando-as em decorrência do fenômeno da modernização e da urbanização acelerada da sociedade.

Weffort, para explicar o sucesso do “populismo” no Brasil, recorre à premissa do tripé “repressão, manipulação e satisfação”, o que para a época era uma significativa novidade. Isso equivale a dizer que a junção da repressão estatal com a manipulação política das massas

⁸ GOMES, Ângela de Castro. **Reflexões em torno de populismo e trabalhismo**. Varia História, Belo Horizonte, nº 28, dezembro 2002.

e o contentamento dos trabalhadores ao verem algumas de suas demandas atendidas originária o “pacto populista”.⁹

Por outro lado, Octávio Ianni, tentando analisar a história política brasileira e as razões do golpe civil-militar de 1964, lança, em 1968, *O colapso do populismo no Brasil*¹⁰. Aqui, o autor faz um recorte temporal do populismo entre os anos de 1945 a 1964, período batizado de “democracia populista”. A propósito, Ianni entende o golpe civil-militar de 1964 como o resultado da exaustão do “populismo” no Brasil, ou seja, o colapso de um paradigma de desenvolvimento econômico característico de um período de passagem de uma sociedade de base agrária para uma sociedade urbana e industrial capitaneado por um Estado intervencionista e por líderes carismáticos que ganham legitimidade por meio da política de massas. Segundo o autor, por volta de 1962, um longo processo de expansão econômica, havia se esgotado, registrando-se, depois dessa data, uma queda na taxa de desenvolvimento e, após 1963, uma espiral inflacionária de conotações patológicas para o sistema¹¹. Assim, essa política de massas seria uma forma de organizar, controlar e utilizar a força política da classe trabalhadora, que em função da sua origem rural, sua inexperiência política e seu retardo cultural, estava totalmente desprovida de uma consciência de classe. Dessa forma, eram prontamente cooptados pelas lideranças carismáticas.

O sentido de “populismo” que passou para a história tem uma carga semântica extremamente negativa, no sentido de pressupor a passividade e a inoperância dos trabalhadores diante de uma líder que tem plena consciência do seu poder de persuasão. Os políticos populistas são recebidos com o estigma de enganadores do povo, por suas promessas vazias e ainda o de serem aqueles capazes de combinar retórica fácil com falta de caráter. O sentido pejorativo não se refere somente à figura do político populista, mas ao fenômeno de modo geral, uma vez que a condição para que ocorra a eleição de um populista é a existência de eleitores que não sabem votar ou que continuamente se comportam de maneira subordinada, como se ficassem à espera de um líder disposto a atender aos anseios dos mais necessitados.

⁹ O populismo na política brasileira, publicado em 1978, aglutina (com revisões) artigos publicados pelo autor na década de 1960 (ver primeira parte do livro) e capítulos da sua tese de doutoramento apresentada à USP, em 1968 (a segunda parte do livro).

¹⁰ WEFORT, Francisco Corrêa. **O populismo na Política Brasileira**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.p 61.

¹¹ IANNI, Octavio. **O colapso do populismo no Brasil**. 2ªed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.

Gradativamente, difundiu-se uma linha explicativa que passou a desqualificar a história social e política brasileira entre os anos de 1930 e 1964. Tal atitude é bem notória, sobretudo, quando se refere ao contexto 1945-1964, período denominado “democracia populista” (ou da “república populista”) ou ainda tempo do “sindicalismo populista”; sendo que todas essas expressões adquirem uma carga semântica extremamente pejorativa e imprecisa ao aglutinar, num mesmo universo, projetos políticos bem diversos e até opostos entre si, ou seja, essas expressões ignoram, por exemplo, o fato de que havia como projeto político o nacional-desenvolvimentismo competindo com o liberalismo. Ademais, desconsidera o fato de que lideranças como Getúlio Vargas, João Goulart, Jânio Quadros e Leonel Brizola, tinham posicionamentos políticos distintos entre si.

Então, o que se pode dizer acerca da experiência que o país vivenciou entre 1945 e 1964? Foi uma experiência democrática cujas características são a afirmação dos partidos políticos, a ideologia nacional-desenvolvimentista, o crescimento eleitoral, a ascensão e consolidação de movimentos sociais urbanos e rurais e dos trabalhadores enquanto consideráveis atores políticos? Como interpretar tudo isso adotando outra perspectiva que não a populista?

A Invenção do Trabalhismo, de Ângela de Castro Gomes, publicado em 1988 foi um dos estudos pioneiros, nesse sentido, à medida que a autora pretendia,

[...] recusar radicalmente as ideias de uma classe trabalhadora passiva e sem “uma verdadeira consciência”, sendo, por isso, manipulada e enganada por políticos cínicos e inescrupulosos que, sem bases partidárias, fundavam sua representatividade em prestígio pessoal. Por outro lado, queria enfatizar as ideias de uma classe trabalhadora sujeito de sua história, que se relacionava com políticos cujas bases de atuação excediam o personalismo e se combinavam com instituições partidárias e sindicais, e também com políticas públicas de alcance social, em parte implementadas. Enfim, queria destacar a existência de uma relação dinâmica entre Estado e classe trabalhadora, em que as ideias e práticas nelas contidas são permanentemente reinventadas através do tempo.¹²

Ao recusar o teor semântico até então atribuído ao conceito de populismo, a autora busca devolver aos trabalhadores a sua agência, a sua autonomia e a sua posição de atores históricos que lutaram e conquistaram seus direitos e a sua cidadania. Nesse sentido, Gomes, além criticar a noção de populismo, diferentemente de Francisco Weffort, ainda rejeita a

¹² GOMES, Ângela de Castro. **Reflexões em torno de populismo e trabalhismo**. Varia História, Belo Horizonte, nº 28, dezembro 2002, p. 58.

expressão “massa”, assim como o próprio termo “populismo”. Era necessário, segundo ela, conferir um maior enfoque ao aspecto ativo do trabalhador enquanto cidadão e sua forma de organização. A autora trabalha com a ideia de “reciprocidade de interesses”, em detrimento da noção manipulador/manipulado.

Para os fins da pesquisa que busca compreender quais os “espaços de experiências e horizontes de expectativas”¹³ e que eram mobilizados por dois jornais sergipanos de tendências nacional-trabalhistas e comunistas, é pertinente esse tipo de discussão porque as correntes identificadas com as classes populares sofrem críticas das forças de direita, conservadoras e elitistas, que lhes acusam de serem populistas, portanto, incapazes de elaborar, e muito menos de pôr em prática, projetos condizentes com a ideia de uma nação potente e “civilizada”. Assim, a noção de trabalhismo proposta por Gomes (1988), considerando esse como uma tradição política inerente ao campo do pensamento social/político brasileiro, se mostra mais precisa e adequada para pensar a experiência da história política brasileira na qual o nosso objeto de pesquisa está inserido.

Optar pelo trabalhismo, portanto, é rejeitar radicalmente a ideia de uma classe trabalhadora passiva desprovida de “uma verdadeira consciência”, reféns de políticos, de discursos fácieis, personalistas e até maquiavélicos que se utilizavam do poder de manipulação para controlar as “massas”, apáticas e alienadas. Além disso, tal perspectiva nos remete à ideia de uma classe trabalhadora que se coloca como sujeito de sua história, que se relacionava com políticos, organizações partidárias cujas bases de atuação excediam o personalismo e se combinavam com instituições partidárias e sindicais, e também com políticas públicas de abrangência social, em parte efetivadas.

Como o marco final desta dissertação é o golpe de 1964, cabe uma breve reflexão sobre as principais teses explicativas do fenômeno. Há uma contundente produção de escritos sobre o tema, o golpe de 1964, e dentre os historiadores, José Honório Rodrigues, escreveu *Conciliação e Reforma no Brasil: um desafio histórico*, obra na qual o autor associava o golpe à trajetória de uma elite que perdera o monopólio do poder em 1930 e que ambicionava recuperá-lo por meio de golpes, como o que ocorreu em 1964.

¹³ KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado**. Contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto, Editora Puc-RJ, 2006. O autor reúne e sistematiza suas principais ideias sobre as três instâncias da temporalidade, para tanto lança mão dos conceitos de “espaço de experiência” e “horizonte de expectativa”. Sendo um atributo do passado, a experiência tem espaço no presente, seja através da memória, dos vestígios, das permanências. Por seu turno, o horizonte das expectativas vislumbra o futuro e corresponde a todo um conjunto de antecipações e sensações que se referem ao que está por vir (medos e esperanças, ansiedades e desejos, apatias e certezas).

O historiador Thomas Skidmore¹⁴, preocupado com o desenrolar da política brasileira no período da Revolução de 1930 até o golpe de 1964, mas dando uma atenção maior ao momento posterior a 1945, trouxe uma valiosa contribuição tanto para a sistematização da experiência democrática vivida pelo país desde 1945, quanto para os embates entre os grupos designados por ele como os de dentro e os de fora. A partir da análise da herança e das transformações do getulismo presentes na configuração e nas disputas dos partidos políticos criados em 1945, o autor ajuda a reconstruir o quadro que teve seu ápice na deposição de João Goulart.

Já Alfred Stepan¹⁵ buscou explicar as crises militares brasileiras, construindo um modelo teórico que ajudasse a mostrar o funcionamento das relações entre a instituição militar e o sistema político. Concluiu que a primeira teria o caráter de um subsistema que reagiria a mudanças no conjunto do sistema político e que o padrão de relacionamento entre militares e civis que vigorava nas décadas anteriores – caracterizado como “moderado” – fora quebrado no governo Goulart, de tal forma que os militares se sentiram compelidos a assumir o poder. O cientista político Wanderley Guilherme dos Santos¹⁶, a partir de um levantamento exaustivo da produção legal, da rotatividade dos titulares dos ministérios e das presidências de empresas e bancos estatais, **defendeu a tese de** que o sistema político brasileiro estava emperrado, não podendo mais funcionar devido a uma crise de paralisia decisória. Para tal crise teria contado mais a imobilidade do governo Goulart do que seu plano de reformas.

Para René Armand Dreifuss¹⁷, cientista político uruguaio, o golpe foi uma verdadeira iniciativa de classe, resultado de uma política de desestabilização do governo Goulart, levada adiante por uma poderosa coalizão burguesa de caráter antipopulista e antipopular. Diferentemente de Stepan, Dreifuss argumenta que os agentes do golpe de 64 não foram as Forças Armadas nem a doutrinação isolada da Escola Superior de Guerra, daí a indispensabilidade de enfatizar a relevância dos empresários, geralmente subestimados devido

¹⁴ SKIDMORE, T. **Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930-1964)**. Rio de Janeiro: Saga, 1969.

¹⁵ STEPAN, A. C. **Os militares na política: as mudanças de padrões na vida brasileira**. Rio de Janeiro: Artenova, 1975.

¹⁶ SANTOS, W. G. dos. **O cálculo do conflito: estabilidade e crise na política brasileira**. Belo Horizonte, Rio de Janeiro: Ed. UFMG, Iuperj, 2003.

¹⁷ DREIFUSS, R. A. **1964: A conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe**. Rio de Janeiro: Vozes, 1981.

a visão "autônoma ou subsistêmica das Forças Armadas e da tecnoburocracia"¹⁸. Dessa maneira, percebe-se que não foi um suposto "aparelho militar-burocrático" que tomou posse do poder, na verdade o Estado teria sido diretamente reestruturado pela "elite orgânica" conduzida pelo IPES.

Por ocasião da crise sucessória de 1961, a burguesia e os latifundiários tiraram a conclusão de que afastariam a ameaça a seus privilégios recorrendo apenas aos partidos políticos disponíveis, sobretudo considerando que a eficácia do recurso aos militares mostrara-se problemática. A criação do IPES e de organismos congêneres, logo em seguida, correspondeu claramente à percepção, nos meios patronais, do que se pode chamar de uma "crise de hegemonia", mas que a imprensa a serviço deles designava, em linguagem policial, subversão comuno-peleguista: suas posições e privilégios de classe estavam ameaçados pela ascensão potencialmente revolucionária das classes subalternas numa situação política em que estavam descrentes da possibilidade de fazer valer seus interesses pela via eleitoral.

Cabe reconhecer, portanto a ênfase que Dreifuss atribui ao caráter orgânico do "complexo IPES-IBAD". Entretanto, a fórmula "elite orgânica da burguesia multinacional e associada", reduz o estado-maior da conspiração golpista (que teoricamente devia atuar nos bastidores da cena política) as funções dirigentes e, assim as responsabilidades políticas de uma ampla mobilização que abrangeu todos os aparelhos políticos e ideológicos das classes dominantes, a começar pelos partidos de direita e de extrema-direita.

No final da década de 1970, os trabalhos de Marcos Sá Correa e de Phyllis Parker trouxeram a público documentos sobre a participação dos Estados Unidos no golpe. Num "furo" de reportagem em 1977, o jornalista Marcos Sá Correa trouxe à tona a Operação Brother Sam, intervenção militar que o sucessor de Kennedy, Lyndon Johnson, pôs em andamento ao ser informado de que tropas brasileiras estavam prontas para atacar o governo. Em 1977, a Editora Civilização Brasileira publicou a dissertação de mestrado de Phyllis Parker sob o título "1964: o papel dos Estados Unidos no golpe de Estado de 31 de março". Com cerca de cem páginas, esse trabalho revela aspectos históricos importantes até então não narrados. Parker coloca no prefácio a contradição entre os valores de justiça, igualdade e liberdade política, tal como defendidos pelos fundadores (founding fathers) dos Estados Unidos, e as políticas externas de Washington.

¹⁸ DREIFUSS, R. A. **1964**: A conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe. Rio de Janeiro: Vozes, 1981, p. 486.

Já Carlos Fico¹⁹ esclarece vários pontos importantes acerca do golpe de Estado de 1964. Ele aponta para as seguintes questões em termos das relações entre Brasil e Estados Unidos no período que antecede ao golpe: 1) a campanha americana de desestabilização feita contra Goulart; 2) a concretização do golpe idealizado, estimulado e fomentado pela CIA entre os traidores das Forças Armadas.

Lançando mão de documentos liberados pela Casa Branca o historiador traçou o roteiro completo das operações secretas cujo desfecho foi a derrubada de João Goulart sob o comando de Lyndon Johnson²⁰. O autor parece corroborar com a tese de que o golpe de Estado de 1964 foi uma consequência necessária da Guerra Fria, o que explica a campanha de desestabilização de Goulart como forma de evitar qualquer hipótese de um regime de pretensão esquerdista.

Em que pese suas contradições aparentes e concretas, João Goulart era nacionalista e reformista. De fato, ele pode ter sido indevidamente visto como favorável ao comunismo pelos agentes da CIA que mandavam para Lyndon Johnson informações sobre o Brasil. Certamente, isso ocorreu porque Jango – movido pelo nacional-reformismo - ameaçou o monopólio de algumas empresas norte-americanas que operavam no Brasil e que não reinvestiam aqui os lucros que obtinham para melhorar e expandir os serviços que forneciam à população brasileira. Nesse sentido, não parece exagero afirmar que os EUA utilizaram a Guerra Fria como pretexto para estimular o golpe de estado de 1964 a fim de sustentar e ampliar os lucros das empresas norte-americanas que atuavam no país. O temor de que o “nacionalismo brasileiro” impusesse obstáculo aos negócios esteve presente nas avaliações dos Estados Unidos, especialmente em relação aos empresários que demandavam medidas protecionistas.

A campanha de desestabilização de Goulart a partir de 1962 foi sistemática e diversificada. Chefiada pela CIA, as agências americanas de ajuda humanitária forneciam dinheiro aos candidatos da oposição, e passagens aéreas para brasileiros influentes viajarem

¹⁹ FICO, Carlos. **O grande irmão**: da operação Brother Sam aos anos de chumbo: o governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

²⁰ A despeito de ter sido sempre denunciado pela esquerda, o apoio da Casa Branca e do Pentágono ao golpe só foi reconhecido em 1976, quando foram divulgados vários documentos do arquivo Lyndon Johnson relativos à participação de seu governo na articulação do movimento sedicioso, notadamente um memorando do embaixador dos Estados Unidos no Brasil, Lincoln Gordon, classificado como “ultra-secreto” e dirigido aos principais conselheiros políticos, diplomáticos e militares do presidente L. Johnson (Dean Rusk, Thomas Mann, coronel J. C. King, representante da CIA junto ao presidente, general Maxwell Taylor, adido militar da presidência e outros).

para os EUA Além disso, traduziram e imprimiram livros para os militares e escolheram os órgãos da imprensa que receberiam verbas para propaganda contrária ao governo.

Argelina Cheibub Figueiredo²¹, em sua tese rejeita o papel central da "burguesia" na conspiração analisada por Dreifuss, uma vez que a simples existência de uma conspiração não seria por si só capaz de provocar o golpe. A autora concorda com Stepan no que tange ao momento final do governo de João Goulart, quando o presidente, radicalizando sua posição, acabou por inviabilizar possíveis apoios. Por outro lado, opondo-se a Stepan, a autora chama a atenção para a necessidade de análise das "escolhas precedentes que havia diminuído o leque de opções abertas à ação política: entre 1961 e 1964, escolhas e ações específicas solaparam as possibilidades de ampliação e consolidação de apoio para as reformas, e, desta forma, reduziram as oportunidades de implementar, sob regras democráticas, um compromisso sobre estas reformas.

Não se pode buscar as razões para o golpe de 64 apenas nas determinações econômico-estruturais e os condicionamentos de classe. É fundamental a percepção da necessidade de articulação teórica entre eventos e estrutura, de modo a considerar os aspectos político-institucionais e as variáveis políticas. Na visão de Jacob Gorender, "a crise econômica de 1962-1965 foi a primeira crise cíclica nascida no processo interno do capitalismo brasileiro e revelou precisamente o seu amadurecimento"²². Em função da inegável proeminência da burguesia industrial, enfrentar a crise significava aderir aos parâmetros de estabilização financeira tal como ditados pelo Fundo Monetário Internacional – FMI. Todavia, "a receita recessiva requer governos fortes, capazes de negar concessões às massas trabalhadoras e forçá-las a engolir o purgante das medidas compressoras do nível de vida"²³. Nesse contexto, nada indica que a mobilização em torno das reformas de bases (ou estruturais) seguia outra direção: O núcleo burguês industrializante e os setores vinculados ao capital estrangeiro perceberam os riscos dessas virtualidades das reformas de base e formularam a alternativa da "modernização conservadora". Opção que se conjugou à conspiração golpista. Gorender enfatiza que, no pré-64, configurou-se uma iminente "ameaça à classe dominante brasileira e ao imperialismo":

²¹ FIGUEIREDO, A. C. **Democracia ou reformas?** Alternativas democráticas à crise política: 1961-1964. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

²² GORENDER, J. **Combate nas trevas**. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada. São Paulo: Ática, 1987, p.41-42.

²³ Idem.

o período 1960-1964 marca o ponto mais alto das lutas dos trabalhadores brasileiros neste século [XX]. O auge da luta de classes, em que se pôs em xeque a estabilidade institucional da ordem burguesa sob os aspectos do direito de propriedade e da força coercitiva do Estado. Nos primeiros meses de 1964, esboçou-se uma situação pré-revolucionária e o golpe direitista se definiu, por isso mesmo, pelo caráter contra-revolucionário preventivo. A classe dominante e o imperialismo tinham sobradas razões para agir antes que o caldo entornasse.²⁴

Dentro dessa perspectiva, Jacob Gorender apresentou, em traços gerais, duas das mais conhecidas linhas de interpretação sobre as razões do golpe, a saber: o papel determinante do capitalismo brasileiro no estágio em que se encontrava e a natureza preventiva da ação, posto que eram reais as ameaças revolucionárias representadas pela esquerda²⁵.

Daniel Aarão Reis Filho buscou compreender a lógica das posturas e ações das organizações revolucionárias, a partir do desvendamento da “natureza destes partidos como organizações de estado maior”, as quais, segundo ele, se organizaram com base em “postulados e mecanismo de funcionamento que escapam em grande medida às contingências da realidade imediata”. Daniel Filho analisa os mecanismos de coesão interna das organizações comunistas e desnuda os mitos da revolução, do proletariado e do partido. Assim, os comunistas se autoproclamaram vanguardas políticas, estados-maiores, possuidores de um projeto histórico e de princípios que lhes deram a legitimidade de lutar para tomar de assalto o poder. Afinal, eles representam os anseios do proletariado, que na verdade acabam substituindo e, se vitoriosos, tutelando política e ideologicamente a sociedade.

Dessa forma, a tese segundo a qual o golpe de 64 veio para "reforçar a hegemonia do capital internacional no bloco do poder" e só se tornou real em função do caráter amplo e heterogêneo da frente social e política que se reuniu para depor Goulart também é ratificada pelo autor acima. Tal abrangência (banqueiros, empresários, industriais, latifundiários, comerciantes, políticos, magistrados e classe média) "condicionaria, no interior das Forças Armadas, uma unidade que seria dificilmente concebível em condições 'normais'"²⁶ e nutria-se da compartilhada "aversão ao protagonismo crescente das classes trabalhadoras na história republicana brasileira depois de 1945". Porém, autores como Reis Filho chamam a atenção para a fragilidade maior do trabalho de Dreifuss, isto é, a supervalorização da capacidade que

²⁴ GORENDER, J. **Combate nas trevas**. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada. São Paulo: Ática, 1987, p.66-67.

²⁶ REIS FILHO, Daniel Aarão. **A revolução faltou ao encontro**: os comunistas no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1980, p. 57.

aquelas associações teriam de governar o processo histórico. Além de tudo, não é imprudente conjecturar que a classe média, passivamente recebesse a ideologia do Ipes/Ibad, afinal elas "percebiam que um processo radical de distribuição de renda e de poder por certo afetaria suas tradicionais posições e seus relativos privilégios naquela sociedade brutalmente desigual".²⁷

Por sua vez, Gláucio Ary Dillon Soares²⁸ destacou que o golpe foi predominantemente uma "conspiração dos militares com apoio dos grupos econômicos brasileiros", e não - como afirma Dreifuss - uma conspiração dos grupos econômicos apoiado pelos militares. Se para Dreifuss os aspectos explicativos mais relevantes derivam da articulação dos empresários em torno do Ipes visando a defesa dos interesses do capital internacional e associado, para Soares é necessário destacar as motivações dos militares para o golpe, que se concentravam em três grupos de atenções: a desordem administrativa e o caos político; a ameaça comunista e esquerdista em geral e as afrontas à hierarquia e à disciplina militares.

É equivocada a ideia de que os golpistas estivessem fortemente articulados. Ao invés disso, percebe-se que a articulação era frágil e havia muito desencontro.²⁹ Além disso, há o fato de que a conspiração foi uma condição indispensável mas por si só insuficiente para o sucesso do golpe de 1964. Na verdade, a propaganda ideológica, a mobilização da classe média, dentre outros, foram os fatores que provocaram a desestabilização, tornando o golpe possível, sendo que o último ato seria justamente de iniciativa militar.

A partir desse contexto, é preciso bem discernir a ação que visava a desestabilização (através da propaganda do Ipes e outras agências) da conspiração golpista civil-militar, que em certos momentos não passou de retórica radical e apenas se efetivou às vésperas do 31 de março. Não se pode desconsiderar a leitura segundo a qual a "desestabilização civil" foi bem articulada, porém a ação militar não foi absolutamente planejada, com solidez e sistematicidade, ficando na dependência de iniciativas de certa maneira não previstas. Ou seja, espalhavam-se as conspirações de norte a sul do país, inicialmente fragmentadas, porém, mais tarde unificaram-se, numa rede complexa, não de todo centralizada, mas com certo nível de

²⁷ REIS FILHO, D. A. **O colapso do colapso do populismo ou a propósito de uma herança maldita**. In: FERREIRA, J. (Org.), p.344.

²⁸ SOARES, G. A. D. **O Golpe de 64**. In: SOARES, G. A. D., D'ARAUJO, M. C. (Org.). **21 anos de regime militar: balanços e perspectivas**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas. 1994.

²⁹ GORENDER, J. **Era o golpe de 64 inevitável?** In: TOLEDO, C. N. de. (Org.) 1964: *visões críticas do golpe: democracia e reformas no populismo*. São Paulo: Unicamp, 1997, p.112.

coordenação. Assim, com propósitos aparentemente defensivos, começaram a preparar um bote ofensivo.³⁰

Nesse sentido, para compreender as razões que levaram ao golpe de 64, precisam ser consideradas as transformações estruturais do capitalismo brasileiro, as incertezas que marcaram o governo de João Goulart, a fragilidade institucional do país, a propaganda política do Ipes, o caráter golpista dos conspiradores, especialmente dos militares, ou seja, essa conjunção de fatores estruturais e conjunturais ou eventos imediatos. Nossas fontes levam a conceber o golpe de 1964 na perspectiva apontada por Dreifuss, ou seja, a derrubada do governo de João Goulart começou a ser ordenadamente articulada desde 1961. Portanto, foi decisiva, na mobilização reacionária que culminou no golpe de 1964, a iniciativa direta de banqueiros, grandes industriais e comerciantes e outros plutocratas, apoiados pelas principais associações e federações patronais do país. As matérias dos dois jornais trazem denúncias dessa natureza.

A rigor, a década de 1960 foi muito tumultuada com relação à política, começando já no seu início, com a eleição de Jânio Quadros. Tratava-se de um ex-professor que havia se projetado na vida política de São Paulo, devido à sua eficiência administrativa e à sua independência com relação aos partidos, além de seu evidente carisma. Jânio Quadros venceu as eleições presidenciais de outubro de 1960 e tomou posse, juntamente com o vice, João Goulart, no dia 31 de janeiro de 1961.³¹ Ao assumir a presidência, esperava-se muito dele, sobretudo, por ele ter um expressivo prestígio político. A classe política e, especialmente, os militares, depositaram nele grande esperança, conforme destaca Skidmore: “Pois há muito desejavam que surgisse alguém capaz de desfechar uma cruzada moral contra o que consideravam políticos sem princípios e oportunistas.”³²

Todavia, em pouco tempo, instalou-se o conflito entre o Executivo e o Legislativo. O excêntrico Jânio Quadros começou a procurar adesão e simpatia da parte esquerdista do Brasil, concedendo ao líder revolucionário Che Guevara a ordem do Cruzeiro do Sul, a maior condecoração brasileira conferida a estrangeiros. A partir daquele momento, o clima político

³⁰ REIS FILHO, D. A. **O colapso do colapso do populismo ou a propósito de uma herança maldita**. In: FERREIRA, J. (Org.), p.332.

³¹ O mandato de Jânio, iniciado em 31 de janeiro de 1961, sendo o primeiro a tomar posse em Brasília, teve como marca distintiva decisões contraditórias e curiosas. O "homem vassourinha" não se deixava classificar com facilidade e até o suposto viés populista no seu jeito de governar e se comunicar com o povo eram postos em dúvida. Era Quadros um populista"? pergunta-se Skidmore. Ver: SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Getúlio a Castelo**. Rio de Janeiro, Ed.Paz e Terra, 1988. p. 232.

³² SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Getúlio a Castelo**. Rio de Janeiro, Ed.Paz e Terra, 1988. p. 28.

começou a ficar bastante instável, levando o país a grande crise institucional de agosto de 1961, cujo ápice foi a renúncia de Jânio e o veto dos ministros militares à posse do vice-presidente João Goulart.

Diante do quadro de incerteza no qual o país mergulhara, os militares, através de um manifesto, se pronunciaram contra João Goulart. Tal oposição foi justificada pelo receio de que uma vez à frente do governo brasileiro, João Goulart permitisse e até mesmo promovesse a entrada definitiva do comunismo. Afinal, Goulart, membro do PTB e, historicamente ligado ao trabalhismo e à figura de Getúlio Vargas, era visto pelos setores conservadores como um político esquerdista. A classe política dominante e os militares não queriam, portanto, aceitar que o vice-presidente, Jango (como era popularmente chamado), fosse empossado. Mas os grupos aliados da esquerda, como os estudantes, organizações populares e trabalhadores, apoiados na Constituição, com o intuito de fortalecer a democracia, conseguiram que Jango assumisse o cargo de presidente, contrariando diversos militares e políticos da direita.

Entretanto, os impasses continuaram, e a solução encontrada pelo Congresso foi aprovar a emenda que tornava o Brasil uma República Parlamentarista. Diante do veto militar à sua posse, Goulart aceitou o acordo que lhe garantia a presidência, mas, de outro lado, retirava-lhe parte dos poderes constitucionais, delegados ao primeiro-ministro, cargo criado com a instituição do sistema parlamentarista. A emenda aprovada, em setembro de 1961, previa a realização de um plebiscito em 1963 para definir a continuidade ou não do sistema. Porém, graças ao apoio de setores da esquerda, inclusive das Forças Armadas, João Goulart conseguiu antecipar o plebiscito para janeiro de 1963, cujo resultado foi favorável à volta do presidencialismo.³³

João Goulart, novamente no cargo de presidente, atendendo a anseios da esquerda, começou a fazer vários comícios pelo país na tentativa de conseguir o apoio da população e pressionar o Congresso na aprovação de suas medidas. Tais comícios começaram a preocupar as classes conservadoras, como empresários, banqueiros, a Igreja Católica, militares e a classe média, acentuando as tensões políticas e a conspiração civil-militar.³⁴ Assim, em 31 de março de 1964, tropas de Minas Gerais e São Paulo saíram às ruas. Evitando uma guerra civil, Jango

³³ NAPOLITANO, Marcos. **1964: História do Regime Militar Brasileiro**. São Paulo: Editora Contexto, 2014.

³⁴ No dia 13 de março de 1964, João Goulart realizou um grande comício na Central do Brasil, no Rio de Janeiro, onde defendeu as Reformas de Base e prometeu mudanças radicais na estrutura agrária, econômica e educacional do país. Menos de uma semana após o comício, os conservadores organizaram um protesto que reuniu milhares de pessoas pelas ruas de São Paulo, contra as intenções de João Goulart. Foi a Marcha da Família com Deus pela Liberdade. A crise política e as tensões sociais aumentavam a cada dia.

deixou o país, refugiando-se no Uruguai. Os militares finalmente tomaram o poder.

Diante do exposto, convém questionar: como essa instabilidade política, a crise sucessória de 1961, toda essa disputa ideológica em torno da consolidação da democracia e/ou da ascensão das massas e do comunismo no Brasil vinham sendo tratadas pelos Jornais considerados defensores dos trabalhadores e do nacionalismo, como a *Fôlha Trabalhista*, da cidade de Estância, interior do Estado de Sergipe e *Fôlha Popular*, periódico da capital? Desde a renúncia de Jânio até a deposição de João Goulart, estes jornais se posicionaram com relação a um projeto político que atendesse aos interesses locais e nacionais do ponto de vista das classes trabalhadoras? Como foram refutados outros projetos políticos? Ou ainda, como essas experiências, como o aumento da participação política das massas, o medo, a euforia perante o avanço da ideologia comunista, diante da possibilidade de se consolidar ou se perder a democracia, e a ordem constitucional, estão presentes e articulados para os leitores dos referidos jornais? No estado de Sergipe, é possível observar um processo de aproximação entre as esquerdas, mais especificamente, entre trabalhistas e comunistas? Estas são indagações que procuraremos responder ao longo desta pesquisa.

Na primeira parte, admitindo o jornalismo como uma atividade de caráter político-ideológico e reconhecendo a importância dos periódicos para o enriquecimento historiográfico, discutimos como através da imprensa, melhor podem ser entendidos determinados comportamentos e práticas de uma dada sociedade, ou seja, de que maneira os jornais são parte importante do inventário dos historiadores que se debruçam sobre a construção de significados, discursos e representações presentes no contexto social.

Na parte dois, analisamos o periódico sindical-partidário, *Fôlha Popular*, a fim de compreender como este órgão da imprensa sergipana, de cunho expressamente comunista, articulador da sindicalização dos trabalhadores e defensor das chamadas reformas de base, mobilizou seus argumentos em favor de suas expectativas para o Brasil. Também na seção dois, a análise se debruça sobre o Jornal da cidade de Estância, interior do Estado, *Fôlha Trabalhista*, periódico cujo proprietário e diretor era o líder estadual do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Buscamos identificar o comportamento desse órgão da imprensa sergipana diante das lutas sociais, bem como o seu alinhamento ao projeto nacionalista e reformista. E, a partir da análise empírica, da tentativa de ver em que os dois projetos – petebista e comunista - se aproximavam e em que eles divergiam, é possível defender que a tomada de poder, em 1964, que cessou todos os projetos acalentados pelas esquerdas, não foi fruto de uma bem

arquitetada conspiração da direita contra o regime democrático, como também não se pode apostar na inevitabilidade de fatores estruturais econômicos e\ou políticos. É preciso esclarecer outros elementos (como a dimensão político institucional) que levam à uma radicalização cujo desfecho foi a derrota das esquerdas, atreladas ao nacionalismo-libertador do PCB e ao nacional-reformismo do PTB.

Basicamente a escolha das manchetes, dos artigos assinados e editoriais obedeceu ao critério temático, no sentido de que eles foram selecionados porque dentro do recorte temporal adotado nesta pesquisa indicavam o posicionamento ideológico dos agentes produtores. Dito de outra forma, selecionamos textos trazidos pelos jornais que versam sobre temas da política nacional ou temas da política local e que tinham uma relação direta com o cenário nacional.

Do jornal sindical, *Fôlha Popular*, foram escolhidas 20 edições que trazem informações que apontam a ação dos sindicatos e associações de trabalhadores de Sergipe e os eventos por eles promovidos. Além disso, há manchetes sobre os inimigos e aliados no plano internacional, bem como a tentativa de tomar a Revolução Cubana como paradigma e artigos em que os articulistas fazem análise do cenário político e social do país. Há o estudo de editoriais que tratam da criação e atuação de entidades e organizações para fazer político da época como a Ação Democrática Parlamentar e notícias sobre o PCB, seu projeto de legalização de sua legenda, bem como as concepções do seu líder, Carlos Prestes.

Foi pertinente também selecionar matérias referentes às expectativas para as ações que, segundo o periódico, teriam impactos positivos ou negativos sobre o país e os trabalhadores. Merece destaque também as notícias sobre a chamada política de “conciliação e apaziguamento” tanto do Governador Seixas Dória quanto de João Goulart, tantas vezes criticadas pelos comunistas. O Brasil e as relações externas com Cuba e com os Estados Unidos aparecem em muitas dessas publicações. Ademais, há notícias que demonstram a participação do PCB na luta pela “emancipação nacional” em “defesa da classe trabalhadora e do povo” e matérias que evidenciam a polarização, as disputas entre as forças progressistas – como se consideravam os comunistas – e as “forças reacionárias” aliadas do imperialismo (EUA).

Foram analisadas também as matérias que trazem denúncia sobre a situação de miséria em que o povo vivia como uma forma de justificar as mudanças, representadas pelas Reformas de Base, sobretudo a reforma agrária. Obviamente, há matérias sobre a Reforma

agrária, cuja defesa fez com que o periódico conclamasse a todos os partidos, os democratas, trabalhadores e o povo em geral. Ocorre a mesma conclamação quando é feita a denúncia de que uma ditadura estava sendo gestada por “forças retrógradas”, as quais precisavam ser derrotadas. Vale enfatizar que há matérias que já em 1962 denunciavam a eminência de um golpe da direita, que implantaria uma ditadura terrorista a serviço das mais “infames forças” estrangeiras e nacionais, colocando a economia na dependência dos Estados Unidos.

Selecionadas também foram as manchetes sobre acontecimentos que colocam Sergipe no cenário nacional (a visita a Aracaju, em 1963, de Lincoln Gordon, embaixador norte americano, em 1963). A viagem do governador sergipano aos Estados Unidos. Matérias cujos temas eram nacionalismo, anti-imperialismo e soberania nacional. Trouxemos também as matérias que indicam o posicionamento crítico frente às atitudes do governador Seixas Dória, quando este não se colocava claramente contra as correntes antinacionalistas, assim como, matérias que apelam por um governo progressista e nacionalista e as reivindicações dos trabalhadores, do funcionalismo público estadual. Há também o estudo de manchetes que tratam dos males causados pelos latifúndios e a necessidade de Reforma Agrária, bem como as reformas de base. Já havia indícios de que estava em curso um golpe de direita, ou seja, um golpe contra a democracia estava sendo articulado com a participação de civis e militares. Ademais, algumas imagens também foram selecionadas e analisadas.

O uso da imprensa como fonte histórica varia em seus caminhos teórico-metodológicos de pesquisa, dependendo do recorte do pesquisador, do seu objeto de pesquisa bem como de sua abordagem, por isso faz-se esclarecer que as edições dos citados jornais, que tinham publicações semanais, foram selecionada num inverso de centenas de outras, já que se trata de um período de tempo de 3 anos(1961-1964). Mas com essas tiragens foi possível lançar as bases para a construção de uma explicação histórica acerca das representações políticas no Brasil e em Sergipe, na medida em que evidenciam a influência que um jornal exerce em seu contexto, seus interesses e a ação junto ao seu público leitor.

Quanto ao periódico partidário, *Fôlha Trabalhista*, cujo exemplar tinha o mesmo preço que o jornal da capital (10 cruzeiros, em 1963), os temas contidos nos editoriais e manchetes também permitiram construir um estudo na perspectiva da história política. Analisamos o conteúdo de 31 edições do referido jornal, contendo, por exemplo, seguinte temática: a posse de João Goulart no regime parlamentarista, marcando a vitória da campanha da legalidade e ao mesmo tempo a insatisfação dos trabalhistas sergipanos com a mudança do

sistema político promovido pelo Congresso, segundo os articulistas, composto por “homens medrosos” e “indignos da Nação” com o apoio dos ministros militares, visto que tal medida teria nascido dentro das Forças Armadas, juntamente com as camadas conservadoras da sociedade, ameaçadas pelas forças populares.

Assim, segundo o periódico, o movimento de resistência, e a campanha legalista encabeçada por Leonel Brizola teriam impedido que, diante da crise política, um golpe derrubasse a democracia. A crítica ao Congresso será um tema bastante recorrente, por este ter sido cúmplice de algo que veio a contrariar a soberania do voto popular. Em diversos momentos os articulistas vão se referir a essa instituição como o reduto do que havia de mais “reacionário”, sendo que a maioria dos congressistas não se comprometia com as “aspirações populares”. Outra campanha tratada pela *Fôlha Trabalhista* foi a da volta do presidencialismo, o que exigia a realização do plebiscito marcado para janeiro de 1963.

Certas matérias evidenciavam as estratégias do PTB sergipano para o seu fortalecimento no pleito de 1962 e a leitura de que os chamados “partidos dominantes” estavam em queda e que era chegada a hora dos partidos progressistas e populares (dentre eles o PTB, aliás, o maior deles). Nesse contexto, o congresso e os partidos conservadores estavam mais preocupados em combater o comunismo, como se a solução para os problemas brasileiros estivesse no combate ao “regime vermelho”.

Obviamente, o tema da Reforma Agrária vai estar presente em diversas edições. O Congresso não apressava as reformas propostas no governo petebista, e as razões pelas quais isso ocorria aparece em algumas publicações do jornal estanciano. Algumas matérias traziam a questão da revolução que poderia ser colocada em prática pelo povo, espoliado escravizado, faminto e desnudo, caso as reformas não fossem aprovadas dentro dos trâmites do jogo democrático.

Nesse sentido, algumas publicações do periódico vão tratar das dificuldades sociais do país, demonstrando que o povo, sobretudo o povo nordestino começava a tomar consciência dessa situação de miséria, penúria e injustiça. Há editoriais com teor de denúncia de que existiam fortes dispositivos golpistas, os quais vinham das Forças Armadas que temia, segundo o jornal, as reformas que reestruturaria as bases socioeconômicas da nação e teriam o claro apoio de Carlos Lacerda.

Há matérias relacionadas também ao esforço do PTB no sentido de fortalecimento do processo de sindicalização dos operários sergipanos a partir da exaltação de verdadeiros mitos

políticos, a exemplo de Getúlio Vargas, cuja data de nascimento e morte (suicídio) eram amplamente celebradas com atividades que procuravam envolver os trabalhadores. Nesse sentido, a sindicalização era uma oportunidade de os líderes petebistas terem um contato mais direto com os operários, de modo que, recorrentemente publicava-se manchetes sobre Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Fiação e Tecelagem da Estância, e o movimento estudantil, igualmente valorizado. Foram analisados também artigos sobre o protagonismo e atuação radicalizada de Leonel Brizola, enquanto deputado federal e depois governador do Rio Grande do Sul. Outrossim, as principais discussões do período, abordados na perspectiva do nacionalismo petebista serão trazidos em artigos acerca da Frente de Mobilização Popular e da Frente de Libertação Nacional.

O reconto temporal aqui tratado a partir de algumas edições dos referidos jornais sergipanos, mencionam ainda, as Ligas Camponesas, a divisão do país a partir da indústria do comunismo, o governador de Sergipe, o presidente da República, por vezes criticados por seu posicionamento conciliador, que criava uma série de dificuldades em suas relações com o Legislativo, com o grupo financeiro-econômico nacional ligado ao truste estrangeiro.

Por fim, despertaram o nosso interesse as denúncias contra o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), denúncias em torno das quais deveriam se unir parlamentares, operários, estudantes, funcionários civis e militares, todos os nacionalistas. Dentre as ações do IBAD estava o financiamento de dezenas de políticos – incluindo políticos sergipanos – que defendiam a entrega do Brasil aos americanos.

2- OS JORNAIS ENQUANTO AGENTES DOS PROCESSOS POLÍTICOS

Conforme Tânia de Luca, no que tange à utilização dos periódicos como fontes de análises históricas, deve o pesquisador considerar alguns pontos. É mister ao historiador ter o máximo de cautela quanto às questões básicas deste tipo de fonte, como o grupo responsável pela publicação, os principais cooperadores, o público que almeja atingir, assim como, deve procurar identificar as fontes de investimento e analisar todo o material conforme a problemática proposta³⁵.

³⁵ LUCA, Tânia Regina de. Fontes impressas: história dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla

É pertinente traçar aqui uma discussão acerca da relação entre imprensa e o campo político-ideológico. Tem-se como pressuposto básico para esta reflexão, a ideia de que uma sociedade se caracteriza por disputas e lutas entre os grupos sociais que a compõe, e que nessas relações a imprensa torna-se importante instrumento de dominação e legitimação de projetos estabelecidos por grupos sociais específicos, assim como a imprensa também é utilizada por grupos que almejam que suas concepções políticas sejam difundidas e sedimentadas.

Partindo da premissa de que a imprensa deve ser tomada enquanto espaço de construção de sentidos sobre a realidade, esse texto procurará discutir acerca das disputas que se desenvolvem na produção de uma representação, disputas estas que estão no período histórico que se pretende analisar, no qual há focos de tensões sociais, políticas, econômicas e grupos tentando impor sua visão da realidade. Nesse contexto, são evidenciados os jogos de poder, e de que maneira diversas posturas são estabelecidas na prática da imprensa, como forma de assegurar a hegemonia de seus princípios ideológicos. De fato, não é possível encontrar a imparcialidade na imprensa, ou seja, até mesmo quando se oportuniza a manifestação de diversas abordagens e atores, o produto final, ou seja, o que é publicado segue a linha ideológica dos dirigentes do jornal. Assim, todo jornal seleciona os acontecimentos e estabelece uma hierarquia entre as informações segundo uma ótica em que as notícias e opiniões que vão para suas páginas denotam seu posicionamento político ideológico. Portanto, há uma ação da imprensa para forjar a realidade social, na tentativa de intervir nos projetos (políticos?) em curso.

Segundo Maria Alzira Abreu, por vezes, o leitor/ouvinte/espectador é induzido a ler a realidade e a tomar partido a partir de uma ótica gestada pelos veículos de comunicação:

É razoável afirmar que no cotidiano do jornal, as fronteiras entre o papel de informador e de indutor de opiniões se tornam difusas, corroborando com a ideia de que, no jornalismo não há espaço para isenções, neutralidade, exceto pelo formato da linguagem (lead), e que algumas matérias, especialmente as de cunho político, são distorcidas e fragmentadas de modo a atender aos interesses da linha editorial do jornal. De fato, no universo jornalístico, o termo imparcialidade é empregado como propaganda por todos os veículos de comunicação que precisam passar credibilidade aos seus consumidores. Todavia, a imprensa é constituída por indivíduos pulsantes, movidos por

Bassanezi (org.) **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2005. p. 116. É importante ressaltar que este tratamento documental não se aplica exclusivamente a este tipo de fonte. Este cuidado, segundo os critérios básicos de uma produção histórica, deve ser adotado na análise de qualquer fonte.

paixões e interesses, portanto, parciais, tendenciosos.³⁶

Portanto, a imprensa age no campo político-ideológico, de modo que todo jornal escolhe os acontecimentos e hierarquiza as informações, as notícias e opiniões que estarão em suas páginas, segundo seus critérios. Logo, é preciso considerar o agir da imprensa como prática constituinte da realidade social, o que implica articular sua análise ao campo de lutas em torno de projetos políticos. E é nessa perspectiva que, observando atentamente o correlato nacional no contexto do pós-Segunda Guerra Mundial, Lucília Neves afirma:

A conjuntura delimitada pelos anos 40 e início dos anos 60 foi caracterizada pela crença de expressivos segmentos da sociedade civil brasileira de que a modernidade só seria alcançada se apoiada em um programa governamental sustentado pela industrialização, por políticas sociais distributivistas e por efetiva defesa do patrimônio econômico e cultural do país. Tal projeto não era unívoco nem homogêneo na sua concepção. Era, na verdade, matizado por proposições específicas de diferentes partidos políticos e organizações da sociedade civil.³⁷

Nessas lutas políticas, os grupos manifestavam suas ideologias de diversas formas, sendo uma delas através de jornais. A concepção nacionalista que era predominante em inúmeras organizações da sociedade brasileira na conjuntura histórica de início de 1960, fazia com que esses segmentos da sociedade civil defendessem a implementação, pelo governo federal, de profundas reformas econômicas e sociais.

Ao se considerar o fato de que existe uma influência da imprensa sobre o leitor, convém **analisar cuidadosamente** tal ação, visto que o processo de comunicação não se restringe à transmissão de informações, ou seja, transmitir e comunicar são coisas distintas, segundo Raymond Williams.³⁸ O autor ainda aponta para a possibilidade de equívoco, quando se chama de comunicação aquilo que na verdade é transmissão. Recepção e resposta, integrantes da comunicação, obedecem a fatores que vão muito além das técnicas, pois pode acontecer de o receptor não acatar o que é emitido, derrubando o pressuposto de que o leitor é

³⁶ ABREU, Alzira Alves de. **A modernização da imprensa (1970-2000)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002, p. 25.

³⁷ AZEVEDO, Cecília. “**Identidades Compartilhadas: a identidade nacional em questão**” In: ABREU, Marta e SOIHET, Rachel (orgs.) **Ensino de história: conceitos, temáticas e metodologias**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003, p. 43.

³⁸ WILLIAMS, Raymond. **Cultura e sociedade: 1789– 1950**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969, p. 311.

simples receptáculo de certos valores e ideias.³⁹ Além disso, o leitor também faz o processo de atribuir outros sentidos - os mais diversos - ao texto.

Laura Antunes Maciel⁴⁰ considera a imprensa um campo privilegiado da produção de sentido para o presente, bem como da construção de memória do acontecer social. Por isso, vale refletir sobre como em determinados contextos, as diferentes forças capazes de construir representações históricas se articularam e buscaram conexões com instituições, ressaltando e/ou refutando valores de certos grupos. A realidade não é um puro dado, imediato, tampouco se deixa apreender pelo exame das informações e das operações do intelecto, mas sim um movimento temporal, um processo de construção dos seres e de suas significações o qual condiciona-se essencialmente à maneira como os homens se relacionam entre si e com a natureza. As relações sociais são o ponto de partida para ter uma compreensão do quê, como e para quê os homens pensam e agem de modos determinados, atribuindo, a essas mesmas relações, sentido para mantê-las inalteradas ou para transformá-las.

[...] não se trata de tomar essas relações como um dado ou como um fato observável, pois neste caso estaríamos em plena ideologia. Trata-se, pelo contrário, de compreender a própria origem das relações sociais, de suas diferenças temporais, em uma palavra, de encará-las como processos históricos.⁴¹

Na concepção marxista da história (materialismo), a relação social não é sucessão, de fato, no tempo, não é sucessão das ideias, mas o modo como os homens determinados, em condições determinadas instituem os meios e as formas de sua vivência social, reproduzem ou alteram essa vivência social, que é econômica, política e cultural.⁴² Assim, os homens buscam perpetuar seu modo de sociabilidade por meio de instituições determinadas, como também produzem ideias ou representações que constituem formas de explicar e compreender sua própria ação individual, social, seus vínculos com a natureza e com o sobrenatural. Não

³⁹ Williams considera as comunicações um elemento de extrema importância no estudo da cultura, pois a sociedade está constituída pela comunicação, a qual tem relevância em todas as atividades sociais.

⁴⁰ MACIEL, Laura Antunes. "Produzindo Notícias e Histórias: algumas questões em torno da relação telégrafo e imprensa- 1880/1920". In: FENELON, Déa Ribeiro e outros (orgs). **Muitas Memórias, Outras Histórias**. São Paulo, Olho D'Água, 2004.

⁴¹ CHAUÍ, Marilena. **O que é ideologia**. São Paulo: Brasiliense, 1984. p. 20.

⁴² Ver. MARX, Karl; ENGELS, Friedrich Feuerbach. In: _____. **A Ideologia Alemã: Crítica da novíssima filosofia alemã em seus representantes. Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

Marx concebe a história pela ótica da produção material de bens. A análise empreendida por ele se volta para os modos de produção, a realização do trabalho e as relações econômicas que o envolvem, evidenciando tais relações em perspectiva histórica.

obstante, essas ideias ou representações, no entanto, tenderão a esconder dos homens o modo real como suas relações sociais foram produzidas e a origem das formas sociais de exploração econômica e de dominação política.⁴³

Sob essa ótica, a ideologia consistiria em esconder, sob falsas aparências, a realidade. Mas essa forma de se compreender a ideologia é suficiente ou, em outras palavras, é sensato dizer que as ideias ou representações apenas escondem, falseiam a realidade e manipulam os indivíduos? A propósito, o que é ideologia? Tendo em vista que analisar o conteúdo dos jornais *Fôlha Trabalhista* e *Fôlha Popular* significa trabalhar com a noção de ideologia em sua relação com a imprensa, é preciso refletir sobre o que é, e como utilizar essa ferramenta (ideologia), julgando-a apropriada para produzir o discurso atrelado às matérias publicadas nesses jornais.

2.1 A relação da imprensa com a Ideologia

Sendo assim, é pela ambiguidade que Althusser define os Aparelhos Ideológicos de Estado (AIEs), posto que eles ao mesmo tempo em que transmitem a ideologia (em grande escala), realizando-a materialmente, tornando-a dominante, eles também se apresentam descentralizados e relativamente autônomos (campo objetivo de contradições). Primeiro, a ideologia é inerente a todas as relações sociais. Ademais, a “reprodução” da “ideologia” não é exclusividade dos jornais que têm uma maior representatividade em termos de circulação, perenidade, aparelhamento técnico, financeiro e organizacional, dado que jornais são apenas um exemplo de muitos “AIEs” que, fixando “pautas” de debates e estruturando “ideias”, reproduzem a ideologia de determinada forma e com abrangência bem delimitada. Por outro lado, na proporção em que alguns jornais de grande circulação voltam-se para segmentos das “elites”, das camadas privilegiadas da sociedade, estes são também propensos a exercerem influência direta sobre os centros de tomadas de decisão em diferentes esferas da vida social.

Com a finalidade de se pensar a imprensa em suas implicações ideológicas, é possível organizar um sucinto esquema conceitual e operacionalizante, dos quais os jornais recebem as seguintes classificações: jornais partidários, jornais especializados, jornais populares, jornais alternativos e jornais sindicais. No tocante aos jornais partidários eles explicitam um engajamento com determinadas causas, combatendo e rejeitando outras visões de mundo. Ao

⁴³ CHAUI, Marilena. **O que é ideologia**. São Paulo: Brasiliense, 1984. p. 21.

se imbuírem do compromisso de disseminar as ideologias (políticas, religiosas, etc.), são apoiados pelos grupos que compartilham de um mesmo conjunto de características morais, sociais e afetivas que definem o comportamento desse mesmo grupo. E é justamente por isso que o jornal partidário é alvo da indiferença ou da desaprovação dos que não se sentem representado por ele. Estes procuram desqualificar as informações e interpretações contidas em tais publicações, tomando-as como parciais e sectárias, julgando-as suspeitáveis e falseadoras da realidade. Apesar de buscarem a ampliação de esferas de influência, os jornais partidários e os especializados alcançam público restrito, tendo como consequência baixa circulação e pontos isolados.

No campo das ciências sociais, Karl Mannheim foi quem primeiramente conferiu importância à questão da relação entre a ideologia (inconsciente) e a “mentira” (consciente) e buscou eleger critérios sociológicos para apartar uma coisa da outra. Em *Ideologia e utopia*, Mannheim baseia-se nos trabalhos de Marx, porém suas preocupações e método são bem diferentes. Por uma questão metodológica, a presente discussão visa apontar apenas os aspectos que são comuns ao autor de *O capital* e o sociólogo húngaro.

Na discussão entre a concepção total e concepção particular de ideologia, Mannheim introduz a mentira como problema, no sentido de atribuir a esta palavra um sentido sociológico, ou seja, um teor conceitual diferenciado da noção de mentira usada pelo senso comum. Para o autor, a mentira faz parte da concepção particular de ideologia:

A concepção particular de ideologia é implicada quando o termo denota estarmos céticos das ideias e representações apresentadas por nosso opositor. Estas são encaradas como disfarces mais ou menos conscientes da real natureza de uma situação, cujo reconhecimento não estaria de acordo com seus interesses. Essas distorções variam numa escala que vai desde as mentiras conscientes até os disfarces semiconscientes e dissimulados.⁴⁴

Mannheim ainda assevera:

Se, por exemplo, pretende-se que um adversário esteja mentindo ou que esteja ocultando ou distorcendo uma dada situação de fato, pressupõe-se, não obstante, que ambos partilham critérios comuns de validade; pressupõe-se, também, que é possível refutar mentiras e desfazer fontes de erro tendo por referência critérios aceitos de validade objetiva comuns a ambos os lados⁴⁵.

⁴⁴ MANNHEIM, Karl. **Ideologia e utopia**. 2a ed. Rio de Janeiro, RJ: Editora Zahar, 1972. p. 81.

⁴⁵ *Ibid.*, p. 83.

Tentando traçar uma linha divisória entre a “concepção particular de ideologia” e a “concepção total de ideologia”, Mannheim escreve:

Quando utilizamos a concepção total de ideologia, procuramos reconstituir todo o modo de ver de um grupo social, e, neste caso, nem os indivíduos concretos nem o seu somatório abstrato podem ser legitimamente considerados como portadores deste sistema ideológico de pensamento como um todo. O objetivo da análise neste nível é a reconstrução da base teórica sistemática subjacente aos juízos isolados do indivíduo.⁴⁶

Pode-se afirmar então que, assim como Marx, Mannheim julga que a “concepção total de ideologia” é um processo inconsciente, o qual não se pode reduzir a juízos “isolados”. Por sua vez, a concepção de “ideologia particular” é somente uma representação “localizada”, “fracionada”, não representativa da ideologia enquanto fenômeno coletivo. Nessa linha de argumentação, a excepcionalidade da abordagem de Mannheim encontra-se no fato de que a ideologia “particular” pode alimentar-se de “mentiras” “denunciáveis”, por princípios de validade objetiva socialmente aceitos. Dito isso, pode-se questionar o que se compreende como “critérios de validade objetiva”. Uma das probabilidades de concordância dos referidos “critérios” sugere a possibilidade de demonstrar que “fatos” significativos foram intencionalmente sonogados ou expostos de forma distorcida, com a finalidade de “tornar lógica” a alegação de quem mente. Outra probabilidade pode estar na comparação do que diferencia “versões” sobre os mesmos acontecimentos, trazendo à baila os meios utilizados na construção das explicações, ou seja, considerando o que é comum às duas versões e o que não é, questionando-se a lógica inerente e a coerência de cada uma delas. O critério que Mannheim aponta à necessária distinção que se deve fazer entre “ideologia” e “mentira” é pertinente para quem investiga o discurso produzido pelos jornais, visto que sugere contrapor diferentes versões dos mesmos fatos, identificando o que é evidenciado e/ou ocultado.

No que tange a relação entre Estado e meios de comunicação de massa, Nelson Werneck, autor de *A História da Imprensa no Brasil*, assevera que o desenvolvimento da imprensa estabelece uma relação de proximidade tamanha com a atividade política que, em momentos específicos da história, acomodam uma confusão de interesses.⁴⁷ Já Pedro Ferreira salienta:

⁴⁶Ibid., p. 85.

⁴⁷ SODRÉ, Nelson Werneck. **História da Imprensa no Brasil**. São Paulo: Mauad, 1994. p. 122.

Recobrando ideologicamente seus compromissos políticos, a "grande imprensa" e "objetiva" sai à conquista de corações e mentes. Parafraseando Marx, pode-se dizer que "seu segredo não está no calcanhar, mas na cabeça", nos editoriais. E a análise de conteúdos terá como tarefa primordial desvendar esse processo de ocultamento.⁴⁸

Nesse sentido, a operação ideológica obedece a dois ocultamentos: máscara a divisão social e acoberta o exercício do poder de uma classe social sobre outras. Tanto que o discurso ideológico se caracteriza por tentar impor definitivamente a origem e o sentido dos fatos, de modo a ofertar certos signos inalteráveis e contínuos, os quais neutralizam toda a incoerência possível entre aquilo que já está dado e o que venha a ocorrer historicamente. As ideias surgem então, como representação do real, expressão da verdade e como norteadora da ação. "A ideologia, da sociedade nada espera, tampouco tem a História como fonte de saber e de ação, porém, a ideologia carece de história, mas não carece de historicidade, o lugar do seu ser. O ocultamento da realidade social, cristalizado pela ideologia, afeta uma consciência da história."⁴⁹ Marx e Engels não pensam a produção das ideias desvinculada das condições sociais e históricas nas quais são produzidas, uma vez que a ideologia age justamente no sentido de fazer essa desvinculação.⁵⁰

Nilson Lage se posiciona da seguinte maneira quanto à questão da objetividade na ação jornalística:

O conceito de objetividade posto em voga consiste basicamente em descrever os fatos tal como parecem; é, na realidade, um abandono consciente das interpretações, ou do diálogo com a realidade, para extrair desta apenas o que se evidencia. A competência profissional passa apenas a medir-se pelo primor da observação exata e minuciosa dos acontecimentos do dia a dia. No entanto, ao privilegiar aparências e reordená-las num texto, incluindo algumas e suprimindo outras, colocando estas primeiro, aquelas depois, o jornalista deixa inevitavelmente interferir fatores subjetivos. A interferência da subjetividade, nas escolhas e na ordenação, será tanto maior quanto mais objetivo, ou preso às aparências, o texto pretenda ser.⁵¹

Na literatura sobre ideologia - de Marx e de Engels, ou de autores que se definem como marxistas - não há interesse de construir qualquer critério analítico que permita separar

⁴⁸ FERREIRA, Pedro Roberto. **Imprensa política e ideologia - Orientação socialista**, São Paulo, Moraes, 1989. p. 30

⁴⁹ FERREIRA, Pedro Roberto. **Imprensa política e ideologia - Orientação socialista**, São Paulo, Moraes, 1989. p. 31

⁵⁰ MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. vol. 1. Lisboa: Editorial Presença, 1980.

⁵¹ LAGE, Nilson. **Ideologia e técnica da notícia**. 2a ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1982. p. 25.

ato inconsciente, de ato consciente, intencional. Todavia, é imperioso diferenciar o que é produto de representação ideológica (inconsciente) e o que é produzido a partir de intenção (consciente) de ocultar, confundir, manipular ou arquitetar fatos, com a finalidade de compatibilizar explicações e acontecimentos, tornando lógicas versões estruturalmente apresentadas de modo a defender interesses objetivos de classe.

Em função da complexidade na qual está envolto o conceito de ideologia, e dos vários teóricos que acerca dele fizeram reflexões, para fins de operacionalização da pesquisa aqui proposta acerca do posicionamento político ideológico dos jornais, propõe-se uma abordagem que considera a ideologia tanto como consciência, tanto quanto como prática inconsciente.⁵² Para auxiliar nesse entendimento, recorre-se novamente a Gramsci através de outro conceito, a saber, hegemonia, por meio do qual é possível desvendar os jogos de consenso e dissenso, que permeiam e condicionam a produção simbólica num canal de comunicação, como a imprensa, interferindo na conformação do imaginário social e nas disputas de sentido e de poder.

Na percepção de Gramsci, a hegemonia pressupõe a conquista do consenso e, do comando cultural e político-ideológico de uma classe ou bloco de classes sobre as outras. A hegemonia além de congregar as bases econômicas, se relaciona com a questão dos entrelaços de princípios, juízos de valor e percepções entre sujeitos da ação política.⁵³ A hegemonia, surge e se consolida em embates que envolvem não somente questões ligadas à estrutura econômica e à organização política, mas comportam também, no plano ético-cultural, modos de representação, a expressão de saberes, práticas, e modelos de autoridade que pretendem legitimar-se e universalizar-se.

Pode-se então, afirmar que a ideologia espera muito da “experiência”, pois mesmo quando a História lhe exige reformulações do que já fora esclarecido, ela faz com que o social e o histórico fiquem submetidos a conjunto de explicações e previsões que mantêm o elo entre o saber e a ação. Dito de outro modo, a ideologia opera no inconsciente por inversão, isto é, troca os efeitos pelas causas e vice-versa. E ainda por meio da imaginação reprodutora, atua na produção do imaginário social. Selecionando as imagens diretas e imediatas da experiência

⁵²Ver. **Ideologia – uma introdução** (1997), de Terry Eagleton. O autor apresenta os principais críticos e estudiosos desse conceito, dentre eles: Georg Lukács, Antonio Gramsci, Louis Althusser. Esses três autores contribuíram para a formação de um conceito de ideologia.

⁵³ Ver. GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. Literatura. Folclore. Gramática. Apêndices: Variantes e índices. Tradução de Carlos Nelson Coutinho e Luiz Sérgio Henriques. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 6, 2002.

social, a ideologia as reproduz, de modo a agrupá-las num conjunto coerente, lógico e sistemático de ideias que operam como representações da realidade, assim como normas e regras de conduta e comportamento. Conforme a filósofa Marilena Chauí:

a ideologia não é um processo subjetivo consciente, mas um fenômeno objetivo e subjetivo involuntário produzido pelas condições objetivas da existência social dos indivíduos(...) é um dos meios usados pelos dominantes para exercer a dominação, fazendo com que esta não seja percebida como tal pelos dominados.⁵⁴

Nesse sentido, a imprensa trata de projetos de interesse público, ajustando as discussões a partir das perspectivas dos grupos sociais aos quais pertence, enfatizando determinadas questões e silenciando, consciente e/ou involuntariamente diversas outras. Nessa linha de pensamento, os jornais que aqui serão analisados, ao mesmo tempo, como uma testemunha da história e como um agente participativo na configuração da própria história, na medida em que contribuem para uma ampliação do campo temático, possibilitam a ampliação de diversas abordagens e o desenvolvimento do conhecimento histórico.

É plausível ressaltar que a opinião de um veículo, entretanto, não está contida exclusivamente nos editoriais, mas também na forma como são organizados os assuntos publicados, na qualidade e quantidade que atribui a cada um (no processo de edição do jornal). A propósito, há casos em que as próprias matérias do(s?) periódico(s em análise?) estão mergulhadas numa carga opinativa forte (jornalismo de opinião), porém não chegam a receber a classificação de editoriais.

3 IMPRENSA COMUNISTA E TRABALHISTA EM SERGIPE: A FÔLHA POPULAR E A FÔLHA TRABALHISTA

Nesse capítulo, busca-se entender e analisar historicamente a ação, os interesses e as justificativas dos jornais sergipanos *Fôlha Popular* e *Fôlha Trabalhista* no debate político nacional durante o recorte temporal aqui proposto – 1961-1964.

As intensas mudanças nas diferentes esferas da vida social no decorrer da década de 1930 sinalizam a ascensão do nacionalismo como ideologia agregadora de grupos sociais distintos e ratificadores de políticas estatais, anunciada como indispensáveis para o conjunto

⁵⁴ CHAUI, Marilena. **O que é Ideologia?** São Paulo: Editora Brasiliense, 1984. p. 72-79.

da sociedade. Esse trabalho tem como marco final o golpe de Estado desferido em 1964, quando um paradigma de organização social vai se sobrepor a outros projetos de sociedade, sendo que a tônica nacionalista é objeto de lutas por parte dos agentes políticos.

Em meio aos diferentes partidos e segmentos que atuaram na construção de um projeto político e social, norteado pelo reformismo atrelado ao trabalhismo getulista, sobressai-se o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), que identificando-se com o nacionalismo e o distributivismo, proposições peculiares à conjuntura gestada nos anos 40, 50 e 60, defendeu um projeto próprio para o Brasil.

Nessa temporalidade havia um vibrante sentido de esperança, que tinha como principal indício a consciência da capacidade de ingerência sobre a dinâmica da História, buscando-se por em prática um projeto de nação comprometido, especialmente, com o desenvolvimento social. Mas, “mesmo que através da pluralidade de proposições que conformavam o programa de reformas que se projetava para o país, a ênfase racionalista e distributivista caracterizou-se como fator constitutivo da identidade de uma conjuntura histórica particular”.⁵⁵

A importância real que o trabalhismo alcançou naqueles anos, deu-se em função de suas proposições programáticas que encontraram ressonância não só no Partido Trabalhista Brasileiro, como também em diversas entidades do movimento social organizado. Dessa maneira, suas propostas, além de adentrarem em instituições políticas parlamentares, como Senado Federal, Câmara de Deputados, Assembleias Legislativas e Câmeras de Vereadores, também reverberaram em programas governamentais posto em prática pelo poder executivo.

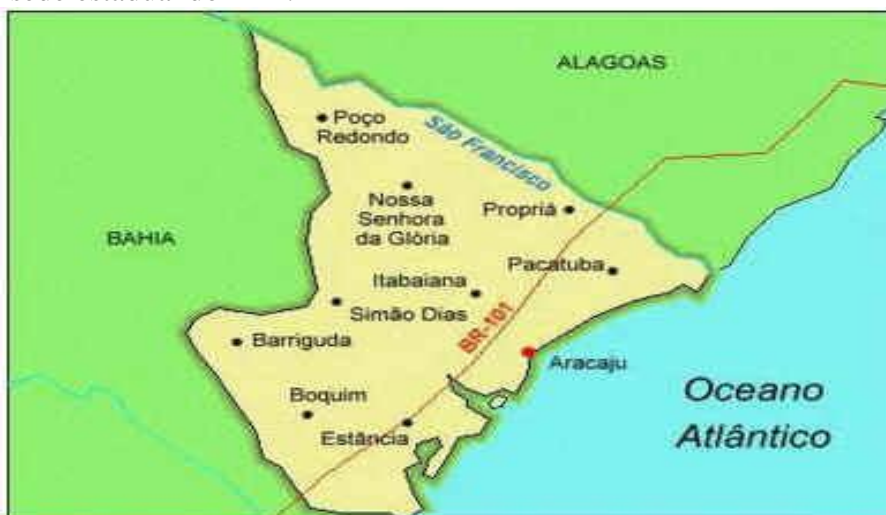
O projeto petebista tornou-se mais forte e difundiu-se, o que se explica pelo fato do referido projeto ter tido uma decidida inserção junto a segmentos da sociedade civil, que com destaque para as décadas de 50 e princípios da de 60, se empenharam para que o Estado brasileiro aplicasse, de forma definitiva, um abrangente programa de reformas sociais e econômicas. Nesse cenário que se pode ter uma compreensão das propostas e a atuação do Jornal, *Fôlha Trabalhista*, órgão da imprensa sergipana, defensora incontestável do PTB e de organizações da sociedade civil vinculadas ao partido, que com base no trabalhismo, juntaram-se ao empenho reformista do contexto na conjuntura dos anos 1940 e início dos anos de 1960.

O jornal *Fôlha Trabalhista*, fundado por Francisco de Araújo Macedo, começa a

⁵⁵ DELGADO, Lucília de Almeida Neves. Trabalhismo, nacionalismo e desenvolvimentismo: um projeto para o Brasil (1945 – 1964). In: FERREIRA, Jorge (Org.). O Populismo e sua história: debate e crítica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.p. 171.

circular na cidade de Estância a partir de abril de 1949. O PTB foi criado em 1945, no bojo do Queremismo, movimento popular cuja consigna era “Queremos Getúlio” e que exigia uma Assembleia Constituinte com Getúlio na Presidência da República. Dentre outros motivos, esse partido criado para funcionar como anteparo, na classe popular e trabalhadora, à influência do Partido Comunista e outras organizações de esquerda. Certamente, a fundação do referido periódico, na cidade de Estância, sede do PTB em Sergipe, veio atender à demanda de crescimento do partido. Quando de seu lançamento, o jornal trazia a seguinte frase: “Trabalhar pela grandeza da pátria é uma obrigação, conservá-la unida e forte é um dever, morrer em sua defesa é uma glória.” E os organizadores o definia como, “Hebdomário literário, político e noticioso, defensor dos interesses sociais especialmente das classes trabalhistas”. Portanto, trata-se de um periódico simpatizante do PTB e defensor do getulismo. Acompanhar a história do PTB nesse período sugere considerar várias questões e transitar por várias instituições (como sindicatos, o ministério do Trabalho, etc.). Mas uma das mais significativas dimensões da vida do PTB diz respeito às relações que se estabelecem entre getulismo e trabalhismo, isto é, a importância do carisma de Getúlio Vargas para a conformação ideológica e organizativa do PTB.

Figura 1: Mapa demonstrando a localização da cidade de Estância, sede estadual do PTB.



Fonte: <http://www.portalsaofrancisco.com>

É inegável a importância dos periódicos para o enriquecimento historiográfico, já que através da imprensa, melhor podem ser entendidos determinados comportamentos e práticas de uma dada sociedade, ou seja, os jornais são parte importante do inventário dos

historiadores que se debruçam sobre a construção de significados, discursos e representações presentes no contexto social. Não obstante, os impressos são também legítimos objetos de estudo da história. Ao analisar os componentes dos jornais, deve-se considerar que o jornalismo enquanto uma atividade de caráter político-ideológico é condicionado por fatores externos (culturais, sociais, políticos, econômicos) e internos (questão de organização e de adequação à equipe que compõem a redação).

De fato, naquela conjuntura, as manifestações coletivas da cidadania conformaram um tempo no qual a representação do reformismo nacionalista no imaginário social de parte substantiva da população impulsionou manifestação, até então inédita na vida política nacional, do sujeito histórico coletivo. Ou seja, foi uma época em que parcela significativa da população constitui-se como ator de um momento histórico caracterizado pela contradição, posto que ainda estavam presentes antigos elementos do autoritarismo paternalista inerente ao “populismo”, e mesmo assim, ocorreu, concomitantemente, a expansão de novas manifestações participativas, as quais traziam um forte potencial de autonomia em relação ao Estado.

No tocante a trajetória do movimento trabalhista no Brasil, sobretudo a partir de 1945, época da fundação do PTB, esta se caracterizou pela estreita relação desse partido com um projeto para o Brasil, tendo como sustentáculo principal uma concepção distributivista de bens e benefícios. Nesse sentido, o Partido Trabalhista Brasileiro pode ser visto como expressão mais próxima do trabalhismo brasileiro. Em decorrência, essa agremiação partidária, desde sua fundação, trouxe uma plataforma que se pautava por princípios e objetivos a partir dos quais é possível concluir que as preocupações principais do referido partido estavam ligadas a estes temas como, direitos trabalhistas; garantia de emprego; políticas públicas destinadas à qualificação do trabalhador; previdência social ampla; políticas públicas/sociais voltadas para o lazer, a saúde, a educação, a proteção à infância e à maternidade; política de planificação econômica dirigida pelo Estado; distribuição de renda e de “riquezas”; extinção do latifúndio improdutivo e adoção de uma política agrária voltada para a distribuição de terras e fixação do homem rural no campo; incentivo ao cooperativismo econômico⁵⁶ e à “solidariedade entre todos os cidadãos”, visando à paz social.

⁵⁶ Para os fins desta pesquisa, não foi possível aprofundar essa questão. Mas, o fato é que o jornal petebista traz para os seus leitores os esclarecimentos sobre a necessidade do desenvolvimento do cooperativismo, que seria uma alternativa entre o capitalismo e o comunismo. O cooperativismo surgiu entre os fins do século XVIII e o início do século XIX, período marcado pela intensificação do conflito entre capital e trabalho refletido nas

Então, é possível afirmar que o trabalhismo do PTB foi inspirado num projeto que já estivera em discussão antes mesmo dos anos 30, e que tinha como eixo de suas preocupações as questões sociais e a organização tutelada e não tumultuada da participação política dos trabalhadores. Nesse sentido, o programa do PTB traduzia um projeto para o país que abrangia questões de organização e proteção ao trabalho como também encaminhamentos sobre a reforma da estrutura fundiária brasileira, segundo uma concepção estatizante da economia, proposição de organização da cidadania.

O projeto petebista seria misto de um forte dirigismo estatal e de um forte teor distributivista e participacionista, mas as propostas do programa inicial do PTB desdobraram-se em novas proposições e renovaram-se ao longo da conjuntura em que o partido teve atuação. Assim, a forte interlocução do partido com os trabalhadores, sua característica inicial, desdobrou-se como marca permanente da atuação dos trabalhistas, o que efetivamente possibilitou não só a inserção do partido nas diferentes conjunturas do período, como fez estreitar sua relação com outras organizações partidárias.

Arelado a todo esse processo político, encontramos o jornal *Fôlha Trabalhista*, que durante seu período de atuação funcionaria como aparelho articulador de uma corrente nacionalista e mensageiro de projetos para o conjunto da sociedade, elaborados e propagados por essa corrente. Segundo Ibarê Dantas (1989), com a cassação do PCB e a exclusão dos comunistas do sistema político-partidário a partir de 1947⁵⁷, muitos sindicalistas, militantes, comunistas(ou não) migraram para o PTB de Francisco Araújo Macedo, que se declarava principal representante do varguismo no Estado.

Mas, nesse período, não era a *Fôlha Trabalhista*, o único semanário local, pois havia

miseráveis condições de vida da classe trabalhadora. É uma sociedade de natureza civil, composta por certo número de pessoas que se unem voluntariamente para satisfazer necessidades, aspirações e interesses econômicos, por através de um empreendimento de propriedade coletiva e democraticamente gerida, com o objetivo de gerar trabalho e renda aos seus sócios. Tem por base a economia solidária e se propõe a obter um desempenho eficiente, através da qualidade e da valoração dos serviços que oferece a seus próprios associados e usuários.

⁵⁷ No Brasil, as repercussões da Guerra Fria logo se fizeram sentir. No dia 7 de maio de 1947, depois de uma batalha judicial, o PCB teve seu registro extinto. Nesse mesmo dia, o Ministério do Trabalho decretou a interferência em vários sindicatos e fechou a Confederação Geral dos Trabalhadores do Brasil, fundada pelo movimento sindical em setembro de 1946 e que não contava com o reconhecimento oficial do governo. O PCB recorreu para o Judiciário, requerendo *habeas corpus* para o livre funcionamento das suas sedes, porém o pedido foi negado. Em seguida, os comunistas arriscaram organizar uma nova agremiação partidária, o Partido Popular Progressista (PPP), anexando as teses centrais do PCB. O TSE também recusou o registro para o PPP. A exclusão dos comunistas do sistema político-partidário chegou ao ápice em janeiro de 1948, com a cassação dos mandatos de todos os parlamentares que haviam sido eleitos pelo PCB.

outro jornal, *A Estância*, dirigido pelo jornalista Alfredo da Silva. Esses dois jornais acirravam a rivalidade entre os grupos políticos, numa repetição da linguagem dos palanques, no período de eleições.

No pleito de janeiro de 1947, Francisco de Araújo Macedo foi eleito deputado estadual em Sergipe na legenda do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), tomando posse em março do mesmo ano. Em outubro de 1950, Macedo concorria simultaneamente ao cargo de governador, na legenda do PTB, e a uma vaga na Câmara Federal, na legenda da Aliança Popular, constituída pelo PTB, o Partido Socialista Brasileiro (PSB) e o Partido Social Progressista (PSP). Nesse pleito eleitoral marcado, no plano nacional pela volta de Vargas através do voto popular, Macedo é vencido na corrida para o cargo de governador por Arnaldo Garcez (PSD-PR), entretanto consegue ser eleito deputado, e assume sua cadeira na Câmara em fevereiro de 1951, após deixar a Assembleia sergipana.

Sempre na legenda do PTB, novamente derrotado nas eleições para o governo de Sergipe nos pleitos de outubro de 1954 e de outubro de 1958, respectivamente para Leandro Maciel e Luís Garcia, sendo, porém reeleito à Câmara Federal, nessas duas quadras. Macedo alcançando somente a primeira suplência de deputado federal em outubro de 1962, na legenda da Aliança Nacional Trabalhista, formada pelo PTB, o Partido Social Trabalhista (PST) e a União Democrática Nacional (UDN), saiu da Câmara dos Deputados em janeiro de 1963. Voltando a assumir o cargo de deputado, dessa vez como suplente no mesmo ano, permaneceu na Câmara até 5 de janeiro de 1966, quando faleceu em Brasília⁵⁸.

É a partir dessa condição de liderança petebista no Estado de Sergipe, que Francisco de Araújo Macedo conduz o seu jornal, o qual se coloca como um ferrenho defensor do trabalhismo e do nacionalismo, sendo uma importante fonte para acessar os debates políticos tanto em torno de acontecimentos subitâneos, a exemplo da implantação de sistema parlamentarista, em 1961, como para identificar táticas e estratégias articuladas para satisfazer as classes trabalhadoras, ao “povo brasileiro”.

Buscando compreender o posicionamento desse veículo de informação produzido no interior do Estado em relação ao debate em torno do pensamento e das ações políticas das forças em disputa, enfocando a atuação dos petebistas, sobretudo diante da instabilidade

⁵⁸ FONTES: AUDRÁ, A. Bancada; CÂM. DEP. Deputados; CÂM. DEP. Relação dos dep.; CISNEIROS, A. Parlamentares; Jornal do Brasil (9/1/66); TRIB. SUP. ELEIT. Dados (1, 2, 3, 4, 6 e 7); WYNNE, J. História. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/francisco-de-araujo-macedo>>. Acessado em maio de 2017.

política, da crise sucessória de 1961 até a deflagração do golpe civil- militar, nota-se que, segundo os editores do periódico, a verdadeira necessidade e desejo do povo naquela conjuntura eram as reformas de base, juntamente com a reestruturação política, social e econômica do país. E assim situavam o PTB nesse contexto:

Dentro dessa estrutura e das imposições da época, o PTB, por ser o mais forte dos partidos populares, sobre os seus ombros as responsabilidades, de, fiel ao seu próprio programa, oferecer condições propícias à realização das reivindicações do povo e, especialmente, dos trabalhadores brasileiros. (*Fôlha Trabalhista*, 29 de outubro de 1961, p. 02).

O jornal, enquanto porta-voz do "líder trabalhista sergipano" coloca o PTB como sendo o partido que teria a grande responsabilidade para com as reivindicações do povo, pois tinha as "condições propícias" para tal, inclusive por ser o mais "forte" dentre os chamados partidos populares. Desse modo, teria o PTB uma missão histórica e não poderia a ele se furtar. Porém, era preciso deixar bem claro que, tendo essa "missão", o partido não poderia nem deveria mais servir de "muleta" para os Partidos conservadores, sob pena de "incoerência" com o seu programa. E num cenário político que tendia para a união dos conservadores de um lado e progressistas do outro, pelas condições nacionais, entre os progressistas, seria o PTB o líder. Por que, então - pergunta -, abdicar dessa liderança e dessa "privilegiada situação"? E ainda, para que se colocar como suporte de governos reacionários? Portanto, dali em diante, a atitude do partido era a de, em caso de coligações, estas deveriam ser firmadas tendo o PTB como partido majoritário.

Dito isso, é válido caracterizar esse órgão da imprensa sergipana como um partido político, pois de acordo com Gramsci, no sentido que Gramsci atribui ao conceito, porque num sentido mais abrangente do termo, um partido político pode se referir a todos os grupos existentes na sociedade que sistematizam a anseio e ação de uma coletividade, agindo e direcionado o processo político.⁵⁹ Essa conceituação se torna mais palpável ao se tratar de um tema como o nacionalismo, já que a apreensão do mesmo não pode ser desvinculada de um plano político, pensado para a sociedade como um todo. Mas é importante salientar que não se trata da defesa de um projeto particular de algum partido político no sentido estrito da palavra.

⁵⁹ GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. (v. 2: Os intelectuais, o princípio educativo, jornalismo). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

Atuar partidariamente implica em defender certo programa político, assinalando os rumos e contornos que o Estado brasileiro necessitaria assumir.

Esta compreensão de seu papel no processo político local e nacional daria condições de propor encaminhamentos de propostas e soluções, salvaguardar interesses, noticiar acerca do agir e do posicionamento do Estado e de setores sociais, bem como de lideranças políticas em relação aos temas nacionais. Dito de outra forma, deve-se compreender a ação desempenhada pelo jornal *Fôlha Trabalhista* enquanto instrumento importante de difusão e defesa de certa visão de mundo em atrito com outras forças políticas no transcurso do processo político brasileiro. Para o cumprimento de tal missão, o referido jornal dispunha de um considerável grupo de colaboradores e formuladores de um projeto político de conteúdo nacionalista e anti-imperialista composto por jornalistas e intelectuais e militares, sob a liderança do deputado petebista José Araújo Macedo.

Esse representante da imprensa sergipana cooperou imensamente para a divulgação de teses nacionalistas, reformistas e desenvolvimentistas, tanto nos poderes Executivo e Legislativo federais como também entre a sociedade civil. Essa competência de atuação deveu-se a dois fatores: o conhecimento técnico, político e intelectual de boa parte de seus componentes e ao fato de defender convicções e projetos nacionalistas, que caracterizaram a conjuntura nacional nos anos que precederam a deposição do presidente João Goulart, em 1964.

No que se refere ao jornal da capital, o mesmo tinha claramente uma grande preocupação em oferecer aos seus leitores uma formação e uma conscientização voltadas para o socialismo e o comunismo. Para isso, indicava-se a leitura do Jornal *Novos Rumos*:

Os problemas focalizados no XXII Congresso do PUCS, relacionados com a convicção do comunismo na União Soviética e como o combate ao culto de personalidade, vem despertando o mais vivo interesse em todo o mundo. Assim é que, os dirigentes comunistas de vários países estão debatendo esses grandes temas cujas opiniões estão sendo publicados em *Novos Rumos* as quais devem ser lidas por todos os comunistas e por todos os que se interessam pelas questões mais atuais do **socialismo** e do **comunismo**. (*Fôlha Popular*, 03 de fevereiro de 1962, p. 03)

Segundo a publicação, os que fizessem a leitura do periódico – ora recomendado – também ficariam a par de um outro tema, a saber, a posição do governo dos Estados Unidos, no sentido de pressionar os governos dos Estados Latino-americanos a tomarem medidas

contra o “governo revolucionário de Fidel Castro”. Uma dessas medidas resultou justamente na “esdrúxula expulsão de Cuba da OEA”. Por isso, esse assunto deveria “interessar a todo o povo”.

Nesse intuito de indicar material que abordassem temas de interesse de “todo o povo”, isto é, questões tratadas na perspectiva do comunismo, são recomendadas obras completas: “Para se poder compreender os motivos que levam o imperialismo ianque ao desespero em nosso continente, chamamos a atenção para a leitura do livro *Cuba: a Revolução na América*, de Almir Matos, já na segunda edição”. (*Fôlha Popular*, 03 de fevereiro de 1962, p. 03).

A partir desses exemplos é preciso lembrar do papel central desempenhado pelos comunistas na luta contra o nazi-fascismo no Brasil e no mundo, luta que atraiu a simpatia de parcelas significativas da intelectualidade brasileira. Durante o Estado Novo (1937-1945) e no pós-guerra, os comunistas sergipanos mantiveram sob sua direção algumas publicações importantes: *Jornal do Povo* (1945-1948), *Época* (1948-1949), *A Verdade* (1950-1951) e *Fôlha Popular* (1954-1964). Jornais progressistas como *Correio de Aracaju* e *Sergipe-Jornal*, mantiveram nos seus quadros de jornalistas vários militantes comunistas.

Trata-se, portanto, de tentar caracterizar e compreender a ação desse jornal no papel de defensor, dentre outras coisas, do proletariado, dos camponeses, das liberdades democráticas e de seu empenho na busca pela legalização da legenda dos comunistas.

Durante o ano de 1962 o nome de San Tiago Dantas vai aparecer com certa frequência nas páginas do jornal sergipano. A matéria acima citada, de 03 de fevereiro de 1962, mostra a satisfação dos sindicatos e associações de trabalhadores de Sergipe com a indicação do petebista para o cargo de primeiro-ministro. Essas entidades concordaram em aprovar uma moção de apoio a Goulart por ter indicado o nome de San Tiago para o cargo de primeiro-ministro. Não por acaso, a iniciativa a lançar tal moção foi do petebista Emílio Gentil, nome importante do PTB local, tanto que em 1958 concorrera ao cargo de vice-governador na chapa de José de Araújo Macedo.

Figura 2: Sindicatos e Associações de Trabalhadores de Sergipe apoiam San Tiago.



Fonte: *Fôlha Popular*, 25 de junho de 1962, p. 01.

Esse apoio dispensado àquele que, segundo a *Fôlha Popular*, era o nome certo para presidir o Conselho de Ministros, certamente era resultado de sua trajetória política. San Tiago desempenhou a função de assessor pessoal de Vargas durante o seu governo (1951-1954), participando da discussão do anteprojeto da criação da Petrobrás e do Projeto da Rede Ferroviária Federal. Em 1955, San Tiago ingressou no Partido Trabalhista brasileiro, elegendo-se deputado federal por Minas Gerais, em 1958. Três dias antes de renunciar, Jânio Quadros o nomeou embaixador do Brasil na ONU, função que não chegou a assumir. Mas após a implantação do parlamentarismo, foi escolhido para a pasta das Relações Exteriores. Praticante da denominada “política independente”, iniciada no governo de Quadros, San Tiago efetuou o restabelecimento das relações com a URSS. Durante a reunião de chanceleres dos países americanos, em Punta Del Leste, em 1962, San Tiago teve posicionamento contrário ao dos Estados Unidos, ou seja, defendia a permanência de Cuba na Organização dos Estados Americano (OEA), o que muito agradava aos movimentos e aos partidos de esquerda.

Em março, San Tiago liderou a delegação brasileira enviada a Genebra para participar da Conferência de Desarmamento. Na ocasião, o Brasil se declarou como “potência não alinhada”. Com a renúncia de Tancredo Neves, em 1962, Goulart enviou ao Congresso o nome de San Tiago, o qual foi declarado apoio – como indica a matéria – dos setores nacionalistas, dos sindicatos e da esquerda do Parlamento. Entretanto, sua indicação foi vetada pelas forças conservadoras. Por fim, foi eleito para o novo gabinete, Brochado da Rocha.

Em todas as edições da *Fôlha Popular* havia a reprodução de um texto de algum articulista do jornal semanário comunista, *Novos Rumos*. Ademais, o jornal aracajuano recomendava aos seus leitores a leitura do mencionado periódico. Dentre os jornalistas que escreviam para o jornal *Novos Rumos* estava Giocondo Gerbasi Alves Dias. Após a divulgação do relatório do XX Congresso do PCUS (Partido Comunista da União Soviética), o Comitê Central indicou Dias para coordenar a comissão responsável pela elaboração de um texto político voltado a enfrentar as “demandas do tempo presente”, e daí resultou a “Declaração de Março”, que permitiu a reinserção do PCB na luta de massas, além disso, a declaração constituiu-se em um instrumento a serviço de uma política dependente, diante do governo João Goulart, e do processo político em curso, permitindo vacilações frente à conjuntura de radicalização da luta de classes no país.

Nesse ínterim, as massas populares estavam nas ruas, os trabalhadores em greves, as reformas de base em discussão, mas o PCB capengava na ação, fracionado entre a reforma e a revolução. Giocondo era o segundo dirigente na estrutura partidária, no posto de Secretário de Organização, mas na sua ótica, o Partido não tinha forças para colocar a questão do poder na pauta da luta.

A *Fôlha Popular* se prestava ao papel de divulgar as ações do sindicalismo local, justamente para fomentá-lo; eram informações sobre convocação de eleição para diretoria, reivindicações de categorias, denúncias envolvendo donos de fábricas, ou mesmo associados, etc:

Figura 3: Destaque para a vida sindical

Federação dos T. nas Indústrias do Estado de Sergipe
Editais de Convocação de Eleições

Pelo presente nos termos dos Estatutos sociais e da Portaria Ministerial nº 146 de 18 de outubro de 1957, convoco, os senhores Membros do Conselho de Representantes desta Federação, a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada no dia 18 de maio vindouro, na sede social, à rua Santa Rosa, 244, às 11 horas, a fim de procederem a eleição da Diretoria, Conselho Fiscal e Representantes Junto à Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria, e respectivos suplentes, para o biênio 1963—1965 ficando aberto o prazo de 24 horas a contar das 11 horas do dia 17, do referido mês para a qualificação dos novos Delegados, findo o qual fica aberto novo prazo de 24 horas a contar das 11 horas do dia 18 do mês para o registro das chapas concorrentes a eleição, na forma do que dispõe o art. 49 da citada Portaria nº 146.

Os requerimentos para o registro das chapas, contendo os requisitos previstos no art. 11 das Instruções deverão ser apresentadas na Secretaria em três vias pelos seus encabeçadores não sendo permitida para tal fim outorga de procuração.

Não havendo quorum legal a eleição em primeira convocação (mais de 2/3 dos Delegados) será a mesma realizada em segunda convocação dia imediato, na mesma hora e local referidos, quando o quorum será de mais de 50%, e, ainda não sendo atingido esse número, será então realizada em terceira convocação, no dia seguinte quando o quorum passará a ser de mais de 40%, conforme dispõe o art. 524 da Consolidação das Leis do Trabalho, alterada pela Lei número 2.693 de 28 de dezembro de 1958.

Aracaju, 19 de abril de 1963.

MANOEL MESSIAS DOS SANTOS — Presidente

CENTRO OPERARIO SERGIPANO

Exmo. Sr. Diretor de «Fôlha Popular».

A Diretoria do Centro Operário Sergipano, tem a grata satisfação de convidar V. Excia. e Exma. família para assistirem às solenidades que serão

realizadas no dia 1º de Maio, data consagrada aos trabalhadores do mundo inteiro, às 20 horas, em sua sede social à Rua Santo Amaro nº 371.

Nesta oportunidade tomará posse a nova

diretoria desta entidade eleita para o biênio de 1963-1965.

Será também congnamente comemorada a data de fundação desta tradicional agremiação dos trabalhadores sergipanos que completará

53 anos de existência. Aracaju, 25 de abril de 1963.

José Nunes da Silva

Presidente

José Pedro da Silva

1º Secretário

Vida Sindical

Eleito e Empossado Departamento da ASPES do Município

Foi eleito e empossado segunda-feira última, o Departamento da ASPES dos Servidores da Prefeitura de Aracaju (DASPA), ficando assim constituído: Presidente—Antônio Vitorio dos Santos, Vice-Presidente—João A. da L.

com os trabalhadores e seus problemas.

URGÊNCIA A PRESENÇA DE FISCALIS EM ESTÂNCIA

Desta maneira, a comitiva constatou inúmeras irregularidades ali, que vêm prejudicando os direitos dos trabalhadores, tornando-se necessária a intervenção

REUNIRAM-SE OS SAPATEIROS

Na sede do Sindicato dos Empregados do Comércio de Aracaju, realizou-se, na noite do dia 30 p. p., uma reunião dos sapateiros, a fim de reorganizarem o seu sindicato. Na referida reunião foram discutidos diversos assuntos, ligados aos interesses da classe. Entre estes, destacamos o direito

dos sapateiros que trabalham por conta própria, contribuir para o seu Instituto, com uma só cota parte, ou seja a do empregado.

No dia 13 próximo vindouro, haverá uma nova reunião, às 20 horas, no mesmo local, para a qual estão convidados todos os sapateiros.

Fonte: *Fôlha Popular*. A vida sindical estava sempre em destaque nas páginas desse jornal que buscava congregiar associações de trabalhadores com o intuito de defender seus interesses.

O citado Centro Operário Sergipano, fundado em 1910, é a mais tradicional agremiação proletária do Estado, e ao que tudo indica, buscava arregimentar a classe trabalhadora, no sentido de uni-la para atender as demandas das mais diversas categorias operárias na busca por direitos. A *Fôlha* fazia questão de se mostrar bem próximo a essa entidade, tanto que na edição de abril de 1963 publicava o convite destinado ao diretor do periódico para participar das comemorações pelos 53 anos de fundação do Centro Operário. O que ocorreu durante as solenidades? O próprio jornal relata o que ocorrera na noite de 4 de maio 1963, que mais uma vez foi empossado José Nunes da Silva como presidente do Centro Operário.

Compareceram à solenidade diversos dirigentes sindicais e de associações, os quais reiteraram os discursos já feito à tarde em praça pública a favor das reformas de base, das

reivindicações dos trabalhadores, da formação de um governo nacionalista, e da industrialização do Estado. Chama a atenção o fato que, dentre os presentes, notava-se a presença do jornalista e dono do Jornal *Gazeta de Sergipe*, Orlando Dantas:

Fazendo pronunciamento em favor das reformas, mostrando a necessidade da união de todas as forças nesse sentido, bem assim para apoiar o governo Seixas Dória, a fim de **encorajá-lo na luta contra os privilégios impostos pelos grupos reacionários, sob pena do governo fracassar** [...] falou ainda a respeito da forte pressão que o governo vem recebendo desses grupos, pela considera urgente o apoio popular, sem necessidade de que o governo promova a aproximação com forças **progressistas e populares**. Falando sobre a indústria do anti-comunismo, disse: **“não considero nenhuma desonra em ser um comunista, desonra é ser contra o Brasil”**. (*Fôlha Popular*, 04 de maio de 1963, p. 01)

O mesmo Orlando Dantas que nas últimas eleições tinha contribuído para a eleição do governador Seixas Dória, naquela noite, entre sindicalistas, trabalhadores e políticos, demonstrava estar preocupado com o seu governo. Conforme seu ponto de vista, o governador só precisava de encorajamento dado pelo povo e pelos progressistas para resistir a forte pressão que vinha sofrendo dos “grupos reacionários”. O que Orlando Dantas chama de “indústria anticomunista” diz respeito à manipulação oportunista do medo do comunismo encontrado em amplos setores da sociedade, especialmente entre os mais conservadores, um “negócio” cuja utilização podia gerar dividendos eleitorais, políticos e até monetário.

Assim, diante do peso difamatório, aviltante que o termo comunista tinha naquele contexto, Orlando Dantas rebate dizendo que desonroso não era ser comunista, mas sim “contra o Brasil”. Um bom exemplo de trabalho sobre a atuação político-ideológica de Orlando Dantas, é a dissertação de Carla Darlem Silva Dos Reis. A autora analisa a história dos meios de comunicação em Sergipe nas décadas de 1960-1970, buscando compreender o posicionamento exercício de poder e a sua influência na sociedade, a partir dos principais programas veiculados pela *Rádio Liberdade* e das reportagens impressas nas páginas da *Gazeta de Sergipe*, em relação ao Golpe civil-militar de 1964⁶⁰. Para a pesquisadora:

A história do periódico *Gazeta de Sergipe* é interessante, uma vez que seu proprietário era uma figura controversa, um grande defensor das causas trabalhistas e dos governos de João Goulart e Seixas Dória, filiado ao PSD e

⁶⁰ REIS, Carla Darlem Silva Dos. *Gazeta de Sergipe X Rádio Liberdade: censura e imprensa e disputas políticas (1964-1970)*. Dissertação (Mestrado em História) – UFS, 2013.

ao mesmo tempo representou um posição de prestígio social, sendo um rico usineiro.⁶¹

Ainda conforme, Carla Darlem, esse periódico - que não foi fechado em 1964 - tinha uma visão ideológica voltada ao nacional-reformismo, um reflexo do pensamento de seu fundador. Mas voltando à matéria da *Fôlha Popular*, esse movimento de “encorajamento” em torno do governador demonstra a radicalização das massas e a sua incoercível tendência democrática, que resulta inclusive da crescente influência dos êxitos alcançados pela URSS, e mais recentemente, do exemplo da revolução Cubana.

A propósito, o periódico aracajuano, se empenhou bastante para apoiar o Congresso Continental de Solidariedade à Cuba. Com a iniciativa do Comando Geral dos Trabalhadores de Sergipe (CGT) e as organizações a ele atreladas, seria realizado, no Centro Operário Sergipano, um ato público de solidariedade à Cuba, e por meio do jornal, estavam sendo convocados os trabalhadores e convidados de outros segmentos da sociedade sergipana: “as autoridades, intelectualidade, deputados, vereadores, dirigentes partidários, estudantes, funcionários públicos, comerciários, homens de todas as crenças religiosas e o povo em geral” (*Fôlha Popular*, 23 de março de 1963, p. 02).

Figura 4. Ato de Solidariedade ao povo cubano



Fonte: *Fôlha Popular*, 23 de março de 1963, p. 01.

⁶¹ Ibid.

É pertinente observar que tanto na imagem da capa em que aparece a palavra Cuba em destaque, quanto na fotografia de Fidel Castro, apresentado como o primeiro-ministro da República Socialista de Cuba, logo abaixo da foto há os dizeres sobre o significado do Congresso que seria realizado no Rio Janeiro, em solidariedade ao país caribenho. No intuito de também manifestar apoio, o CGT, presidido na época por Manuel Messias, esperava mobilizar não apenas os trabalhadores, mas também convencer a toda a sociedade da importância desse ato, tanto que chega a apelar para os “homens de todas as crenças religiosas”, demonstrando que o tema estava acima de qualquer posicionamento político ou religioso.

Naquela noite, após o debate, ocorreria a escolha de delegados para representar o Estado no Encontro Nacional e no Congresso Continental de Solidariedade à Cuba, marcado para ainda no final daquele mês (26-28), em Niterói, Rio de Janeiro. Esse encontro continental foi um evento em torno do qual estavam envolvidas diversas correntes esquerdistas, sobretudo a comunista, em defesa de Cuba e de sua revolução, e contra o imperialismo, os Estados Unidos e o próprio capitalismo. Já no informe de abertura do Congresso fica claro o tom do discurso de identificação e apoio a tudo que Cuba representava naquele contexto:

A Revolução Cubana é invencível!
Saíam às ruas os trabalhadores das Américas em defesa de Cuba - e o imperialismo temerá!
Levantem-se os trabalhadores das Américas contra a exploração - e o imperialismo agonizará!
Afastem-se do Poder os exploradores do povo - e o imperialismo morrerá com eles!⁶²

Quais as forças enfrentadas e derrotadas em Serra Maestra? Os imperialistas norte-americanos, e os latifundiários. Portanto, essa revolução acabou fomentando os anseios de mudanças sociais, buscados pelos que apregoava a “vitória do povo”. Desse congresso resultaram os anais, um vasto documento contendo diversas informações e deliberações, além da lista de participantes subdivididos por categorias, na qual é possível observar os nomes dos sergipanos: Manuel Vicente do Nascimento, vereador e representante dos ferroviários, e Geraldo Vasconcelos Rezende, Secretário Geral da União dos Estudantes Sergipanos. Muitos

⁶² Congresso Continental de Solidariedade a Cuba. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/tematica/1963/03/cuba.pdf>> Acesso em: 20 de setembro de 2017.

desses participantes apareceriam tempos depois na lista de perseguidos, torturados e exilados pelo regime militar, sob a acusação de atos subversivos.

A vida sindical e a participação popular eram fomentadas no centro sul do Estado, com a atuação do jornal *Fôlha Trabalhista*, órgão da imprensa sergipana, defensor incontestável do PTB e de organizações da sociedade civil vinculadas ao partido, que tinha com base o trabalhismo, o nacionalismo reformista. Para melhor situar esse periódico que circulava no centro sul do Estado de Sergipe no “signo desse tempo histórico”, ou seja, num contexto do que se buscava para o país, convém citar a pesquisadora Lucilia de Almeida Neves⁶³. Ela pontua que nessa temporalidade – décadas de 40, 50 e 60 - existia um forte sentido de esperança, que trazia como principal marca a consciência da capacidade de interferência sobre a dinâmica da História, buscando-se colocar em prática um projeto de nação comprometido, sobretudo com o desenvolvimento social. Conforme explicita a pesquisadora,

esperança, reformismo, distributivismo e nacionalismo eram elementos integrantes da utopia desenvolvimentista que se constituiu como signo daquela época. Portanto, a conjuntura delimitada pelos anos 40 e início dos anos 60 foi caracterizada pela crença de expressivos segmentos da sociedade civil brasileira de que a modernidade só seria alcançada se apoiada em um programa governamental sustentado pela industrialização, por políticas sociais distributivistas e por efetiva defesa do patrimônio econômico e cultural do país⁶⁴.

Entretanto, esse projeto não era uníssono muito menos uniforme na sua concepção. A ser verdade, era composto por proposições específicas de diferentes partidos políticos e organizações da sociedade civil. De modo que é possível verificar um projeto reformista atrelado a objetivos socialistas cuja defesa ficou a cabo dos comunistas. Da mesma forma, pode-se evidenciar a forte atuação dos católicos definidos como progressistas, que precipuamente, por meio de movimentos leigos como o da Ação Católica, desenvolviam um alentado trabalho em torno de propostas que se voltavam para o reformismo e justiça sociais. Nessa linha de pensamento, também é possível perceber que organizações como a União Nacional dos Estudantes e os sindicatos estiveram envolvidos nos embates desse gênero.

⁶³ DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **Trabalhismo, nacionalismo e desenvolvimentismo**: um projeto para o Brasil (1945 – 1964). In: FERREIRA, Jorge (Org.). *O Populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

⁶⁴ *Ibid.*, p. 172.

Em 1963, o diretor do jornal *Fôlha Trabalhista*, eleito nas últimas eleições, o jornalista, advogado e professor, Manoel Pascoal Nabuco é empossado no cargo de prefeito de Estância (com 25 anos, o mais jovem prefeito do Estado na época)⁶⁵. Tal fato refletirá bastante no conteúdo do jornal, pois, além de haver a análise de fatos relacionados à política nacional, na perspectiva petebista, há o destaque às ações da prefeitura. Ações como a construção de casas, escolas, buscam o apoio dos trabalhadores e estudantes, para isso, é divulgada a programação comemorativa do dia Internacional do Trabalho, patrocinada pelo Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Fiação e Tecelagem de Estância, com a colaboração da Prefeitura Municipal e dos Estudantes. Para aquele 1º de maio daquele ano durante as comemorações algo diferente estava previsto, a saber, a entrega, pelo prefeito Municipal, da escritura de doação de um terreno no qual o sindicato construiria sua sede própria.

Em primeira página, o jornal noticiava em abril de 1963 que líderes sindicais do Estado estiveram em Estância, dentre esses, sindicalistas estava o presidente da Federação dos Trabalhadores de Sergipe, Manoel Messias dos Santos.

Na noite da última sexta-feira, acompanhados dos srs. João Rosa Nascimento e José Ferreira Irmão, respectivamente, Presidente e Secretário do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Fiação e Tecelagem da Estância, estiveram visitando a nossa redação os srs. Manoel Messias dos Santos, José Domingos Correia e José Severino de Menezes, respectivamente, Presidente da Federação dos Trabalhadores de Sergipe, Presidente e Secretário do Sindicato dos Oficiais de Marceneiros e Empregados na Indústria de Móveis no Estado, o segundo ex-membro classista da Junta de Julgamento e Revisão da Delegaria do IAOI, em Sergipe, pertencendo ainda os três visitantes ao Comando Geral dos Trabalhadores de Sergipe. (*Fôlha Trabalhista*, 21 de abril de 1963, p. 01)

O objetivo, dessa visita ao município era justamente o de fomentar a sindicalização, por meio da formação de sindicatos, posto que até aquele momento só existia para os trabalhadores urbanos um, o STIFTE (Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Fiação e Tecelagem da Estância):

⁶⁵ Manoel Pascoal Nabuco d'Ávila chegou a se articulista do jornal *Gazeta Socialista* (de Orlando Dantas), posteriormente nomeada de *Gazeta de Sergipe*. No PTB, d'Ávila participou da redação do jornal trabalhista preparando uma candidatura a prefeito, trabalhou também como advogado do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Fiação e Tecelagem. O político, em 2006, publica o livro *Tributo à Cidadania – Minha opção de servir à sociedade*.

Deixando a nossa redação, os ilustres líderes sindicais se dirigiam para a sede do STIFTE, único existente na cidade, oportunidade em que, com os líderes locais trataram do objetivo da visita que fizeram, qual seja o de manter um contato mais de perto com os nossos trabalhadores, bem como o de estudarem a possibilidade da criação de outros sindicatos de empregados, principalmente, marceneiros, empregados na construção civil e padeiros. (*Fôlha Trabalhista*, 21 de abril de 1963, p. 01)

Pelo que consta, a comitiva visitou a sede da *Fôlha Trabalhista*, tratou com líderes locais acerca da possibilidade de que trabalhadores de outras categorias, como padeiros e trabalhadores da construção civil também formassem seus respectivos sindicatos. Finalizando a visita, houve uma palestra "palpitante" e "interessante" sobre o tema Atualidade Sindical Brasileira.

3.1 a tentativa de influir nas eleições de 1962

As eleições previstas para outubro de 1962 já eram tema da *Fôlha Popular* em janeiro daquele ano. Numa matéria assinada por Robério Garcia, são criticados os partidos PSD, PR e UDN, bem como os futuros candidatos Leandro Maciel e Seixas Dória. Segundo Garcia, estes estavam articulando

nos bastidores as manobras que julgam mais acertadas para reunir grupos e chefes políticos de Sergipe em torno de si, pouco se incomodando com os problemas gerais que a toda população interessam [...] até agora somente demonstram eles, interesses em consolidar candidaturas e dividir, de antemão, os postos e cargos reivindicados pelos componentes dos grupos e facções partidárias. (*Fôlha Popular*, 06 de janeiro de 1962, p. 01).

Não por acaso, o título da matéria é “Conciliadores do golpismo tramam contra as forças populares do nosso Estado”. Além de enfatizar essas atitudes dos candidatos, grupos e facções partidárias estarem muito mais interessados em consolidar candidaturas e repartir cargos e postos, o autor chama a atenção dos leitores para outro aspecto fundamental, “aquele de tentarem isolar o PTB; como Partido de programa democrático e nacionalista, e que conta com o apoio de fortes grupos de trabalhadores das cidades e do campo”. (*Fôlha Popular*, 06 de janeiro de 1962, p. 01).

Entretanto, como se dava essa tentativa de isolar o PTB? Certamente havia uma ligação entre petebistas e comunistas, pois ambos se colocavam como portadores de um programa democrático e nacionalista, que buscava o apoio de trabalhadores das cidades e do

campo. Robério Garcia compara o que ocorrera por ocasião da escolha do Conselho de Ministros, ao que era pretendido pelos “conciliadores do Golpismo” em Sergipe: “agrupar as forças políticas e econômicas mais retrógradas em torno de um esquema que deixe de lado a luta necessária e imprescindível pela solução dos problemas de base”. (*Fôlha Popular*, 06 de janeiro de 1962, p. 01).

Diante de tal conjuntura, seria tarefa – de acordo com a matéria – dos operários, dos funcionários, dos estudantes, dos camponeses, dos intelectuais progressistas, e todos os que se interessavam pelo desenvolvimento da democracia e pelo progresso do Estado “esfacerar com os planos reacionários e antipopulares dos que julgam ser eternamente possível realizar política discriminativa contra o povo”. Para Garcia, tornava-se urgente estruturar em Sergipe a Frente de Libertação Nacional, “instrumento de luta nacionalista e democrática”, pois por meio dela seria possível “esclarecer o povo, alertá-lo, levando à luta intransigente contra o imperialismo e seu sustentáculo nacional, o latifúndio”.

Pode-se concluir que existia a vontade de que a FNL se tornasse tão forte e atuante a nível estadual, a ponto de influir nos resultados eleitorais, pois estes seriam essenciais na luta em nível nacional, tornando-se o imperialismo figurava como o maior de todos os inimigos a ser vencido. Acreditava o articulista do jornal que seu alerta faria com que “o povo trabalhador” votaria naqueles candidatos que defendessem os ideais nacionalistas, elegendo “homens sérios, devotados às causas populares”. (*Fôlha Popular*, 06 de janeiro de 1962, p. 01). Numa das seções de maio de 1962, o jornal se manifesta a respeito de quem os (e)leitores não deveriam votar nas eleições daquele ano:

O eleitorado esclarecido do nosso Estado deve tomar nota desses nomes, para repudiá-los nas eleições de 7 de outubro, votando somente naqueles candidatos que façam parte ou se comprometam publicamente, a apoiar a Frente Parlamentar Nacionalista e Frente de Libertação Nacional. (*Fôlha Popular*, 26 de maio de 1962, p. 02).

Na mesma edição, há um artigo em que o articulista se expressa, com muita preocupação, sobre o fato de estar circulando em Aracaju um folheto contendo o programa da Ação Democrática Parlamentar. Tratava-se de um suplemento da conhecida revista Ação Democrática: Não vamos dizer, só por dizer, que a Ação Democrática Parlamentar, é uma organização reacionária que serve aos interesses dos monopólios norte-americanos e das forças mais retrógradas do País. Não! (*Fôlha Popular*, 26 de setembro de 1962, p. 03).

O artigo, ao afirmar que os interesses imperialistas são ardilosamente defendidos pela Ação Democrática, tenta defender os argumentos que comprovariam o perigo das teses contidas no folheto:

Todos sabem que quando começou a tornar-se mais clara para muitos a nefasta atividade para a economia brasileira por parte dos monopólios norte-americanos, surgiu a Frente Parlamentar Nacionalista, com programa de luta em defesa dos nossos minerais, notadamente do petróleo, pela reforma agrária e industrialização do país. Os elementos desta Frente desenvolveram um grande trabalho de esclarecimento das massas, em comícios, conferências, pelo rádio e jornal, o que teve importância fundamental na organização e consolidação da Petrobras. Era a Frente Parlamentar Nacionalista uma entidade democrática, defensora da soberania nacional. (*Fôlha Popular*, 26 de setembro de 1962, p. 03).

Enquanto A Frente Parlamentar Nacionalista seria “uma entidade democrática”, favorável à industrialização, à reforma agrária, enfim à “soberania nacional”, a Ação Democrática Parlamentar teria sido criada justamente para combatê-la, pois reunia os parlamentares “reacionários”, sob orientação dos norte-americanos. Como se vê, a Ação Democrática Parlamentar fora criada para opor-se ao Movimento Nacionalista Brasileiro, ou melhor, para contrapor-se à Frente Parlamentar Nacionalista. Conforme o jornal, muito embora fizesse muita referência à democracia e até mesmo à reforma agrária, a Ação Democrática Parlamentar estava com “o rabo de fora”:

Muito embora fale muito em democracia e até em reforma agrária (reforma agrária exequível, isto é, sem tocar no latifúndio), lendo os pontos do programa da Ação Democrática Parlamentar, logo se verifica que os seus componentes não ponderam esconder totalmente as suas intenções e deixaram o rabo de fora, passemos uma vista ao Art. II, letra E. Amplo respeito à livre empresa Eis aí o véu afastado. (*Fôlha Popular*, 26 de maio de 1962, p 03)

Queria o articulista chamar a atenção para as verdadeiras intenções da Ação Democrática Parlamentar, as quais eram claramente contrárias aos interesses nacionais, uma vez que defendia a liberdade das empresas estrangeiras para continuarem explorando o país.

A livre empresa, num país subdesenvolvido e em processo de industrialização como o Brasil, significa, todos sabem (e eles também), liberdade para os trustes continuarem organizado aqui suas indústrias, com isto sufocando a nascente indústria nacional e daqui levando para o bolso

dos milionários norte-americanos, somas fabulosas, extraídas do suor do nosso povo e em detrimento dos interesses da Nação. (*Fôlha Popular*, 26 de maio de 1962, p. 03).

No Brasil, país subdesenvolvido ou em desenvolvimento, em que a industrialização ainda estava por se consolidar, a não intervenção do Estado – a ausência de um governo nacionalista – acabaria por permitir que através da exploração do povo, “somas fabulosas” fossem para os “bolsos” dos norte-americanos.

Por fim, o artigo refuta a propaganda feita por diversos veículos de informação, segundo a qual a Aliança para o Progresso distribuiria milhões de dólares entre os Estados do Nordeste para que estes investissem em educação, habitação e saneamento básico. Na verdade, tal publicidade consistia em um

meio que os imperialistas norte-americanos julgaram descobrir para evitar (ou retardar) que se faça a Reforma Agrária no Brasil, principalmente no Nordeste, onde as lutas pela posse da terra são bastante vigorosas. É claro que se o Brasil industrializar-se, os Estados Unidos perderiam um colossal mercado de exploração. Por sua vez, o Nordeste se industrializando, os grandes capitalistas do sul do país perderiam também o seu campo de enormes lucros. E por isto é que eles lutam para que a nossa região continue sendo fornecedora de matérias primas, adquiridas a preço vil, e continue como compradora de artigos manufaturados no sul a preços elevados (*Fôlha Popular*, 26 de maio de 1962, p. 03).

Pela análise do trecho acima, percebe-se o alerta sobre como o Nordeste, região em que a Reforma Agrária se fazia mais urgente e necessária, era justamente a parte do país explorada, tanto pelos capitalistas do sul, quanto pelos norte-americanos. Para estes, era fundamental manter uma estrutura marcada pela presença do latifúndio e total falta de industrialização. À vista disto, conclui o jornal que o programa da Ação Democrática Parlamentar defende os interesses dos monopólios norte-americanos e de seus representantes nacionais, e é fundamentalmente contra os “sagrados interesses do povo brasileiro, dos nordestinos em particular”. Era, portanto, uma “organização reacionária” e “antinacional”, tendo como integrantes sergipanos os deputados Leite Neto, Lourival Batista, José Garcez Vieira, Euvaldo Diniz e Arnaldo Garcez. Por conseguinte, estes políticos não eram merecedores do voto dos sergipanos, pois não passavam de “reacionários” do Estado e da Nação. Entretanto, no pleito de outubro do mesmo ano, Francisco Leite Neto, um dos mais

atuantes da ADP em Sergipe, elegeu-se senador por Sergipe na legenda da coligação formada pelo PSD e o Partido Republicano Trabalhista (PRT).

Pesquisando o bloco interpartidário ADP, foi possível descobrir que sua organização no interior do Congresso ocorreu numa fase de crescente polarização da vida política brasileira, e representa uma resposta dos setores conservadores à Frente Parlamentar Nacionalista (FPN), que tinha por objetivo de combater a infiltração comunista na sociedade brasileira. Composto basicamente de parlamentares da União Democrática Nacional (UDN), e secundariamente, do Partido Social Democrático (PSD), agregava também deputados do Partido Republicano (PR), do Partido Social Progressista (PSP), do Partido Democrata Cristão (PDC), do Partido Trabalhista Nacional (PTN), do Partido de Representação Popular (PRP), do Partido Libertador (PL) e do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), que contava com um representante. O embate entre esses dois blocos interpartidários – FPN e ADP - esteve em questão nos trabalhos parlamentares durante a presidência de João Goulart.

A ADP proclamava-se contrária a “qualquer regime totalitário de esquerda ou de direita”, definia-se como um movimento de defesa das instituições democráticas, situado acima dos partidos políticos. Tinha por lema a divisa “Anticomunistas sempre; reacionários nunca”, e declarava-se defensora do progresso social, desde que este fosse “sem gestos revolucionários”.

Ademais, os candidatos indicados pela ADP para as eleições legislativas e para o governo de alguns Estados, realizadas em 1962, foram acusados de se beneficiarem do financiamento do Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), organização que angariava contribuições monetárias entre empresários brasileiros e estrangeiros, com a finalidade de ajudar os políticos que faziam oposição a Jango. Sob o movimento também recaiu a acusação de manter ligações com o Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais (IPÊS), organização de empresários do Rio de Janeiro e de São Paulo fundada no início de 1962, que da mesma maneira se opunha ao presidente da República.

No ano das eleições, 1962, especialmente no mês de abril, a *Folha Trabalhista* anunciou que os trabalhadores estancianos estavam em festa por conta da chegada de Francisco de Araújo Macedo, líder estadual do PTB, em companhia de sua esposa, a candidata a deputado Estadual, Núbia Nabuco Macedo. A *Fôlha Trabalhista*, assim apresenta o fato: Os trabalhadores estancianos viveram uma das suas maiores noites, quando

recepcionaram o seu grande líder e amigo Sr. Francisco Macedo e sua exma. Sra. dona. Núbia Nabuco Macedo”. (*Fôlha Trabalhista*, 15 de abril de 1962, p. 01).

O Jornal descreve a chegada como sendo “bastante concorrida”, pois o “ilustre deputado” foi “calorosamente recebido” pelos “seus leais amigos”. Na sede do PTB local os discursos versaram sobre a candidatura de Pascal Nabuco e também de Núbia Macedo⁶⁶.

Como se observa, no início de 1962, o jornal se ocupa das campanhas daquele ano apresentando aos seus leitores Francisco Araujo Macedo como candidato a Deputado Federal e sua esposa, Núbia Nabuco para o cargo de Deputado Estadual e o diretor do jornal, Manuel Pascoal Nabuco como candidato à prefeitura de Estância.

“*A Presença de Macedo*”. Esse é o título do editorial de 15 de abril de 1962 que claramente demonstra a forma como a personalidade de Macedo deveria ser percebida: “Está, desde ontem, entre nós o sr. Francisco de Araújo Macedo, figura querida no seio das massas populares, principalmente no seio dos trabalhadores, humildes e pequenos”. (*Fôlha Trabalhista*, 15 de abril de 1962, p. 02). Desse modo, candidatura de Macedo é colocada como necessária, dando a entender que ele seria o único defensor das “massas populares”, categoria que incluía os “trabalhadores”, “humildes” e “pequenos”.

Pioneiro que foi do trabalhismo em nosso Estado, Macedo é um dos nossos homens públicos de têmpera e de vida pública das mais atribuídas. Um **revolucionário** autêntico, que em nenhuma época se negou a batalhar em **defesa da classe obreira** e que jamais temeu adversário em nenhum dos terrenos a que foi chamado à luta. (*Fôlha Trabalhista*, 15 de abril de 1962, p. 02).

Ao qualificar José de Araújo Macedo como o pioneiro do trabalhismo em Sergipe, um “revolucionário”. Há uma tentativa de colocar o deputado como o legítimo representante da “classe obreira”. Em virtude disso, são citadas as obras realizadas por Macedo em seu município, sua base eleitoral, pois o que está em jogo é o “amor que o deputado sentia por sua cidade, amor este que o próprio, que era proprietário do jornal procura ressaltar”. Portanto, seus projetos, suas obras, como escolas, hospitais, serviram para que o mesmo pudesse ser

⁶⁶ Quem era Núbia Nabuco Macedo? Nascida em 1917, em Esplanada, no interior da Bahia, entrou cedo para a política, elegendo-se Prefeita de Estância, em 1950, com 33 anos. Era a primeira mulher a ocupar a chefia de um executivo municipal, não somente em Sergipe, mas no Brasil. Desse modo começaria ali sua carreira. Sua administração, em pleno Governo getulista e tendo o marido na Câmara Federal, foi marcada pelo relacionamento social, que fortaleceu a formação de uma consistente base trabalhista em Estância, onde o ambiente das fábricas de tecidos garantia um público atento aos discursos e ações do PTB.

reconhecido como líder, representante da classe obreira. O mesmo editorial já faz referências às eleições daquele ano:

Quanto, portanto, ainda, teria feito Macedo se fosse reconduzido ao Parlamento da República, onde sua voz corajosa, muitas e muitas vezes, se levantou em defesa dos ideais democráticos da nossa pátria? [...] A experiência nos aconselha, nesta hora decisiva para os destinos democráticos do nosso povo, a cerrarmos fileiras ao lado dos homens identificados com os anseios populares, homens da têmpera e da coragem cívica deste combatente nordestino, que é Francisco Macedo, em busca de melhores dias para nós e para os nossos filhos. (*Fôlha Trabalhista*, 15 de abril de 1962, p. 02).

À “experiência”, é a ela que o jornal apela para tentar convencer aos seus leitores e eleitores de que o Brasil vivia uma conjuntura em que era necessário ficar ao lado dos “homens identificados com os anseios populares”. Segundo o editorial, José de Araújo Macedo era um desses homens, pois ele estava em busca de melhores para todos, no presente e no futuro.

Assim, no Estado de Sergipe, nas últimas eleições antes da deflagração do golpe, ou seja, no pleito de 1962 elegera-se governador, o então deputado federal Seixas Dória, oriundo da União Democrática Nacional (UDN), aquela época dividida entre ele e Leandro Marciel, mas tendo o apoio do Partido Social Democrático (PSD) e do Partido Republicano (PR), além de parte do PTB, sob a liderança do Prefeito de Aracaju, José Conrado de Araújo, irmão do deputado Francisco de Araújo Macedo.

3.2 O PCB : SUA “NOVA POLÍTICA” E A LUTA POR SEU REGISTRO ELEITORAL

Em maio de 1962 é publicada uma nota informativa por parte da comissão estadual pró registro do PCB, dando conta de que a cota de assinaturas pelo registro eleitoral do partido tinha sido ultrapassada. É dito ainda que “o povo sergipano” contribuiu não só com a meta de 1000 assinaturas, como superou esse número em mais de 20%. Segundo essa comissão estadual, tal feito

revela e também confirma o amadurecimento político de nosso povo, que não aceita mais as discriminações permanentemente insinuadas e as vezes descaradas dos inimigos interno e externos de nosso país, que já sabe

defender com convicção e firmeza as liberdades democráticas, como reagiu contra a ditadura em 25 de agosto de 1961, sonhada pela reação antinacional. (*Fôlha Popular*, 26 de maio de 1962).

Nessa perspectiva, o “amadurecimento político”, demonstrado pelo povo de Sergipe em agosto de 1961, quando impediu a implantação de uma ditadura, agora estava mais uma vez se manifestando através do apoio ao partido comunista:

Esta nova contribuição do esclarecido povo sergipano para o fortalecimento da democracia com o registro eleitoral do PCB, representa um grande passo no sentido da legalidade democrática, do respeito a Constituição, na qual se destacaram a classe operária, os camponeses, estudantes, servidores públicos, a intelectualidade progressista, deputados, vereadores. (*Fôlha Popular*, 26 de maio de 1962).

Não é exagero afirmar que a campanha, pelo registro de sua legenda, mostra como havia mesmo, a necessidade do partido de se inserir junto às massas, tentando ganhar a adesão da classe operária, dos estudantes, dos camponeses, servidores públicos, etc, trazendo um discurso em torno da legalidade democrática.

É muito corriqueira a referência ao governo Goulart sem diferenciações, como um mesmo período. Mas é útil pensá-lo em duas fases: a primeira parlamentarista e a segunda presidencialista. Enquanto durou o sistema parlamentarista, de setembro de 1961, quando Goulart tomou posse na presidência da República, até janeiro de 1963, Goulart não governou o Brasil. Vivia-se o regime de gabinete. Nesse contexto, as direitas não podiam acusar Jango pela ameaça de ‘comunização’ do país, nem as esquerdas denunciá-lo por não efetivar as reformas de base.

Em Sergipe, os dirigentes sindicais, estudantes líderes de associações promoveram comícios contra a grave situação política e econômica do Brasil, pelas reformas de base, assim como pela formação de um ministério nacionalista para evitar um governo de conciliação:

Com os acontecimentos políticos em curso em nosso país, os trabalhadores brasileiros, de todas as categorias profissionais não vacilaram em tomarem posições [...] Os fatos ocorridos no sul do país e também no Nordeste, refletem, com a clareza meridiana, que o povo não pode mais esperar, de maneira indefinida, a reclamada solução urgente dos problemas que afligem à **classe operária**, os **camponeses**, a **classe média** e a **burguesia** brasileira que sofrem as mais terríveis consequências, com a ingerência do imperialismo americano, seus agentes internos e os latifundiários, no

domínio econômico e político de nossa Pátria, causa principal de nosso atraso e consequente miséria que vive o nosso povo. (*Fôlha Popular*, 07 de junho de 1962, p 01).

Percebe-se que inicialmente entusiasmadas com a posse de Goulart, logo as esquerdas ficariam insatisfeitos por ele não decretar as reformas de base e, além disso, procurar o apoio do Partido Social Democrático no Congresso Nacional. Dessa maneira o presidente pretendia unir o PTB com PSD, partido que possuía maioria parlamentar, e, assim, aprovar as reformas por meio da negociação e do consenso. Na ótica das esquerdas, a estratégia presidencial era rejeitada e condenada: combinações, pactos e compromissos com os pessedistas não passavam de “política de conciliação”, o não trazia a solução urgente para “o atraso e consequente miséria que vive o nosso povo”.

É oportuno fazer algumas considerações acerca das estratégias e a atuação do Partido Comunista Brasileiro (PCB) durante o governo Goulart. Nesse período, os comunistas assumiram diferentes posicionamentos: na fase parlamentarista de governo, o partido expressou afastamento crítico em relação ao presidente da República. Posteriormente, durante todo o ano de 1963, o PCB demonstrou oposição de Goulart, criticando a estratégia janguista de aliar o PTB ao PSD para obter a maioria no Congresso Nacional. Já em de fins de 1963, até o golpe militar no ano seguinte, os comunistas apresentaram apoio ao presidente. A mudança ocorreu devido a decisão de Goulart em desfazer a aliança com o PSD e governar com o apoio político das esquerdas⁶⁷.

Segundo José Antonio Segatto, entre 1954 e 1958, o PCB passou por uma série de experiências que resultaram na reorientação teórica, política e organizativa. O impacto do suicídio de Vargas, o desenvolvimentismo do governo Kubitschek e os debates provenientes do XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética podem ser vistas como as mais importantes dessas experiências. O PCB dá início a um processo de renovação e formulação da chamada de uma ‘nova política’. A “Declaração de Março de 1958” foi o documento que passou a orientar as mudanças políticas dos comunistas brasileiros⁶⁸.

Segundo Mosés Vinhas, na trajetória do PCB, essa declaração permanece como um momento de inflexão, de adoção de uma nova linha política:

⁶⁷ SEGATTO, José Antonio. Reforma e revolução. As vicissitudes políticas do PCB (1954-1964). Rio de Janeiro, 1995.

⁶⁸ Ibid., p.33.

Tratava-se de um marco na luta para libertar o pensamento político dos comunistas brasileiros das malhas do sectarismo e do dogmatismo (...) o que permite qualifica-la precisamente de ruptura é o fato de que ela aceita a tese de coexistência pacífica a nível internacional, recusa uma leitura catastrófica do capitalismo, admite ainda que timidamente que ele se desenvolveu no Brasil e, a partir daí, retoma a questão da democracia e do caminho da revolução brasileira.⁶⁹

Essa ruptura qualitativa aponta claramente que o caminho pacífico era o mais conveniente à classe operária e à toda nação. Basicamente, o documento admitia que o capitalismo estava se desenvolvendo no país de forma inconvertível, o que estimulava a luta pela democracia. Assim sendo, era necessário solucionar as contradições que haviam entre a nação e o imperialismo, e entre o avanço das forças produtivas e as relações de produção semifeudais no campo. Desse modo, a contradição entre o proletariado e a burguesia, expressa em várias formas de luta de classes, continuaria a existir. No entanto, isso não exigia uma solução imediata e radical naquela fase. Por essa ótica, a revolução brasileira seria anti-imperialista, antifeudal, nacional e democrática.

No processo revolucionário brasileiro haveria aliança com a burguesia e com outras classes em uma Frente Única, mas, à frente do processo, estaria o proletariado. A Frente deveria ter propostas como a reforma agrária, a política externa independente e a ampliação das liberdades democráticas, entre outras, resultando em um governo nacionalista e democrático⁷⁰.

O novo direcionamento político foi um marco na trajetória do PCB, fazendo com que o partido se abrisse à sociedade. Como resultado da aliança com os trabalhadores nos meios sindicais, o partido alcançou a diretoria de vários sindicatos, federações e confederações. Ademais, ocorreu a fundação de inúmeras intersindicais, possibilitando a criação do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT). De fato, o partido se expandiu, alcançando expressividade na política brasileira.

Norteados pela “Declaração de Março”, os comunistas saem da clandestinidade e passam para a atividade política dentro de uma real legalidade. Os mesmos procuram estabelecer as mais diversas alianças sociais e partidárias, visando as eleições de 1958, as quais concorrem sob as legendas do PTB e de outros partidos. Naquele mesmo ano, são

⁶⁹ VINHAS, Moisés. **O Partidão**. A luta por um partido de massas (1922-1974). São Paulo: Editora Hucitec, 1982. p.183.

⁷⁰ FERREIRA, Jorge. **O Partido Comunista Brasileiro e o governo João Goulart**. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 33, nº 66, p. 113-134- 201. p.22.

registrados acordos eleitorais a níveis locais com todos os partidos políticos juridicamente legais, o que é possível dada a heterogeneidade destes. E, dessa forma, desencadeiam a luta pela legalização do PCB.⁷¹

Por ocasião das eleições de 1960, o PCB articula-se para o pleito eleitoral e para a realização do seu V Congresso. O propósito girava em torno da reconstrução de sua influência no movimento sindical, algo que ocorre a contento, tanto que sua organização fica claramente fortalecida. Realizado no Rio de Janeiro, em setembro de 1960, o V Congresso é beneficiado pelo clima de entusiasmo provocado pelo avanço das forças democráticas e aprova uma “Resolução Política”, que admite a ideia de que a revolução brasileira “pode ter aspectos particulares e singulares” em comparação a outras revoluções exitosas, elegendo como pautas primordiais a conquista e a emancipação do país do julgo imperialista e a superação da estrutura agrária obsoleta, bem como – diz o documento - o “estabelecimento de amplas liberdades democráticas e a melhoria das condições de vida das massas populares”.

No que toca a legalização do PCB, o documento estabelece uma correlação entre a consolidação do regime democrático e a organização dos partidos políticos, sem barreiras de qualquer espécie, incluindo-se aí a participação na vida política do conjunto das classes menos favorecidas e a própria legalização do partido.

O partido defendia o ‘caminho pacífico ao socialismo’. Segundo Jorge Ferreira⁷², criou-se a imagem desacertada do partido que desistiu do projeto ‘revolucionário’, adotando o ‘reformismo’. É preciso considerar, todavia, que a escolha pela via ‘pacífica ao socialismo’ adotada pelo PCB não anulava, necessariamente, a opção da revolução armada, ou seja, o ‘pacifismo’ do PCB foi muito menos uma prática efetiva do partido do que a expressão depreciativa de seus opositores de esquerda.

O PCB apoiava as reformas de base, programa das esquerdas e apoiadas por João Goulart. Para os comunistas, tais reformas eram ‘estruturais da sociedade’, de modo que se tornaram a maior bandeira de luta de comunistas, nacionalistas, trabalhistas, e outras forças de esquerda – o que explica o prestígio de Prestes junto ao jornal. As reformas de estrutura, nesse sentido, eram as condições para a realização da “revolução brasileira”.

⁷¹ VINHAS, Moisés. **O Partidão. A luta por um partido de massas (1922-1974)**. São Paulo: Editora Hucitec, 1982. p.182.

⁷² FERREIRA, Jorge. **Esquerdas no Panfleto. A crise política de 1964 no jornal da Frente de Mobilização Popular. Anos 90**, Porto Alegre: Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS, n.29, jul. 2009.

Assim, a *Fôlha Popular*, durante o período parlamentarista, dá um amplo destaque para o dirigente comunista Luiz Carlos Prestes. Além da Campanha de recolhimento de assinaturas para legalizar o PCB, para que este, enfim, tivesse o registro eleitoral, a *Fôlha*, para apresentar uma entrevista com comunista põe em evidência que “Prestes conclama a luta”, e que “a ação dos trabalhadores pode impedir a conciliação e impor um Gabinete nacionalista”, de modo geral, as esquerdas exigiam de Goulart a formação imediata de um governo popular e nacionalista, amparando-se exclusivamente nas forças de esquerda.

A referida entrevista estampada na edição de 23 de junho de 1962, reproduzida da publicação do jornal *Novos Rumos*, apresenta Prestes tecendo críticas a escolha feita por Goulart do conselho de ministros do sistema parlamentarista. A esquerda representada pelo PCB encontra-se muito insatisfeita com a postura “conciliatória”. No início daquele mesmo mês, dissolvera-se o gabinete, cujo primeiro ministro era Tancredo Neves, no qual Jango estava na incumbência de escolher um novo primeiro ministro. Na visão de Prestes:

agravou-se, inegavelmente nos últimos dias, a situação política do país. Em consequência da política de “**conciliação** e apaziguamento do sr. João Goulart, a substituição do Conselho de Ministro transformou em crise de governo. Voltam os **golpistas** a ameaçar a nação com uma ditadura, **reacionária e entreguista**. Mas este perigo, que se dúvida existe e deve ser combatido por todos os **patriotas e democratas**, não é o único que o nosso povo enfrenta. Nem é mesmo, no momento, o maior. Nós os comunistas, mais de uma vez denunciemos a origem antipopular e a reacionário do Gabinete presidido pelo sr. Tancredo Neves. (...) o gabinete surgiu na base de uma solução de compromisso do sr. João Goulart com os piores inimigos de nosso povo, os representantes do interesses do imperialismo e do latifúndio. Por isso mesmo foi também uma solução que teve em vista **apaziguar os golpistas**. (*Fôlha Popular*, 23 de junho de 1962, p. 01, grifos nossos)

Mas o que vinha a ser essa política conciliatória praticada por Jango? Ao assumir o cargo, o presidente buscou aplacar seus opositores expandindo a base política do novo governo, procurando o apoio do centro sem romper sua relação com setores de esquerda, de forma a estabelecer o diálogo com os diversos partidos representados no Congresso, o que aos olhos da esquerda seria a forma de apaziguar os golpistas.

Em função da política de “conciliação” e apaziguamento, a formação de um novo Gabinete se transformou em uma crise de governo, diante da qual Prestes demonstra receio por enxergar novamente o perigo da ascensão de uma “ditadura reacionária e entreguista”. Tal ameaça não foi afastada totalmente pelo governo, somente apaziguada com a escolha do

gabinete composto por “polítiques” reacionários, principalmente das cúpulas dirigentes do PSD e da UDN, numa tentativa de assegurar e até fortalecer as posições dos representantes do latifúndio e do imperialismo no aparelho estatal.

Nove meses já decorrentes após a crise de agosto. E está suficientemente claro que o atual governo se revelou incapaz de pelo menos dar início à solução dos problemas mais prementes que a nação enfrenta. Aí está a realidade. Falou-se muito em reforma agrária. Mas ao invés da divisão dos latifúndios e da distribuição das terras aos homens do campo, o que se vê é o apoio do governo ao assassinato de camponeses por capangas dos latifundiários e o governo a empregar suas próprias forças, utilizar-se até do Exército, para desencadear, principalmente no Nordeste, a reação e o terror contra o movimento camponês. (*Fôlha Popular*, 23 de junho de 1962, p. 01)

Então, segundo a crítica de Prestes, o governo parlamentar, surgido após a crise sucessória de 1961, não tinha promovido avanços na resolução dos problemas mais urgentes do país, sobretudo no que diz respeito ao campo, dominado pelos latifundiários irredutíveis à aprovação da reforma agrária. Outro questionamento dirigido a Prestes é o seguinte: “pode a crise política ser resolvida de acordo com os interesses dos trabalhadores e do povo?”. Diante da conjuntura em que um novo gabinete iria ser formado, Carlos Prestes assevera que a

solução estará na composição de um novo Conselho de Ministros sem compromissos com a reação e o entreguismo, formado por democratas autênticos, que o projeto de reforma agrária radical, estabelecendo a entrega das terras dos latifúndios às massas camponesas, e propor a emenda constitucional que permita a indenização das terras em títulos da dívida pública; repelir as remessas dos lucros dos monopólios estrangeiros; ampliar o monopólio estatal do petróleo; adotar medidas concretas contra a inflação e a carestia, através principalmente do rigoroso controle do câmbio e do comércio. (*Fôlha Popular*, 23 de junho de 1962, p. 01).

A julgar por sua resposta, Prestes não colocava nenhuma objeção ao parlamentarismo, direcionando suas preocupações em relação à escolha dos ministros que iriam compor o gabinete, que segundo ele, teria que ser formado por “democratas autênticos”. Fica claro também que se defende uma reforma agrária radical, o que significava entrega das terras dos latifúndios aos camponeses. Nesse sentido, o grande receio anunciado por Prestes era a ditadura entreguista e reacionária, devido a já citada política de conciliação.

Prestes afirma que os “polítiques” e reacionários naquele momento de crise política estavam se movimentando nos bastidores, a fim de firmar os conchavos que levassem a um

novo governo de conciliação. Ele cita nomes ligados aos PSD e da UDN que seriam os "polítiques" que queriam obter as vantagens do gabinete em detrimento dos interesses do povo, mas mesmo assim, estavam sendo contados para o cargo de Primeiro Ministro: Moreira Sales, Carvalho Pinto e Juraci Magalhães. Então, confiante de que a opinião pública teria um papel importante, e que o povo queria ser ouvido e atendido, Prestes conclama as forças patrióticas e democráticas – que para ele eram: os operários, camponeses, estudantes, os intelectuais, as camadas médias urbanas e os setores progressistas da burguesia – isto é, a maior parcela da nação.

Os comunistas também compreendiam que havia um processo de polarização política e ideológica no país. No embate entre as forças de direita e de esquerda estava a disputa pela hegemonia política. Por isso, salientam a necessidade de união de forças, porque:

Unidas e atuantes, essas forças podem impor sua vontade, derrotar os conciliadores e a minoria reacionária e entreguista, exigir a constituição de um governo nacionalista e democrático, efetivamente capaz de realizar as mudanças que o povo reclama. (*Fôlha Popular*, 23 de junho de 1962).

Apresenta-se então, a ideia de alcançar um governo nacionalista e democrático dentro dos marcos do regime capitalista – etapa que seria indispensável para prosseguir na luta pela realização da revolução socialista. Portanto, o PCB estava propondo uma aliança com as forças patrióticas e democráticas, que estranhamente incluía a burguesia em prol de um governo nacionalista, em que não houvesse espaço para os conciliadores. Nessa linha de pensamento, diferente de conciliação em que se tenta atender a vários interesses, por vezes antagônicos, a aliança tem mais o sentido de unir forças em prol de um objetivo comum. Então, em tom de urgência, sentenciava Prestes:

essas forças devem se unir e agir. Não há tempo a perder. Urge pressionar o presidente da República e o Parlamento no sentido de que seja escolhido um primeiro-ministro e constituído um conselho de ministros que se comprometam a levar à prática as medidas já apontadas. As organizações populares, estudantis, camponesas e operárias já estão se movimentando mas a situação exige que suas ações sejam intensificadas”. (*Fôlha Popular*, 23 de junho de 1962, p. 01).

Ao analisar o órgão oficial do PCB, o jornal *Novos Rumos*, Jorge Ferreira conclui que durante a fase parlamentarista, o Partido Comunista seguiu uma política decidida em relação

ao presidente da República: o silêncio e a hostilidade⁷³. Durante o regime parlamentar, Goulart era cobrado por suas opções políticas. Em junho de 1962, com a renúncia do gabinete de Tancredo Neves, os comunistas queriam que Goulart nomeasse um primeiro-ministro de esquerda. Segundo Maria Celina D'Araujo:

Quando da formação do segundo gabinete, em junho de 1962, o presidente mais uma vez se articulou com o PSD, dessa feita para vetar o nome de San Tiago Dantas, ungido agora como candidato dos petebistas radicais. San Tiago, o político preterido pelos nacionalistas em 1960 para a pasta da Agricultura, era alçado então à condição de candidato alternativo das esquerdas para denunciar a política de conciliação do presidente. Sua derrota levou a nova eleição, onde mais uma vez os cálculos momentâneos se superpuseram à coerência. Goulart emprestou seu apoio à indicação de Moura Andrade, enquanto o PTB se articulava com o Comando Nacional de Greve para, através de uma greve geral, exigir a formação de um gabinete nacionalista⁷⁴.

Pela citação acima, nota-se certa divergência entre parte dos petebistas e o presidente. Este, após o fracassado intento de colocar Francisco Clementino de San Tiago Dantas no cargo de primeiro ministro, convidou Moura Andrade para presidir o gabinete, apesar da oposição do PTB e dos órgãos sindicais integrantes do Comando Nacional de Greve.

Enquanto difusor dos projetos do Partido comunista, o jornal *Fôlha Popular*, promove a exaltação de Carlos Prestes, tanto que na edição de 06 de janeiro de 1962, o líder comunista é homenageado por ocasião do seu aniversário. A nota é bem enfática em coloca-lo como um defensor da pátria e do povo brasileiro. É feita toda uma trajetória de sua vida política, iniciada em 1921, quando comandou a “Coluna Invicta”- ou Coluna Prestes – tendo a oportunidade de conhecer a miséria e exploração a que eram submetidas às populações do interior do país. Mas, segundo a nota, o momento crucial na vida do homenageado foi quando “tomou conhecimento da doutrina marxista e a ela aderiu; caminho certo, único e exato para conquistar-se a emancipação econômica da nação e libertar o povo do atraso do analfabetismo e da exploração. Fez comunista militante”. E agora já se destacava no cenário nacional como “um verdadeiro patriota, vivendo e lutando para tornar o Brasil um país livre das garras do

⁷³ FERREIRA, Jorge. **O Partido Comunista Brasileiro e o governo João Goulart**. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 33, nº 66, p. 113-134- 201. p.22.

⁷⁴ D'ARAÚJO, Maria C. **Raízes do Golpe**: ascensão e queda do PTB. In: SOARES, Gláucio; D'ARAÚJO, Maria (org). **21 anos de regime militar**: balanços e perspectivas. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1994. p. 56.

imperialismo norte americano e o nosso povo dono de uma vida radiosa.” (*Fôlha Popular*, 06 de janeiro de 1962. p. 01)

Figura 5. Homenagem a Carlos Prestes



Fonte: *Fôlha Popular*, 06 de janeiro de 1962, p. 01

Qual o interesse do jornal em promover a figura de Carlos Prestes ao colocar o militante comunista como um “verdadeiro patriota”, um líder que se projetava no cenário nacional para defender os interesses da pátria contra os inimigos da nação e contra o latifúndio, responsável pelo atraso do país? Fica mais fácil entender essa atenção dada ao PCB na medida em que se busca saber quem era o diretor desse periódico no momento: Robério Garcia. Primogênito dos irmãos de Luis Garcia, governador de Sergipe (1959-1962), o comerciante Robério Garcia, de acordo com o jornalista e historiador Luiz Antonio Barreto, “[...] não teve formação superior, sacrificando-se, por opção pessoal, para ajudar a que os irmãos obtivessem o grau nas profissões que escolheram”. (BARRETO, 2005, s/p). Não frequentou nenhum curso superior, mas atuou efetivamente, tanto no campo político, quanto no campo esportivo, no Estado. Foi filiado ao Partido Comunista Brasileiro (PCB), o que justifica o fato de que o Jornal *Fôlha Popular*, na época, fosse um meio de divulgação de assuntos ligados ao PCB. Assim, as páginas dos jornais irão visibilizar a campanha nacional

pelo registro eleitoral do partido comunista. Noticiava a *Fôlha*, em fevereiro de 1962, que o esforço para colocar o PCB na legalidade estava:

[...] despertando o mais vivo interesse no seio da classe operária, dos estudantes, da intelectualidade progressista e de todos os democratas. Senadores, deputados federais e estaduais, governadores, prefeitos, vereadores, juristas e outras personalidades têm se manifestado e assinado manifestos e listas em favor do PCB, numa demonstração inequívoca do **reconhecimento do papel importante que desenvolveram os comunistas, na luta pela emancipação nacional e em defesa dos interesses da classe trabalhadora e do povo**. Além disso, os seus pronunciamentos mostram claramente a ilegal porque inconstitucional decisão que levou o PCB a ilegalidade, muito embora durante esse período, os comunistas apoiassem candidatos a todos os postos eletivos do país. (*Fôlha Popular*, 03 de fevereiro de 1962, p. 01. Grifos nossos).

Esperava-se ultrapassar a cota de assinaturas exigidas pela Justiça Eleitoral. O articulista procura demonstrar entusiasmo em torno da campanha pela legalização do partido, afirmando que a classe operária assim como estudantes, políticos intelectuais, enfim, todos os “democratas” e “progressistas” tinham aderido ao movimento, o que era inequívoco sinal do “reconhecimento” da importância dos comunistas na defesa pela “emancipação nacional e em defesa do povo”. E, mesmo após o decreto que tornaram ilegal sua legenda, o PCB permaneceu atuante através de apoio a candidatos para todos os postos eletivos.

O jornal *Fôlha Popular* transcrevia algumas matérias do Jornal *Novos Rumos*, o portavoz das orientações político-ideológico do PCB. Isso por exemplo, ocorre na edição de 27 de janeiro de 1962, p. 02, em que é publicada uma entrevista com o ex-senador Carlos Prestes na qual são tratados diversos assuntos, como o XXII Congresso do Partido Comunista da União Soviética do qual participou como representante dos comunistas brasileiros. Quando questionado acerca da situação política brasileira o dirigente se mostra otimista com o que ele chama de “avanço do processo democrático”:

A situação brasileira como de avanço do processo democrático, de ampliação e revigoramento das forças progressistas. As forças reacionárias e o imperialismo norte-americano temem e se preocupam com esse processo e tentam barrá-lo. (*Fôlha Popular*, 27 de janeiro de 1962, p. 02).

De acordo com Prestes, esse temor surgiu quando da morte de Vargas e da renúncia de Jânio Quadros. Para ele, o fato de os três ministros militares falarem até em prisão de Goulart

se este deixasse o Brasil, mas isso não ter acontecido, era um forte indício da força do movimento democrático, graças ao qual ocorreu a posse do presidente. Sobre o parlamentarismo, Prestes afirmou que “os comunistas consideravam pernicioso a discussão sobre a forma de governo porque os problemas do povo podem ser resolvidos também sobre este sistema de governo – o parlamentarismo”.

E é claro que tinha que falar sobre o registro do PCB. Pela justiça eleitoral, eram exigidas 50 mil assinaturas para registrar um partido político. Na ocasião, segundo a organização cerca de 60 mil assinaturas foram coletadas. Apesar de ser um processo moroso uma vez que o juiz de cada zona deveria conferir lista por lista, os comunistas estavam bastante confiantes:

acreditamos que, até abril (1962) tudo já estará mais claro e que os juízes cumprirão a lei e registrarão o PCB, cujos estatutos atendem às exigências legais. Se tal ocorrer, como pensamos, disputaremos as eleições com legenda própria, mas sem exclusivismos e elegendo inclusive, pessoas não comunistas. (*Fôlha Popular*, 27 de janeiro de 1962, p. 02).

Algo curioso com relação à campanha pró-registro do PCB: se já em meados de janeiro, a comissão responsável anunciava que já havia alcançado a marca de cerca de 60 mil assinaturas, quando o mínimo exigido era de 50 mil, por qual razão adiá-la? Coletar mais assinaturas do que o mínimo necessário para o registro da legenda não significava ficar mais tempo na ilegalidade? Segundo a nota, o motivo era o atraso na chegada a alguns municípios do interior de listas e outros materiais de campanha. Mas certamente o partido achou por bem estender a campanha até como forma de ganhar mais popularidade, solicitando a assinatura de “democratas e patriotas”.

Na perspectiva do PCB, o acordo através do qual teve fim a crise sucessória não se sustentaria por muito tempo porque elementos da extrema direita e militares comprometidos nos acontecimentos de agosto continuavam atuando. Com a política de concessões aos imperialistas e a extrema direita, os reacionários passam a ações terroristas. O partido defende a composição de ministro nacionalista, que realize a defesa da indústria nacional, a reforma agrária radical e uma política externa independente. Por isso, o tom do discurso de Carlos Prestes se torna bem tenso em determinado ponto da entrevista em que fala sobre a possibilidade de agravamento da situação:

Somos revolucionários e não consideramos que a revolução seja somente violência. Lutamos pelo caminho pacífico, mas não tememos a guerra civil. Quanto a esses terroristas, devem eles pensar nos acontecimentos de agosto, pois qualquer tentativa de golpe, hoje, levará o país à guerra civil. Grandes setores militares estão ao lado do povo. Cremos ser possível resolver pacificamente a situação, sem um banho de sangue. Entretanto, não somos nós que decidimos. (*Fôlha Popular*, 27 de janeiro de 1962, p. 01).

No início do governo Goulart, os intelectuais socialistas, radicalizando sua aversão à teoria da "revolução democrático-burguesa, anti-imperialista e antifeudal", interpretaram a mobilização das forças oposicionistas de direita como uma indicação de fragilidade. Esse processo aparecia-lhes como mundial, a reconfirmar a teoria geral marxista da superação do capitalismo decadente e sua substituição por um sistema apoiado na propriedade socialista: "a obsoleta estrutura econômica baseada na iniciativa privada" estava por ruir. A formação de grupos terroristas em vários países podia ser o indício dos últimos estertores do sistema: As classes capitalistas, condenadas historicamente, sentindo-se ameaçadas nas suas posições de poder, pelo avanço do socialismo no mundo e pelas suas próprias contradições, cuidam da organização de sociedades secretas de fins terroristas, para defesa de seus privilégios. No Brasil, as ações terroristas surgem, também, como consequência de uma espécie de descontentamento que domina os círculos mais reacionários da burguesia brasileira e do imperialismo. Assim eram entendidas as conspirações nas Forças Armadas, a atuação de Carlos Lacerda, de Sílvio Heck, o atentado à UNE no Rio Grande do Sul e ao jornal carioca *Última Hora*, acontecimentos todos ligados à crise inaugurada pela renúncia de Jânio, em agosto de 1961 e à resistência a João Goulart.

Quanto a esses atentados, Prestes se colocava contra, pois até sua casa foi alvo dos atentados. Portanto, o líder comunista parecia admitir uma possível luta longe do pacifismo. O articulista de *Novos Rumos*, Espiridião, em junho de 1962, na coluna "daquém e dalém fronteiras" – reproduzida na *Fôlha Popular* - escreve no intuito de apresentar ao público os "candidatos populares", apesar de acreditar que "tais candidatos não devem ser apresentar-se ou ser apresentados" porque o certo é que eles exponham um programa no qual "comprometam-se até os cabelos" com a defesa dos interesses do povo. Porém, o mais instigante a ser observado nesse texto é a caracterização da política e dos políticos que deveriam ser evitados pela população:

Preste atenção o povo sergipano, ao que se passa em torno de si. Há uma quadrilha organizada a soldo de potências estrangeiras que trama dia e noite. Tramam contra as liberdades públicas e o regime democrático. Tramam contra a reforma agrária que libertará o homem do campo da espoliação que é vítima há muito séculos. (*Fôlha Popular*, 23 de junho de 1962, p. 04)

Ou seja, toda essa trama da ação imperialista lucrava à custa da miséria do povo. Assim, havia alguns candidatos, agentes a serviços desse sistema, dessa “quadrilha organizada”. Segundo Pinto, não seria difícil identificá-los, pois enquanto uns deles apresentavam comportamento típico, falando de nacionalismo e reforma agrária, a maioria:

é muda ou se já falaram algum tempo para atrair a simpatia do povo emudeceram agora. Emudeceram porque receiam ser acolmados de comunistas pelos adversários políticos ou porque esperam que os comunistas apõem outros candidatos para iniciar sua campanha sórdida, apelando para os surrados chavões do anticomunismo. (*Fôlha Popular*, 23 de junho de 1962, p. 04).

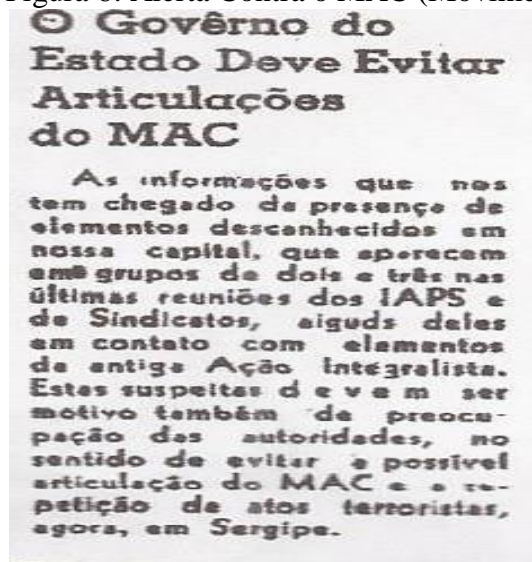
O trecho acima é bem elucidativo para refletir como na época candidatos que falassem em reforma agrária, exploração, imperialismo, enfim trouxesse a bandeira da libertação econômica e social ficavam associados ao comunismo, logo, alvos das críticas do anticomunismo. Tanto que, conforme a matéria, os candidatos que recebiam apoio dos comunistas, poderiam ser atacados com os “surrados chavões do anticomunismo”.

Acredita o redator que essas ideias difundidas pelo anticomunismo não tinham mais efeito: “As mães de hoje já não aquietam seus filhos aos gritos de Labatut pega, ou ameaçando-os com os papa fígado”. Mas será que isso bastava para acabar com o ideário que demonizava o comunismo? Porém, o redator parece querer convencer aos seus leitores que a defesa do camponês, do operário, os direitos da mulher eram bandeiras erguidas pelo povo, mas tendo os comunistas à frente. Assim, são apresentados Antonio Oliveira e Agonalto Pacheco da Silva, respectivamente candidatos a deputado estadual e a reeleição no cargo de vereador de Aracaju.

E ainda no tocante a defesa do comunismo, o jornal alerta para a ameaça do MAC – Movimento Anticomunista. Esse grupo cuja referencia ao qual o jornal se refere com temor era um Grupo armado de extrema direita criado no Rio de Janeiro em 1961 objetivando combater o “perigo vermelho”. Contra o grupo que realizou vários atentados a bomba, pesava a acusação de ser apoiado pela agência central de informações norte-americana — a Central Intelligence Agency (CIA) — e de receber a conivência do governo Carlos Lacerda. Em

1962, seus integrantes metralharam o prédio da União Nacional dos Estudantes (UNE), lançaram bombas de gás no plenário do III Encontro Sindical e atacaram a sede da missão soviética. Esse conjunto de atentados desencadeou um pedido de investigação por parte do Conselho de Segurança Nacional. Em seguida, as investigações apontaram alguns nomes dos membros do grupo: Rubens dos Santos Werlang, Luís Botelho, Roberto Magessy Pereira e Aluísio Gondim.

Figura 6: Alerta Contra o MAC (Movimento Anticomunista)



Fonte: *Fôlha Popular*, 23 de junho de 1962, 04.

3.3 A defesa da Reforma Agrária

Os camponeses também são vítimas de exploração. O jornal dirigido por Robério Garcia trazia para suas páginas a situação dos camponeses, que assim como os operários também eram vítimas da grande exploração. Mostrando na prática que a reforma agrária era necessária, ou melhor, era a única solução, pois “os camponeses não podem viver de promessas”, em março de 1963, relatava o jornal um fato ocorrido com os trabalhadores rurais de Miguel dos Anos, município de Boquim. Eles entregaram à autoridade competente um pedido de sementes. Eram cerca de 116 camponeses que assinavam o documento endereçado ao Secretários da Agricultura, o Dr. Jorge Oliveira Neto. Mas este alegou não poder atender a tal pedido em função das dificuldades por que passava sua secretaria. O máximo que foi oferecido aos agricultores foi a promessa de no próximo ano serem atendidos. Esses camponeses ainda foram orientados a procurar outros setores ligados à Secretaria, porém sem

sucesso. Este fato era então mais uma evidência cabal de que: “a única solução para o problema é uma Reforma Agrária Radical, que dê terra ao camponês, sementes, adubos, assistência técnica e facilidade de crédito”. (*Fôlha Popular*, 23 de março de 1963, p. 01).

Ao argumento de que não era possível dar assistência em função do crescente número de propriedades, o colaborador do jornal rebate com o fato de que o governo federal “empresta aos cafeicultores milhões de cruzeiros para o cultivo de café e depois compram toda a produção que fica armazenada, e de tempos em tempo é queimado [...] o Banco do Brasil empresta milhões para a engorda do gado”. Dito de outra forma, continuar sem reformar radicalmente o sistema agrário brasileiro significava que o dinheiro público no lugar de ser investido nas pequenas propriedades, em benefício de milhões de brasileiros, seria exclusivamente utilizado nos latifúndios, atendendo aos interesses de poucos.

Por que é Necessário à Reforma agrária? Esta pergunta que irá ser constante nas edições do jornal é respondida de modo a atribuir ao latifúndio a culpa do atraso e da miséria. E para corroborar com tal afirmação, o periódico traz a seguinte imagem:

Figura 7: Propaganda a favor da Reforma Agrária



Fonte: *Fôlha Popular*, 18 de maio de 1963, p. 01

Compõem a imagem adultos e crianças oriundas do campo, desoladas eles agora estão no espaço, onde, segundo a matéria, irão “morrer de à míngua, ao abandono, nas ruas das cidades”. Claramente se percebe aqui o esforço de comover os leitores – e toda a sociedade – diante de um exemplo como esse e assim conquistar o apoio necessário à aprovação de

reforma agrária. Dessa forma, o periódico promove em suas páginas uma verdadeira campanha a favor da reforma agrária como na edição de 25 de maio de 1963, traz o seguinte título: **“Este é mais um crime do latifúndio: criança sergipana morre dentro de um tabuleiro”**:

Entre os dois mercados, o novo e o velho, aglomera-se, na passagem deixada pelos barracos de madeira e os talhos de carne uma porção de vendedores de frutas e verdura. É de uma forma que os cestos e tabuleiros chegam a atrapalhar o trânsito e outros feirantes. Muitas vezes fomos meio dia no mercado e encontramos entre esses improvisados vendedores, na sua maioria mulheres, algumas criancinhas deitadas junto ao cesto de frutas de sua mãe, agasalhado à sombra de uma simples sombrinha. Não sabemos como aquelas crianças suportam o calor daquela hora, o paralelepípedo chega a queimar. Pois é meus amigos, isto acontece todos os dias. Essas pobres mulheres, que são obrigadas a ganharem algum dinheiro para poder manter-se viva com seus filhos, não têm outro recurso senão levar consigo aquele seu filhinho menor que não tem com quem deixar. Que infância tem uma criança desta? [...] Não podem brincar, não podem correr, não se alimentam bem, e 40%, a 60% dos casos não passam da infância. (*Fôlha Popular*, 25 de maio de 1963, p. 01)

É feita a observação da difícil realidade vivida por essas pessoas, sobretudo, pelas crianças a quem a infância é negada, provavelmente essa situação era criada pelo latifúndio, conforme é descrita pelo jornal:

Pois quinta feira passada, dia santo, por volta das 12,30 para as 13 horas falecia em cima de um desses tabuleiros uma criancinha de poucos meses de vida. Cercada por algumas das vendedoras, feições macilentas, era mais um atestado de que o **brasileiro morre moço**. Nós passávamos nessa hora e pensamos: este é **mais um crime do latifúndio**. Por que? Porque todas essas mulheres que vendem ali **vieram do interior do Estado. Preferiam a miséria da cidade à miséria do campo**. Mesmo assim, ainda existe quem implore o direito divino da propriedade, para evitar que se emende o parágrafo 116 do art 141 da Constituição Brasileira, e se efetue uma **Reforma Agrária Radical**. (*Fôlha Popular*, 25 de maio de 1963, p. 01. Grifos nossos).

“O brasileiro morre moço”, prova disso era a morte de um bebê cuja mãe, assim como a outras mulheres que ali se encontravam também havia fugido da miséria da zona rural, não encontrando melhor situação na cidade. Conforme observamos, o articulista, longe de só fazer uma simples associação entre a má distribuição e a miséria de grande parte da população, diz literalmente que a criança havia morrido em decorrência do latifúndio. Talvez porque quisesse

convencer o leitor não apenas com argumento, mas com exemplos práticos da real causa do ocorrido. Afinal, haveria algo mais comovente do que a morte de uma pobre criança?

Mas como o autor da matéria pode afirmar que essas mulheres “preferem” viver na miséria da cidade à miséria no campo? Essa criancinha, cujo nome ou identidade da mãe não é revelado, morreu efetivamente em decorrência das condições precárias descritas pelo articulista do jornal? O mesmo texto cita a constituição vigente na época, a de 1946: “Mesmo assim, ainda existe quem implore o direito divino da propriedade, para evitar que se emende o parágrafo 116 do art 141 da Constituição Brasileira, e se efetue uma Reforma agrária Radical” (*Fôlha Popular*, 25 de maio de 1963, p. 01).

O parágrafo 116 a que ao texto se refere assegurava o direito de propriedade, exceto o caso de desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, nesses casos haveria uma previa indenização em dinheiro⁷⁵. Residiria aí, segundo o jornal, o entrave para que se processasse a reforma agrária. Nessa perspectiva, uma reforma agrária “radical” seria então a solução para salvar as crianças, filhas das vendedoras? Com uma emenda, esse processo poderia então ocorrer de forma radical? Logo após, o leitor se depararia com um título em forma de um questionamento seguido de uma resposta corroborada por uma imagem, uma fotografia, cujo objetivo seria ser prova cabal do que o texto afirmava: a necessidade de o país reestruturar a distribuição de terras (Figura 8).

Por meio do texto e da fotografia - em que aparece um casal com seus cinco filhos esperava o articulista-, Walter Ribeiro convencer aos seus leitores de que a família em destaque, preferiu a miséria de uma vida na cidade à “exploração semifeudal” a que era submetida no campo. Não são divulgados nomes dos camponeses, nem de onde são oriundos. Nesse sentido, para o leitor, bastava saber que essa família fazia parte do grupo dos “38 milhões de brasileiros” sem posse de terra.

Figura 8: A Necessidade da Reforma Agrária

⁷⁵ CONSTITUIÇÃO DE 1946 - Publicação Original. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1940-1949/constituicao-1946-18-julho-1946-365199-publicacaooriginal-1-pl.html>> Acesso em: 03 de maio de 2017.

POR QUE É NECESSÁRIO A REFORMA AGRÁRIA ?

Porque a população rural no Brasil atinge a 38 milhões e apenas existem 2.065.000 propriedades agrícolas. Das 2.065.000 propriedades existentes 70 mil são dos latifundiários e ocupam 63,33 % da área total ocupada do país.



Por essa razão famílias camponesas preferem a miséria das cidades à exploração semifeudal dos campos.

ESTUDANTE, comodismo é covardia dinheiro do Povo escola para o Povo

Fonte: *Fôlha Popular*, 25 de maio de 1963, p. 01.

A polarização das forças sociais de esquerdas e de direitas vivida pelo país é apresentada no jornal da seguinte maneira:

O governo do Estado continua conciliando com os Reacionários. A revolução brasileira marcha, inexoravelmente em direção à emancipação política, econômica e social de nosso país, com todas implicações inerentes ao próprio desenvolvimento dos processos revolucionários. O aprofundamento cada vez maior das contradições na sociedade brasileira prova isso. E o que é melhor, as contradições se desenvolvem no sentido do fortalecimento das **forças da revolução**, que ganham a cada dia, novos e substanciais contingentes. Ao lado disso, também as forças da reação se ampliam e se descobrem, facilitando um melhor conhecimento de nossa realidade. Não é preciso que se diga que tais forças **não crescem no mesmo ritmo das forças progressistas e populares, que crescem em ritmo mais impetuoso.** (*Fôlha Popular*, 25 de maio de 1963, p. 02, grifos nossos)

É possível observar que a leitura feita pelo jornal acerca do posicionamento das forças de “reação” e das forças da “revolução” diante das crescentes contradições da sociedade

brasileira é no sentido de acreditar que esse embate resultava em “um melhor conhecimento de nossa realidade”. Mas, segundo o texto, devido ao seu crescimento as forças progressistas e populares caminhavam para a vitória. Por outro lado, havia também certa preocupação, pois “não se pode subestimar o poder e a capacidade de manobra que a reação concentra ainda em suas mãos, da qual fará uso permanente, na luta pela **manutenção da exploração do imperialista e do latifúndio**”. (*Fôlha Popular*, 25 de maio de 1963, p. 02, grifos nossos).

Ao mesmo tempo em que reconhece, acredita num triunfo da “revolução brasileira”, o articulista demonstra receio diante de uma possível manobra das forças que representavam o imperialismo e o latifúndio.

Essas contradições se refletem em todos os quadrantes do país, o que justifica plenamente, e que vem ocorrendo em Sergipe no atual governo, somente porque anuncia a realização de um governo democrático, sem discriminações, de combate ao contrabando e ao crime. A falta de uma ação prática e a **conciliação** como as imposições com os **grupos retrógrados** representados por Albino, Euvaldo Diniz, Leite Neto, Julio Leite, Manuel Teles, Heribaldo Vieira e outros revela a ausência de perspectiva do sr. Seixas Dória, de se **apoiar nos elementos mais progressistas desses grupos e nas forças populares, o que vem levando o governo à** capitalização, deixando-se envolver, nada resolvendo de concreto, objetivando o governo que prometeu. (*Fôlha Popular*, 25 de maio de 1963, p. 02, grifos nossos).

Aqui percebe-se que o jornal, em tom de crítica se refere ao governo de Seixas Dória como conciliatório, queixando-se da falta de uma “ação prática” por parte do governador, pois não se esperava que um governo democrático permitisse as imposições dos grupos retrógrados. Essa prática ocorria no intuito de dispensar apoio ao grupo dos progressistas e populares, como havia Seixas Dória prometido. A crítica se agravava quando o texto afirma que o governador não tinha “coragem” de denunciar e enfrentar os reacionários que lhe faziam pressão. O ideal, segundo o articulista, era que Seixas Dória fizesse a mobilização dos setores populares e progressistas. Outra crítica feita à administração estadual é em relação ao funcionalismo e os pequenos e médios proprietários que estavam desassistidos,

não resolvendo os problemas graves que afligem o funcionalismo; deixa os pequenos médios proprietários de terra e os camponeses sem qualquer assistência e fica indiferente à sorte do Estado e de seu povo, caminhando a passos largos para os braços dos exploradores do povo e da economia do Estado. (*Fôlha Popular*, 25 de maio de 1963, p. 02).

Diante dessa atuação apontada acima cujo resultado era o povo nas mãos dos exploradores, é citado o fato de que os dois partidos aliados ao governo começavam a lhe fazer oposição: “Felizmente o PRT e PSB já começaram a fazer advertências e a mostrar o abismo que se aproxima do govêrno, prometendo reagir contra a conciliação, por entender que tal representa a traição ao povo”. (*Fôlha Popular*, 25 de maio de 1963, p. 02).

Cobrava-se, portanto, do governo estadual um posicionamento mais claro a favor das chamadas forças progressistas e populares, havendo a necessidade de uma radicalização da luta:

E neste sentido que se deve encarar o nosso processo revolucionário, que exige que cada um se defina e luta pelas **reformas estruturais**, como corajosamente se definem nossos irmãos militares, que compreenderam que não podem silenciar diante da traição de **gorilas** que estão a serviços do golpe e da **ditadura**, para tentar manter os privilégios do imperialismo e do latifúndio, já sentenciado à morte, em luta pacífica ou não, dependendo do caminho que os **reacionários** escolham. (*Fôlha Popular*, 25 de maio de 1963, p. 02. Grifos nossos).

O jornal observa que os militares haviam compreendido a situação e se posicionaram. Mas é interessante que o jornal ver nesse fato uma simpatia dos militares, a quem chama de “nossos irmãos”, para com as forças progressivas e populares. Há algo que também chama muito a atenção: a referência aos termos ditadura, e golpe. Porém o jornal se mostrava bastante otimista quanto à derrota do imperialismo e do latifúndio. Essa iminente derrota poderia ser por vias “pacíficas” ou não, ou seja, isso dependeria do comportamento dos “reacionários”. Portanto era preciso ficar atento, pronto para o combate.

O termo “gorilas” que aparece no trecho acima é citado muitas outras vezes em diversas matérias do jornal. Mas, para uma maior compreensão de tal fato é interessante analisar as origens e usos da figura caricatural do gorila no contexto da crise política que levou ao golpe de 1964, caracterizado por radicalização e mobilização intensas das forças em disputa no cenário público. Segundo Rodrigo Patto Sá Motta, no artigo *A figura caricatural do gorila nos discursos da esquerda*, afirma que:

A figura do gorila entrou para o vocabulário político do país e foi usada com intensidade crescente durante 1963 e 1964. Utilizada principalmente pelas esquerdas, a imagem serviu ao propósito de popularizar os argumentos críticos dirigidos às forças de direita. Ao lado de representações como Tio Sam, o corvo Lacerda, os tubarões (comerciantes “exploradores do povo”) e

o capitalista gordo, entre outras, o gorila povoou o imaginário político das esquerdas em ação no período, ajudando a fixar a imagem dos inimigos das reformas sociais e dos projetos de “emancipação do povo brasileiro” ⁷⁶.

Mota afirma ainda que especialmente entre fins de 1963 e 31 de março de 1964, o gorila foi visto em dezenas charges, reportagens, cartazes e discursos da esquerda, cujo significado era sempre o de ameaça de golpe direitista contra as transformações sociais pretendidas pelas forças populares.

Nas semanas antecedentes aos 31 de março, por várias vezes a imprensa esquerdista denunciou que um “golpe gorila” contra o governo Goulart estava em andamento. O volume é tão grande que seria enfadonho e repetitivo reproduzir todo o material, além de desnecessário. Basta referir que na principal manifestação pública do campo nacional-reformista, o comício da Central do Brasil em 13 de março de 1964, a figura teve presença de destaque, a começar pelo material de publicidade, que convocava o povo a comparecer para manifestar-se contra os “gorilas”. ⁷⁷

É importante também observar que o termo “gorila” não foi cunhado no Brasil. A figura foi apropriada da vizinha Argentina e ambientado ao debate político brasileiro. É um instigante exemplo de como o “vocabulário” (verbal e iconográfico) político dos dois países se comunicavam durante aquele período. Embora devam ser consideradas as peculiaridades do cenário político brasileiro, segundo Motta, a apropriação do gorila trilhou parâmetros ideológicos semelhantes aos utilizados na Argentina, uma vez que naquele país a imagem do animal foi usada pelos peronistas de esquerda para atacar militares direitistas que se opunham ao peronismo.

Assim o contexto brasileiro também foi oportuno para o recrudescimento, do discurso político, tanto o verbal como o visual, e a imagem do gorila foi forjada em meio às batalhas discursivas da época. Certamente essa figura ocupou um lugar importante no imaginário construído pelas esquerdas em ação no início dos anos de 1960, sendo mobilizada para atacar os inimigos à direita, sobretudo os militares, fazendo surgir uma representação caricatural que permaneceria em uso no decurso da ditadura. E a *Fôlha Popular*, na qualidade de jornal simpático à esquerda ajudou a popularizar em Sergipe o “gorila” como termo usado para

⁷⁶ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. A figura caricatural do gorila nos discursos da esquerda. ArtCultura, Uberlândia, v. 9, n. 15, p. 195-212, jul.-dez. 2007.

⁷⁷ Idem.

representar não apenas os militares de direita, mas também outros grupos, partidos e indivíduos conservadores.

Figura 9: Manobras Golpistas

CGT Nacional Alerta a Nação Contra As Manobras Golpistas dos “Gorilas”

O Comando Geral dos Trabalhadores dirige-se a todos os trabalhadores para denunciar a conspiração de um Golpe de direita, tipo “gorilas” da Argentina, com o objetivo de liquidar com todas as liberdades democráticas e os direitos sindicais. Forças que hoje comandam a Nação, de concessão em concessão, caminham para uma noção

trabalhadores e do povo em geral.

O Comando Geral dos Trabalhadores está, permanentemente, à frente da luta contra a consunção do golpe que os “gorilas” tramam contra a emancipação econômica, política e social da nossa Pátria. Por tudo isso, o Comando dirige-se a todos os trabalhadores para unidos a

le, os trabalhadores para, na luta cotidiana pelas suas reivindicações, aguardarem mobilizados a palavra de ordem do C.G.T. que pode ser dada a qualquer momento que se tornar necessária a GREVE GERAL.

Estamos certos de que, unidos como estamos aos camponeses, estudantes, parlamentares nacionais, listas intelectuais neo-



Fonte: Fôlha Popular, 20 de abril de 1963, p. 01

O recorte acima mostra o termo “gorilas” sendo utilizado pelo Comando Geral dos trabalhadores. Evidencia também a ameaça de golpe nas preocupações dessa e de outras entidades representantes das classes trabalhadoras. Em tom de denúncia, a matéria afirma que havia claros indícios de que estava em curso uma conspiração em vistas de um golpe de direita, “tipo gorilas da Argentina”.

Com o objetivo de liquidar todas as liberdades democráticas e os direitos sindicais. Forças que hoje comandam a Nação, de concessão em concessão, caminham para uma posição a reboque dos que servem aos interesses antinacionais e dos que lutam tenazmente contra as reformas de base — principalmente a agrária. (*Fôlha Popular*, 20 de abril de 1963, p. 01)

Esse golpe também assustava a CGT porque pretendia impedir que se desenvolvesse o processo democrático em curso, cujo ao ápice se chegaria com as reformas. Processo este que não podia admitir concessões do governo à direita, onde estavam os “interesses antinacionais”.

Não é exagero afirmar que este representante da imprensa sergipana teve uma postura de defesa do desenvolvimentismo nacionalista. Entendia que o problema da pobreza no Brasil só podia ser superado a partir da redistribuição da renda e da reorientação da maneira de desenvolvimento econômico.

Desde o fim do Estado Novo, o Brasil passou a experimentar uma ebulição política, econômica, social e cultural. Um ambiente democrático se instalou no país, apesar das

limitações daquela experiência democrática. Movimentos políticos, sociais e culturais puderam se organizar e interferir no cenário sociopolítico nacional. Com restabelecimento do regime democrático, os atores sociais, antes debelados pela ditadura passaram a organizar partidos políticos, organizações sindicais, dentre outras organizações para a defesa de princípios e projetos políticos e culturais.

A princípio, os setores antinacionalistas, colocavam-se contrários a uma intervenção direta do Estado no processo industrial. Os antinacionalistas pregavam a abertura do país ao capital estrangeiro visando o processo de industrialização, bem como eram favoráveis ao desenvolvimento econômico nacional associado aos Estados Unidos. Também ideologicamente eram avessos à participação dos trabalhadores nas decisões políticas e tinham uma postura política radicalmente contrária ao getulismo e ao comunismo.

No contexto histórico da década de 1950 e início dos anos 1960, o cenário político nacional esteve marcado por uma série de crises políticos-institucionais e efervescentes debates. Questões referentes ao desenvolvimento econômico, à política internacional, à soberania nacional; questões de ordem social, de legalidade e legitimidade política, assim como a participação/intervenção política dos militares orientaram o debate político no Brasil. A questão do nacionalismo impregnou profundamente todo o período analisado através das páginas dos jornais. Em geral, os articulistas defenderam o desenvolvimento econômico do país direcionado e gerido pelo Estado, assim como faziam questão de ressaltar que o desenvolvimento da economia devia vir junto com reformas sociais e a valorização dos trabalhadores.

Por seu turno, em abril de 1963, o periódico interiorano aborda o tema da Reforma Agrária, que na visão do periódico, era fundamental para o país:

Está de parabéns o Sr. Presidente da República, com o ante-projeto de Reforma Agrária enviado ao Congresso Nacional, para votação. Este assunto que há alguns anos era classificado de slogan comunista, tema comunistizante ou tabu comunista, ganhou as mais esclarecidas camadas do nosso povo, sendo hoje reclamado até por industriais e proprietários de grandes áreas de terras, como o próprio Presidente, o Deputado Leonel Brizola e outros. (*Fôlha Trabalhista*, 21 de abril de 1963, p. 03).

Parabenizando o presidente pelo envio do “ante-projeto” de Reforma Agrária ao Congresso, o articulista comenta acerca de como o tema era pensado, ou seja, no mínimo um assunto polêmico atribuído à proposta comunista, um tema proibido, um verdadeiro “tabu”.

Porém, segundo a mesma matéria, o tema havia sido popularizado de modo que até mesmo alguns grandes industriais e latifundiários simpatizavam com a ideia. Inclusive o próprio presidente e o Deputado Leonel Brizola se enquadravam nessa última categoria.

Mas o que havia levado a essa mudança com relação à aceitação da reforma agrária? Segundo o jornal, não fora por “milagre”, tampouco por “compaixão”,

mas forçado pelo empobrecimento progressivo do nosso povo, hoje sem mais nenhum poder aquisitivo. Refletindo-se há muito no comércio interno e sem possibilidade as indústrias de competir com os trustes internacionais, se aproximam a cada crise, que, inclusive, já tem arrastado à falência muitas delas. (*Fôlha Trabalhista*, 21 de abril de 1963, p. 03).

Porém, nem todos estavam de acordo, como por exemplo, os “proprietários menos esclarecidos”, os “senhores de engenho” que por conta dos debates em torno dessa reforma e,

ainda não crendo que essa reforma seja feita, continuam comprando e vendendo terras, aumentando ainda mais as áreas improdutivas e, ao invés de adquirirem máquinas, adubos e sementes selecionadas, fazendo, deste modo, a produção se tornar maior e mais barata, dão-se ao luxo de aumentarem o patrimônio em terras, embora se conservem improdutivas, em prejuízo, já se vê, dos pequenos produtores. (*Fôlha Trabalhista*, 21 de abril de 1963, p. 03).

O articulista compara o projeto de reforma agrária enviado ao Congresso ao que foi a lei do Ventre Livre, no século XIX, uma vez que, assim como essa lei não trouxe – pelos menos a princípio – a abolição, a proposta de reforma agrária não alteraria grande coisa, pois tratava-se de “uma reforma que virá indenizando terras, não valor comercial, como esperam, mas pelo justo valor, como preceitua o Art. 141 da Constituição Federal”. O que pretendia o governo Goulart com tal proposta enviada aos congressistas?

Nela o governo apela para o espírito de cooperação, através de doações e alugueis, não estando disposto a beneficiar as algibeiras dos mais ricos. Assim é que as indenizações terão por base o preço mínimo de cada região e serão pagas em títulos do Estado, resgatáveis em vinte anos, parceladamente, aos juros de 6% ao ano”. (*Fôlha Trabalhista*, 21 de abril de 1963, p. 03).

Em tom de elogio ao presidente Goulart, explica o artigo que o governo apelava para o “espírito de cooperação” a fim de que os mais ricos não fossem beneficiados. Nesse sentido, justificavam-se as indenizações que obedeciam a critérios específicos de cada região. Além

disso, as áreas desapropriadas seriam vendidas a agricultores, de preferência de prole numerosa, sendo inalienáveis por cinco anos, só podendo ser vendidas, depois, a agricultores que não fossem donos de outro lote de terra. Não poderiam, também, em nenhuma hipótese serem ditos lotes penhorados.

Embora concorde com a proposta ora discutida, o articulista argumenta que a reforma agrária teria quer ser radical para acabar com as terras improdutivas:

Como se vê, tudo isso é apenas o início. A reforma terá que ser radical como foi a abolição da escravatura. O Estado, nenhuma culpa teve na ganância dos compradores de seres humanos, como não tem no interesse da compra de terras pelos latifundiários. O lucro dessas propriedades pela valorização e o mal que tem causado ao povo, já é uma gorda indenização. Eles é que deveriam pagar uma indenização, pela detenção da terra durante tanto tempo, improdutivamente. (*Fôlha Trabalhista*, 21 de abril de 1963, p. 03).

Nessa perspectiva, diferentemente de outros momentos em que trazia um discurso mais moderado acerca do assunto, o Jornal sugere que a reforma deveria ser radical, o que o leva a inverter a ordem da proposta até então apresentada, no sentido de que a indenização acordada para os latifundiários na verdade deveria ser paga por eles ao Estado, porque essas terras em termos especulação já vinham gerando grande lucro, além de ter causado grandes malefícios ao povo.

No contexto da politização do povo rumos às reformas de base, entidades sindicais como o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) tiveram largo apoio dos jornais. A CGT também se empenhava para levar a politização às massas, esclarecendo e concitando os trabalhadores a “cerrarem fileiras” em torno das reformas de base, principalmente a agrária.

No último domingo, numa promoção patriótica e decidida da Federação dos Trabalhadores na Indústria do Estado, teve lugar o primeiro de uma série de comícios de esclarecimento que aquela entidade pretende realizar em todo o Estado visando despertar o nosso trabalhador para os problemas magnos da nação, muitos dos quais, senão todos, terão sua solução com a realização das reformas de base. (*Fôlha Trabalhista*, 14 de julho de 1963, p. 04)

Em julho de 1963, os estudantes Secundaristas, enquanto “classe” bastante prestigiada pelo periódico, preparava-se para realizar o seu Congresso, na cidade de Lagarto, interior do Estado.

O referido Congresso vem contando com o apoio dos prefeitos de nossa cidade, de Propriá e Lagarto, devendo realizar-se neste último município, grande centro agrícola do Estado, onde os estudantes poderão estudar, in loco, o que, pacificamente, ali já se fez de reforma agrária. “já tendo convidado vários líderes nacionalista para conferências, como o Bel. Pascoal Nabuco, que lhe falará sobre a Realidade Brasileira e a Pressão Popular.” (*Fôlha Trabalhista*, 07 de julho de 1963, p. 01).

Mas, no decorrer do evento que tinha clara intenção de formar os estudantes para a defesa do projeto nacionalista, algo saiu do controle: um dos palestrantes foi vetado. Nesse congresso havia representantes de Estância e estes informaram os colonistas do periódico que tudo teve início quando os irmãos Ribeiros começaram a implicar com o convite que a USES (União Secundarista dos Estudantes de Sergipe) havia formulado ao deputado Cleto Maia de Propriá para realizar a sessão de encerramento, uma conferência sobre as Reformas de Base, sabendo-se que a diretoria da USES quis ceder, o que não foi aceito pelos congressistas, que apresentaram à Mesa diretiva dos trabalhos requerimento exigindo a realização da mencionada conferência por aquele deputado propriense, por “não se sujeitarem os estudantes a rejeições político-partidárias”. Informado da apresentação daquele requerimento, um dos irmãos Ribeiros falou aos congressistas, a fim de explicar suas razões ao veto ao nome do sr. Cleto Maia, naquele Congresso. Alegou que se tratava de caso pessoal, e, segundo o jornal, “naturalmente por não serem os irmãos Ribeiros congressistas, não aceitaram os estudantes as suas ponderações, mantendo-se no propósito de não retirar o convite feito pela USES”. A respeito do incidente, assim relata o jornal:

Suspensa a sessão pelo tumulto ocasionado, pouco depois deu-se o mais lamentável do caso, que foi o esfaqueamento de um estudante por outro, tendo o agressor se refugiado na casa de um dos Ribeiros. Os estudantes para lá acorreram quando foram surpreendidos por metralhadora portada por um daquele dos políticos de Lagarto, em plena via pública. (*Fôlha Trabalhista*, 21 de julho de 1963, p.01).

Diante de tal situação, o Congresso foi suspenso. Vários protestos pela atitude dos irmãos Ribeiros foram formulados pelos estudantes sergipanos, inclusive pelos da Estância, repudiando aquele “procedimento antidemocrático”, levando os estudantes a perceberem que o fato de a Prefeitura de Lagarto ter financiado a realização do Congresso naquela cidade não tinha adquirido o direito de interferir nos trabalhos do mesmo, cuja “independência não

abrirão mão em nenhuma oportunidade”. Na mesma edição da *Fôlha Trabalhista*, houve uma edição extra da “Coluna Estudantil” somente para comentar a suspensão do Congresso.

Não chegou a terminar o XVI Congresso da União Sergipana dos Estudantes Secundários, pois os irmãos Ribeiro, alegando questões pessoais, impuseram aos congressistas, entretanto, em sua maioria não cederam à pressão daqueles dois homens públicos, que por terem financiado a estadia dos congressistas queriam impor sua vontade, como se o congresso fosse propriedade privada daqueles dois latifundiários. (*Fôlha Trabalhista*, 21 de julho de 1963, p. 01).

Segundo a matéria, “os estudantes agiram como deviam, não permitindo a interferência político-partidária dentro do seu Congresso”. Assim, após os debates travados entre o plenário e os “irmãos Ribeiro”, os congressistas chegaram à seguinte conclusão: ou o deputado Cleto Maio faria a conferência, ou nada feito. Já que não podiam resolver os seus problemas sem interferência de quem quer que fosse, “democraticamente”, só havia uma decisão a ser tomada: suspender o evento e assim o fizeram: “Todos os congressistas voltaram para as suas cidades conscientes de suas atitudes, tendo sido o Congresso suspenso *sine-die*”. (*Fôlha Trabalhista*, 21 de julho de 1963, p. 01).

Não é exagero afirmar que naquela altura os ânimos político-ideológicos estavam tão acirrados que, uns dos participantes, Antonio Silveira Dias, representante da Escola Técnica de Comércio de Estância, conclui que este fato “serviu de lição para aqueles que ainda não sabiam o que era o latifúndio nacional”. O congresso dos Estudantes Secundaristas, segundo o jornal tomava um cunho nacionalista, pois além dos problemas próprios da classe, os secundaristas iriam debater as reformas de base. Certamente, a publicação da suspensão do Congresso Estudantil que se realizaria na cidade de Lagarto constitui-se em mais um acontecimento através do qual o jornal aqui analisado expressa suas propostas, seus anseios em torno da construção de um projeto de nação.

É nesse intuito de fomento à politização, de despertar para temas brasileiros em debate à época, que em meados de agosto de 1963, entusiasticamente o jornal anunciava a realização do “*Seminário de Estudos Brasileiros*”. Em tal evento, que era patrocinado pelo Prefeito Pascoal Nabuco, esperava-se contar com a participação em massa dos estudantes e dos trabalhadores, sobretudo porque os ministrantes das palestras eram figuras importantes, no sentido de serem conhecidas por seus posicionamentos. Assim, o referido seminário contaria com a presença do Governador Seixas Dória, que falaria sobre “Nacionalismo Brasileiro”.

Além do chefe do executivo estadual, os estancianos desfrutariam da presença do Arcebispo Metropolitano, D. Vicente Távora, o qual apresentaria o tema, "A Reforma Agrária no Brasil". Também estava na lista de convidados o industrial e jornalista Orlando Dantas, e este ministraria o tema "A Política dos Trustes". Já o tema "As Reformas de Base" seria tratada pelo prefeito de Propriá, Dr. Geraldo Maia. Havia ainda toda uma expectativa em torno da eventual presença do "ilustre" governador de Pernambuco, Dr. Miguel Arraes, que abordaria o tema "Revolução no Brasil" - mas esse fato não aconteceu.

Noticiando que em torno do seminário reinava “grande expectativa”, principalmente no meio estudantil e entre os trabalhadores, o articulista interpretava o significado desse evento, dando a entender qual seria o propósito político-ideológico pensando pelos seus organizadores no contexto da conjuntura brasileira:

Ninguém pode ou deve ignorá-los. Seja contra ou a favor. Justamente para proporcionar aos estancianos condições para formar a sua convicção, diante dos assuntos em tela, é o que o Governo do Município entendeu de promover e patrocinar a realização do Seminário em apreço. (*Fôlha Trabalhista*, 25 de agosto de 1963, p. 02).

O periódico enfatizava também a importância de todos assistirem as palestras as quais seriam realizadas aos domingos (o que possibilitava o comparecimento em massa), havendo ainda às quartas-feiras, uma reunião para quem quisesse debater mais sobre o assunto do domingo anterior. Portanto,

é bom que muitos o assistam, vem que se está pretendendo confundir, entre nós, nacionalismo com comunismo com, o que não deixa de ser um contrassenso. O comunismo, por essência é internacionalista; o nacionalismo, como o seu próprio nome indica, é nacional. Ninguém desconhece que no movimento nacionalista existam alguns comunistas infiltrados. Isso, no entanto, não pode descaracterizar o nacionalismo para transformá-lo em comunismo. O nacionalismo quer a promoção da pátria, a promoção de todas as pátrias de todos os povos, cada um de per si. O comunismo, para vencer, dominar as nações e se importante sobre elas, que o seu aniquilamento, pois sobre este é que tem conseguido suas vitórias. O nacionalismo quer justamente evitar isso, que cheguemos a essa situação. (*Fôlha Trabalhista*, 25 de agosto de 1963, p. 02).

Diz que, embora fosse imprescindível, a moral não era a causa dos problemas do Brasil. A causa era mesmo da miséria que estaria na estrutura. Assim argumentava o editorial fazendo questão de ressaltar que esses aguamentos nada tinham a ver com o comunismo:

Não somos pobres porque Deus queira que sejamos pobres e queira que outros sejam ricos. Uns são ricos porque exploram o trabalho dos outros, de quem realmente trabalha, constrói a riqueza, porque deixam de pagar ao trabalhador o valor que realmente corresponde ao trabalho que produziu a riqueza, que diariamente, vai se acumulando nas mãos de um só ou de um pequeno grupo. (Fôlha Trabalhista, 25 de agosto de 1963, p. 02).

O jornal apresenta as distinções entre nacionalismo e comunismo, assumindo concepções, posicionamentos, teorias sobre a problemática social da pobreza. Evidentemente, o articulista defende as perspectivas teóricas do marxismo, uma vez que para esta corrente, a pobreza jamais pode ser analisada separadamente da riqueza, na medida em se trata de uma unidade contraditória de opostos. Ou seja, na ótica marxista, a concentração de riqueza é uma categoria fundamental na análise da pobreza.

Os petebistas e por consequência os organizadores do jornal procuraram reunir nesse seminário aqueles que consideravam nacionalistas. No caso do governador, afirma o jornal: "Já é por demais conhecidas a posição nacionalista do nosso governador, ratificada tantas vezes em pronunciamentos à imprensa nacional e demonstrada em suas atividades como parlamentar que foi há vários anos, integrante da Frente Nacionalista no Congresso Nacional [...] um homem comprometido com as forças da vanguarda do povo brasileiro". (Fôlha Trabalhista, 01 de 1963).

O citado Seminário, para os seus idealizadores – a prefeitura, os estudantes e operários - tinha como objetivo “politizar e conscientizar” a nação brasileira na luta que se empreendia por todo o Brasil para conquistar “melhores dias” para esse povo que há muito vinha sendo “espoliado” e “escravizado”. Esta é concepção expressa na coluna estudantil, através da qual torna-se evidente a forma como as questões do Brasil eram pensadas e discutidas nessa cidade do interior de Sergipe.

É curiosa a maneira como o jornal apresenta o conferencista, Padre Alípio de Freitas o "ilustre", que abordaria o tema *Revolução e Contra-Revolução no Brasil*:

é português de nascimento e radicado no Brasil há vários anos, no Estado da Paraíba, onde lidera os campenses na sua luta promocional. Pelas suas pregações populares naquele Estado nordestino foi preso e recambiado para o Estado da Guanabara, onde permaneceu prisioneiro por mais de dois meses. Libertado [...] retornou ao Nordeste para dar continuidade às suas pregações por um Brasil melhor e mais justo. (Fôlha Trabalhista, 22 de setembro de 1963, p. 01).

O semanário chega ao ponto de afirmar que o seminário sobre os problemas brasileiros, havia sido uma incitativa do prefeito Pascoal Nabuco, no seu "desejo" de que o povo estanciano cada vez se "politize e se atualize com a realidade nacional". Ao término do Seminário, mostrava-se satisfação, uma vez que havia sido alcançado o objetivo de "levar à comunidade o conhecimento e a discussão dos problemas que atualmente mais afligem o povo brasileiro, que, dia a dia, se conscientiza e para ele está passando a exigir pacificamente, uma solução urgente e imediata". (*Fôlha Trabalhista*, 29 de setembro de 1963, p. 01).

Por outro lado, é bem oportuno observar a reação provocada pela presença do referido padre em Sergipe. Um exemplo disso é a atitude do presidente da Associação Sergipana de Imprensa, Milton Filho, em uma nota publicada pelo jornal *Folha de Lagarto*, em outubro de 1963, em que coloca-se totalmente contra o padre Alípio de Freitas. Na tentativa de desqualificá-lo, o apresenta com um ser extremamente subversivo, comunista perigoso. “Deixa de ser, assim, um real sacerdote de Igreja Católica e com as suas pregações subversivas, pode e dever ser taxado de Sacerdote do Diabo”.

Mas como pode ser taxado de Padre do Diabo? Qual o crime? Todas essas perguntas são respondidas pelo próprio Milton Filho, em nota. Isso mostra claramente sua intenção de associar a luta por direitos, por terra como algo de comunista, logo do diabo e, por conseguinte, digna de total repressão. Nessa época os jornais – pelo menos a *Fôlha Trabalhista* e a *Fôlha Popular* – falavam na importância e urgência de uma reforma agrária. Entretanto para Milton Filho afirma que a reforma agrária que o Alípio de Freitas pregava, desvirtuava inteiramente o “bom senso criador do povo Brasileiro”. Assim, o representante da imprensa sergipana descreve o Sacerdote:

De batina creme, cabeça calva, olho buliçosos e graduados ganhando maior presença por trás de duas lentes grossas e brancas, aquele homem, de fisionomia branda, agitava-se em cima de um palanque, armado na Esplanada da Estação Rodoviária em Aracaju, na noite do dia 20 do mês passado, inflamando uma multidão de aproximadamente 600 pessoas, e praticando aquilo que o nosso senso e a nossa tradição podem classificar de um verdadeiro crime. Mas quando se refere a propriedade rural o faz de modo da dizer que o padre " Prega o padre Alípio de Freitas, num linguajar que tem o sabor vivo de sangue, a violência, a chacina e a posse indevida das propriedades rurais, no que ele chama de campanha pela igualdade entre os homens". (*Fôlha de Lagarto*, 20 de outubro de 1963, p.02).

Segundo a nota, o que o padre chama como seu "linguajar" de "sangue", de igualdade entre os homens, na verdade seria "posse indevida das propriedades rurais". E continua a nota sempre no intuito de demonstrar a tese de que se tratava de um "sacerdote do diabo", destacando que em sua biografia nada tinha de honroso, visto que na condição de sacerdote da Igreja Católica Romana, havia sido processado por diversas vezes, como agitador de massas⁷⁸.

Também é na cidade de Lagarto que ocorre, em março de 1964, um encontro de latifundiários do Estado. Tal reunião é tratada pela *Fôlha Popular* em primeira página, na qual afirma-se categoricamente: “os tempos são outros: o regime de latifundiários envelheceu e ninguém poderá evitar sua morte”. Segundo o jornal, tratava-se de uma ação do conhecido “Partido do Boi”, tornando-se o ponto alto do encontro foi a “pregação reacionária” contra as conquistas já alcançadas pelos trabalhadores do campo e contra aqueles que estavam ajudando nessas conquistas. Conforme a matéria:

Falaram muito sobre intranquilidade, gritaram contra os comunistas, Dom José Vicente Távora, Ariosvaldo Figueiredo, Seixas Dória e Agonalto Pacheco. Um dos oradores conclamava aos demais para se unirem e expulsarem de Sergipe todos os comunistas. O arcebispo que foi por eles taxado comunista, também deverá ser expulso do Estado. (*Fôlha Popular*, 21 de março de 1964, p. 01).

Pelo visto, aquela altura, o ponto de desavença estava no campo, e a terra era o objeto da principal luta política. Juntamente com a reunião foi realizado um comício, promovido pela sociedade dos criadores, transmitido pelas rádios Liberdade (UDN) e Jornal (PSD) e aberto pelo secretário da agricultura. A matéria chama a atenção para o fato de que a tranquilidade dos donos da terra havia acabado, pois as massas camponesas, antes duramente exploradas, agora estava num crescente grau de consciência, além do que, contavam também com o “apoio e solidariedade” dos trabalhadores urbanos. A tônica que prevaleceu no referido evento, em Lagarto, devido a intranquilidade, dos proprietários, foi o ataque nominal às personalidades atreladas às reformas; figuras essas que deveriam ser imediatamente expulsas por sua atuação comunista, inclusive, o próprio governador do Estado. Segundo Ibaré Dantas:

⁷⁸ Padre Alípio de Freitas esteve ligado ao movimento dos camponeses do Nordeste. Foi preso durante a ditadura militar e conseguiu sua liberdade só em 1979, quando foi decretada a anistia restrita e conciliadora no governo Figueiredo. Em 1981, publica o livro **Resistir é Preciso: Memória do Tempo da Morte Civil do Brasil**, no qual relata a opressão vivida nos cárceres durante a atuação militar. Sobre o padre Alípio de Freitas, ver: **Criações da memória: Defensores e Críticos da Ditadura (1964-1985)**, de Lucileide Costa Cardoso.

O comício de 13 de março, no Rio de Janeiro, marcado pela assinatura do decreto de desapropriação das terras às margens das rodovias, bem como as promessas enfáticas do governador Seixas Dória, na imprensa e na Tribuna, trouxeram grande animação aos reformistas e revolucionários. Ninguém segura esse processo, asseveravam as lideranças mais triunfalistas.⁷⁹

Assim, os proprietários rurais, agitados com os discursos do governador e do presidente da República e com suas expressões de complacência com o movimento popular que questionava a propriedade e fazia da reforma agrária sua bandeira de luta, procuraram se organizar no intuito de barrar o avanço da reforma que traria o fim de seus privilégios.

Os leitores se depararam com título “Brasil poderá ter Governo de Esquerda”, na primeira página do periódico *Fôlha Trabalhista*, no último domingo de 1963. O artigo afirma que o presidente João Goulart, segundo as fontes do Palácio do Planalto, em Brasília, estava tentando formar um Gabinete de Esquerda para o seu governo. E, segundo as mesmas fontes, Goulart tinha a pretensão de organizar um esquema militar capaz de sustentar o novo Ministério, com a nomeação do General Osvaldo Ferreira para a Pasta da Guerra, em substituição ao General Jair Ribeiro. Porém, o título da matéria ganha mais sentido quando vai tratar do Ministério da Fazenda, pois este havia sido oferecido ao Deputado Leonel Brizola. E diante de tal convite, conforme o artigo, “o grande líder nacionalista condiciona a sua nomeação ao apoio das forças populares e aceitação por parte do presidente do seu programa de governo”. (*Fôlha Trabalhista*, 29 de dezembro de 1963, p. 01).

Observa-se que parece que Leonel Brizola impõe ao presidente suas condições para aceitar a pasta do Ministério da Fazenda. Portanto, esse “governo de esquerda” se concretizaria caso Goulart acatasse o programa nacionalista apresentado por Brizola. Eis alguns dos pontos desse programa: “decretação da moratória das dívidas externas; nacionalização dos estabelecimentos de crédito e das sociedades de investimentos, financiamentos, seguros e capitalização”. (*Fôlha Trabalhista*, 29 de dezembro de 1963, p. 01). Mas Goulart aceitaria, ou melhor, colocaria em prática as propostas daquele a quem o jornal se refere como o “notável líder”?

Sabe-se que o Presidente João Goulart está ante importante opção, já que, embora reconheça que o programa apresentado pelo deputado Brizola é o

⁷⁹ DANTAS, Ibarê. **História de Sergipe**: República (1889-2000). Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2004. p. 45.

mesmo da Frente Parlamentar Nacionalista e de todas as forças populares, que já se decidiram apoiar o programa do notável líder nacional, terá de arcar com as responsabilidades os ricos que daí advirá, ou recuar da política até onde já avançou, assumindo, então, as responsabilidades de desiludir a área nacionalista e transformá-la num foco de oposição e combate ao seu governo. (*Fôlha Trabalhista*, 29 de dezembro de 1963, p. 01).

Como se observa, o jornal coloca a questão nos seguintes termos: ou o presidente, dava um "tento no seu governo" e tomava a decisão de aceitar as propostas de Brizola, como queriam "todas as forças populares", ou então, mais uma vez seu governo cedia às pressões de "grupos antinacionais".

Por fim, em linhas gerais, pode-se evidenciar na análise das edições produzidas no decorrer do período escolhido por essa pesquisa, que esse jornal pressupõe para o futuro do Brasil uma sociedade onde houvesse: direitos trabalhistas; garantia de emprego; políticas públicas destinadas à qualificação do trabalhador; previdência social ampla; políticas públicas/sociais voltadas para o lazer, a saúde, a educação, a proteção à infância e à maternidade; política de planificação econômica dirigida pelo Estado; distribuição de renda e de "riquezas". Deveria haver também a extinção do latifúndio improdutivo e adoção de uma política agrária voltada para a distribuição de terras e fixação do homem rural no campo; incentivo ao cooperativismo econômico e à "solidariedade entre todos os cidadãos", visando à paz social.

3.4 A posse de João Goulart e o parlamentarismo

A propósito, vale destacar a forte campanha feita por esse veículo de comunicação, *Fôlha Trabalhista*, contra o parlamentarismo implantado em 1961. Em meio à crise gerada pela renúncia de Jânio Quadros, em agosto de 1961, João Goulart assume a presidência da República. Então, o episódio é narrado pelo jornal em sua primeira página: "Estância comemorou posse de Jango [...]: grande concentração cívica marcou a investidura do sr. João Goulart na Presidência da República, em nossa cidade – discursos de vários oradores saudaram a vitória da Legalidade – ausente o líder Francisco Macedo" (*Fôlha Trabalhista*, 17 de setembro de 1961 p. 01). E ainda:

[...] uma monumental concentração cívica, oportunidade em que os trabalhistas estancianos deram vazão à sua alegria pela vitória da democracia

e da legalidade, ameaçadas que estiveram pela prepotência de determinados e insensatos militares. (*Fôlha Trabalhista*, 17 de setembro de 1961, p. 01).

Os militantes, sem a presença de seu “líder” local – ressalta o jornal –, estão comemorando mais do que a simples posse de um presidente petebista, pois há de se considerar as condições sob as quais se deu esse ato, o qual contrariava a “prepotência de determinados e insensatos militares”. Sobre isso, é importante analisar o editorial dessa mesma edição do periódico, no qual se afirma: “Solução iníqua e amoral”. Esse editorial argumenta contra a emenda que permitiu a posse do presidente eleito e ao mesmo tempo em que limitou seus poderes por meio do sistema parlamentarista.

A solução que os homens públicos do país encontraram para a crise que agitou a nação, sobre todos os aspectos, foi iníqua e, sobretudo, amoral. Ora, não será a implantação do regime parlamentarista em nosso país que irá resolver os seus problemas, principalmente em tal emergência e da forma com que foi implantado. [...]. (*Fôlha Trabalhista*, 17 de setembro de 1961, p. 02).

As forças Armadas, as camadas conservadoras da sociedade se viram ameaçadas pela chegada de um esquerdista defensor de ideias consideradas comunistas por muitos, chegar à presidência, por isso articularam uma manobra política para impedir que isso acontecesse. Mas, houve muita resistência por parte dos apoiadores de Jango, dentre os quais, Leonel Brizola (PTB), governador do Estado do Rio Grande do Sul que se destacou como principal líder da resistência ao encabeçar a campanha legalista pela posse do presidente. O movimento de resistência, que se iniciou no Rio Grande do Sul e se espalhou para outras regiões do país, dividiu as Forças Armadas, evitando uma ação militar conjunta contra os legalistas. No Congresso Nacional, os líderes políticos firmaram um acordo para acabar com a crise institucional. Assim, no dia 2 de setembro de 1961, o Congresso Nacional aprovou a adoção do regime parlamentarista de governo no Brasil.

[...] não acreditamos mais no nosso Congresso, composto, como se viu, de homens medrosos e, sobretudo, indignos da nação. O povo não pode aceitar esta solução, por vários motivos e, principalmente, porque, primeiro, a emenda foi feita sob flagrante e indiscutível coação das Forças Armadas, além de ser levada a efeito dentro de crise, num regime de exceção de fato, que é, terminantemente, proibido pela própria Constituição; segundo, porque o povo não pode e não deve confiar o governo do país a congressistas que, nas caladas da noite, tremendo de medo de perder posição e trezentos e tanto mil cruzeiros mensais, negociam o destino de toda a nação, como se o povo

os elegeisse para mercadejarem a honra nacional. (*Fôlha Trabalhista*, 17 de setembro de 1961, p. 02).

Em tom acusatório, o editorial, discursa acerca do caráter duvidoso de alguns dos parlamentares, “corruptos” e “medrosos”, que não representariam os interesses do povo. Mas também chama a atenção o papel decisivo que é atribuído as Forças Armadas na “solução” que contrariava a própria Constituição, a qual previa que em caso de renúncia do presidente eleito, seu vice assumisse o posto. Assim, recusa-se terminantemente a adoção do parlamentarismo:

Seria suicídio do povo ainda confiar neste Congresso que tem medo até do dia e, sob as sombras da noite, se faz cúmplice de tão grande crime, como este o de desrespeitar a soberania do voto popular e emendar a Constituição somente para agradar a três insensatos e prepotentes soldados graduados, a quem responsabilizamos por tudo de mal que acontecer ao povo e ao país. O Brasil não precisava de parlamentarismo, porque a causa dos nossos males não está no regime de governo, mas nos homens que nos governam. A crise não é do regime presidencialista, mas de homens, homens que, em verdade, pensem em sua pátria e demonstrem hombridade moral, capacidade trabalho e patriotismo. (*Fôlha Trabalhista*, 17 de setembro de 1961, p. 02).

Depois de ter sido “cúmplice de tão grande crime”, ou seja, desobedecer a soberania do voto popular, a imagem do Congresso estava maculada, não merecendo mais a confiança do povo. Porém, o editorial não cita o fato de que essa emenda à Constituição, que em muito agradava aos militares, e pela qual os poderes do presidente da República se reduziriam foi aprovada pela irrefutável maioria dos votantes. Segue o jornal a questionar a decisão dos congressistas:

Está claro e muito claro que a emenda parlamentarista foi uma medida de expediente simplesmente para, satisfazendo aos ministros militares, evitar que o sr. Goulart governasse. E depois, o povo elegeu o presidente e o vice para governarem o país, dentro do regime presidencialista, portanto, com poderes claros e definidos dentro da letra da lei. Por isso mesmo o Congresso não tem atribuições do povo para tirar deste Presidente aos poderes que lhe conferiu pelo seu voto livre e consciente. (*Fôlha Trabalhista*, 07 de setembro de 1961, p. 02).

Como poderia Jango ser empossado presidente num regime parlamentarista, se o mesmo havia sido eleito vice pelo voto popular, “livre” e “consciente”, há pouco menos de um ano dentro de um sistema presidencialista? Na opinião do periódico estanciano, a emenda

parlamentarista representava, dentro daquela conjuntura política, “uma experiência das mais perigosas”, que “além de não solucionar, como haveremos de ver, os nossos males, foi importuna e amoral”. Tal medida, segundo o jornal interessava apenas aos ministros militares.

Assim, os projetos elaborados para o Brasil estava agora seguindo o seu curso como o petebista João Goulart na presidência, ao qual depois do plebiscito passou a fazer uso de todas as suas atribuições que o cargo lhe conferia. A *Fôlha Trabalhista* se empenhou a fim de que o resultado do plebiscito marcado para início de janeiro de 1963 fosse favorável ao retorno do presidencialismo.

É a partir dessa visão que o editorial intitulado, “A volta do presidencialismo” defende que a real problemática brasileira não estava no sistema presidencialista ou parlamentarista, mas sim na estrutura socioeconômica:

Somos daqueles que não acreditam que as causas profundas da crise nacional repousem em regimes políticos. Esta, sabemos todos, e mais ainda que nós outros os homens que estão nos governando, se encontram em causas outras de natureza econômica-social. Acreditamos, como acreditam todos os bons brasileiros, que, em verdade, o que está a necessitar de imediata modificação é a atual estrutura sócio-econômica do Brasil. A nossa pátria - vamos repetir aqui o que disse outro dia, em Aracaju, o Pe. Melo - é um país adulto vestido de calças curtas. Assim, Presidencialismo ou Parlamentarismo, desde que funcionando realmente e tendo a sua frente homens capazes e honestos, que queriam receitar para os nossos males os remédios adequados, em nada prejudicará ou aumentará os nossos problemas. (*Fôlha Trabalhista*, 23 de dezembro de 1962, p. 02. Grifos nossos).

A *Fôlha Trabalhista* acredita que mesmo o país no sistema presidencialista, há a necessidade de continuar pressionando o Congresso Nacional, pois esta instituição poderia continuar a mesma postura, isto é, contrária às reformas. Mas, segundo o jornal, a princípio, o problema não estava no sistema parlamentarista em si, pois esse sistema funcionaria, desde que dirigido por “homens capazes”. A rigor, o editorial tem como objetivo convencer os seus leitores de que é preciso se posicionar contra o Ato adicional que havia modificado a Constituição de modo a retirar o sistema presidencialista.

Embora sabendo disto e nisto reconhecendo uma verdade insofismável e indiscutível, somos daqueles que, em 6 de janeiro, diremos não ao Ato adicional que instituiu entre nós, em setembro do ano passado, o regime Parlamentarista. E o faremos por várias razões, sobretudo, porque o Ato constitucional que alterou a nossa carta Magna, mudando o nosso regime de governo, é inconstitucional como sempre o achamos, tendo em vista que foi instituído, em pleno estado de sítio de fato, o que é terminantemente

proibido pela própria constituição e porque, criados, às caladas da noite, num gesto de covardia, ele, o ato Adicional, foi um expediente acomodatório, simplesmente aprovado para atender a exigência de três ministros militares que, representando o que há de mais reacionário no país, queriam impedir que a vontade do povo fosse respeitada, mesmo que isto custasse a desmoralização das nossas instituições democráticas e o sacrifício do próprio povo. Além do mais, em meio à existência no nosso congresso de uma maioria divorciada das aspirações populares, o novo regime não funcionou, nem funcionaria tão cedo. (*Fôlha Trabalhista*, 23 de dezembro de 1962, p. 02).

A aprovação do Ato atenderia tão somente às exigências de três ministros militares, representantes do que havia de mais “reacionário”. Esses ministros quiseram dirimir, desrespeitar “a vontade do povo”, assumindo o risco de desmoralizar as instituições democráticas e sacrificar o próprio povo. Conforme o editorial, a maioria dos congressistas não estava compromissada com as “aspirações populares”, logo o parlamentarismo estava fadado ao fracasso.

O jornal publica, com a intenção de convencer aos seus leitores da importância de participar do plebiscito e para isso utiliza a declaração da Confederação Nacional dos Bispos. “Concisos das nossas responsabilidades de orientar a consciência dos cristãos que Deus nos confiou, apontamos, então, claramente, a todos, o imperativo de votar e de, no exercício desse direito, fazê-lo do melhor modo possível”. (*Fôlha Trabalhista*, 23 de dezembro de 1963, p. 02).

Vale lembrar que nesse mesmo ano acontecera, em Roma, o II Concílio do Vaticano. A declaração dos bispos reconhecia a gravidade do “problema temporal”, por isso buscava alertar o povo acerca de seu comportamento cívico mediante a convocação por lei para comparecer ao plebiscito: “Agora, no intuito de contribuir para a solução de um problema temporal, que, com toda a evidência tem inquietado os espíritos e levantado preocupações, estamos novamente, falando ao nosso povo, no sentido de alertá-lo para novo aspecto de seu comportamento cívico”. (*Fôlha Trabalhista*, 23 de dezembro de 1962, p. 02).

A declaração procura ser neutra, não se colocando nem contra nem a favor da continuação do parlamentarismo ou da volta do presidencialismo:

Fora acima de qualquer colorido político-partidário e na linha de uma preocupação pastoral, fazemos, pois, veemente apelo a todos quantos tenham capacidade jurídica de participar do plebiscito de janeiro próximo, para que compareçam a este ato cívico da mais alta importância para o Brasil,

depositando nas urnas o voto de sua convicção pessoal. (*Fôlha Trabalhista*, 23 de dezembro de 1962, p. 02).

Novamente insistindo na questão da inconstitucionalidade do Ato Adicional e na necessidade de retirá-lo, para tanto convoca a população a ir às urnas, conclui:

Por tudo isto, porque inconstitucional, porque instituído por imposição da força, porque desrespeitou a nossa Constituição e a vontade do povo, expressa na posse simples e pura do Presidente, que elegemos, a quem deveremos dar uma chance e, finalmente, para que tenhamos um regime onde as responsabilidades estejam definidas, nós iremos às urnas, em 6 de janeiro, para dizer NÃO ao Ato Adicional que instituiu o regime parlamentar de governo, restituindo os poderes constitucionais ao nosso Presidente e fazendo voltar o regime PRESIDENCIALISTA, vigente em nossa pátria há mais de meio século. (*Fôlha Trabalhista*, 23 de dezembro de 1962, p. 02).

Retomar ao presidencialismo e restituir os poderes previstos na constituição ao presidente João Goulart era o que pretendiam os que em 6 de janeiro de 1963 escolheriam o “Não”. Para os editores do jornal, a eleição de Janio Quadros poderia servir de exemplo para ilustrar o desejo apresentado pelas mais diversas camadas sociais da nação de renovar para conhecer novas experiências. Assim também, todo o pleito de outubro de 1962 representava “inequívoca demonstração” de que o eleitorado brasileiro estava ansioso por nova fase política para o Brasil, e cansado dos processos políticos nacionais em voga.

Era preciso compreender, portanto, que era chegada a hora de renovação, da criação de uma “nova mentalidade” no campo da política. Tanto é que, segundo o editorial, os chamados “partidos dominantes” começavam a tentar uma reestruturação partidária, desde a escolha dos futuros candidatos até os velhos dogmas onde se orientavam o programa de ação dos seus partidos. “Dentro dessa nova mentalidade, esperam os dirigentes políticos do país, quando menos oferecer ao eleitorado, no próximo pleito, condições que lhes possibilitem ainda continuar com as rédeas políticas da nação por mais algum tempo”. (*Fôlha Trabalhista*, 13 de agosto de 1961, p. 02).

Durante o período em que o Brasil vivia sob o parlamentarismo, a *Fôlha Trabalhista* procura caracterizar a posição do PTB como sendo a mais adequada diante do ambiente partidário. Afirmava ser uma verdade notória que o mundo “marchava” para o socialismo, algo inevitável por ser natural da própria época cujo cenário favorecia a ascensão dos partidos populares. “O povo não tem mais razões para crer nos partidos conservadores. Esses, pela própria natureza, não abrem perspectivas de reformulações de que se ressentia o povo. A sua

estrutura, já carcomida, caminha para a total desintegração”. (*Fôlha Trabalhista*, 29 de outubro de 1961, p. 02). Além de decretar veementemente o fim dos “partidos conservadores”, e afiançar que havia chegado o momento dos partidos populares. Além do mais, o editorial apresenta as razões para justificar sua oposição ao governo vigente:

O que vemos, nesta República sob a tutela, é o governo desconhecendo as aspirações do povo. É um Congresso acéfalo e desmoralizado, a serviço de interesses pessoais e escusos. Enquanto o povo espera, pacientemente, e anseia melhores dias, escolas, hospitais, maternidades; enquanto o trabalhador do campo aguarda numa resistência heroica, a assistência do Estado, os partidos conservadores numa tentativa de mais uma vez burlarem a atenção do povo, estão preocupados em combater o comunismo, como se a solução para os problemas brasileiros estivesse no cobates ao “regime vermelho”. (*Fôlha Trabalhista*, 29 de outubro de 1961, p. 02).

Cabe lembrar que este artigo é publicado uma semana após a convenção do Partido Trabalhista Brasileiro, seção Sergipe. Como se depreende do trecho acima, o jornal está totalmente desacreditado na possibilidade de o Congresso resolver os problemas do povo, afinal, esta instituição estava muito mais preocupada com os interesses pessoais da maioria de seus membros, conservadora e reacionária e focado em combater o comunismo; combate esse meramente aparente já que se constituía apenas em numa maneira de desviar a atenção do povo, para que este acreditasse que o “regime vermelho” era o responsável por seus problemas.

Segundo a *Fôlha Trabalhista*, a verdadeira necessidade e desejo do povo eram as reformas de base, juntamente com a reestruturação política social e econômica do país, visando lhe dar maior assistência por parte do Estado.

As esquerdas não acreditavam que as reformas fossem aprovadas pelo Congresso Nacional. O periódico estanciano, cujo proprietário era o “líder trabalhista sergipano” coloca o PTB como sendo o partido que teria a grande responsabilidade para com as reivindicações do povo, pois tinha as “condições propícias” para tal, inclusive por ser o mais “forte” dentre os chamados partidos populares.

Desse modo, teria o PTB uma missão histórica e não poderia a ele se furtar. Porém, era preciso deixar bem claro que, tendo essa “missão”, o partido não poderia nem deveria mais servir de “muleta” para os Partidos conservadores, sob pena de “incoerência” com o seu programa. E num cenário político que tendia para a união dos conservadores de um lado e progressistas do outro entre estes, pelas condições nacionais, seria o PTB o líder. Por que,

então - pergunta -, abdicar dessa liderança e dessa “privilegiada situação”? E ainda, para que se colocar como suporte de governos reacionários? Portanto, dali em diante, a atitude do partido seria de firmar coligações que realmente o fortalecesse.

Diz o editorial de 01 de outubro de 1961, que a crise que eclodira no mês de agosto, no país, cujas consequências ainda eram imprevisíveis, serviu para "testemunhar o índice de politização" do povo, e principalmente, para mostra aos partidos conservadores que aquele momento era dos "partidos populares".

Acreditamos mesmo até que a emenda parlamentarista foi a vitória derradeira dos chamados grandes partidos, uma vez que, ainda majoritário o PSD, no Congresso, com 116 deputados e 21 senadores, as ultimas estatísticas mostram ao observador a queda vertiginosa do partido do sr. Amaral Peixoto, que salvo uma minoria de idealistas está constituído de latifundiários e banqueiros. Quanto à UDN, a desintegração ainda é maior, pois, não só vem, de eleições para eleições, diminuindo o número de seus representantes no parlamento, principalmente, agora, que se inicia, em seu bloco, a deserção de alguns dos seus membros, os mais moços que se mudam de malas e bagagens para o PDC, está a União Democrática Nacional reduzida a 64 deputados e 16 senadores. (*Fôlha Trabalhista*, 01 de outubro de 1961, p. 02).

Conforme se vê, depois de esclarecer como os ditos "grandes partidos", a exemplo do PSD de Amaral Peixoto, estavam perdendo espaço, em “queda vertiginosa”, o editorial afirma que ocorria justamente o inverso com os chamados "partidos de massa” que, a exemplo do PTB, estariam, com o passar dos dias, aumentado o número de representantes e até governadores filiados ao partido. Contava no momento com 66 deputados e 18 senadores.

O editorial destaca também que os números atestavam, "sobejamente", o grau de "politização" dos brasileiros, porque, afinal, não existia um programa, uma linha progressistas no partidos conservadores, cujos representantes vinha preterindo, em benefício próprio, o interesse coletivo, "levando nosso povo a procurar as legendas populares, sob as quais se colocam para reivindicar as reformas de base de que se resente”. Conforme o editorial o motivo pelo qual os partidos populares estavam crescendo era o fato de que estes ofereciam um programa "progressistas" no qual eram contempladas as reformas de base. Por isso reconhecia que aquele era o momento histórico em que à proporção que o povo se educava, no sentido de saber escolher melhor os seus representantes, ganhavam com isso os partidos populares que engrossam as suas fileiras com “autênticos intérpretes do povo”.

Na opinião do jornal, o país atravessava, naquela conjuntura, uma das fases mais significativas, de sua história, cuja característica principal era o “medo do inevitável”. A propósito, essa expressão é o título de uns de seus editoriais de outubro de 1961.

O problema, aliais, parece-nos, não é somente nosso, mas de todo o mundo, ou de quase todo: os homens temem entender a grande crise por que atravessa a sociedade moderna, cheia dos seus inúmeros problemas e dificuldades. Os homens, numa fuga de responsabilidade, temem, sobretudo, compreendê-la e, embora reconhecendo para o problema determinadas soluções, não tem coragem de realizá-las... Por que não encarar a crise de frente? Por que tememos soluções certas? Por que fugir do inevitável? (*Fôlha Trabalhista*, 08 de outubro de 1961, p. 01).

O artigo se refere à questão das dificuldades enfrentadas pelos povos, especialmente, dos Estados “subdesenvolvidos”. Esses problemas não foram solucionados por causa da “indecisão covarde” e até “criminosa” dos seus governos, que permaneciam insensíveis diante dessa “grande crise”. Mas, a intenção do editorial é evidenciar a situação específica do Brasil, onde os congressistas se mostravam “surdos” aos “gritos” da população pelas reformas de base:

Ninguém mais que os nossos homens públicos, do que nossos congressistas sabem quanto se faz mister a consecução de determinadas medidas, que venham postas em prática, solucionar alguns problemas, antes insolúveis. Ninguém mesmo de sã consciência, no Brasil, pode deixar de reconhecer que uma Reforma Agrária bem estruturada não venha melhorar este sub-mundo a que estão relegados os nossos irmãos do campo, além de ser a única solução, a mais certa e viável, para a nossa agricultura. Ninguém, por mais reacionário que seja, não deixará de reconhecer que a existência de uma lei que regule e controle a saída dos lucros para o estrangeiro não traga para o nosso pobre país incalculáveis benefícios; ninguém poderá deixar de reconhecer na reestruturação do nosso ensino a única solução para milhares de brasileiros. (*Fôlha Trabalhista*, 08 de outubro de 1961, p. 01 Grifos nossos).

Portanto, segundo o jornal, o Congresso enquanto detentor do poder no sistema parlamentarista tinha o dever de resolver os problemas “antes insolúveis”, pois não era mais possível ignorar, por exemplo, a necessidade de melhorar a vida do homem do campo por meio da reforma agrária, e de impedir que os lucros gerados pelas riquezas nacionais fossem levados para o estrangeiro. Enfim, sentenciou o articulista, apelando para o sentimento de fraternidade cristã e mostrando que o único caminho a ser seguido era o das reformas, por

serem de interesse do povo. Mas, se “ninguém”, por mais reacionário que fosse poderia ignorar sua importância, por qual razão o Congresso não aprovava as reformas?

Na verdade, o que vinha impossibilitando essa aprovação das reformas era a falta de comprometimento dos políticos do governo, que jamais pensavam em renunciar a um pouco das suas riquezas, que até lhe sobram, para distribuir com o povo, não como “esmolas”, mas sim através de “soluções humanas” e mais condizentes com a condução de gente civilizada, de maneira mais equitativa, mas justa, mais cristã. Afinal, não dava para continuar esquecendo que os bens e as riquezas da Nação – numa perspectiva cristã – deveriam ser repartidos entre o seu povo, ou seja, faltava nos políticos,

compreensão, amor ao próximo, senso de justiça, desprendimento e, sobretudo coragem, **coragem** de enfrentar o problema, de apontar e realizar as soluções certas e justas que se fazem **necessárias e urgentes**, antes mesmo que o povo, cansado e angustiado pela demora, decepcionado e revoltado contra a nossa covardia, não **vá às ruas** e não deponha o governo e não saqueie, não incendeie, não roube para adquirir aquilo que, pacificamente, o governo poderia, antes, lhe dar, por compreensão, fazendo justiça e sendo humano. (*Fôlha Trabalhista*, 08 de outubro de 1961, p. 01. Grifos nossos).

Além de defender que a distribuição das riquezas nacionais era uma questão de consciência cristã, advertia-se que, antes que fosse tarde demais, ou seja, antes que o povo que já estava “cansado”, “angustiado”, não suportando tanta demora e “covardia” do governo tomasse certas atitudes, como saquear, matar, roubar, o governo, pacificamente, deveria promover as “inevitáveis” reformas.

Nesse mesmo sentido de que o povo estava cansado de esperar pelas reformas e poderia transformar esse cansaço em revolta violenta, o jornal vai afirmar também que,

Hoje, ninguém, de sã consciência, desacredita mais que se o governo, por meios pacíficos, não modificar a já combalida estrutura socio-econômica do país, a nação inteira se levantará e, pela violência, a fará, de qualquer maneira. Sem dúvida, a revolução, a continuar o estado atual, deixará de ser uma ideia para ser uma realidade avassaladora, porém única solução para o povo espoliado e escravizado, faminto e desnudo, sem terras e revoltados, sem saúde e analfabetos, sem presente e sem futuro. (*Fôlha Trabalhista*, 24 de dezembro de 1961, p. 02).

A dicotomia reformas ou revolução funcionava como suporte retórico na campanha pelas reformas de base. Se proteladas as reformas, só restaria uma saída: a insurreição

popular, uma “realidade avassaladora”. Tanto as reformas quanto uma alternativa revolucionária tinham como ponto central a questão da libertação nacional frente ao processo espoliativo. Para tanto, Brizola era irredutível quanto a formação de um governo “nacionalista e popular”, que recusasse as forças conservadoras (o que pressupunha o rompimento com o PSD na coalizão governamental) e combatesse duramente o “inimigo externo” e seus associados nacionais.

Como se observa, após a implantação do regime parlamentarista, o jornal começa a mostrar que diante de tal conjuntura, os governantes não poderiam mais ficar temerosos, pois as mudanças, as reformas eram inevitáveis, e, nesse contexto aparece inclusive à tentativa de distinguir o comunismo das ideias progressistas propagadas por segmentos da Igreja Católica. Exemplo disso é o artigo intitulado “Igreja entrega bandeira ao comunismo”, em que comenta o que foi dito pelo Deputado Padre Nobre, que durante uma sessão extraordinária da Câmara dos deputados afirmou que os políticos tinham medo de dizer a verdade ao povo, somente porque os “incultos, os malévolos ou o domínio da mentira” dizem que isso é ser comunista. Diante disso concordava o jornal com o referido deputado, pois para o mesmo,

se é privilégio dos comunistas, ir ao encontro das necessidades dos pobres, se é privilégio do comunismo socorrer os miseráveis, lutar contra os prepotentes e clamar com os as injustiças sociais, vale a pena ser comunista também [...]. Salientando que a maioria desconhece o comunismo (*Fôlha Trabalhista*, 15 de outubro de 1961, p. 03).

Portanto, afirmava o periódico que a Igreja, mesmo sob a acusação de ser comunista, deveria seguir, porque a realidade de desespero, de fome, analfabetismo exigia que se falasse a verdade sob pena de mentir à pátria. E ao invés de se ir às camadas inferiores buscar soluções, tinha-se medo de falar em reforma agrária, só porque os comunistas falaram primeiro nela. Assim, os governantes vinham sendo taxados de “medrosos” e acima de tudo “covardes”. Ou seja, acomodados às suas posições esqueciam-se dos que estavam “com estômago vazio à espera de migalhas” do esforço que jamais caíam à espera da sinceridade.

3.5 Jornais como instrumentos de denúncia de políticas conciliatórias

As esquerdas, no triênio 1961-1964, fabricaram, disseminaram e tornaram comuns imagens que atuaram no sentido de firmar ideias, crenças e comportamentos coletivos.

Manifestado por meio da linguagem, o conjunto de representações facilitava no processo de nutrir certezas, arregimentar adeptos e sedimentar utopias. Nesse sentido, a expressão “dispositivos golpistas” aparece nos jornais de modo a denunciar a articulação que visava tomar o poder a favor das forças conservadores, reacionárias. Mal havia se instalado o novo governo, instituído por uma fórmula constitucional, a qual, conforme o periódico foi arranjado pelos congressistas para legalizar o golpe dos ministros Militares, os “dispositivos golpistas” continuavam se articulando,

numa demonstração de que ainda é pensamento fixo dos homens armados pelo povo, com o dinheiro do povo, com o suor do povo, em estabelecerem no país uma ditadura militar, à Fulgêncio Batista, a Trujillo, a de Gaullle ou a qualquer outro, até se possível à Lacerda, à Cordeiro, etc. (*Fôlha Trabalhista*, 22 de outubro de 1961, p. 02).

Havia se instalado o novo governo através de um golpe dos ministros militares, essa era a opinião do jornal acerca dos rumos políticos do país em outubro de 1961. Denunciava que ainda os “dispositivos do golpe” estavam prestes a estabelecer uma ditadura militar nos moldes de outras já conhecidas no mundo. Além disso, afirmava que era inadmissível que os militares e políticos como Carlos Lacerda, à sobra do dinheiro e do mando estrangeiro não respeitassem o governo instalado, até porque segundo o jornal havia sido implantado por “medo” e “covardia” - mas era inaceitável não respeitar as tradições e os “brios democráticos” do país, não respeitar o povo.

O editorial diz ainda que, apesar das frequentes provas de “anti-brasilidade” dadas por militares “inescrupulosos”, que faltam com o seu dever para com a sua própria pátria; apesar do “crime” que fizeram ao progresso do país e ao bem-estar do povo, o governo conservava uma “submissão irritante” e inadmissível, montados nos postos estratégicos os mesmos “criminosos, algozes e assassinos” continuavam com o apoio do governo. Então alertava aos seus leitores que o golpe era iminente, sendo necessário, portanto, “que o povo se entrincheire”, a fim de defender o que havia, como muito “sacrifício”, conseguido.

Eram poucas as chances de que a parte “reacionária” das Forças Armadas aceitasse a posse do Jango, assim como teria presumido o articulista:

A parte reacionária do Exército, diríamos melhor, das Forças Armadas, que se tem sustentado no governo através de negociatas, até da própria honra, as classes conservadoras, não permitiriam, antevíamos, a posse do sr. Goulart,

não porque temesse o atual Presidente, em si mesmo, mas e exatamente, porque temiam a iniciação no Brasil de reformas que reestruturariam as base sócio-econômicas da nação, levadas a efeito que seriam sob pressão popular, a que o sr. Goulart não deixaria de atender, face sua posição de chefe de partido de massas que é. (*Fôlha Trabalhista*, 19 de novembro de 1961, p. 02).

E tais reformas, segundo a *Fôlha Trabalhista*, não faziam parte dos planos das forças conservadoras do país, que vinha entravando o seu progresso e seu desenvolvimento. Para o jornal do interior sergipano, a Emenda Parlamentarista, naquela iminência, nada mais foi do que um golpe, e um golpe dos mais “cínicos” já sofrido pela nação brasileira.

Mais uma vez, relatava o jornal acerca do que representava o regime parlamentarista, e bem como de sua atuação:

Da sua aprovação, a toque de caixa, em uma madrugada, nasceu um governo. Governo gerado nas entranhas das acomodações e da covardia, que aí está apático, ineficiente, negativo e, sobremodo, dúbio, divorciado do povo e mudo aos seus reclamos. Tudo nós sabíamos, aliás, que não seria um novo regime político que salvaria o país de uma guerra civil, que tanto pareceu atemorizar os senhores congressistas e a maioria dos nossos governadores. Um novo regime salvaria apenas, como salvou, os seus mandatos e os seus privilégios. (*Fôlha Trabalhista*, 19 de novembro de 1961, p. 02).

Como vemos, a *Fôlha Trabalhista* expressava todo o seu descrédito em relação ao Congresso, pois o que salvaria o Brasil, efetivamente de uma luta fratricida seria, tão somente,

a realização de uma política que venha reestruturar as bases sociais e econômicas da nação. Será a erradicação do analfabetismo, do pauperismo, das injustiças sociais no seio do seu povo. Isto sim, salvará, certamente, os país de uma guerra civil, que poderá rebentar em breve se as providências não forem tomadas já e já. (*Fôlha Trabalhista*, 19 de novembro de 1961, p. 02).

Sentencia o articulista que, caso permanecesse a postura que vinha levando o Congresso ao total descrédito do povo, não tardaria para que o gabinete fosse forçado a renunciar a bem do povo ou pela força do povo, no entanto, o gabinete poderia:

se reabilitar perante a nação, auscultando-lhe nas suas aspirações e atendendo as suas reivindicações. E se assim não fizer terá, fatalmente, de ser afastado, porque está se constituindo em obstáculo ao desenvolvimento da própria Nação brasileira e ao papel que lhe está reservado pelas condições

históricas e sociológicas da própria época. (*Fôlha Trabalhista*, 19 de novembro de 1961, p. 02).

No último editorial de 1961 é feito um balanço do ano que terminava, que segundo o jornal, de modo geral, nada havia se modificado, bem como, avalia as expectativas para o ano vindouro:

Após mais este ano de vida, o homem brasileiro para e olha ao seu redor e ver tudo e todos, mais velhos é claro, como viu no ano que antecedeu a este. As mesmas coisas quase. A mesma luta do povo. Tudo, tudo, o mesmo: o rico teve sua riqueza aumentada. O pobre ficou mais pobre e a chamada classe média, na sua interminável ânsia de subir e crescer, sempre e sempre, mas angustiada e mais sofredora.[...] Agora, pior ainda, sem pão e sem circo, como outrora. Enfim, quase nada mudou neste ano. (*Fôlha Trabalhista*, 31 de dezembro de 1961, p. 02).

As coisas estavam iguais ao ano anterior, haja vista que a desigualdade entre ricos e pobres aumentou, como sempre, e ademais a chamada “classe média” continuava a querer sua ascensão. Diante disso, o “homem brasileiro”, era representado pelo povo, “sem pão e sem circo” continuava na luta.

Provavelmente se remetendo à Vargas, dizia o jornal, que o regime republicano cada dia mais se ressentia de “bons e honestos estadistas”. A política nacional se mostrava “mais pobre” que o outro ano. Basta dizer que segundo o jornal, o regime cambaleava nas “mãos inábeis e indecisas de maus governantes”. Os políticos, superados e, de modo geral, mais desonestos e o povo mais enganado, decepcionado e revoltado.

Com bastante ênfase à negatividade e à decepção pelo ano que se ia, o periódico evidencia que quase tudo era o mesmo: analfabetismo crescente, doenças, fome e miséria, ou seja, nenhuma melhoria ocorrera na vida do povo. Por outro lado, em meio a tanto pessimismo, um fato parece trazer a crença num futuro melhor a partir do ano vindouro:

Apenas, uma coisa melhorou e que, sintomaticamente, nos anima a crer que daí partirá a salvação de todo e quase todos - o povo começa a ter consciência dos seus problemas e a conhecer e reclamar as melhores soluções para os mesmos. [...] nós que fazemos um jornal do povo, nos colocamos solidários a ele na luta por uma nova era, que, sem dúvida, trará para si um melhor padrão de vida um presente mais confortador e um futuro mais tranquilo. (*Fôlha Trabalhista*, 31 de dezembro de 1961, p. 02).

Assim, percebe-se que a consciência que o povo demonstrava ter adquirido era um forte sinal de que as coisas iriam mudar, porque a consciência dos seus problemas faria com que houvesse reivindicações por melhorias. E nessa luta, esse órgão da imprensa se mostrava “solidário” ao povo, que iniciava uma nova fase. Portanto, o ano de 1962, chegaria com a responsabilidade de ser o ano em que mudanças na vida da classe trabalhadora, dos pobres, à base de muita pressão, teriam que ocorrer.

Nesse período, segundo Muniz Bandeira, o Pentágono, já estava colocando em prática seu plano de intervenção armada no Brasil, tanto que em 1961, aproximadamente, o Departamento de Estado dos Estados Unidos começara a solicitar ao Itamaraty vistos para militares norte-americanos, que entravam no Brasil sob as mais diferentes camuflagens (religiosos, jornalistas, comerciantes Corpos da Paz etc.), dirigindo-se a maior parte para a Nordeste. A presença de tantos norte-americanos no Nordeste inquietou Arraes e Francisco Julião, líder das Ligas Camponesas. E ainda,

Em meados de 1962, da tribuna da Câmara Federal, o Deputado José Joffily, do PSD, denunciou o fato e, no princípio de 1963, o jornalista José Frejat, através de o Seminário, revelou que mais de 5000 militares norte-americanos, fantasiados de civis, desenvolviam, no Nordeste, intenso trabalho de espionagem e desagregação do Brasil, para dividir o território nacional. Se a guerra civil eclodisse, segundo ele, a esquadra do Caribe estaria pronta para apoiar as atividades dos civis norte-americanos, com armas e tropas. Realmente, até 1963, o Itamaraty concedera solicitação para mais 3.000, cujo atendimento os militares nacionalistas brasileiros obstaram. [...] o certo, porém é que cerca de 4.968 norte-americanos, conforme as estatísticas oficiais de desembarque, chegaram ao Brasil, apenas em 1962, batendo todos os recordes de imigração, originárias do Estados Unidos [...] as estatísticas oficiais de desembarque, embora possam estar aquém da realidade, demonstram, com nitidez e eloquência, a invasão silenciosa do Brasil.⁸⁰

Assim, caso um levante irrompesse no Nordeste, o Pentágono e a CIA receavam, ou o governo de Goulart inclinasse decididamente para a esquerda, eles sustentariam pontos de resistência, realizariam guerrilhas ou antiguerrilhas, justificando até mesmo o desembarque de *marines*, a pedido ou para “salvar vidas de cidadãos norte-americanos, se o rumo dos acontecimentos o reclamasse. “Tornar-se-ia assim mais fácil a intervenção armada dos Estados Unidos, pois seus soldados já estavam preventivamente dentro do Brasil, de acordo

⁸⁰ MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. 2001. **O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil (1961-1964).** Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1983. p.136.

com a doutrina da contra-insurreição ou da guerra anti-revolucionária, alimentada pelo Pentágono”.⁸¹

Devido as constantes agitações no Sul e no Nordeste, envolvendo os trabalhadores, em especial os do campo em virtude do impacto político das Ligas Camponesas⁸², interpretava o articulista aquele momento como sendo o de não mais esperar para exigir a solução dos “problemas que afligem” os camponeses, a classe operária a classe média e a burguesia. Por seu turno, os trabalhadores sergipanos – afirmava o jornal – também se envolveram nessa luta que apontava o imperialismo americano e o latifúndio como responsáveis pelo atraso do país e miséria do povo:

Os trabalhadores sergipanos, através de suas categorias mais organizadas como os ferroviários, estivadores, arrumadores, carregadores e conferentes, paralisaram as atividades econômicas de seus setores de trabalho, em cumprimento as determinações das direções nacionais do movimento sindical e associativo. Não foi só. Promoveram, com a participação de estudantes, de servidores públicos e grande massa popular, um vibrante ato público na rua, João Pessoa, **condenando os golpistas, manifestando apoio a atividade de não conciliação, proclamando pelo Presidente democrático e nacionalista.** (*Fôlha Popular*, 07 de junho de 1962, p 01. Grifos nossos).

Nota-se a forma entusiasmada e até orgulhosa com que era noticiada a mobilização, com a paralisação dos trabalhadores sergipanos que, dentre outras coisas, exigiam do presidente e do governador não uma política conciliatória, mas sim ações efetivas que neutralizassem as articulações dos “golpistas”. Mas em meio a esse entusiasmo, havia espaço para certa preocupação, pois:

Os obstáculos ainda são muito grandes para se atingir a formação de um **governo capaz de por em prática, já e já, as reformas de base.** Por isso é que **os trabalhadores para não permitirem a conciliação.** Neste sentido é preciso que todos os trabalhadores e as demais forças interessadas na mudança do atual estado de coisas **se unam e continuem a batalha de esclarecimento de todo o povo sobre seu importante papel nesta hora grave e decisiva para os destinos da Nação.** (*Fôlha Popular*, 07 de junho de 1962, p. 01)

⁸¹ Ibid., p.139.

⁸² As Ligas Camponesas foram associações de trabalhadores rurais que exerceram intensa atividade no período que se estendeu de 1955 até a queda de João Goulart em 1964. Elas criadas inicialmente em Pernambuco, em seguida na Paraíba, no estado do Rio de Janeiro, Goiás, Paraná e em outras regiões do Brasil.

Por fim, conclui o articulista que a condição essencial para que fossem aprovadas as reformas de bases era a constituição de um governo democrático e nacionalista, e este só seria alcançado mediante a união, a mobilização e o esclarecimento dos trabalhadores.

3.6 O Nordeste na iminência de uma revolução

Apesar do processo de industrialização brasileiro, aumentava a diferença entre o Nordeste e o Centro-Sul do país. Diante disso, fazia-se necessário uma intervenção direta na região, conduzida pelo planejamento, concebido como único caminho para o desenvolvimento. E é dessa percepção que ocorre, em 1959 a criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). Como razão imediata da criação do órgão, pode-se mencionar uma nova seca, a do ano de 1958, que fez aumentar o número de desempregados no campo e o êxodo da população. Não menos relevantes foram as denúncias que mostraram os escândalos da "indústria das secas": existência de trabalhadores fantasmas, corrupção na administração da ajuda oferecida pelo governo federal por meio das frentes de trabalho, construção de açudes nas terras dos "coronéis", e muitas outras irregularidades. Diante de tal cenário, a região Nordeste, por se a região mais pobre, e abandonada do país, seria justamente de onde seria iniciada a "revolução", afinal de contas tinham-se ali todos os "ingredientes" para isso.

Vivemos nós na mais abandonada das regiões. A filha proscrita dos governos nacionais - o nordeste. Estamos a viver em meio a um barril de pólvora, e permita Deus que saiba, em tempo, o governo solucionar os nossos problemas porque daqui sairá o grito de revolta e de reivindicação de milhares de brasileiros cansados de tanta espoliação e desgraça. (*Fôlha Trabalhista*, 24 de dezembro de 1961, p. 02)

O Nordeste e seus problemas não poderiam mais continuar a ser encarados e "resolvidos" com medidas paliativas, que só faziam aumentar o desespero dos seus "miseráveis habitantes". Havia então, chegado a hora decisiva, sentenciava o jornal: "ou se põe em prática medidas condizentes com o estado real da região ou a reação dos desesperados não se fará tardar. Ainda há tempo, nos parece, para se salvar o Nordeste". (*Fôlha Trabalhista*, 24 de dezembro de 1961, p. 02).

Mesmo considerando que a situação da população nordestina era extremamente grave, acredita-se ainda numa “solução pacífica”, desde que os governantes tivessem a coragem necessária para enfrentar a questão:

O que, certamente, tem faltado aos nossos homens de governos é coragem em realizarem as reformas que a realidade histórica, social e econômica da região lhes impõe à razão e à consciência de homens responsáveis pelo futuro das gerações de brasileiros intranquilos ante o presente, e desesperados face a imprevidência do seu futuro. (*Fôlha Trabalhista*, 24 de dezembro de 1961, p. 02).

A Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) representaria uma solução, e se não fosse a “ação impatriótica” e “reacionária” do Congresso Nacional bem poderia realizar o seu plano-diretor.

De uma coisa fiquemos convictos: esta será a última e derradeira esperança do Nordeste. Se falhar, ninguém se queixe da força do povo e da sua reação, porque - lembrando S. Tomaz de Aquino - "o estômago é mau conselheiro". E depois, miséria, penúria, injustiça, pauperismo são ingredientes de revoluções. (*Fôlha Trabalhista*, 24 de dezembro de 1961, p. 02).

Com o plano da SUDENE, que conforme o editorial, seria a última esperança, a sorte estava lançada, pois o camponês nordestino já tinha consciência do seu problema, bem como líderes e “vontade de melhores dias”, para si e para os seus familiares. Porém, em caso de insucesso dessa “última esperança”, “ninguém se queixe da força do povo e da sua reação, porque - lembrando S. Tomaz de Aquino - "o estômago é mau conselheiro". E depois, miséria, penúria, injustiça, pauperismo são ingredientes de revoluções”. (*Fôlha Trabalhista*, 24 de dezembro de 1961, p. 02).

Em 1964, já como governador deposto, Seixas Dória, comentando a respeito dos seus 14 meses de governo, afirma que Sergipe era um Estado tranquilo em “um agitado e explosivo Nordeste”. Julgando-se não ser merecedor do cárcere, uma vez que estava esclarecido que era digno e honesto. Além disso, o ex-governador defende-se argumentando que durante o seu curto governo (14 meses) não houve grande convulsão social, pois até as greves foram controláveis:

Durante os 14 meses de minha administração deram-se, apenas, duas greves. A primeira, dos bancários, quando me encontrava no sul, estando à frente do

Executivo o meu substituto legal, o vice-governador Celso Carvalho. A segunda dos professores secundários, logo estendia ao funcionalismo público, em geral – de curta duração -, iniciando-se à véspera de minha chegada dos Estados Unidos. Recordar-se que no mesmo espaço houve Estado em que as greves podiam ser contadas às dezenas e até centenas.⁸³

Portanto, com apenas duas greves, a dos professores secundários que logo em seguida recebeu a adesão e todos os funcionários públicos, e a dos bancários, Sergipe estava bem mais tranquilo que outros Estados brasileiros, onde o número, duração e intensidade das greves eram muito mais alarmantes. Além disso, percebe-se que as duas greves são atenuadas pelo autor, pois uma ocorrera enquanto o vice, Celso Carvalho estava a frente do governo e a outra se deu e durou muito pouco tempo.

O ex-deputado federal, Seixas Dória chega ao ponto de afirmar que a despeito das semelhanças entre os dois estadistas, diferente de Vargas, Goulart não demonstrava “gosto pela vida administrativa”. Mas, a grande questão era que as condições sociais, econômicas e financeiras na qual o país se encontrava tornava a tarefa de governá-lo muito mais difícil do que em anos anteriores, quando as questões políticas se sobrepunham às demais, ou seja, quando a política funcionava com problemas exclusivamente políticos.

O próprio Vargas, inspirador da legislação social e criador de Volta Redona, marcara o início de uma nova era desenvolvimentista para o Brasil e desencadeara as forças reivindicadoras das classes proletárias, até então adormecidas e sem consciência do seu próprio e valor. O desenvolvimento econômico brasileiro, daí em diante, começou a adquirir velocidade, embora a ele faltasse como seria racional, um planejamento adequado e global. Os governos centrais voltavam-se quase que exclusivamente para chamada região do Centro-Sul, que recebeu dos poderes públicos toda espécie de ajuda financeira, todo tipo de privilégio cambial.⁸⁴

Com base no que afirma Seixas Dória, em seu livro *Eu, réu sem crime*, nota-se que as classes trabalhadoras, a partir do desenvolvimentismo de Vargas tinham despertado sua consciência, o que facilitou o processo de desenvolvimento do país, mas tal desenvolvimento não seguiu uma racionalidade, já que ficou concentrado na região Centro Sul. Cabe aqui uma breve discussão acerca do projeto nacional-desenvolvimentista.

⁸³ DÓRIA, João de Seixas. *Eu, réu sem crime*. Equador. Rio de Janeiro. 1964. p. 58.

⁸⁴ DÓRIA, João de Seixas. *Eu, réu sem crime*. Equador. Rio de Janeiro. 1964. p. 26.

A partir dos anos 1930 e como maior intensidade, nos anos 1950, os países latino-americanos seguiram uma estratégia nacional de desenvolvimento exitosa, trata-se do nacional-desenvolvimentismo, fundamentado na teoria econômica do desenvolvimento bem como na teoria econômica estruturalista latino-americana. No que tange a esse modelo de desenvolvimento no mundo:

Todos os países, começando pela própria Grã-Bretanha, precisaram de uma estratégia nacional de desenvolvimento para realizar suas revoluções industriais e para continuar a se desenvolver. O uso de uma estratégia nacional de desenvolvimento foi particularmente evidente entre os países de desenvolvimento tardio como a Alemanha e o Japão, que nunca se caracterizaram pela dependência. Luiz Carlos Bresser-Pereira⁸⁵.

Os países periféricos, como o Brasil e outras nações latino-americanas que tiveram a experiência de serem colônias, permaneceram ideologicamente dependentes do centro após sua independência política. Os países centrais de desenvolvimento tardio, assim como as antigas colônias, tiveram que formular estratégias nacionais de desenvolvimento. Entretanto, a tarefa foi menos difícil para os primeiros. No caso dos países periféricos, enfrentar sua própria "dependência" era uma dificuldade a mais, no sentido de que havia a subordinação das elites locais às elites das nações centrais (antigas metrópoles). Os cientistas sociais estruturalistas que esboçaram o nacional-desenvolvimentismo na América Latina não negligenciaram esse fenômeno, mas deduziram que o desenvolvimento econômico seria caracterizado por uma oposição entre a elite progressista ou nacionalista associada à industrialização e a elite conservadora associada ao modelo de exportação de produtos primários que predominou antes de 1930. Eles eram nacionalistas, haja vista que reconheciam a existência do imperialismo econômico por meio do qual os países ricos exerciam pressão para retardar a industrialização dos países em desenvolvimento ou, quando a industrialização havia se tornado um fato inevitável, para se apossarem dos mercados internos para suas empresas manufatureiras multinacionais lançando mão da exploração financeira e do câmbio desigual nos mercados internacionais. Além disso, seu nacionalismo era a ideologia para consolidar a capacidade do Estado em se constituir em Estados nacionais legitimamente autônomos; era a premissa para

⁸⁵ O NOVO DESENVOLVIMENTISMO. In: Luiz Carlos Bresser-Pereira. **Globalização e Competição**. Rio de Janeiro: Elsevier-Campus, 2009.

encontrarem o desenvolvimento; os países precisavam formular suas próprias políticas e instituições, suas estratégias nacionais de desenvolvimento.

Segundo Moreira, (2010) o nacional-desenvolvimentismo consistia em uma estratégia custeada, de um modo ou de outro, pelos industriais, pelas burocracias públicas e pelos trabalhadores urbanos. Foi alvo da oposição intelectual dos economistas neoclássicos ou monetaristas e da oposição política das classes médias liberais e da velha oligarquia, cujos interesses se apoiavam na exportação de bens primários.

A partir da década 1930 muitos países latino-americanos foram capazes de internalizar a tomada de decisões políticas e não mais aceitar passivamente as políticas impostas pelos países ricos. Pode-se dizer então que conseguiram neutralizar sua dependência e deliberar estratégias nacionais de desenvolvimento. Todavia, na década de 1960, “a consequente estratégia conduzida pelo Estado enfrentou sua primeira grande crise econômica, em um momento que coincidiu com a revolução cubana de 1959 e com a intensificação da Guerra Fria entre capitalismo e socialismo”.⁸⁶

Entre os anos 1930 e 1970, o Brasil e outros países latino-americanos tiveram um crescimento em compasso expressivo. Isso pode ser atribuído ao fato deles terem se aproveitado da fragilidade do centro nos anos 1930 – após a “Grande Depressão” - para formular estratégias nacionais de desenvolvimento que, essencialmente, implicavam a proteção da indústria nascente nacional (ou industrialização por substituição de importações) e a promoção de poupança forçada pelo Estado. Ademais, julgava-se que o Estado deveria fazer investimentos diretos em infraestrutura e em certas indústrias cuja produção seria absorvida por outras indústrias e demandavam grandes recursos. Essa tática foi chamada de “nacional-desenvolvimentismo”. Este nome enfatizava bem que, em primeiro lugar, o objetivo principal da política era promover o desenvolvimento econômico e, em segundo lugar, para que isso ocorresse, a nação, ou melhor, os empresários, a burocracia do Estado, as classes médias e os trabalhadores unidos na competição internacional precisavam definir os meios para alcançar esse objetivo no âmbito do sistema capitalista, tendo o Estado como instrumento principal de ação coletiva.

Getúlio Vargas foi o estadista que primeiro idealizou o nacional-desenvolvimentismo na América Latina (1930-1945 e 1950-1954). Por sua vez, os eminentes economistas,

⁸⁶ MOREIRA, L.F.V. **As relações Internacionais da América Latina**. Petrópolis: Vozes, 2010. p. 35.

sociólogos, cientistas políticos e filósofos latino-americanos que formularam essa estratégia nos anos 1950 reuniram-se na Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal), em Santiago do Chile, e no Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), no Rio de Janeiro. Eles elaboraram uma teoria do subdesenvolvimento e uma visão nacionalista do desenvolvimento econômico a partir da crítica do imperialismo ou da "relação centro-periferia".

Os economistas latino-americanos, entre eles Raúl Prebisch, Celso Furtado, Osvaldo Sunkel, Aníbal Pinto e Ignacio Rangel, inspiraram-se na economia política clássica de Adam Smith e Karl Marx, na teoria macroeconômica de John Maynard Keynes e Michal Kalecki e nas novas ideias da escola da economia do desenvolvimento (da qual faziam parte) para constituir a escola estruturalista latino-americana. Os elementos centrais do estruturalismo eram a crítica da lei da vantagem comparativa no comércio, o caráter dualista das economias subdesenvolvidas com oferta ilimitada de mão de obra, o papel do Estado na produção de poupança forçada e no investimento direto nos setores-chaves, a existência de uma inflação estrutural e a proposta de uma estratégia nacional-desenvolvimentista baseada na industrialização por substituição de importações.⁸⁷

É, porém, um erro considerar a estratégia econômica associada à abordagem estruturalista latino-americana apenas como uma estratégia de substituição das importações, pois, como argumentaram Cárdena, Ocampo e Thorp⁸⁸, ela também abarcava bancos de desenvolvimento, investimentos estatais em infraestrutura, empresas do setor público para fomentar novos setores de produção e, nos estágios avançados, o incremento das exportações e a integração regional, dito de outra forma, era uma industrialização conduzida pelo Estado.

Enquanto o pensamento estruturalista era uma versão latino-americana da teoria econômica do desenvolvimento, o nacional-desenvolvimentismo era a estratégia conduzida pelo Estado, ele entendia que os mercados são eficazes na alocação de recursos desde que estejam aliados ao planejamento econômico e à constituição de empresas estatais.⁸⁹

Com relação ao modelo de desenvolvimento, é importante dizer que na etapa anterior a 1959, a maior parte dos países latino-americanos optara por uma política de

⁸⁷ MOREIRA, L.F.V. **As relações Internacionais da América Latina**. Petrópolis: Vozes, 2010. p. 32.

⁸⁸ CÁRDENAS, Enrique, OCAMPO, José Antonio e THORP Rosemary (eds.) (2003). **Industrialización y Estado en la América Latina**. La leyenda negra de la posguerra, Serie de Lecturas 94 de El Trimestre Económico.

⁸⁹ MOREIRA, L.F.V. **As relações Internacionais da América Latina**. Petrópolis: Vozes, 2010. p. 32.

desenvolvimento na qual a indústria desempenhava um papel importante e o Estado era um protagonista, apesar de não anular a presença da empresa privada, ou seja, desenvolvimento “para dentro”.

Todavia, isso não implicava deixar de lado a exportação de produtos primários, que ainda era a atividade básica para a obtenção de divisas. Em 1960, os países começaram a procurar variações para essa fórmula de desenvolvimento, que não bastava para atender às necessidades de uma população em crescimento cada vez mais acelerado, cujas demandas também aumentavam.⁹⁰

Mas, desde o princípio se apresentou o problema de moldar o conjunto de instituições e conceitos do Ocidente à conjuntura dos novos estados. No decorrer de quase um século, as forças que se colocavam a favor dessa influência, identificadas com o liberalismo, confrontaram-se com os apoiadores da ordem legada da época colonial, até conseguirem prevalecer na maioria dos países. De forma alguma isso trouxe a democratização das sociedades, que permaneciam sob o julgo das oligarquias, as quais, por estarem inseridas num cenário nacional profundamente marcado pela questão agrária, pelo problema indígena, pela explosão demográfica e urbana, e pelas enormes desigualdades sociais começam a ter seu poder questionado.

Em que pese seus resultados, o esforço de industrialização realizado entre 1930 e 1960 não foi muito longe, dadas as limitações do mercado interno e ao fato de a indústria não ter condições de se consolidar numa atividade de exportação⁹¹. Mas, um dos fatos mais importantes, desse período foi a gradativa intervenção do Estado na economia, que refletia as limitações da empresa privada, incapaz de transformar-se no agente-chave do crescimento. Em decorrência, justificou-se e criou-se condições para que diversos setores latino-americanos procurassem um caminho próprio de desenvolvimento econômico e organização política, distanciando-se parcial ou integralmente da proposição ocidental⁹². Tal tendência se acentuou a partir de 1960, quando a América Latina viveu o período mais turbulento da sua história desde a independência.

⁹⁰ DEL POZO, José. **História da América Latina e do Caribe**: dos processos de independência aos nossos dias. Tradução de Ricardo Rosenbusch. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.p.234.

⁹¹ Com exceção da Bolívia, Cuba, Chile, Nicarágua e México, os países jamais tentaram resolver o problema agrário, isto é, a concentração da propriedade da terra, obstáculo fundamental ao desenvolvimento social.

⁹² O peronismo na Argentina, o regime originado na revolução mexicana, o MNR na Bolívia e depois a revolução cubana, a breve experiência da Unidade Popular chilena e o sandismo na Nicarágua são exemplos desse processo.

A guerra e o pós-guerra repercutiram positivamente na exportação das matérias-primas latino-americanas, uma vez que a insuficiência de produtos industrializados incentivou seu crescimento industrial. Depois de 1945, o chamado modelo desenvolvimentista teve um êxito relativo nos grandes países latino-americanos. Os resultados sociais da industrialização foram complexos. Se por um lado se deu a consolidação de uma classe capitalista empresarial, por outro, houve aumento do volume de investimentos necessários.

O Estado passou a ter um papel vital na estimulação do crescimento industrial, aumentando as barreiras aduaneiras, criando uma demanda local ao favorecer os produtores nacionais nos contratos governamentais e investindo nas companhias industriais. Eram as peculiaridades do desenvolvimento do capitalismo na América Latina.⁹³

De uma forma ou de outra, a Comissão Econômica das Nações Unidas para América Latina e o Caribe (Cepal), criada em 1948, estimulou este modelo para orientar e fomentar o desenvolvimento do subcontinente. Porém, somente três países atingiram parcialmente o objetivo: México, Brasil e Argentina.

Estas três nações produziam mais de 70% da produção industrial da América Latina, mas num quadro de desigualdades regionais bem acentuadas. Com tudo isso, a classe operária se consolidava e fortalecia, levando à criação de grandes partidos políticos de massa que mesclavam os interesses de empresários e trabalhadores.⁹⁴(Moreira, 2010, p. 198)

Assim, a conjunção de desenvolvimento, industrialização e massa de operários resultou na formação de grandes partidos de massa os quais lidavam com os interesses de trabalhadores e empresários. O processo de industrialização que aos poucos havia começado na década de 1930 apresentava uma fraqueza e, no pós-guerra, toparia com as primeiras limitações de ordem política e econômica. Truman defendia uma economia mais liberal e menos nacionalista, pois

via nos nacionalismos a raiz das crises econômica e bélica do século XX, e entendia que uma abertura econômica mundial garantiria a sobrevivência do capitalismo, superando as dificuldades. Assim, os acordos de Bretton Woods (1944) sentavam as bases para uma gestão multilateral do sistema, liderada pelos Estados Unidos. Por

⁹³ MOREIRA, L.F.V. **As relações Internacionais da América Latina**. Petrópolis: Vozes, 2010. p. 197.

⁹⁴ Ibid., p. 196.

estes acordos eram criados o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (Bird), planejados para favorecer o desenvolvimento capitalista no pós-guerra.⁹⁵

Para o desenvolvimento industrial da América Latina era necessário que fossem adquiridos bens de capital e insumos, sendo esta dependência da importação de tecnologia sua maior e crescente fragilidade. A única nação em condições de proporcionar estes itens, bem como empréstimos, eram os Estados Unidos. O Plano Marshall não atendeu à América Latina com ajuda econômica pública, de modo que somente sobrariam os recursos advindos de investimentos do capital privado norte-americano. Assim, mesmo em um contexto instável, foi-se impondo a política de substituição das antigas importações na América Latina, em um processo econômico que não foi geral nem homogêneo.

A solução para a construção desse novo Brasil denominava-se “desenvolvimentismo”, e fazer uso dessa palavra significava dizer, primeiramente, que sociedade brasileira, atrasada e dependente dos países mais avançados, compunha-se de duas partes: uma atrasada e tradicional e outra já moderna, em pleno desenvolvimento. Significava também dizer que a solução para a dualidade que dividia o país em dois polos tradicional versus moderno, centro versus periferia estava na industrialização e na urbanização. Nesse cenário, “nacionalismo” exprimia principalmente a constatação de que o desenvolvimento se concretizaria nos quadros nacionais, num mercado nacional, e envolvia, necessariamente, a afirmação de um Estado que deliberasse sobre as fronteiras e as instituições desse mercado. À industrialização caberia a tarefa de superar a dualidade elementar da economia brasileira; ao Estado, cabia liderar esse processo, articulando grupos sociais colidentes; ao nacionalismo, cabia firma-lhe um sentido.

O projeto nacional-desenvolvimentista trazia consigo a grande esperança de extensão dos benefícios econômicos, políticos e sociais da modernidade a toda a sociedade brasileira. A dualidade seria suplantada pela industrialização, e esta seria consequência do desenvolvimento, ou seja, da acumulação de capital e da inclusão de progresso técnico, processo que resultaria na elevação sustentada dos padrões de vida da população. Em virtude disso, o termo “desenvolvimento” significava industrialização; mas também era entendido como o processo pelo qual o Brasil faria sua revolução rumo à modernidade.

⁹⁵ Ibid., p. 198.

Sergipe nessa fase vivenciou processos de transformações econômico-sociais e de um celerado processo de urbanização, graças a fatores como o da descoberta de petróleo no ano de 1963, realizando-se nos anos seguintes a sua exploração. Vale pontuar que, posteriormente à criação da SUDENE (1959), o poder estatal efetivou ações que deram curso às políticas de desenvolvimento regional, em grande parte elaboradas pela SUDENE. Exemplo dessa política é a criação no Estado do Conselho de Desenvolvimento Econômico de Sergipe (CONDESE) no ano de 1959, no governo Luiz Garcia (1959-1962).

Seixas Dória afirma que houve por parte dos governantes uma preocupação com os grandes investimentos na região Centro-Sul, sobretudo em São Paulo, de modo que todos os brasileiros se orgulhavam, e com justiça, de São Paulo. Porém, lamenta o ex-governador, ninguém havia se dado conta – nem os governantes nem os industriais – de que aquele parque industrial admirável iria necessitar, obviamente, para sobreviver e crescer, de um amplo mercado consumidor interno, “já que, sendo uma indústria nova, não teria, antes de inteiramente firmada, condições competitivas no campo internacional. E por isso, por falta de visão, o resto do país permaneceu esquecido, abandonado e deslembado dos poderes públicos”.⁹⁶

O autor tece críticas ao modo como os governos vinham conduzindo o desenvolvimento econômico do país, centrando em apenas uma região, em detrimento de outras como o Nordeste. Desse modo:

Nem ao menos, como seria lógico, criou-se, nas demais regiões do Brasil, aquele que os técnicos chamam de indústria de transbordamento. Nem ao menos a agricultura, fora de área privilegiada, recebeu ajuda e incentivo do poder central, permanecendo estacionária, atrasada, primária, rotineira, como se ainda estivesse no tempo de D. João VI. Embora tenhamos, ainda, uma das maiores populações agrícola do mundo apresentamos o quadro triste de registrarmos uma das baixas produções agrícolas relativas do mundo. A enxada, nas referidas regiões, permanece sendo o mais usado instrumento de trabalho do agricultor.⁹⁷

Seria então “lógico” que se criasse nas outras regiões do país uma indústria de transbordamento, ou seja, uma maior interação entre diferentes regiões do país por meio de indústrias que se complementam. Da mesma forma, a agricultura não recebeu apoio e

⁹⁶ DÓRIA, João de Seixas. Eu, réu sem crime. Equador. Rio de Janeiro. 1964. p. 25.

⁹⁷ Ibid., p. 26.

investimentos do governo federal, o que fez com que continuasse a produzir de maneira arcaica, sem nenhum incentivo que permitisse o seu avanço, a sua modernização. Assim, a enxada, o instrumento mais rudimentar utilizado no campo, ainda era predominante na maior parte de um país que tinha uma das maiores populações campesinas do mundo, mas que nem por isso tinha uma boa produtividade agrícola. Neste quadro, claro, a região Nordeste, era a mais atingida pelos atrasos do desenvolvimento econômico.

O Nordeste, em que pese ao seu imenso potencial energético, permanece uma das regiões do mundo onde é menos o consumo de quilowatt por pessoa. E o Brasil ainda é, ao lado da Índia e da China, o país onde mais se usa a energia muscular. O índice de mortalidade infantil de alguns Estados nordestinos – o de Piauí, por exemplo – por exemplo – continua sendo dos mais altos da terra. As crianças morrem, em geral, de fome ou por total falta de higiene ou por absoluta ausência de assistência médica. O poder aquisitivo do nordestino – cerca de 16 milhões – é praticamente nulo.⁹⁸

São destacados por Dória os altos índices de mortalidade infantil no Nordeste, sendo que as maiores causas para a morte de tantas crianças são a fome, a falta de higiene bem como a falta de assistência médica. Mas em meio a todo esse quadro de pobreza e abandono, a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) é vista como um sinal de mudança:

A SUDENE foi, certamente, o passo mais seguro e positivo que se deu em favor do Nordeste. O referido órgão já procedeu ao levantamento e equacionamento dos múltiplos e complexos problemas nordestinos, vem como já planejou as soluções. Infelizmente, porém, no campo prático, o seu funcionamento tem sido extremamente moroso.⁹⁹

Originalmente criada pela Lei 3.692, de 1959, a Sudene veio substituir o modelo dos dois órgãos precedentes a ela (GTDN - Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste e Codeno - Conselho do Desenvolvimento do Nordeste). Idealizada no governo do presidente Juscelino Kubitschek, teve à frente o economista Celso Furtado, como parte do programa desenvolvimentista então aplicado¹⁰⁰. Segundo Dória, foi durante a gestão presidencial de Kubitschek que o país alcançou um patamar expressivo de desenvolvimento econômico.

⁹⁸ Idem. p. 26.

⁹⁹ Idem.

¹⁰⁰ A primeira tentativa de criação de um órgão de fomento ao desenvolvimento do nordeste do Brasil ocorreu com o Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN). Em 1958 o GTDN foi transformado em Conselho de Desenvolvimento do Nordeste (Codeno).

O índice de crescimento, em média, naqueles cinco anos, foi de 7%. Criou-se uma consciência e uma filosofia desenvolvimentista. O próprio Parlamento, que no Brasil tem andado atrás dos fatos sociais e da própria opinião pública, saiu do rotineiro, das fruticas políticas, dos discursos vazios, acadêmicos e bombásticos, para o debate dos grandes temas, para a análise séria, fria e tranquila da problemática nacional para o estudo aprofundado dos problemas econômicos brasileiros¹⁰¹.

No que tange a conjuntura política dessa época, na concepção de Seixas Dória, JK nunca teve “uma posição ideológica definida”. Mas houve, por conta dessa “filosofia desenvolvimentista” os grandes temas foram trazidos para o debate, o que era novidade, uma vez que conforme diz o autor, o Parlamento não tinha o costume de estar a par dos fatos sociais, assim como a opinião pública habitualmente somente se preocupava como “fruticas políticas, discursos vazios, acadêmicos e bombásticos”.

Os partidos, então – nascidos numa hora exclusivamente política -, foram perdendo, pouco a pouco o seu conteúdo e sua força. A não ser nos casos estritamente políticos, os líderes partidários nunca eram obedecidos por aqueles que deveriam ser os seus liderados. Na hora da votação, os muros partidários nunca eram escalados por todos os lados. O voto do Sr. Herbert Levy era sempre igual ao do Sr. Horácio Lafer, embora o primeiro pertencesse à UDN e o segundo ao PSD. Em compensação, nunca diferia o voto do saudoso Sr. Gabriel Passos dos Srs. José Joffily ou Almino Afonso, embora cada uma pertencesse a uma filiação partidária diferente. Daí o surgimento das frentes, que eram organismo parlamentares de caráter eminentemente interno ou superpartidário, que congregavam elementos de todas as legendas que pensavam da mesma forma em torno dos problemas econômicos, financeiros, sociais e internacionais.¹⁰²

Era minoria o grupo nacionalista no qual muitos atuavam de forma dinâmica. Entretanto, as votações eram na maior parte das vezes vencidas pelos interesses dos grupos centristas. Em virtude disso, o Congresso não aprovava as reformas estruturais. Esta era a visão do ex-deputado federal sergipano sobre os parlamentares:

O grupo nacionalista era, evidentemente, constituído por uma minoria flagrante, a qual era compensada pela atuação muito mais dinâmica dos seus componentes. Na hora da votação, porém, em geral, com raras exceções, venciam as teses das forças chamadas centristas, Daí as reformas de infraestrutura ficarem emperradas no Congresso, sofrendo um processo de

¹⁰¹ DÓRIA, João de Seixas. Eu, réu sem crime. Equador. Rio de Janeiro. 1964. p. 27.

¹⁰² Ibid., p. 27.

sonoterapia por anos a fio, nas mãos inescrupulosas de certos relatores de comissões, quase nunca chegando ao debate apaixonante do Plenário, em virtude da ditadura exercida pelas lideranças, com base num Regimento interno draconiano.¹⁰³

No trecho acima, o ex-governador explica como as “forças centristas”, conservadoras, conseguiam barrar no Congresso as reformas de infraestruturas. Além de tentar explicar como as reformas importantes para o país não passavam no parlamento, Dória também, afirma que havia uma “ditadura exercida pelas lideranças”.

O livro de Seixas Dória faz um balanço dos últimos anos, com os presidentes que se sucederam a Getúlio Vargas. Juscelino Kubitschek, depois a rápida passagem de Jânio Quadros, e finalmente, Jango. O autor reconhece em cada um deles algumas qualidades. E se identifica com eles por conta de seus projetos de desenvolvimento, para o país, se bem que o único que com sua administração poderia fazer algo pelo Nordeste, por Sergipe, teria sido Jango, por meio das reformas, sobretudo a reforma agrária. Os outros se preocupavam com o desenvolvimento do centro-sul.

Mesmo não sendo o propósito desta pesquisa, discorrer acerca dos rumos tomados após a deflagração do golpe civil-militar, é possível afirmar que Seixas Dória, mesmo depois de sua deposição acreditava que as suas ideias não eram incompatíveis nem com o regime implantado no país em 1964. O que vale destacar é justamente o projeto “democrático”, “reformista”, e “cristão” que o político defendia para o Estado de Sergipe e para o Brasil. Projeto este que ganha maior evidência após a prisão do governador, no sentido que seria a partir desse fato que Seixas Dória entraria num processo de esclarecimento de suas próprias convicções. Que crime poderia haver em querer alterar – por meio de reformas – “uma ordem anacrônica e semifeudal” de modo a favorecer as populações marginalizadas? Assim, o próprio Seixas se questiona ao longo do livro, sobre o motivo de sua deposição e consequente prisão.

Acredita Dória que, pelo fato de ter escrito o livro cinco meses após sua prisão, e não nos primeiros dias, teria condições emocionais para ser o mais neutro possível. Mas obviamente, a subjetividade permeia toda a argumentação daquele que foi eleito drasticamente retirado não apenas do cargo, como também do convívio familiar, pretende Dória pretende ele ressaltar a importância de seus rastros mais significativos deixados em suas experiências de vida e que se tornam pontos de referência para o esclarecimento da história.

¹⁰³ Ibid., p. 28.

Pollak concebe a memória como um elemento constituinte do sentimento da identidade individual e coletiva, que também a coloca como um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa/grupo em sua reconstrução de si. Em decorrência, o vivido retorna, por meio da rememoração e imaginação, em frações que se espalham pelos relatos, abalando a(s) certeza(s) dos acontecimentos e fixando apenas lembrança repentina daquilo que acontece ou se imagina acontecer.

3.7 O papel da Frente de Mobilização Popular (FMP)

O comando Geral dos Trabalhadores de Sergipe, a Federação dos Servidores Públicos, a União Estadual dos Estudantes, União Sergipana dos Estudantes Secundários, Sindicatos e Associações, Diretórios Acadêmicos e grêmios estudantis, assinaram o Manifesto ao Povo Sergipano. Em resumo, este documento denuncia a “gravidade da atuação do atraso e miséria” em que vive o país, em decorrência da espoliação do capital estrangeiro, somando-se isso a presença do latifúndio, que segundo o manifesto era “causa básica” do subdesenvolvimento. Essa declaração ainda tinha como propósito dar apoio ao Comando Geral dos Trabalhadores Brasileiros e a Frente Parlamentar Nacionalista diante da imediata necessidade de aprovar as Reformas de Base.

Em se tratando da situação estadual, o manifesto defende a industrialização no Estado e exige dos governantes, representantes do Executivo e do Legislativo que cumpram os compromissos assumidos com o povo quando candidatos, que proporcionem melhores condições de vida para os Sergipanos. Enfim, exigia, a começar pelo Estado de Sergipe, um governo nacionalista e democrático. Ao mesmo tempo em que conclamava os trabalhadores de todas as categorias, profissionais, o funcionalismo público, estudantes, camponeses, a intelectualidade progressista, os homens e mulheres de todos os partidos. O intento era, portanto, a coesão de forças para formar a Frente Única Nacionalista e Democrática Sergipana.

Em relação a Frente Única Nacionalista é preciso salientar que ela traz um programa de “reformas de base”, que pedia: reforma agrária, controle e limitação da remessa de lucros para o exterior, ampliação das liberdades sindicais, reforma do ensino, reforma urbana, direito ao voto para os analfabetos, soldados e marinheiros, revogação da lei de Segurança Nacional,

política externa independente e um governo nacionalista e democrático. Além disso, agradava aos comunistas ao defender também a legalidade para todos os partidos, inclusive o PCB.

No intuito de cobrar governos do tipo acima descrito, o governador Seixas Dória é alvo de críticas. Em fevereiro de 1963, o articulista do jornal dirige-se aos seus leitores a fim de afirmar que o governador sergipano estava se desviando do seu lema de campanha: governo de paz, trabalho e progresso. No lugar do prometido governo de “renovação” estava sendo uma gestão na qual havia perseguição e humilhações para com o funcionalismo público, haja vista que diversos funcionários foram removidos, transferidos. Então questiona a nota: “Será que substituir uns funcionários por outros e removê-los pelo critério político, atendendo às exigências dos chefes políticos e chefes eleitorais”. Por que o jornal estava se preocupando com essa questão de funcionários serem transferidos, realocados, de acordo com as conveniências políticas, partidárias e até pessoais? Mas essa prática estava sendo recriminada por vir de um governador eleito para ser diferente e não repetir que os “outros praticaram”. Por fim, é sugerido “unir todas as forças nacionalistas e progressistas e populares a fim de exigir Seixas Dória, o governo que prometeu para Sergipe”.

Com relação ao vereador Agonalto Pacheco da Silva, cuja campanha da reeleição foi feita incisivamente durante todo o ano de 1962 nas páginas do jornal, ele aparece sempre enquanto um legítimo representante das classes populares, atuante não só nas questões municipais como também preocupado com as questões da política nacional.

Na reportagem de capa de 09 de junho de 1962, diz o jornal que Agonalto Pacheco na tribuna da Câmara de vereadores discursou sobre “vários problemas da atualidade nacional, referentes à política econômica do governo brasileiro e a tentativa de golpe que vem sem tramada pelas forças da reação e serviço do imperialismo, que visa levar o país uma ditadura de direita, a pretexto de combater o comunismo”. (*Fôlha Popular*, 09 de junho de 1962, p. 01).

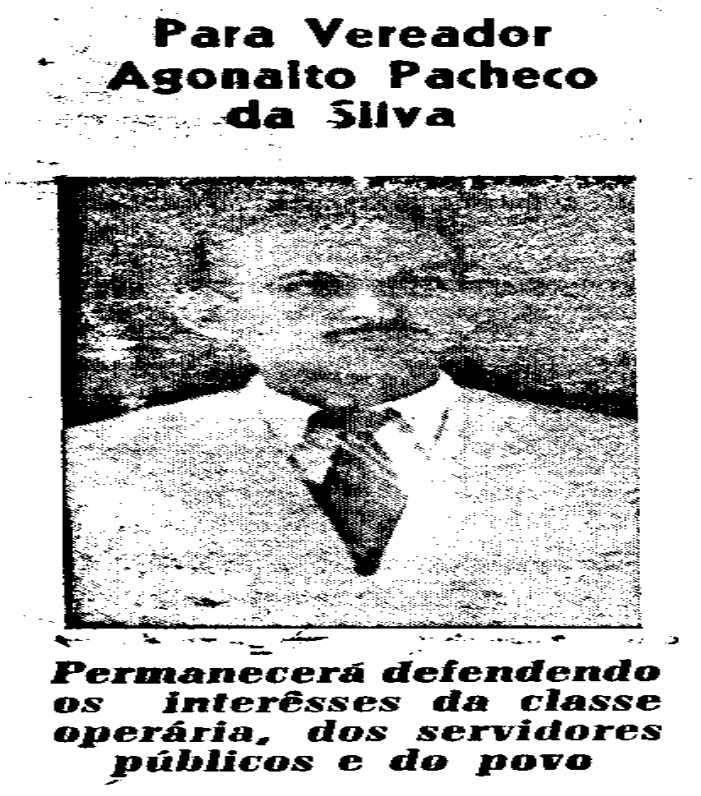
É pertinente lembrar que Agonalto, representante dos funcionários públicos do Estado, um dos mais assíduos participantes dos atos e movimentos organizados pela classe trabalhadora. Nota-se que seu discurso é condizente com a leitura feita pelas esquerdas brasileiras de que um golpe com consequente implantação de uma ditadura de direita estava em vias de se concretizar. Segundo o artigo, o vereador procurava “alertar” aos colegas vereadores acerca da “grave situação” ao qual representavam uma ameaça às instituições

democráticas. Após o a “patriótica denúncia” de golpe feita pelo general, Agonalto tentava fazer uma grande mobilização,

Conclamando a todos os partidos e democratas, aos trabalhadores e ao povo em geral, a luta contra ditadura, que tem como objetivo liquidar com as liberdades democráticas, anular as eleições e aumentar a situação de miséria do povo, com a exploração mais carente do nosso país dos trustes e monopólios norte americanos. (*Fôlha Popular*, 09 de junho de 1962, p. 01).

A partir de uma análise não só desse artigo como do conteúdo do jornal como um todo, é aceitável afirmar que a polarização política do país era vivida com muita intensidade em Sergipe, de modo que a política local era colocada como uma extensão, ou melhor, como a própria política em âmbito nacional, os projetos defendidos para Sergipe eram os mesmos para toda a nação brasileira.

Figura 10: Agonalto Pacheco da Silva candidato a Vereador



Fonte: *Fôlha Popular*, 09 de junho de 1962, p. 01.

Com um título bem chamativo, “**Golpismo tenta levantar a cabeça**”, o artigo assinado pelo diretor do jornal, Robério Garcia tenta não apenas mostrar o cenário político nacional em que colocava de um lado, os golpistas e de outro o povo brasileiro, mas também incentivar a reação:

Estamos diante de uma situação política que obriga todos os patriotas a pensarem e refletir. Os inveterados golpistas tentam levantar a cabeça, desejosos de destruir o Brasil do caminho do caminho democrático que vem seguindo, levar seu povo a derramar seu generoso sangue e estabelecer no país uma ditadura terrorista a serviço das mais infames forças estrangeiras e nacionais. (*Fôlha Popular*, 02 de junho de 1962, p. 01).

Se de um lado, os golpistas tinham o apoio dos americanos e de seus comandados no Brasil, os patriotas deveriam estar atentos para defender a nação de uma “ditadura terrorista”. Em seguida o artigo cita um episódio ocorrido dias atrás em que esses “inimigos do povo brasileiro” tentaram de maneira sutil um golpe contra o presidente João Goulart, com a desculpa de afastá-lo do poder em função de tratamento médico. Foi quando, “Merzili apressou em declarar que não assumiria o cargo, caso o presidente da república tivesse que licenciar-se. Isto significava, justamente, o coroamento de compirista com a instalação no poder do grupo fascista derrotada em agosto passado”. (*Fôlha Popular*, 02 de junho de 1962.p. 01).

O artigo também relembra que no “agosto passado”, o povo sergipano se levantou contra o golpe, como também fizeram:

o governador Luiz Garcia e os deputados estaduais, o prefeito Conrado de Araujo e a Câmara de vereadores, Dr. Jose Vicente Távora e a parte mais democrática do clero sergipano, operários, estudantes, camponeses, pastores protestantes, industriais e comerciantes, empregados do comercio e funcionários públicos”. (*Fôlha Popular*, 02 de junho de 1962, p. 01).

Garcia faz referência ao agosto de 1961, quando, segundo ele houve uma clara, porém frustrada tentativa de golpe. Naquela quadra,

Refletindo o pensamento dos partidões, o **Presidente Goulart tomou posição**, os golpistas se encolheram um pouco para voltarem logo depois com a brutal e sádica provocação de fazer voar pelos ares a Exposição Soviética no intuito de criarem acaso diplomático que viesse a desfazer as relações tão benéficas que ora matemos com a grande república socialista. Ai, os golpistas não se detiveram diante de qualquer sentimento humano.

Feras que são, Lacerda e comandados assassinarão milhares de homens, mulheres e crianças, contanto que conseguissem os seus sinistros objetivos. (*Fôlha Popular*, 02 de junho de 1962, p. 01).

Então, com o apoio dos “partidões” (partidos de apelo ao esquerdismo) o Goulart se posicionou, afastando temporamente os golpistas, as “ferras”, a exemplo de Lacerda, entretanto essa mesma ameaça mais uma vez se apresentava. No trecho acima, quando Garcia fala em assassinato, ele está se reportando a um fato que ocorrera naquele mesmo ano, e que gerou polêmica e visto como chocou a sensibilidade dos conservadores. Com a chancela do governo foi organizada uma exposição soviética no Rio de Janeiro, dedicada a mostrar as realizações tecnológicas da URSS e apresentar aos brasileiros diversos aspectos da cultura daquela que o artigo chama de “grande República socialista”. Mas, em maio surge a denúncia e logo em seguida a descoberta de uma bomba-relógio na referida exposição. Para os que apoiavam a política externa de San Tiago, a tentativa daquele ataque tinha por intuito fazer com que com as relações diplomáticas entre Brasil e a União Soviética fosse rompidas. De modo enfático declara o jornal:

Não fazemos nenhum alarde quando dizemos que **agora com toda clareza**, encontra-se o povo brasileiro frente a **uma conjuntura cheia de perigo**. Os golpistas estão em plena atividade, refletindo a respeito de seus patrões monopolistas norte americanos, agora à braços com uma farta crise econômica que ultrapassa as fronteiras racionais e se estendeu pela Europa atingindo duramente aqueles que colocaram sua economia na dependência direta da **economia imperialista norte americana**. (*Fôlha Popular*, 02 de junho de 1962, p. 01. Grifos nossos).

Não se tratavam de meras suposições, pois “agora” estava claro que a conjuntura apresentada ao povo brasileiro é muito perigosa, porque “em plena atividade” estavam aqueles que seguiam as ordens dos monopolistas norte-americanos, assim como estavam em perigo os países cuja economia estava sob a dependência do imperialismo americano. Era preciso então, que o povo brasileiro estivesse disposto barrar as tentativas dos seus piores inimigos.

E agora, dada as condições objetivas que as criaram e partindo de um nível mais alto da luta, podemos dar uma réplica vigorosa aos que tentaram impedir o desenvolvimento da nação, aos seus objetivos de luta pela autodeterminação dos povos, coexistência pacífica entre países com regimes sociais diferentes, pelo nosso progresso social e conquista de sua economia independente. (*Fôlha Popular*, 02 de junho de 1962, p. 01).

Ademais, o Brasil adotava uma postura de respeito à autodeterminação dos povos, o que agradava aos nacionalistas. Nesta perspectiva a leitura da realidade feita e dada a ler pelo jornalista apontava para a necessidade urgente de união para o combate dos “piores inimigos” do país: “Mais uma vez devemos estar vigilantes e unidos contra o golpe, sem discriminações, contribuindo todos e de todas as formas para barrarmos os intentos antipopulares, antinacionais dos criminosos golpistas, inimigos ferozes do povo brasileiro”. (*Fôlha Popular*, 02 de junho de 1962, p. 01).

Interessante à crítica da *Fôlha Popular* ao governador Seixas Dória, publicada no dia 07 de setembro de 1963. Sob o título, “Seixas Dória vai aos Estados Unidos Fugindo à Dura realidade”. A informação de que o governador viajaria aos Estados Unidos, a convite do próprio Lincon Gordon, causou grande inquietação:

O Senhor Seixas Dória, segundo se noticiou, viajará aos Estados Unidos, no dia 15 do corrente, não se sabe ainda, oficialmente, com que objetivo. A verdade é que aceitou o convite de Mr. Lincon Gordon, quando de sua encomendada visita à Sergipe. (*Fôlha Popular*, 07 de setembro de 1963, p. 01).

Para entender melhor ao que o articulista chama de “encomendada visita” do diplomático dos Estados Unidos a Sergipe é preciso retroceder alguns meses.

Por ocasião da vinda de Lincoln Gordon a Sergipe, em abril de 1963, o periódico mobilizou um discurso que demonstrava seu posicionamento nacionalista, portanto contrário a este acontecimento, que do ponto de vista dos nacionalistas era uma “traição ao país: foi motivo de alegria para todos aqueles que estão de pleno acordo que o Brasil se torne, dentro em breve uma colônia dos imperialistas – Gordon, Kennedy”. (*Fôlha Popular*, 20 de abril de 1963, p. 01).

Essa visita foi uma solicitação da Assembleia Legislativa do Estado, mais precisamente resultado de um ato “antinacional” do deputado Fernando Leite do PR. Segundo o jornal, o embaixador não se apresentou ao povo, ficando restrito ao Palácio do Governador e a Assembleia, o que gerou mais descontentamento e repulsa com relação à sua presença: “Não se concebe, que uma personalidade da estirpe de Gordon, tenha medo de apresentar-se diretamente ao povo pacato e hospitaleiro, como é o povo sergipano”. (*Fôlha Popular*, 20 de abril de 1963, p. 01).

Certamente, não foi apenas por essa atitude pouco condizente com o “pacato” e “hospitaleiro” povo sergipano que a visita do estadunidense causou tanto alvoroço, mas sim por tudo que ideologicamente sua vinda significava: “foi motivo de tristeza e indignação para todas as forças que de fato lutam e desejam que o Brasil seja uma nação soberana, independente e que seu povo não precise das esmolas dos trapaceiros norte-americanos”. (*Fôlha Popular*, 20 de abril de 1963, p. 01).

Vale lembrar que foi organizado por trabalhadores estudantes e funcionários públicos um protesto contra a visita do Gordon. A passeata em praça pública, contou com discursos das lideranças sindicais e de associações. Segundo a *Fôlha Popular*, os manifestantes carregavam cartazes com dizeres como, “Povo Sergipano é pela autodeterminação dos povos”, “Abaixo o imperialismo ianque”, etc. Mas, o ato também foi marcado pela atuação repressiva da polícia que retirou faixas e carros de som das ruas. E os representantes do Departamento de Ordem Política e Social insultaram os estudantes¹⁰⁴. Para o semanário comunista, tudo isso contrariava as garantias dado pelo governador de que a manifestação não seria reprimida. Então, indignados, os promotores tentaram entrar em contato com o governador, porém foram impedidos porque comenta o jornal com ironia: “o governador e seus auxiliares se encontravam fazendo sala ao intrometido representante dos grupos econômicos da América do Norte, Mr. Gordon”. (*Fôlha Popular*, 20 de abril de 1963, p. 02). Dessa luta por uma “nação soberana, independente” surgiu também um manifesto ao povo sergipano.

A matéria a seguir mostra como a União Estadual dos Estudantes (UEE) e a CGT e vários dirigentes sindicais e associações pretendiam atuar diante a iminente visita do embaixador norte-americano a Sergipe. Por meio de ato público e distribuição de manifesto essas forças mostrariam sua reprovação à presença do “audacioso” e “intrometido” Gordon Lincoln.¹⁰⁵

¹⁰⁴ O Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) foi criado em 1924 com o objetivo de prevenir e combater crimes de ordem política e social que colocassem em risco a segurança do Estado. Esse Departamento era responsável por investigar todos os tipos de movimentos sociais, como greves, campanhas contra a carestia, bem como fiscalizar a ação dos sindicatos e dos trabalhadores organizados.

¹⁰⁵ Lincoln Gordon, estudante conceituado em Harvard, recebeu uma bolsa Rhodes para realizar o seu doutorado em economia na Universidade de Oxford, Inglaterra, na década de 1930. Conciliou sua vida acadêmica com sua atuação no governo. Com o fim da Segunda Guerra Mundial, Gordon atuou em Londres como diretor da Missão do Plano Marshall. Logo depois, assumiu o cargo de Assuntos Econômicos da embaixada norte-americana. Ao voltar para Estados Unidos, lecionou Política em Harvard. No ano 1961, foi designado embaixador no Brasil, por Kennedy, após ter contribuído para formulação da Aliança para o Progresso. Em 1966 deixou o Brasil para assumir a função de sub-secretário de Estado para Assuntos Interamericanos, durante a presidência de Johnson.

A situação geral da Guerra Fria foi determinada pela condição concorrente entre as duas superpotências, Estados Unidos e União Soviética. E essa disputa ideológica trouxe desdobramentos econômicos e sociais para os países de “Terceiro Mundo”. Em decorrência, houve o intervencionismo norte-americano na política interna do maior país da América do Sul ocorreu nas eleições para deputados e governadores em outubro de 1962, na qual seriam renovados dois terços da bancada do Senado, todos os deputados e metade dos governadores. O paradigma de intervenção, ingerência, foi o da chamada desestabilização política, através de investimentos grandiosos na construção de obras públicas que fariam com que os candidatos aos governos estaduais contrários a Goulart ficassem com uma boa imagem.

Como previra Gordon, o Embaixador norte-americano, a intervenção política e financeira do seu país provocou a mudança cuja maior evidencia foi a nomeação, em agosto de 1963, de João Augusto de Araújo Castro para a chefia das Relações Exteriores do Brasil. O novo ministério adotou modelos que modificaram sensivelmente a Política Externa Independente, considerando já ultrapassada a bipolarização do sistema de poder mundial, deixando de lado a linha de "negociação neutralista" e ressaltado o perfil desenvolvimentista da política externa. Isso significava que, no nível interno, seriam adotados parâmetros ortodoxos da estabilização econômica elaborados pelo Ministério do Planejamento, comandado pelo economista Celso Furtado, e expresso no Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social (1963-65) que buscou estabelecer regras e instrumentos rígidos para o controle do déficit público e refreamento do crescimento da inflação.¹⁰⁶

O plano tinha, como premissa central, o combate à inflação a partir do controle do déficit público e das emissões, assumindo, para tal, uma estratégia gradualista. Sem negligenciar a perspectiva desenvolvimentista, o plano se constituía em um instrumento de saneamento econômico cujo escopo era garantir o financiamento para as iniciativas governamentais tendo em vista o desenvolvimento nacional. Dentre as prioridades no planejamento de investimentos públicos estavam muitos dos itens constantes da agenda básica das polêmicas reformas de base. Dos investimentos externos, do aumento das exportações e da implementação de novas medidas tributárias, com a proposta de impostos específicos para

¹⁰⁶ VIZENTINI, Paulo Fagundes. **Relações Internacionais e Desenvolvimento: O Nacionalismo e a Política Externa Independente (1951-1964)**. Petrópolis: Vozes, 1995. p. 262.

os contribuintes com altas rendas, o governo parlamentarista pretendia garantir o financiamento de suas iniciativas.

Ao mesmo tempo, a diplomacia estadunidense incentivava artifícios de caráter golpista no seio mesmo do governo, Araújo Casto decretou a reabilitação do acordo militar bilateral de 1952. Por esse pacto era atribuído, ao exército norte-americano, o direito exclusivo para apoiar na organização e operação da Escola Superior de Guerra, dentro dos princípios do National War College de Washington. A reabilitação de tal acordo, na prática para uma intervenção armada no Brasil sob a alegação de reprimir o avanço comunista.

De acordo com Muniz Bandeira¹⁰⁷, em 1964 Araújo Castro teria atuado a contragosto de Goulart acatando a um apelo do então chefe do Estado-Maior do Exército, general Humberto Castelo Branco, na perspectiva de incentivar a reabilitação do Acordo Militar bilateral Brasil-Estados Unidos de 1952. Por esse pacto era atribuído, ao exército norte-americano, o direito exclusivo para apoiar na organização e operação da Escola Superior de Guerra, dentro dos princípios do National War College de Washington. Ainda segundo Moniz Bandeira, esse reforço da assistência militar dos estadunidenses objetivava munir aos EUA de uma base instrumental para justificar uma intervenção armada no Brasil se o presidente Goulart e seus aliados viessem a tentar um golpe de natureza esquerdista, ou seja, reabilitação de tal acordo, na prática para uma intervenção armada no Brasil sob a alegação de reprimir o avanço comunista.

¹⁰⁷ MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. 2001. **O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil (1961-1964)**. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1983. p. 152.

Figura 11: Charge contra a vinda a Sergipe de Lincoln Gordon



Fonte: *Fôlha Popular*, 06 de abril de 1963.

Analisando a imagem, é possível perceber diversos elementos com os quais a esquerda reconhecia a forças direitistas. Assemelhando-se a um gorila, com símbolos imperialistas (Chapéu do *Tio San*, dinheiro em uma mão e a espada na outra) Gordon surge do polêmico jornal da época, *Tribuna da Imprensa*, dirigido pelo não menos polêmico Carlos Lacerda, membro da União Democrática Nacional (UDN) distanciando cada vez mais dos setores liberais do partido, que tendiam a defender o presidente, e desencadeou uma impetuosa campanha de teor anticomunista.

A *Tribuna da Imprensa* se transformara, desde os tempos de Vargas, na trincheira na qual Lacerda instalou a mais poderosa metralhadora giratória da imprensa brasileira. Americanista militante, Lacerda criticava ferrenhamente a aproximação entre o Brasil e a União Soviética¹⁰⁸. A propósito, Carlos Lacerda é visto pelos jornais aqui abordados como o “traidor”, o “vendilhão”. Merece destaque o que o jornal publica em abril de 1963 sobre Lacerda, governador da Guanabara e principal opositor do governo Jango. Diz o jornal aos seus leitores: “ninguém mais pode ter dúvidas que Carlos Lacerda é um traidor, um inimigo

¹⁰⁸ PINHEIRO NETO, João. *Carlos Lacerda, um raio sobre o Brasil*. Rio de Janeiro: Gryphus. 1998.

de sua Pátria, um vendido aos interesses estrangeiros contra os interesses nacionais". Reconhece a inteligência e a capacidade de Lacerda enquanto jornalista e político:

Inteligente demais para os fins a que se tem proposto, bem sucedido na imprensa e na política, infelizmente, tendo chegado, **iludindo o povo**, a ser governador de um dos mais importantes Estados do país, Lacerda só tem sabido intervir **contra a Nação**, como se esta lhe fosse uma inimiga irreconciliável. (*Fôlha Trabalhista*, 21 de abril de 1963, p. 02. Grifos nossos).

Como fica evidente, o jornalista e político Carlos Lacerda estava usando sua reconhecida habilidade com as palavras, sua perspicácia tão somente com fins prejudiciais à Nação. Mas por trás dessas características que o artigo atribui àquele cujo costume era “iludir o povo” para se eleger governador, existia uma trajetória a qual o jornal faz questão de trazer ao público:

Principalmente, a partir de 1954, ele vem lhe dando combate, combate sem tréguas, não lhe permitindo, sequer, momentos de descanso para se refazer das energias perdidas e poder se defender de novo ataque. Tem ele, desse modo, agitado a nação, trazendo intranquilidade a todos, provocando crise, que retardam o nosso desenvolvimento e aceleram a inflação que nos tem perseguido ininterruptamente, feito suicidar a um Presidente e outro a renunciar e, ainda, ligado aos grupos mais reacionários do país, procurando impedir a posse legal e constitucional de um terceiro e atual. (*Fôlha Trabalhista*, 21 de abril de 1963, p. 02. Grifos nossos).

À Lacerda é atribuída a situação de intranquilidade, de inflação, de crise que estava impedindo o desenvolvimento do Brasil. Outra grave acusação que sobre ele recai é a de ter contribuído, ou melhor, “feito suicidar” o Presidente Vargas e fazer com que Jânio renunciasse. Isso faz lembrar a obra “*O Demolidor de Presidentes - a trajetória política de Carlos Lacerda*”¹⁰⁹, da historiadora Marina Gusmão de Mendonça cujo objetivo é relatar a trajetória do Jornalista Carlos Lacerda, que na visão da autora passou a ser visto como a voz direita e conservadora desse período. Não é mencionado pela *Fôlha Trabalhista*, porém o fato de que, unido aos militares e a UDN (União Democrática Nacional), Carlos Lacerda também tentou impedir a posse de JK, em 1956. Assim, prossegue o articulista relembando que Lacerda participara da crise sucessória de 1961:

¹⁰⁹ MENDONÇA, Marina Gusmão de. (2002). **O Demolidor de Presidentes - a trajetória política de Carlos Lacerda**: 1930-1968. São Paulo: Códex, 2002. 2ª ed.

O presidente Goulart assumiu o governo com os seus poderes limitados, poderes outorgados pelo povo e que um Congresso, majoritariamente não patriota, mas egoísta, interesseiro, diminui-lhe, numa madrugada, com receio das baionetas e da perda do mandato. Não satisfeito, vendo o povo, no plebiscito de janeiro, ratificar a Jango todos os seus poderes, vem provocando uma oportunidade para abrir uma crise até que a encontrou, por ocasião da realização do Congresso pró-Cuba. (*Fôlha Trabalhista*, 21 de abril de 1963, p. 02. Grifos nossos).

Então, lembra o jornal que Jango, ainda em 1961 havia sido impedido de assumir plenamente seus poderes de presidente por causa de um Congresso de maioria “não patriota”. Com a realização do plebiscito os poderes lhes são restituídos, fato que não impediu que a oposição – capitaneada por Lacerda - buscasse criar uma nova crise, desta vez, com o Congresso de pró-Cuba.

Carlos Lacerda sabe, ele é inteligente para isso, que não se combate comunismo com polícia. O que ele intenta, no entanto, é a **perturbação da ordem**. Após ter impedido, com polícia, a realização daquele Congresso pró-Cuba, investir contra o Presidente, não contra João Goulart, mas contra a dignidade do Chefe da Nação **ofendendo, assim, a todos os brasileiros**, uma vez que a nação é o povo e este foi quem o elegeu. (*Fôlha Trabalhista*, 21 de abril de 1963, p. 02. Grifos nossos).

Este congresso que ficou conhecido na história com a denominação de “Congresso Continental de Solidariedade a Cuba”, a priori estava previsto para ocorrer na cidade do Rio de Janeiro em realizado no dia 26 de março de 1963, mas por proibição do governador Carlos Lacerda, o evento teve que ser realizado na cidade de Niterói. Desse modo, após ter acabado com o mandato de dois presidentes, perturbado a ordem e ter ofendido a todos os brasileiros, o jornal afirma que agora Lacerda estava diante de um poderoso adversário, João Goulart.

Dessa vez, porém, ele encontrou um homem moço, que não pensa em suicido nem em renunciar ao posto, mantendo-se firme nele. Entretanto, **uma providência deve ser tomada** contra o **traidor, o vendilhão**, pois a nação precisa respirar para continuar a marcha do seu desenvolvimento em busca do **progresso** e prosperidade do povo brasileiro. Lacerda é que precisa parar, de qualquer maneira, constituindo-se a sua **morte, se natural**, o primeiro e único benefício que terá prestado ao país. (*Fôlha Trabalhista*, 21 de abril de 1963, p. 02. Grifos nossos).

Para o articulista, alguma coisa precisa ser tomada para que o “vendilhão”, o “traidor” não pudesse mais atuar, nem para isso precisava ser parado, afinal o Brasil deveria continuar a marcha rumo ao progresso, nem que para isso fosse necessário a morte - natural, é claro - de Carlos Lacerda.

Após analisar o jornal *Panfleto*, instrumento ideológico da Frente de Mobilização Popular, grupo extraparlamentar de nível nacional, Jorge Ferreira, aponta o entendimento dessa organização no que tange aos “gorilas”:

Identificado diretamente com o fascismo, contra tudo o que lembre justiça social, a definição mais imediata para a palavra “gorila” era “inimiga do povo”, e podia-se encontrar sua raiz nas “oligarquias do latifúndio” e no capital nacional que constituem uma espécie de sucursal dos circuitos monopolistas internacionais, em particular, norte-americanos. [...] Na América Latina eles não constituem uma casta exclusivamente militar, uma vez que, entre o “espécime”, existiam muitos elementos civis, sendo no caso brasileiro, Carlos Lacerda a maior expressão¹¹⁰.

Voltando para a questão da viagem do governador, O jornal procura especular os reais motivos:

Sabe-se, que o governo está esperançoso de conseguir meios financeiros para resolver as dificuldades de sua administração, com a fracassada Aliança para o Progresso e outras instituições do governo e dos círculos econômicos dos Estados Unidos. Comenta-se que para isso, elaborou um plano de investimento da ordem de 25 milhões de dólares. (*Fôlha Popular*, 07 de setembro de 1963, p. 02).

É preciso esclarecer o que é essa Aliança para o Progresso, e as razões para o jornalista afirmar que havia ocorrido um fracasso. Então, após apresentar os possíveis interesses com os quais o governador poderia justificar sua ida aos Estados Unidos, uma vez que não havia nada oficial.

Não analisaremos aqui o que pretende realizar o Sr. Seixas Dória. Pouco sabemos a respeito, extraoficialmente, por que o governador nada disse até agora nesse sentido, o que é realmente estranho. O que consideramos importante é chamar atenção do governador, sobre o que tem representado para a soberania nacional, os acordos que tem sido firmados com esses

¹¹⁰Ferreira Jorge. Leonel Brizola os nacional-revolucionários e a Frente de Mobilização Popular. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (org.). **Nacionalismo e reformismo Radical (1945 – 1964)**. As Esquerdas no Brasil. vol. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p.552.

instrumentos de espoliação e corrupção, por governadores e prefeitos, já amplamente denunciados pelas forças nacionalistas e populares. (*Fôlha Popular*, 07 de setembro de 1963, p. 02).

O jornal ver como “estranho” o fato de o governador não ter até aquele momento revelado os motivos da sua viagem. Mas, desde já, o próprio ato de aceitar tal convite significava uma ameaça a “soberania nacional”, pois segundo a matéria, os acordos não tinham outro resultado senão, a “espoliação” e a corrupção”. E as forças nacionalistas e populares? Ademais: “Todos os acordos feitos até agora, tem sido à base da alimentação da subserviência, porque de outro modo, o governo dos Estados Unidos e os órgãos que o representam, não concedem financiamento”. (*Fôlha Popular*, 07 de setembro de 1963, p. 02).

Aqui é estabelecida a relação entre a condição de subserviência do Brasil e os empréstimos que este aceita da grande potência mundial.

O maior exemplo que se poderia citar, além dos acordos anti-nacionalistas feitos pelo governador Carlos Lacerda com a Aliança Para o Progresso e outras instituições Americanas, são os empréstimos ao governo federal feitos à base de exigências que, não só têm prejudicado o nosso desenvolvimento econômico, como também a própria soberania da Nação, com graves prejuízos para à nossa economia e grandes sacrifícios para o nosso povo. E o Sr. Seixas Dória sabe de tudo isso, porque já fez várias denúncias à Nação nesse sentido, quando deputado federal. (*Fôlha Popular*, 07 de setembro de 1963, p. 02).

As exigências americanas sacrificam o povo, prejudicando não só o desenvolvimento econômico, como também a própria soberania nacional. Segundo a matéria, tempos atrás o governador negara um convite para visitar os Estados Unidos. Causava estranhamento a mudança de Seixas Dória, o mesmo que quando deputado Federal apontava os problemas acarretados pela proximidade do Brasil com os Estados Unidos. Por que houve tal mudança?

Naquela época, o sr. Seixas Dória, rejeitou convite do governo Americano para visitar os Estados Unidos (numa posição coerente) convite aquele, de caráter completamente diferente do agora aceito, porque hoje a sua posição é de governador de Estado, com compromissos sérios com o nosso povo, qual seja, o de realizar um governo progressista e nacionalista. (*Fôlha Popular*, 07 de setembro de 1963, p. 02)

Então, questiona a matéria:

Será que o Sr. Seixas Dória pensa em comover os gringos com discursos chorões, pintando o quadro de miséria em que vive o nosso Estado e a enorme maioria do seu povo e assim conseguir recursos para industrializar Sergipe e realizar outros empreendimentos no setor da agricultura e da administração pública? Não. Sabe o governador que nada conseguirá nos Estados Unidos sem ceder mais do que vem cedendo aqui mesmo, de suas decrescentes convicções nacionalistas, o que significa dizer: sem trair seu passado nacionalista, os interesses de Sergipe e a soberania de nossa Pátria que jurou defender. (*Fôlha Popular*, 07 de setembro de 1963, p. 02).

Cobrando de Seixas Dória o compromisso de realizar um governo “progressista” e “nacionalista”, a matéria analisa como vã a tentativa do governador – que parecia estar com “decrescentes convicções nacionalistas” de apelar, “comover” os “gringos” para investir no Estado de Sergipe. Isso só seria possível sob a condição de “trair seu passado nacionalista, os interesses de Sergipe e a soberania de nossa Pátria que jurou defender”.

A dura realidade que o sr. Seixas Dória não quer aceitar e por isso faz essa concessão vergonhosa ao imperialismo, é a de que somente poderá encontrar solução para os nossos problemas, se se aproximar das forças mais progressistas, de dentro e de fora de Sergipe e do nosso povo, para equacionar e se lançar na obra de arrancar o nosso Estado da situação do atraso e miséria em que se encontra. (*Fôlha Popular*, 07 de setembro de 1963, p. 02).

Totalmente contrário a essa viagem pelos seus significados, o jornal afirma que o governador não queria aceitar “dura realidade”, preferindo fazer essa “concessão vergonhosa” ao imperialismo, quando na verdade a forma para a resolução dos problemas seria uma aproximação com as “forças mais progressistas”, estaduais e nacionais.

Nesta mesma edição, publicava o jornal que haveria nos próximos dias uma passeata dos funcionários públicos municipais e estaduais – saindo do Centro Operário em direção à Praça Fausto Cardoso e a Prefeitura. Organizada pela Associação dos Servidores Públicos do Estado em Sergipe (ASPES) cujo presidente era o vereador Agonalto Pacheco, a passeata traduziria as principais reivindicações do funcionalismo:

Servidores Estaduais: pagamento de atrasados de diferença de vencimento e salários, de gratificações adicionais trienal do 2º turno e de mais de 30 anos de serviço, salário família e de esposa de 80% do salário mínimo regional, como menor vencimento, Servidores Municipais: pagamento de atrasados de diferença de vencimentos, salário-família e de esposa, gratificação adicional, 13º mês de 1962 e salário família e de esposa aos servidores de menos de 5 anos de serviço. (*Fôlha Popular*, 07 de setembro de 1963, p. 01).

Portanto, segundo o articulista não poderia Seixas Dória querer viajar – menos ainda para os Estados Unidos - diante de vários e graves problemas administrativos, sobretudo os relacionados aos servidores públicos.

Cabe aqui uma breve contextualização acerca da conjuntura que levou os Estados Unidos, no quadro de sua política externa, a adotar aquela que era uma guinada na política externa norte-americana, a saber, a Aliança para o progresso. A vitória do movimento guerrilheiro cubano em 1959 teve efeito ambivalente. Primeiramente, ela serviu para trazer a todos os problemas sociais pendentes, até mesmo a necessidade da reforma agrária; em segundo lugar, conferiu maior força às demandas nacionalistas contra a presença ostensiva dos Estados Unidos. A partir de então, a América Latina, passou a receber a atenção dos Estados Unidos não somente do ponto de vista da manutenção de governo anticomunista. Também suas aspirações de crescimento econômico passaram a ser levadas em consideração pelo governo norte-americano.¹¹¹

Não foi o triunfo de Fidel Castro sobre o regime de Batista, em 1959, que levou à maior modificação adotada pelos Estados Unidos em relação à América Latina, mas sim, a implantação do regime socialista em Cuba, que se formalizou em abril de 1961, embora já fosse visível desde antes em função de medidas como a nacionalização de propriedades norte-americanas e a rápida reorientação da venda do açúcar cubano para a URSS e a China.¹¹²

De fato, a adesão de Cuba ao bloco socialista provocou mudanças na política norte-americana em relação à América Latina. Era necessário impedir, a qualquer custo, que outros países da região seguissem o caminho seguido por Havana, pois havia o receio de um efeito em cadeia. A nova política foi noticiada ainda em 1961 e contava de duas partes. Em primeiro lugar, era um importante programa de desenvolvimento econômico e social financiado de forma multilateral, batizado como “Aliança para o Progresso”. Ricardo Alaggio Ribeiro¹¹³ afirma que a Aliança para o Progresso emerge no contexto da Guerra Fria, o que levou os Estados Unidos a uma mudança paradigmática na política externa para a América Latina.

Nas lutas sociais, fruto de seculares injustiças, atuavam justamente os partidos-movimentos com orientação política mais à esquerda. A diminuição do espaço de atuação

¹¹¹ FICO, Carlos, FERREIRA Marieta, ARAUJO Maria Paula & QUADRAT, Samantha. **Ditadura e Democracia na América Latina**: balanço histórico e perspectivas. São Paulo: Editora FGV, 2008.

¹¹² MOREIRA, L.F.V. As relações Internacionais da América Latina. Petrópolis: Vozes, 2010. p. 56.

¹¹³ Ver: RIBEIRO, Ricardo Alaggio A teoria da modernização, a aliança para o progresso e as relações Brasil – Estados Unidos. Perspectivas, São Paulo, 2006.

destes partidos deveria vir com uma nova atitude por parte dos Estados Unidos, mais propositiva. Numa nova avaliação, as oligarquias da América Latina passaram a ser consideradas egoístas e intransigentes, tão poderosas que poderiam bloquear reformas econômicas, a menos que os Estados Unidos interviessem favorecendo os interesses da maioria da população. Por alguns anos, o desenvolvimento econômico da América Latina tornou-se uma obsessão para Washington. As reformas deviam ser executadas pacificamente, pela via democrática¹¹⁴. Pozo, ao falar sobre esse projeto, argumenta:

Os Estados Unidos tentaram influir na região não só com pressões políticas e militares, como também oferecendo aos seus aliados latino-americanos um plano de desenvolvimento econômico e social, que complementava os pactos militares, visando fazer face à subversão esquerdista. Foi a “Aliança para o Progresso”, plano lançado pelo presidente Kennedy no início de 1961 com o objetivo de erradicar a pobreza do continente em dez anos e fomentar a democracia no hemisfério.¹¹⁵

A estratégia dos Estados Unidos para intervir decisivamente no continente americano consistia tanto em fazer pressões políticas e militares, como também oferecer aos seus aliados latino-americanos um plano de desenvolvimento econômico e social, que incluía os pactos militares, no intuito de combater a subversão esquerdista, e, em conformidade com esse intento surgiu a “Aliança para o Progresso”.

O programa de ajuda externa norte-americana orientado para a América Latina lançado durante a gestão de J. F. Kennedy (1961-63) consistia em um plano de cooperação decenal, uma política de “generosidade” econômica e estratégica, com o objetivo de estimular o desenvolvimento econômico, social e político. Esse projeto constava de três elementos, percebidos como interdependentes: o crescimento econômico, as mudanças sociais estruturais e a democratização política. Obviamente, Kennedy, como nenhum outro estadista americano, conferiu grande valor às relações intercontinentais e ainda que retificadas com aspectos mais conservadores por Johnson, uma significativa ajuda financeira e técnica para a América Latina perdurou até 1969¹¹⁶.

Desse modo, o desenvolvimento da América Latina deveria obedecer a três grandes condições: a) os países participantes deveriam tomar conscientemente a decisão de

¹¹⁴ MOREIRA, L.F.V. **As relações Internacionais da América Latina**. Petrópolis: Vozes, 2010. 234.

¹¹⁵ DEL POZO, José. **História da América Latina e do Caribe: dos processos de independência aos nossos dias**. Tradução de Ricardo Rosenbusch. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2009. p. 233.

¹¹⁶ Posto em prática sem muita convicção, o plano foi abandonado aos poucos, sobretudo depois do assassinato de Kennedy, 1963, de modo que no fim de década já nem se falava mais nele.

desenvolver-se, o que incluía o enfrentamento dos ônus necessários; b) os países deveriam procurar estruturas sociais adequadas ao desenvolvimento, no sentido de que os resultados do desenvolvimento deveriam dirigir-se às populações de modo geral, não se limitando às elites. Havia a necessidade de reformas sociais, portanto, em função de sua própria natureza, elas não constariam nos cálculos econômicos, mesmo que fossem essenciais para o desenvolvimento econômico - a fim de obter o consentimento e o apoio popular às mudanças econômicas; e c) deveria acontecer um desenvolvimento dos recursos humanos suficientes para progresso social. Por isso, foi decidido que a ajuda americana seria seguida de uma tentativa voluntária dos países membros com a finalidade de formular planos de desenvolvimento nacionais, implementar projetos a partir destes planos e adequar os seus esforços de desenvolvimento à estrutura geral delineada pela assistência estadunidense.

O crescimento econômico da América Latina geraria a mudança social que, por sua vez, faria possível uma vida política democrática mais madura, visto como imune aos encantos da esquerda; objetivava tanto crescimento econômico quanto reforma social, e seria levado à prática pelos governos democráticos. Os Estados Unidos prometiam proporcionar fundos públicos ao longo de dez anos. Também havia a promessa de impulsionar as entidades multilaterais e os investidores privados dos Estados Unidos e Europa para aumentar o fluxo de capitais para a América Latina.¹¹⁷

De mais a mais, os Estados Unidos passavam finalmente a apoiar os dirigentes reformistas, oferecendo-lhes ajuda econômica para fomentar o crescimento em seus países. Simultaneamente, lhes eram oferecidos os meios para combater os possíveis movimentos armados internos, sobretudo os guerrilheiros que pudessem contar com ajuda soviético-chinesa ou, mais possivelmente, cubana.

3.8 A Frente de Mobilização Popular e a atuação de Leonel Brizola

Em 1961, noticiava a *Fôlha Trabalhista* que a situação agitada do país fizera com que o “governador da legalidade”, Leonel Brizola, suspendesse sua visita a Sergipe, prevista para o mês de dezembro. Naquela ocasião, diz o jornal, que toda a cidade de Aracaju, povo e autoridades constituídas se preparavam para recepcionar, da maneira “mais entusiástica” e

¹¹⁷ DEL POZO, José. **História da América Latina e do Caribe**: dos processos de independência aos nossos dias. Tradução de Ricardo Rosenbusch. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2009. p. 235.

“acolhedora” possível, o governador gaúcho. Entretanto, passou um carro de som comunicando, Brizola manifesta a necessidade de cancelar a sua vinda, diante da atual situação política do país que não lhe permitia ausentar-se do seu Estado.

Em Aracaju, além de outras homenagens, Leonel Brizola iria receber os títulos de cidadão aracajuano com que fora “agraciado”, respectivamente pela Assembleia Legislativa e pela Câmara de Vereadores, pela “posição heroica e patriótica” que assumiu em defesa da legalidade e da Constituição Federal, durante a crise político-militar desencadeada em face da renúncia do ex-presidente Janio Quadros. Como consequência, e por todo esse prestígio de Brizola, adquirido através de sua participação ativa nos últimos e decisivos acontecimentos do país, a notícia de que o mesmo, não mais se faria presente em solo sergipano era dada com certa decepção. “Desse modo, os sergipanos terão que aguardar outra oportunidade para prestar as suas homenagens ao bravo e destemido governador gaúcho”. (*Fôlha trabalhista*, 17 de dezembro de 1961).

Sob o esteio dos nacionalistas-reformistas, o PTB instaurou durante o governo Jango uma dupla tática de atuação cuja repercussão é imprescindível para entender a instabilidade desse governo. De um lado, o partido optou por via parlamentar, investindo grande parte de suas forças e recursos nas eleições de 1962, com o objetivo de fazer do sistema de representação um instrumento adequado à promoção das reformas. Por outro lado, adotou uma estratégia de ação direta. Em suma,

ao mesmo tempo que buscava ampliar sua influência junto ao Legislativo e ao Executivo, mobilizou sindicatos, soldados, sargentos, estudantes e trabalhadores para fazerem pressão sobre o governo. Em ambos os casos, verifica-se a existência de frentes políticas com características nítidas de fontes alternativas de poder para o reformismo. Em ambos os casos também ficava cada vez mais claro que os reformistas precisavam de canais adicionais de atuação para dar seguimento à sua ambição de se converterem nos porta-vozes das grandes questões nacionais.¹¹⁸

Assim, as eleições de 1962 certificaram o empenho do partido na tentativa de adquirir bons resultados nas urnas. Eleger o maior número possível de representantes comprometidos com a aprovação do programa de reformas era o principal objetivo.

¹¹⁸ D'ARAÚJO, Maria C. **Raízes do Golpe**: ascensão e queda do PTB. In: SOARES, Gláucio; D'ARAÚJO, Maria (org). **21 anos de regime militar**: balanços e perspectivas. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1994. p. 59.

A ameaça de greve geral, as reiteradas manifestações presidencialistas e a pressão dos petebistas contra a política conciliatória do presidente levaram, finalmente, escolha de Brochado da Rocha para o cargo de primeiro-ministro. Brochado era um político inexpressivo na política nacional e pertencia ao circuito dos homens de confiança de Brizola, de quem fora secretário de Estado no Rio Grande do Sul.¹¹⁹

Vinha ocorrendo uma série de tensões entre o PTB e o presidente João Goulart, isso se fez notar, por exemplo, quando da formação da Frente de Mobilização Popular liderada por Brizola, que

Tratava-se de uma frente suprapartidária de cunho nacionalista e reformista que sucedeu à Frente de Libertação Nacional, criada em 1961 como instrumento de campanha para as eleições de 1962. A FMP não era um instrumento eleitoral, e sim claramente uma Organização concorrente: do PTB janguista fora do Congresso e, por isso, uma evidência de que a liderança de Jango perdia terreno entre os radicais que, via oposição sistemática, procuravam forçar o governo para posições mais claras no que tocava ao nacionalismo econômico.¹²⁰

Diante desse contexto, Leonel Brizola havia se tornado naquele período, um grande líder do esquerdismo e o maior nome do PTB, principalmente a partir da campanha da legalidade. Esse político visitou Sergipe - um ano depois do previsto - para receber o título de cidadão sergipano, ocorrido noticiado pelo jornal do interior:

Líder da legalidade recebeu título de cidadão sergipano – Brizola esteve em Aracaju.

Suspendendo a sua campanha de esclarecimento e de luta em prol do presidencialismo, o bravo governador gaúcho – dr. Leonel de Moura Brizola – veio a Sergipe, sexta-feira última, para receber, da Assembleia Legislativa, o título de Cidadão Sergipano que lhe fora conferido, após a sua heroica e patriótica participação na crise político-militar de agosto de 1961, que a renúncia do sr. Jânio Quadros desfechou sobre o país, tendo chegado a ameaçar o país, com uma guerra interna, diante do impedimento que as forças reacionárias da nação quiseram criar com a consequente e legal posse de João Goulart na Presidência da República. (*Fôlha Trabalhista*, 02 de dezembro de 1962, p. 04).

¹¹⁹ D'ARAÚJO, Maria C. **Raízes do Golpe**: ascensão e queda do PTB. In: SOARES, Gláucio; D'ARAÚJO, Maria (org). **21 anos de regime militar**: balanços e perspectivas. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1994. p. 56.

¹²⁰ *ibid.*, p. 57.

Leonel Brizola aqui é tratado como o grande líder, por ter “bravura, destemor e grande coragem cívica”, virtudes demonstradas por Brizola quando da campanha da legalidade. E de fato, o jornal vai dar muito destaque a atuação de Brizola, em muitas de suas edições, trazendo-o como o grande protagonista dos fatos que interessavam aos trabalhadores, ao “povo brasileiro”, de certa forma criando em torno dele uma notoriedade bem maior do que a dispensada ao próprio presidente João Goulart.

Falando à imprensa sobre a convocação que está fazendo da Câmara, para sessões extraordinárias, a fim de que se possam votar as reformas de base indispensáveis à estrutura social do país, o Deputado Leonel Brizola afirmou que esperará pouco tempo pela votação dessas leis básicas, e que na hipótese de encontrar insensibilidade do Congresso, não ficará nele por mais tempo, mas, ao contrário procurará outros caminhos e outros meios, pois não pode suportar o sofrimento do povo e o analfabetismo de seus filhos, enquanto outras categorias esbanjam dinheiro e felicidade. (*Fôlha Popular*, 10 de fevereiro de 1963, p. 02).

Para esclarecer o trecho acima, que mostra a postura implacável do deputado em relação à Câmara Federal, é importante mencionar que Brizola deixa o governo gaúcho no final de 1962 e em 31 de janeiro de 1963 inicia o seu mandato de deputado federal pela Guanabara, cargo para qual foi eleito em outubro de 1962. Um dos líderes da Frente de Mobilização Popular empreendeu forte pressão a fim de que Goulart implementasse as chamadas "reformas de base". Nesse sentido, também vale compreender a participação desse ícone do PTB enquanto Deputado Federal.

No governo de João Goulart, as esquerdas marxistas, trabalhistas, socialistas e cristã, bem como as organizações de estudantes e de subalternos das Forças Armadas e de trabalhadores urbanos e rurais formaram uma Frente de esquerda liderada por Leonel Brizola, a Frente de Mobilização Popular (FMP). Tal movimento foi acolhida com entusiasmo pelas esquerdas, pelos nacionalistas e por líderes reformistas.

Brizola agregava as esquerdas, e daí sua coragem na tarefa de liderá-las, tendo em vista unificar os nacionalistas e, assim, eleger uma abundante bancada de parlamentares nas eleições legislativas de outubro de 1962¹²¹, Brizola e o governador de Goiás, Mauro Borges formaram a Frente de Libertação Nacional. Os objetivos da organização eram nacionalizar as

¹²¹ Após as eleições o PTB quase dobrou o número de parlamentares na Câmara dos Deputados.

empresas estrangeiras, impor o controle da remessa de lucros para o exterior e lutar pela reforma agrária.

No início de 1963, Leonel Brizola liderou a articulação que daria origem à Frente de Mobilização Popular. Estavam ali contidas as principais organizações de esquerda que lutavam pelas reformas de base. A FMP esforçava-se para que João Goulart adotasse prontamente o programa reformista, mesmo que para tal fosse preciso uma política de confronto com as direitas e os conservadores, em particular o Partido Social Democrático (PSD). “A Frente liderada por Brizola procurava convencer Goulart a implementar as reformas de base unicamente com o seu apoio político, desconhecendo outras organizações do leque partidário brasileiro, inclusive os de centro”.¹²²

Ao mesmo tempo, procurava firmar-se como força viável às reformas diante das posições do Partido Comunista Brasileiro (PCB), vistas como brandas. É possível identificar as estratégias políticas das esquerdas que integraram essa frente e, em particular, as ideias e crenças dos nacional-revolucionários – grupo que, no Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), se identifica com Brizola. Em processo de radicalização crescente, as esquerdas agregadas na FMP defendiam a “política de confronto” com as direitas e os conservadores do Partido Social Democrático (PSD) e tiveram participação ativa nas lutas e nos conflitos políticos que resultaram no colapso da democracia com o golpe civil-militar de 1964.

Deveras, a literatura especializada, tendo destacado o papel dos empresários ou dos militares no golpe de 64, inclinou-se, salvo raros casos, a não dar importância a dimensão político-institucional das crises do período no plano das questões parlamentares, do Congresso, dos partidos políticos. Exceção pode ser encontrada nas reflexões de Maria Celina D'Araujo,¹²³ a qual chamando a atenção para o papel do trabalhismo, destaca que a capacidade do PTB em exercer influência sobre setores militares ou de interagir com eles foi seguramente um dos principais fatores que contribuiu/influenciou para a crise do regime de 1964 e a deflagração do golpe.

A crise do governo João Goulart, que culminou com sua queda e com a instauração de um poder militar, foram uns dos temas mais discutidos na historiografia brasileira, e dentro

¹²² Ferreira Jorge. **Leonel Brizola os nacional-revolucionários e a Frente de Mobilização Popular**. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (org.). **Nacionalismo e reformismo Radical (1945 – 1964)**. As Esquerdas no Brasil. vol. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p.547.

¹²³ D'ARAUJO, M. C. **A ilusão trabalhista: o PTB de 1945 a 1965**. Rio de Janeiro, 1989. Tese (Doutorado) – IUPERJ.

de um conjunto diversificado de análises, um dos pontos mais instigantes entre os analistas é o que cerca as razões do colapso do sistema representativo e partidário que se inaugurou no Brasil de 1945. Assim, o golpe de 1964, por vezes, foi visto a partir da ótica dicotômica que acentuava seu caráter antidemocrático, ditatorial e entreguista, ou sua natureza salvacionista e disciplinadora. No entanto, tem sido demonstrada, através de análises mais recentes, a insuficiência dessa dualidade, na medida em que novos aspectos na dinâmica do sistema de poder no Brasil têm sido explorados. O golpe de 1964, sob a ótica dessas interpretações, vem, pois, sendo colocado dentro de um abrangente espectro de imposições e entraves do sistema político brasileiro.

Em que pese o fato dessas discussões estarem ainda em aberto, o destaque no campo político passou a ter, desse modo, uma dimensão diferenciada em relação às outras interpretações. Pelo trabalho empírico realizado nesta dissertação, somos levados a concordar com Argelina Figueiredo quando diz que a tomada de poder em 1964, que “instaurou o regime militar em 1964, no Brasil, não foi resultado de uma todo-poderosa conspiração direitista contra o regime anterior. Tampouco foi a consequência inevitável de fatores estruturais políticos e/ou econômicos, alguns dos quais já atuavam quando, em 1961, um golpe militar foi abortado”.¹²⁴

O PTB, por ser formalmente, o partido do governo, é geralmente apontado como o alvo do movimento militar, visto que esse partido agrupava uma série de princípios e de personagens políticas que condensavam o inimigo a ser combatido. Dito de outra maneira, o golpe era contra o trabalhismo janguista, as alianças e os acordos que o PTB firmava com a esquerda civil e com os militares nacionalistas. Além disso, o PTB, entre os partidos com representação legal, foi o que mais se esforçou para fazer com que os trabalhadores fossem uma sólida e privilegiada base de sustentação de poder. Não se pode deixar de mencionar também que essa agremiação partidária buscou, de vários modos, articular pactos com setores militares, colaborando profundamente com o estímulo à fragmentações internas nas forças armadas. Portanto, a atuação do PTB foi crucial para sustentar o conflito e agravar a radicalização política., conforme bem pontuou Maria Celina D'Araújo:

Do ponto de vista de seus opositores, esses eram argumentos mais do que suficientes para procurarem o apoio da opinião pública e de outros setores

¹²⁴ FIGUEIREDO, A. C. *Democracia ou reformas? Alternativas democráticas à crise política: 1961-1964*. São Paulo: Paz e Terra, 1993, p.25.

militeres em torno de um plano conspiratório. Conspiração que se dava em meio ao clima de Guerra Fria e que expressava, portanto, o pânico acerca de uma maior participação popular, o temor em relação ao avanço da esquerda e a expectativa de que a esquerdização seria um processo crescente e sem volta, caso uma intervenção rápida e eficaz não fosse efetuada.¹²⁵

O PTB diluiu seu caráter de partido de classe – do modo como foi pensado em sua criação em 1945 – e se transformou num partido capaz de representar toda a nação, e essa postura se firmava como questão fundamental: o posicionamento contra o imperialismo. Ao passo que a social-democracia no mundo inteiro pregava uma atuação minimalista do Estado em setores não-lucrativos que fossem importantes para a economia e para a regulação das deficiências do mercado, o PTB dos anos 60 optou por uma posição de paulatino intervencionismo estatal. Em parte, os entraves para a posse do chefe petebista João Goulart, em 1961 estavam relacionados a esse posicionamento, o qual era visto por muitos como socializante e que o vice-presidente claramente defendia. Entretanto, Goulart, enquanto líder do partido, não conseguia ganhar a confiança quer das forças progressistas, quer dos conservadores. Embora existissem descompassos internos à direção janguista, em 1961, o partido efetivamente dispensou todo seu apoio ao vice-presidente na defesa de sua posse como sucessor legal de Jânio Quadros. Almiro Afonso na Câmara, na condição de chefe do partido, e Leonel Brizola, governador do Rio Grande do Sul, defenderam, com artifícios diferentes, a luta pela salvaguarda da ordem constitucional. Nessa luta estavam várias correntes nacionalistas e sindicais e a União Nacional dos Estudantes, bem como setores das forças armadas. Do Rio Grande do Sul, o governador Leonel Brizola liderou a Campanha da Legalidade com o apoio do comando do III Exército. Como consequência, as tensões militares se acentuaram, fazendo surgir o sentimento de que o país se encontrava diante de uma iminente guerra.

A solução parlamentarista foi a condição exigida pelas Forças Armadas, e evidenciando que Goulart chegava ao poder sem o apoio seguro de sua bancada, que desaprovou a mudança na forma de governo. Dessa forma, o episódio da posse de João Goulart teve um aspecto muito embaraçoso ao contrapor a ordem constitucional (o

¹²⁵ D'ARAÚJO, Maria C. **Raízes do Golpe**: ascensão e queda do PTB. In: SOARES, Gláucio; D'ARAÚJO, Maria (org). **21 anos de regime militar**: balanços e perspectivas. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1994. p. 53.

Congresso), ao poder de veto dos militares. Para esse setor, contrário à política janguista, a posse do novo presidente significou uma derrota.

Portanto, a posse deve ser analisada, na perspectiva interna dos ativistas que desejavam o golpe, como a necessidade de se conquistar uma maior adesão da opinião pública, a fim de que setores maiores da corporação fossem sensibilizados para o golpe. Prevaleceu então a tese da legalidade, e para os vencedores a vitória era instável, visto que precisavam desestabilizar a potencialidade conspiratória que se configurava desde então. Tal tarefa seria bem dura para qualquer partido, e por isso, foi sobremaneira árdua para um partido que desde suas origens vinha sendo dirigido de maneira *caudilhesca* e centralista, lançando mão do carisma de Vargas como um artifício de autoridade para referendar posições e cargos. Portanto, o PTB estava pouco acostumado a lidar a contento com seus embates internos.

A direção do partido estava nas mãos de Goulart desde 1952, o qual conferiu a esse cargo certa estabilidade, pois antes disso, essa função fora desempenhada por muitos que não chegaram a terminar seus mandatos. Assim, Goulart conseguiu concretizar no âmbito interno uma organização de poder em volta de sua liderança. A visibilidade e o crescimento do PTB, em muito, devem ser atribuídos a figura e a ação de Jango, seja porque tinha capacidade de negociação e era um intermediário entre o movimento sindical e o governo, seja porque seu prestígio junto às bases sindicalistas e suas articulações com os comunistas causavam temor.

Novas lideranças surgiram dentro do partido, mas só se mantiveram na agremiação desde que respeitado o esquema janguista. Controlar os concorrentes e expurgar os dissidentes petebistas fora até então uma tarefa, se não fácil, pelo menos factível. O problema novo que se colocou no governo Goulart foi o fato de que a competição intra-oligárquica, no âmbito do PTB, começava a se esboçar no bloco janguista. A chegada de Jango à presidência corresponde, na verdade, ao primeiro grande desafio do chefe petebista para controlar seu partido.¹²⁶

Segundo Ferreira:

Ao assumir o governo em setembro de 1961, Goulart teve que responder ao programa histórico das esquerdas e defendido por ele mesmo desde os anos 1950: as reformas de base. Tratava-se de um conjunto de medidas que

¹²⁶ D'ARAÚJO, Maria C. **Raízes do Golpe**: ascensão e queda do PTB. In: SOARES, Gláucio; D'ARAÚJO, Maria (org). **21 anos de regime militar**: balanços e perspectivas. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1994. p. 55

visava a alterar as estruturas econômicas, sociais e políticas do país, permitindo o desenvolvimento econômico autônomo e o estabelecimento da justiça social. Entre as principais reformas contavam a bancária, fiscal, administrativa, urbana, agrária e universitária, além de extensão do voto ao analfabeto e oficiais não-graduados das Forças Armadas e a legalização do PCB. O controle do capital estrangeiro e o monopólio estatal de setores estratégicos de economia também faziam parte do programa reformistas dos nacionalistas¹²⁷.

Dentro do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) existia um grupo automeado nacional-revolucionários liderado por Leonel Brizola. O político trabalhista teve uma projeção destacada no campo das esquerdas quando, no governo do Rio Grande do Sul, nacionalizou empresas norte-americanas de comunicação e de energia e criou 680 mil vagas escolares no estado. Entretanto, afirma Jorge Ferreira,

foi a sua atuação ousada na Campanha da Legalidade, enfrentando com grande coragem a direita civil-militar, que consolidou seu nome como líder da facção mais à esquerda do PTB. Militantes de outros grupos e partidos políticos, inclusive os que se diziam revolucionários, reconheciam sua liderança. Sua popularidade entre marinheiros e fuzileiros da Marinha de Guerra era algo sem precedentes. Durante o governo de João Goulart, o prestígio de Leonel Brizola no campo popular, nacionalista e de esquerda era imenso e sua atuação foi, sobretudo, no sentido de pressionar o presidente para agilizar as reformas prometidas, sobretudo a agrária, que, se fosse realizada “na lei”, seria implementada “na marra”.¹²⁸

A *Fôlha Trabalhista* registra, na edição de 15 de abril de 1962, esse momento de radicalização do governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, com relação às reformas. Eis o título da matéria: “Brizola: eleições próximas são últimas esperanças contrarrevolução”. Na verdade, trata-se da reprodução do periódico gaúcho, Jornal do Brasil, mas o fato é que, na referida matéria o governador dizia que a última saída “pacífica” para a crise em que o país vivia estaria nas eleições de outubro. Advertiu ainda – segundo o jornal – que, caso não fosse eleito um Parlamento popular, seria inevitável a revolução. “Mais simpático às Ligas camponesas de Julião do que à revisão agrária do governador Carvalho Pinto, o Sr. Leonel Brizola mostrou-se favorável à solução pacífica da crise brasileira” (*Fôlha Trabalhista*, 15 de abril de 1962, 04).

¹²⁷ Idem.

¹²⁸ Ferreira Jorge. **Leonel Brizola os nacional-revolucionários e a Frente de Mobilização Popular**. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (org.). **Nacionalismo e reformismo Radical (1945 – 1964)**. As Esquerdas no Brasil. vol. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p.546.

Leonel Brizola se mostrava mais propício à radicalização representada pelas Ligas Camponesas, mas tendo em vista o processo eleitoral que poderia mudar o quadro parlamentar com deputados comprometidos com o programa esquerdista, o líder petebista nutria certa esperança de que as reformas, como a agrária, a educacional, a urbana, dentre outras, fossem aprovadas por via pacífica.

A rapidez com que, no governo Goulart, os grupos políticos de esquerda radicalizaram suas posições permitiu que Brizola, acompanhando-os, igualmente avançasse nas suas proposições. Se inicialmente, ele defendia as reformas obedecendo aos trâmites institucionais, por vias pacíficas, isto é, dentro da legalidade constitucional, logo passou a pregar a insurreição popular se as mudanças econômicas e sociais fossem adiadas.

No tocante aos componentes da FMP, eles eram líderes sindicais, camponeses, estudantes e subalternos das Forças Armadas, grupos marxistas-leninistas, políticos nacionalistas. Essa era a esquerda da época que identificou em Leonel Brizola a liderança do movimento. Ele, naquele momento, interpretava suas ideias, crenças e projetos e, exatamente por essa razão foi reconhecido como líder. Portanto, se era radical, tinha discursos revolucionários e defendia a ruptura institucional, era porque as esquerdas também eram radicais, pois pregavam a revolução e o rompimento com as instituições, ou seja, ambos tinham a mesma linguagem e possuíam objetivos comuns. Essa era a esquerda brasileira em tempos de radicalização.

As esquerdas, naqueles anos, fabricaram, disseminaram e tornaram comuns imagens que agiram no sentido de sedimentar ideias, crenças e comportamentos coletivos. Traduzido por meio da linguagem, o conjunto de representações auxiliava o processo de alimentar certezas, arregimentar adeptos e reforçar utopias.¹²⁹

Pode-se afirmar que, com base no trabalhismo, partidos de movimentos esquerdistas juntaram-se ao empenho reformista do contexto na conjuntura dos anos 1940 e início dos anos de 1960. Adotamos a acepção sugerida por Norberto Bobbio¹³⁰: “De esquerda seriam as forças e as lideranças políticas animadas e inspiradas pela perspectiva da igualdade.” É

¹²⁹ Ferreira Jorge. Leonel Brizola os nacional-revolucionários e a Frente de Mobilização Popular. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (org.). Nacionalismo e reformismo Radical (1945 – 1964). As Esquerdas no Brasil. vol. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p.550.

¹³⁰ BOBBIO, Norberto. **Direita e esquerda**: razões e significados de uma distinção política. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1995.

possível dizer também que essas forças e lideranças buscavam - via reforma ou revolução - a mudança que acabaria com as desigualdades.

3.9 A Influência de Getúlio Vargas

A análise do periódico trabalhista também permite perceber a influência ideológica de Getúlio Vargas enquanto o “grande estadista”, o “nacionalista” no projeto político do trabalhismo difundido pela *Fôlha Trabalhista*, por isso, são constantes as referências ao seu legado, por conseguinte, datas de nascimento e de morte são sempre rememoradas: “Todo o Brasil se prepara a fim de, no próximo dia 19, homenagear a figura do eminente brasileiro Getúlio Vargas, que naquele dia completaria mais um natalício. O PTB e os trabalhadores de todo o Brasil tributarão ao seu preclaro amigo mais uma homenagem póstuma”. (*Fôlha Trabalhista*, 15 de abril de 1962, p. 01).

Nesse período, o Partido Trabalhista Brasileiro fazia, em sua sede oficial uma reunião comemorativa do evento. E ainda:

No último dia 19, o Brasil inteiro comemorou o aniversário do seu grande morto- Getúlio Dorneles Vargas. Jamais conheceu o Brasil um condutor homem do jaez de Vargas. Líder inato e autêntico nacionalista. E embora pareça paradoxal, mesmo chegando a ditador foi um autêntico democrata. Identificado com as massas, possuindo **alta visão dos problemas da nação e, sobremodo, humano e patriota** – Getúlio deixou, como legado de sua vida, uma obra social admirável, além de marcar a sua passagem pela Presidência da República com realização de uma obra administrativa e governamental norteado, toda ela, pelos **ideais nacionalistas**. (*Fôlha Trabalhista*, 22 de abril de 1962, p. 02. Grifos nossos.).

No trecho acima, é possível perceber o quanto o jornal exaltava a figura de Vargas, tendo-o como símbolo de um projeto de nação, pois o estadista, na visão do jornal, havia deixando como “legado, uma obra social admirável”. Aponta para o caráter paradoxal deste que “chegando a ditador foi um autêntico democrata”. Mas o seu maior legado, nesta perspectiva, foi sua aproximação com as massas, foi nacionalista. E continua o artigo falando acerca do estadista:

Líder de uma revolução vitoriosa que **salvou a nossa pátria** dos tabus que obstruíam o seu progresso, ele chegou à Chefia da Nação pela força. E o que mais se admira naquele **homem formidável**, é que ele não usou a força pra

governar, embora dela nascesse o seu governo. Procurou levar ao povo às realizações humanas da sua profícua admiração **à classe trabalhadora**, entregue, ainda naquela época, **à sua própria sorte**, fruto do liberalismo já então condenado. Vargas fez chegar uma legislação social verdadeiramente revolucionária. Graças a esse **ditador –democrata** o que surgiu aos outros países pela **força reivindicatória das massas obreiras**, aqui em nossa terra as leis sociais partiram do governo em busca do povo. Foi um movimento de alto para baixo, fato inédito e que, por si só, basta para apresentar-lhe á admiração da posteridade. (*Fôlha Trabalhista*, 22 de abril de 1962, p. 02. Grifos nossos).

O jornal acredita que o lugar de destaque e de prestígio de Vargas, reconhecido até mesmo pelos seus mais ferrenhos adversários, vinha de suas “obras”:

Sua obra grandiosa, todavia, não se restringe às realizações memoráveis ao campo da assistência social. No setor de educação e da saúde com a criação do Ministério de Educação, Saúde e Cultura, o seu governo revolucionou os antigos métodos na administração pública. (*Fôlha Trabalhista*, 22 de abril de 1962, p. 02. Grifos nossos).

Além disso, o jornal mostra o estadista como defensor das riquezas, pois ainda que pressionados por grupos econômicos, “tudo fez para preservá-las e defendê-las da espoliação estrangeira. A Petrobrás é marco indelével dessa política certa, sadia e nacionalista, que ele realizou”.

Esta homenagem a Vargas pode muito bem ser relacionada com os projetos para o país propagado pelo jornal do interior de Sergipe. O estadista havia morrido, porém seus ideais, por serem os melhores para o Brasil, conforme a visão dos seus admiradores, precisavam ser levados adiante.

Assim, nada mais sensato e lógico “que homenagearmos a figura desse grande homem público que, morto, ainda permanece vivo na lembrança e no coração engrandecido do povo brasileiro”. Na verdade, essa insistência em destacar à figura de Vargas pode significar não apenas uma homenagem póstuma, mas sim uma outra maneira de fazer de Vargas uma figura em torno da qual as massas seriam mobilizadas, como fica evidente a partir da publicação do periódico interiorano.

Getúlio Vargas viveu um período da história rodeado de governantes carismáticos e autoritários, mas diferente de muitos deles, se transformou em um mito cujo legado, que incluía o poder de mobilização das massas, era abertamente usado pelos articuladores do

jornal *Fôlha Trabalhista*. Sua liderança pode, por um lado, ser explicada por sua trajetória política.

Desse modo, por ter liderado a largada industrial, derrubado uma antiquada oligarquia rural e ter colocado o Brasil no patamar do século XX, Getúlio, um presidente transformador, conseguiu consolidar sua imagem como um mito na história política do Brasil, sendo assim tratado pelos adeptos do PTB. Em seu primeiro governo, além de ter iniciado um amplo projeto de industrialização do país e ter criado benefícios para a classe trabalhadora, o estadista foi, ao longo de 15 anos, o “Pai dos Pobres”, a “Mãe dos Ricos” apesar de um duro ditador.

Um dos principais fatores que contribuiu para a consolidação dessa imagem foi a propaganda, utilizada para difundir seu perfil por todos os cantos do país: nas repartições públicas, nas escolas, nas fábricas e na vida cultural. A fim de reforçar suas ações, Getúlio também utilizou um grande artifício para atrair os líderes de massa, ou seja, o discurso político. Enfim, a figura carismática, ligada aos feitos e à capacidade de se aproximar de seu povo, fez de Vargas um grande líder, de modo que outros que quiseram ser líderes o tiveram como referência.

Figura 12: Getúlio Vargas

Documento Histórico

No próximo dia 24, todos os trabalhadores, trabalhadores e o povo brasileiro em geral verá passar mais um aniversário da morte do insigne e saudoso presidente Vargas, o maior estadista brasileiro, até o momento e aquele que, vivendo sempre adiantado à sua época,



GETÚLIO VARGAS
o inesquecível

deu início à nossa política nacionalista e concedeu aos trabalhadores brasileiros uma legislação trabalhista das mais avançadas do mundo, contra a vontade de todos os reacionários deste país.

Justamente, pela política nacionalista e trabalhista que sempre defendeu e executou, procurando promover a justiça social no nosso país, tiraram-lhe a vida.

Grupos econômicos internacionais, aliados a máus brasileiros, conseguiram o seu intento na fatídica madrugada de 24 de agosto de 1954, quando Getúlio, para não levar o povo brasileiro a uma guerra fratricida, preferiu morrer sozinho, entregando o seu próprio sangue em holocausto pela

paz e tranquilidade da família brasileira.

Getúlio deixou a vida, mas não morreu para o povo brasileiro, pois o seu nome passou a constituir a própria bandeira da luta que ele sempre sustentou em defesa dos fracos e oprimidos do nosso país.

Na oportunidade, rendendo-lhe uma simples homenagem, passamos a transcrever a sua carta-testamento.

Fonte: *Fôlha Trabalhista*, 19 de agosto de 1962. p. 01.

Vale destacar que parte do poder consolidado por Getúlio Vargas decorreu das ações de seu governo(como as leis trabalhistas), assim como de sua capacidade de manipulação simbólica. Desde o início, investiu em propaganda, intensificando-a quando estabeleceu seu poder, com a criação do Estado Novo, a partir dessa importante arma, o Departamento de Imprensa e Propaganda - DIP. Deposto, Vargas se recolheu para, mais tarde, voltar por via democrática, como o “líder das massas” em uma votação esmagadora. É, portanto, a expressão incontestada da força do mito.

Segundo Maria Helena Capelato¹³¹, o regime varguista (Estado Novo) investia na propaganda política enquanto estratégica para o exercício do poder, valeu-se das imagens e dos símbolos. Havia por exemplo, a constante exaltação à bandeira brasileira, a figura de Vargas, a integração nacional, a utilização da fotografia. O espetáculo do poder buscava extinguir os as contradições e os conflitos, promover o mito da unidade, fantasiar as divisões e, por meio da propaganda política, difundir a concepção de alcançar um futuro idealizado.

Com a era Vargas, o Brasil do século XX inseriu-se no contexto de manifestações coletivas de massa, conduzidas por líderes autoritários e, ao mesmo tempo, carismáticos. Getúlio, dono de uma poderosa retórica, notabilizou-se pelos discursos impactantes e quase sempre estruturados para ser aprazíveis ao público ao qual se dirigia. Durante muito tempo, sustentado por forças políticas antagônicas (como o conservador PSD e o trabalhista PTB), a capacidade de adaptar discursos foi decisiva para que Getúlio equilibrasse e harmonizasse apoios divergentes.

No entanto, em 1954, pressionado por todos os lados, o estadista, que se sentir derrotado, cometeu um ato que o colocou ainda mais em evidência: o suicídio. Contraditoriamente, esse fato trágico acaba consagrando Vargas como um herói nacional, um mito que se perpetuaria na memória do povo brasileiro. Além do mais, o tiro no seu próprio coração foi algo tão repentino e impactante que mudou profundamente o cenário político, num momento em que as Forças Armadas estavam avançando na conquista do poder.

¹³¹ CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Multidões em Cena. Propaganda Política no Varguismo e no Peronismo*. São Paulo: Papirus, 1998.

3.10 Tempos de polarização política

Em editorial de 01 de janeiro de 1963, o jornal de Estância comenta acerca da polarização política:

Já não se pode negar que um falso dilema preocupa homens responsáveis entre nós - reação ou extremismo de esquerda. Ou se encontram no Governador Lacerda e por ele são tutelados e protegidos ou, então, estão inapelavelmente, condenadas. Este é, sem dúvida mais um problema a ser estudado e enfrentados pelo Brasil de hoje. Mister se faz, imediatamente, que se desmascare, uma vez por todas, com esta mística, através da qual certos espertos vêm explorando a boa fé de grande número de brasileiros decentes. (*Fôlha Trabalhista*, 01 de janeiro de 1963 p. 02).

Segundo o editorial, tratava-se de um falso dilema, a ser desmascarado, pois não havia necessidade de se dividir o país em dois polos, tal divisão servia apenas para que “certos espertos” explorassem a “boa fé” de muitos brasileiros “decentes”. Em seguida, cita que esse dilema faz prosperar a indústria do anticomunismo:

[...] não há mais como esconder ou mitificar, a mais nova e também a mais rendosa e próspera das indústrias - a do anticomunismo. Jornalista, escritores, homens de letras, enfim, a serviço de uma elite superada, sob todos os aspectos, vivem a impressionar a nova burguesia desprevenida, com um falso crê ou morre! Agora mesmo, a revista *O Cruzeiro* componente de uma rede de jornais, rádios, televisões e revistas a serviço daqueles que, sem resolver os nossos problemas, sustentam a manutenção insuportável, por mais tempo, do *status quo*, traz para os incautos e ingênuos uma reportagem sensacionalista, aliás, tão própria, da nossa imprensa, mostrando que em Dianópolis, Goiás, se prepara um movimento para derrubar o regime. (*Fôlha Trabalhista*, 01 de janeiro de 1963, p. 02).

A mando de uma elite estavam os chamados “homens de letras” que tinham a capacidade de influenciar a opinião pública, ou melhor, a “nova burguesia”, fazendo com que esta acreditasse que só havia dois lados, o extremismo de direita ou o de esquerda (o comunismo). Contribuindo para isso, o jornal cita a revista “*O Cruzeiro*” que trazia na época uma reportagem em que, de forma sensacionalista, afirmava haver em Goiás, um movimento capaz de dar um golpe contra o regime.

É interessante notar que o jornal estanciano se ocupou em analisar o discurso da revista “*O Cruzeiro*”, a qual era declaradamente um órgão de imprensa que se opunha ao projeto nacionalista de Getúlio Vargas. Figurando-se como uma das mais importantes publicações do século XX, foi responsável por alguns dos ataques mais agressivos e vorazes da época ao projeto nacionalista, identificado como atrasado, ora representando laços com o comunismo estatizante, ora sendo identificado com os projetos fascistas europeus¹³². O inconformismo demonstrado pelos camponeses, na verdade deveria ser levado em consideração por parte dos governantes, pois por trás desse inconformismo estava um “ardente desejo” por parte das camadas populares de transformar para melhor sua realidade. Portanto, os editores do jornal procuram levar aos seus leitores a ideia de que a revista *O Cruzeiro* representava um projeto político contrário aos trabalhadores urbanos e rurais. A seguir é relatada a “constrangedora” situação dos “roceiros”, que segundo o jornal viviam de forma precária:

O documento subversivo espelha uma verdade não só constrangedora, mas irrefutável sobre a vida do nosso roceiro [...] tua situação é de fome, de doença, de analfabetismo e de desespero. Comprando mato, plantando e colhendo não tens a menor ajuda. Passas fome, tua filha falta vestido e calçado, tua alimentação é canja de arroz quase sem sal, teu rancho é coberto de palha e de chão batido, tua coberta é uma fogueira, teu filho vive descalço, quase nu e com o bucho cheio de vermes, tu nasceste trabalhador e nada tens [...]. De que necessita o roceiro? De boa alimentação [...].de remédio para se curar das doenças que lhe perseguem, de roupa para andar vestido, de calçados para proteger os pés, de escola para os seus filhos, de maternidade para sua mulher, que dá luz como um vaca dá cria a um bezerro, de casa para lhe abrigar, de terra para produzir, de meios para viver como cristão...(Fôlha Trabalhista, 01 de janeiro de 1963, p. 02).

Nesse sentido, percebe-se que o jornal concordava com o que é dito no “documento subversivo”. Ali estava presente uma verdade “irrefutável”, a de que os camponeses não tinham assistência, passavam fome, geravam muitos filhos que por sua vez também acabavam na mesma condição de sofrimento diante da ocorrência de doenças, analfabetismo e outros males daí decorrentes. Essas mensagens poderiam até se classificar como subversivas, marxistas, revolucionárias ou comunistas, mas a quem isso interessava?

¹³² GRISOLIO, Lilian Marta. A oposição da revista *O Cruzeiro* ao projeto nacionalista de Getúlio Vargas nas eleições de 1950: derrota dos vencedores. CADUS – Revista de História, Política e Cultura, São Paulo, v.1,n.1, Julho/2015. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/polithicult/article/download/23722/17004>

Pode se apelidar mensagens como esta de subversiva, comunistas, marxista, revolucionárias, é até cômodo se dizer isso, para quem tem tudo aquilo que o roceiro não tem, mas o que não se pode é deixar de reconhecer que ela expressa uma realidade que desafia a todos os homens de consciência e de responsabilidade a lhes dar uma urgente solução. (*Fôlha Trabalhista*, 01 de janeiro de 1963, p. 02).

Tratava-se de uma realidade que exigia solução imediata, portanto desafiava a todos, pelo menos todos o que tinham “consciência e responsabilidade”. Logo, ignorar a vida sofrida dos “roceiros” só interessava aos que queriam que nada fosse feito para ajudar a esses brasileiros:

A verdade, árdua verdade, é que dos setenta milhões de brasileiros, setenta por cento vive nos campos uma vida vegetativa, atentatória à nossa formação cristã de país católico. A verdade, repitamos, é que precisamos solucionar os nossos problemas o mais breve possível, porque não será essa luta anticomunista que refreará, dentro em breve, o estouro dos inconformados cujo número cresce assustadoramente cada dia que passa. É necessário então, que em vez de gastar somas fabulosas contra o comunismo, que a classe dominante se resolva combater os nossos males antes que seja tarde demais, pois o verdadeiro dilema do povo brasileiro, da grande massa dos oprimidos e o - dai-me o pão que é necessário pelo medo que tenho de ultrajar o nome de Deus. (*Fôlha Trabalhista*, 01 de janeiro de 1963, p. 02).

Por fim, sugere que em vez de investir grandes somas no combate ao comunismo, que a “classe dominante” se esforce para combater os reais problemas do povo brasileiro. O jornal não cita, porém é importante lembrar o fato de que, no final da década de 1940, o Partido Comunista Brasileiro (PCB), por meio das Ligas Camponesas, buscou articular os trabalhadores rurais em torno do embate pela baixa do arrendo. A partir dos meados da década de 1950, com o acirramento dos conflitos pela posse da terra e seguindo as novas diretrizes do PCB, nasceram as associações de lavradores. Nos anos 1960, definiu-se mais nitidamente entre o PCB, Igreja Católica e outras organizações da sociedade civil e o Estado uma disputa pela supremacia e paternidade na organização dos trabalhadores rurais.

Por qual motivo aparece o trecho abaixo? Porque o jornal diz que a revista *O Cruzeiro* está se reportando aos conflitos que estavam ocorrendo em Goiás. Então, é importante dizer que em Goiás, nessa naquele momento, a dinâmica das lutas sociais no campo manifestou-se, fundamentalmente, através das lutas camponesas. O processo de expansão do capitalismo se refletia no aumento dos conflitos pela posse da terra, manifestados nas formas de resistência

do campesinato da região centro-norte à expropriação territorial praticada por fazendeiros, grileiros e empresários. Nomeadamente nos anos 1962/1963, as principais forças sociais presentes naquela conjuntura política se preocuparam em traçar plataformas políticas e orientar a organização sindical dos trabalhadores rurais. Nesse contexto, chegou-se a constituir(-se?) um movimento sindical rural que teve determinada expressividade no conjunto das lutas sociais do país. Essa tentativa de organizar em sindicatos os trabalhadores rurais é vista com bons olhos pela *Fôlha Trabalhista*, conforme a edição de setembro, quando o periódico fala com entusiasmo da criação do sindicato rural de Estância:

Em assembleia geral dos trabalhadores rurais do nosso município [...] e com assistência do Movimento de Educação de Base, do Arcebispo de Aracaju, D. José Vicente Távora, foi criado o Sindicato dos Trabalhadores Rurais da Estância, numa demonstração inequívoca de que o nosso homem do campo começa a se organizar em defesa dos seus direitos, entre os quais propugnar por melhores condições de vida. (*Fôlha Trabalhista*, 08 de setembro de 1963, p. 01).

Como fica evidente, a fundação do sindicato dos trabalhadores rurais, havia sido uma iniciativa do Movimento de Educação de Base. No final de 1960, Dom José Vicente Távora, Arcebispo de Aracaju, enviou uma carta ao Presidente da República, em nome da CNBB, sugerindo a criação do Movimento de Educação de Base (MB). Como resultado, foi publicado, em março de 1961 um decreto, que previu repasse de recursos do orçamento da União para o referido movimento, gerido pela CNBB, que se empregariam Escolas Radiofônicas nas áreas subdesenvolvidas do Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Essas escolas Radiofônicas constituíam-se em uma experiência de recepção organizada de educação por meio do rádio. Os alunos se reuniam, em núcleos de recepção onde havia um receptor de sinais radiofônicos, para ouvir e debater as aulas, eram auxiliados por um professor e recebiam material didático de apoio pelo correio. Direcionado ao trabalhador rural e tendo quadros atrelados à Ação Católica Brasileira (ACB), o Movimento de Educação de Base propunha algo a mais que a simples alfabetização, buscava realizar um trabalho social mais abrangente: conscientizar os camponeses sobre as possibilidades de transformar a realidade. Por conseguinte, temas como reforma agrária, sindicalismo e cooperativismo permeavam as atuações do MEB.

Acredita o redator do jornal que, por meio desse sindicato, o homem do campo que até então vivia sob condições de “miséria abaixo da dignidade humana” poderia reivindicar os

seus direitos. Sobre o tema da introdução do sindicalismo no meio rural, o próprio Seixas Dória, governador na época, afirma que, se por um lado o minifundo (pequenas propriedades rurais) era fisicamente incapaz, o latifúndio possuía uma capacidade que não se aproveitava; esse era um grande mal especialmente visível no Nordeste, onde a produtividade bem como os rendimentos dos que dependem da lavoura, como diz Seixas Dória, “afrontam a dignidade humana”. Desse modo, a criação dos primeiros sindicatos em Sergipe colocou as lutas sociais do meio rural em evidência, diz o ex-governador em seu livro “Eu, réu sem crime”:

A miséria continua a ser a companheira dos 465.000 habitantes da zona rural e quando surgiram os primeiros sindicatos agrários (não confundir com as ligas camponesas, que nunca existiram em Sergipe), de inspiração nitidamente cristã, a inquietação assaltou os latifundiários e nem o arcebispo de Aracaju, D. José Vicente Távora, escapou à acusação de comunista!¹³³

Seixas Dória dá a entender que diferentemente das ligas camponesas - fazendo questão de frisar sua inexistência em Sergipe - os sindicatos se mantinham fiéis ao cristianismo. Contudo, todos aqueles que de alguma maneira defendiam qualquer mudança com relação à estrutura fundiária, ou propusessem melhorias para a vida dos trabalhadores eram taxados de comunistas, daí a contradição: nem um grande representante do catolicismo, o arcebispo de Aracaju, foi poupado da acusação de comunista¹³⁴. Como já destacado, em Sergipe nunca existiram núcleos da Liga Camponesa por isso os Sindicatos Rurais foram organizados sob a orientação e supervisão do próprio Arcebispo D. Vicente Távora.

O exemplo que o homem rural dá, fundando o seu Sindicato, dever servir de exemplo a outros trabalhadores da cidade, tais como: carpinteiro, pedreiros, padeiros, sapateiros, pescadores, motoristas, etc. Os comerciários já fundaram a sua Associação para posterior transformação em Sindicato. (*Fôlha Trabalhista*, 08 de setembro de 1963, p. 01).

Além da importância aos trabalhadores rurais, é destacado o fato de que outras categorias de trabalhadores poderiam seguir o exemplo e também fundar os seus respectivos sindicatos. Naquele período, havia apenas um sindicato, o Sindicato dos Trabalhadores na

¹³³ Dória, João de Seixas. **Eu, réu sem crime**. Equador. Rio de Janeiro. 1964. p. 74.

¹³⁴ Algumas informações sobre José Vicente Távora, 1º Arcebispo Metropolitano da Arquidiocese de Aracaju (1958-1970) podem ser encontradas no site da própria Arquidiocese de Aracaju. Ele se dedicou à formação dos leigos engajados na vida da Igreja, na Ação Católica especificamente na Juventude Operária Católica (JOC). A relação de proximidade com a classe operária fez Dom José Vicente Távora ficar reconhecido como padre dos pobres.

Indústria e Tecelagem, cuja orientação ideológica era a do trabalhismo. A atuação desse sindicato aparece sempre nas páginas do periódico.

De acordo com o disposto no artigo 6 das Instruções baixadas com a Portaria Ministerial n 146, de 18 de outubro de 1957, faço saber aos que virem este edital ou dele tomarem conhecimento que a chapa registrada concorrente à eleição a ser realizada no dia 29 de dezembro, neste sindicato foi o seguinte: Diretoria: João Rosa Nascimento, operário da Fábrica Santa Cruz; Samuel Cavalcante Cruz, operário da Firma Contificio Piautinga.; Maria de Lourdes Conceição, operária da Fábrica Senhor do Bonfim, João Américo dos Santos, operário da Fábrica Senhor do Bonfim. Suplente(s): José Francisco do Nascimento, operário da Fábrica Senhor do Bonfim; Maria Helena de Almeida, operária da Fábrica Senhor do Bonfim; Manuel Martins dos Santos, operário da Firma Cotonificio Piautinga. (*Fôlha Trabalhista*, 01 de janeiro de 1963, p. 04).

Como se observa, em janeiro de 1963, divulgava a *Fôlha Trabalhista* o resultado da eleição que escolheu os novos membros da direção do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Fiação e Tecelagem de Estância. Inclusive nota-se a presença de mulheres ocupando cargos diretivos dentro da instituição sindical. Nessa época a cidade já se destacava como um centro industrial. Tentava, portanto, o periódico fomentar as lutas sindicais.

Mas qual a concepção de sindicato? Aparece ao longo do jornal registro de greves, ou algo do tipo? O sindicalismo é um movimento social de associação de trabalhadores assalariados em sindicatos com a finalidade de buscar a proteção dos seus interesses. É também uma doutrina política segundo a qual os trabalhadores coligados em sindicatos devem ter um papel ativo na condução da sociedade. Mas e no que tange a este último item, é mesmo nesse sentido que o jornal pretende conduzir essa questão, ou seja, os trabalhadores seriam mesmo os protagonistas? Ou seriam apenas meios para ascensão de líderes, como o próprio Francisco Manuel Macedo? Levando em consideração o contexto em que as lutas sindicais cresciam da mesma forma que as mobilizações das massas trabalhadoras, não é demasiado afirmar que o político petebista, Araújo Macedo, enquanto proprietário da *Fôlha Trabalhista* queria se inserir nessas lutas e mobilizações na condição de legítimo líder das massas trabalhadoras sergipanas.

3.11 Pressão ao Congresso para votação das reformas necessárias

O editorial da primeira semana de maio de 1963 cobrava do Congresso Nacional mais rapidez na aprovação das reformas dentre quais a mais urgente, a Reforma Agrária:

O ilustre Congresso Nacional, através de alguns de seus membros, alega, agora que o mesmo necessita de tempo para discutir a Reforma Agrária e que a Reforma não se faz da noite para o dia. Eles acham pouco vinte anos, pois, há cerca de vinte ou mais anos que a Reforma Agrária se encontra no Congresso. (*Fôlha Trabalhista*, 05 de maio de 1963, p. 02).

Portanto, a proposta de reforma agrária estava no Congresso há pelo menos 20 anos e, no entanto, ainda era pedido mais tempo para sua discussão. Ou seja, “as forças reacionárias, através de suas vozes no Parlamento, tinham, segundo o jornal, ainda o “cinismo” de alegarem que precisam de tempo, que não discutiram sob pressão do povo”. Assim, segundo o editorial, depois de todo esse tempo o povo tomava consciência do assunto e passava a “exigir uma solução, sem mais delongas, por já ter esperado demais.

Diante da atitude dessas “vozes” que movidas pelo “cinismo” se dizem resistente à pressão do povo, o jornal ironiza: “Brilhante rasgo de coragem. Não discutem nada sob pressão. Entretanto, mudaram o regime, numa noite, por covardia de enfrentarem uma baionete”. (*Fôlha Trabalhista*, 05 de abril de 1963, p. 02). Portanto, mais uma vez, estaria o Congresso agindo covardemente, se antes agira assim quando da crise de sucessão presidencial em 1961, agora essa deslealdade se expressava na alegação de que era preciso mais tempo para estudar, discutir e votar as reformas.

Em tom de revolta, afirma o editorial que alguns membros do congresso não estavam pedindo “mais tempo” com o intuito de analisar o assunto, na verdade, queriam mesmo era retardar mais e mais a reforma agrária. E ironiza novamente: “Querem mais outro ano, mais 20 ou 30 ou 50 anos, para se conservarem em seus privilégios, enquanto o povo permanece nas mesmas condições de miséria, pois eles necessitam estudar mais cuidadosamente o assunto”. (*Fôlha Trabalhista*, 05 de abril de 1963, p. 02)

Porém, enquanto era pedido mais tempo para estudar, discutir e votar o projeto em questão, como ficaria o povo? Em tom dramático responde o editorial que,

o povo vá se aguentando como puder, que eles vão cuidar do assunto. É questão de tempo. Se os estômagos dos ilustres parlamentares estão cheios e,

naturalmente, podem esperar, justamente porque estão cheios, o povo em grande parte passa fome e esta tem de ser atendida com urgência. (*Fôlha Trabalhista*, 05 de maio de 1963, p. 02).

Para solucionar a situação acima mencionada e agilizar o processo de votação, é recomendado aos leitores que ficassem de sentinela em relação ao Congresso, e, sobretudo oferecessem apoio aos "autênticos representantes" do povo. Da mesma forma, era preciso repudiar os "traidores", "os representantes das classes dominantes", aos quais interessava que as reformas não avançassem e, conseqüentemente, a situação em nada fosse alterada.

Assim, dentre os congressistas que estariam ao lado do povo, e que, portanto, eram favoráveis às reformas, o editorial cita o deputado Brizola, a quem as classes dominantes:

odeiam porque, embora parlamentar, não compactua com as irregularidades do Parlamentar, não compactua com as irregularidades do Parlamento, com suas traições ao povo e, mais ainda, porque ele lá dentro, conhecendo de perto tudo que ali se faz, está dizendo e mostrando ao povo o que é e o que tem sido ao Congresso Nacional. (*Fôlha Trabalhista*, 05 de abril de 1963, p. 02).

E ainda em defesa de Brizola, o jornal afirma que este se caracteriza como “um agitador de consciências” visto que estava despertando o país para a solução dos seus problemas à medida que pressionava os outros parlamentares para o cumprimento do seu dever.

O 1º de maio é uma data “consagrada ao trabalhador, a todos que, indistintamente, constroem a riqueza da sua nação” e naquela chuvosa quarta feira, a primeira do mês de maio de 1963, segundo noticiou o periódico, essa data foi comemorada “entusiástica e festivamente” em Estância, mesmo que não em praça pública como estava previsto. O fato é que, naquela oportunidade,

usaram da palavra o comerciário João Freire Amado, pela Associação da Classe, o reverendo Sebastião Armindo, pelo Diretório Estudantil Gumersindo Bessa, levando aos trabalhadores o apoio e a solidariedade dos estudantes as suas justas reivindicações, o sr. João Rosa do Nascimento, presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústria de Fiação e Tecelagem da Estância e, por último, o Prefeito Pascoal Nabuco ressaltando a data e chamando a atenção de todos para o momento que vivemos. (*Fôlha Trabalhista*, 05 de maio de 1963, p. 01).

A partir desse trecho é possível notar como o jornal apoiava os movimentos e as lideranças sindicais e estudantis, mostrando-se representante dessas entidades. Tanto que, o Prefeito Pascoal Nabuco aproveitou a ocasião e

reuniu em seu Gabinete, a tarde, os líderes estudantis da nossa cidade e com um representante do CPC, o jovem Alexandre Diniz, que fez ligeira, mas eficaz exposição do que seja o CPC e sua missão, resultando de positivo, daquela reunião, a criação de um CPC aqui em Estância, como era do desejo do nosso Prefeito. [...] O prefeito Pascoal Nabuco está **vivamente interessado na criação e funcionamento do CPC**, pois vê nele um instrumento eficiente para a **educação e politização** do nosso povo. (*Fôlha Trabalhista*, 05 de maio de 1963, p. 01. Grifos nossos).

Como se nota, havia o interesse em criar um centro popular de cultura nos moldes do que já existia em Aracaju em outras cidades do Brasil. A propósito, O Centro Popular de Cultura (CPC) surgiu em 1962 no Rio de Janeiro por um grupo de intelectuais de esquerda com a colaboração com a União Nacional dos Estudantes (UNE), com o propósito de produzir e divulgar uma "arte popular revolucionária". Os artistas e intelectuais do CPC entendiam que toda manifestação cultural deveria ser concebida justamente "sob a luz de suas relações com a base material". Defendiam também que a arte popular só existe dentro da política, ademais alertavam para a necessidade urgente de o homem brasileiro entender o mundo ao seu redor, e com isso romper os limites da situação atual marcada pela opressão.

Ainda referindo-se às reformas, o jornal, através do artigo acima, intitulado “Leonel Brizola, reformas a qualquer preço”, Cita o deputado e esclarece que “o líder nacionalista” declarou – quando esteve em Natal - que não estava ali para pedir votos, mas para “atear mais fogo na fogueira” e anunciar a pressão contra o Congresso de “entreguistas e brasileiros vendidos”, que se mantinham indiferentes aos anseios do povo e às reformas de base, afirmando categoricamente que estas seriam conseguidas a qualquer preço, e que naquele momento o povo estava realmente diante de uma “encruzilhada” a partir da qual o futuro do país teria de ser decidido de qualquer maneira. O periódico acrescenta ainda: “Em sua fala o deputado Brizola advertiu o povo contra a ação dos militares gorilas que querem levar o país ao caos e instaurar um regime de exceção comandado pelas forças mais retrógradas do país”. (*Fôlha Trabalhista*, 05 de maio de 1963, p. 01).

Como é perceptível, através desse artigo o jornal procura manifestar o posicionamento firme do deputado Leonel Brizola, destacando que este se mostrava irredutível com relação as

reformas de Base. Segundo Brizola, o Congresso estava cheio de “gorilas” que queriam levar o Brasil uma ditadura cujo controle seria das “forças mais retrógradas do país”. De fato, diante dessa “encruzilhada”, na qual se encontrava o povo brasileiro, os rumos do país teriam que ser decididos.

3.12 O governo de João Goulart diante da agitação social e da conspiração da direita

Em junho de 1963, o editorial da *Fôlha Trabalhista* abordava as dificuldades de João Goulart para escolher os seus ministros, sobretudo o da Fazenda e o da Guerra. Argumentava o editorial que a “Carta Magna” garantia ao presidente o direito de escolher livremente os seus ministros. Porém, na prática, isso não acontecia, e por qual razão? Segundo o jornal, isso não ocorria porque “as cúpulas partidárias, fora das normas legais em vigor, procuram de fato limitar, ao máximo essa liberdade do Presidente, impondo-lhe ou vetando nomes sobre a ameaça de lhe retirar o apoio do Congresso”. (*Fôlha Popular*, 16 de junho de 1963, p. 01).

Assim, recaía sobre “as cúpulas partidárias” a acusação de não estarem deixando o presidente compor o seu quadro ministerial, fazendo uso da ameaça de retirar-lhe o apoio dos congressistas. Dizia o texto que os nomes impostos para os ministérios da Fazenda e da Guerra eram sempre do grupo “financeiro-econômico nacional ligado ao truste estrangeiro”. Por deter o poder econômico-financeiro, não era difícil para esse grupo fazer imposições, bem como dificultar a situação financeira do país, mesmo que isso trouxesse “enormes prejuízos ao Brasil, pois sua constante tem sido impedir o desenvolvimento e o progresso do Brasil, a sua emancipação econômica. E nisso tem sido auxiliado por maus brasileiros, para os quais a pátria nada vale diante dos seus próprios interesses”.

Portanto, os grupos internacionais provocavam prejuízos ao país, e o pior, contavam com a ajuda dos “maus brasileiros”, isto é, dos que não colocavam a “pátria” acima dos seus interesses próprios.

Voltando a se referir ao presidente João Goulart, o editorial acredita que o mesmo tinha o interesse em reformular o seu Ministério, nomeando nomes que iriam corresponder aos “anseios populares do povo de reformas”. Acreditava também que “na conjuntura nacional não se pode admitir um Ministério conservador. Seria mesmo um contrassenso. Um

retrocesso”. Ademais, “um ministério conservador iria apenas fazer permanecer a atual situação, a atual estrutura, injusta, desumana e anticristã”.

É possível atrelar o avanço das reformas à composição ministerial, no sentido de que, somente um quadro de ministros que estivesse ligado ao grupo financeiro-econômico nacional, associado ao capital estrangeiro, poderia levar adiante o projeto reformista, evitando assim o retrocesso.

No final, o artigo opina e recomenda o que deve o governo fazer diante da realidade de seu povo:

O governo tem que refletir o grau de desenvolvimento social e político do seu povo. Não pode, portanto, um governo se voltar contra ele contra suas aspirações. O povo **quer e exige reformas**. Reformas de todos os setores de atividade da vida brasileira. Reformas de nossa estrutura socioeconômica, por demais **caduca e ultrapassada**. (*Fôlha Trabalhista*, 16 de junho de 1963, p. 01. Grifos nossos).

Desse modo, perante o fato de que os grupos reacionários estavam transformando a questão da escolha dos ministros em crise, fazendo pressão sobre Goulart, o povo, por sua vez deveria: “Pressionar o governo, exigindo-lhe, também, a nomeação de nomes da sua confiança. De confiança do povo. A pressão popular sobre os governos é legítima. Legítima é a pressa dos bastidores”. De forma incisiva, incitava-se, portanto, o povo a fazer pressão sobre o governo para que este tivesse força para não esbarrar diante da pressão dos que tinham interesses contrários aos seus.

Depois de formado, o Centro Popular de Cultura, citado anteriormente, já ganhava espaço na *Fôlha Trabalhista* com um artigo em que se posiciona com relação à situação do Brasil na época, do ponto de vista da estrutura social: **“O protagonismo de Leonel Brizola em tempos agitados, talvez trágicos para o nosso povo”**.

Conforme se nota, a *Fôlha Trabalhista*, o tempo inteiro se reporta a Leonel Brizola como o “líder nacionalista”, que conclamava o povo a se unir e lutar pelas reformas de base e pela emancipação Nacional. Essa referência à luta vai se tornar ainda mais frequente entre os anos de 1963 e início de 1964, quando informava aos seus leitores que Brizola, “anunciou uma nova fase de luta nacionalista, conclamando o povo a se unir e tomar posição de permanente vigia em defesa das reformas de base da emancipação econômica do Brasil”. Essa vigilância era ainda mais necessária diante da ferrenha oposição de Carlos Lacerda e da ameaça de um golpe que o mesmo arquitetava.

Por seu posicionamento radical, Brizola se tornaria alvo das investidas dos grupos conservadores, e, além do mais, as críticas a ele direcionadas se estendiam a todos que o apoiavam e o defendiam. Isso é o que parece demonstrar um artigo, intitulado “Ao povo brasileiro” publicado na *Fôlha Trabalhista*, em julho de 1963:

A Frente de Mobilização Popular integrada por parlamentares da Frente Parlamento Nacional, pelo CGT, pelo Movimento Estudantil, declara publicamente que vê, nesta campanha de insultos e calúnias que sofre neste momento seu companheiro Leonel Brizola, um claro atentado contra a evolução do problema social brasileiro através das Reformas de Base e contra a Estabilidade do Regime Democrático. (*Fôlha Trabalhista*, 21 de julho de 1963, p. 03).

Como fica claro, que essa resposta aos “caluniadores” de Brizola foi uma ação decidida das forças populares em defesa do seu “companheiro”, pois o que estava em jogo era o andamento das Reformas de Base e a manutenção da própria democracia.

“Pedido ao povo Brasileiro”, esse é o título de uma matéria em que se comenta e são rebatidas as acusações feitas pelos Diários Associados que estavam se mobilizando com o propósito de insultar e caluniar o maior defensor das Reformas de Base: Leonel Brizola.

Tradicionalmente é conhecida sua posição que jamais se identificou com os interesses deste país e deste povo; os Diários Associados estiveram e estão contra [...] qualquer aperfeiçoamento da democracia brasileira. Agora seu ímpeto destruidor recrudescer diante da capacidade de luta de nosso companheiro Leonel Brizola, que, já no início de sua defesa, conseguiu apurar fatos que estarrecem a Nação e que chama a atenção de todas as forças autênticas deste país para o poderio do inimigo interno que o agride. (*Fôlha Trabalhista*, 21 de julho de 1963, p. 03).

Assim, os insultos que vinha sofrendo o líder das chamadas “forças autênticas” se estendiam também ao povo brasileiro e ao próprio regime democrático.

Diante da gravidade da situação que prenuncia dias agitados, talvez trágicos, para o nosso povo, A Frente declara sua integral solidariedade ao companheiro Leonel Brizola; convoca todos os seus membros-parlamentares, operários, estudante, funcionários civis e militares - para a campanha de defesa das mais legítimas aspirações de nossa Pátria; assume ativa posição de luta diante da solerte agressão de agora, que visa menos atingir a um de seus membros do que ao próprio ideário que a inspira; e se constitui em Comissão Nacional de Inquérito para investigar, até as últimas consequências, o panorama da corrupção que tão bem já se caracteriza através das revelações trazidas a público pelo Deputado Leonel Brizola,

apurando a extensão das operações cambiais lesivas, dos empréstimos de favor nos estabelecimentos oficiais das dívidas que imobilizam os institutos de previdência social e das fraudes praticadas contra o imposto de renda. (*Fôlha Trabalhista*, 21 de julho de 1963, p. 03).

Diz que apesar do seu nome, o Instituto Brasileiro de Ação democrática, o "célebre IBAD", era uma instituição contra o Brasil, inimiga dos brasileiros. Pois nas eleições dos anos anteriores "despejou rios de dinheiro" no país, para eleger deputados em todos os Estados da Federação. A quantia em dinheiro que o IBAD gastou foi tão alta que despertou a atenção de todos, transformando-se em um escândalo. Tal fato ocorreria porque o IBAD, em sua "ação nociva" de corrupção da vida brasileira "cinicamente" estava desrespeitando a pátria.

Cabe aqui trazer as contribuições do cientista político uruguaio René Armand Dreifuss, o qual defendeu tese tratando do protagonismo de duas organizações representantes da "elite orgânica do capital multinacional e associado" – o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD). Dreifuss evidencia a importância da participação dessas duas entidades (IPES e IBAD) na organização do movimento contra-revolucionário, apontando a função decisiva exercida pelos círculos dirigentes patronais na montagem - desde 1961 - do dispositivo golpista, visto que os empresários nacionais e associados a empresas multinacionais precisavam de uma organização de tipo novo, capaz de superpor aos instrumentos habituais de dominação burguesa (manipulação eleitoral das massas, intoxicação "mediática" da opinião pública) formas conspirativas de atuação, coordenadas por uma direção estratégica disposta a recorrer a todos os meios, inclusive os piores, para articular a heteróclita aliança reacionária que, derrubando Goulart, resolveria pela força a crise de hegemonia burguesa.

Da conclusão teórica à aplicação prática o prazo foi curto. Dreifuss comprova, com exaustiva documentação, a amplitude e a importância das multiformes atividades conspirativas centralizadas pelo "complexo IPES-IBAD" por trás de sua anódina fachada legal. Tal complexo formou-se na perspectiva imediata de tomar de assalto o poder de Estado. Esse propósito estava presente no espírito de seus chefes, civis e militares. Mas, justamente por encararem com critérios orgânicos (isto é, do ponto de vista dos interesses históricos da ordem do capital) a solução de força que estavam preparando, atuaram sem precipitação com cautela correspondente à magnitude dos interesses e privilégios que pretendiam (e lograram) preservar, ou seja, enquanto estado-maior, a elite orgânica não somente se incumbia do planejamento estratégico da ação política, "à luz da razão fria, organizando a paixão social e

classista em forma de reflexão deliberada e de racionalidade política”, mas realiza um trabalho de articulação e operacionalização um “conjunto de ações táticas e manobras”, de maneira a otimizar as suas “condições, meios e recursos” para “reduzir o imponderável a zero”, por meio da antecipação e intervenção concisa e oportuna. Obviamente, essa ação estratégica não pode ser delineada a todo tempo em pormenores, até porque em grande parte depende do movimento das forças contrárias, mas a função da elite orgânica é exatamente tentar antecipar esses movimentos. Em sua ação ideológica, o "complexo IPES/IBAD", segundo Dreifuss, operava de maneira bem variada, em diversas frentes de atuação, movimentando equipes multifuncionais, montando em nível nacional sua campanha ideológica e amparando-se em fartos recursos e financiamentos. Tratava-se de uma ampla campanha de desestabilização, a fim de esvaziar uma boa parte do apoio ao Executivo existente e reunir as classes médias contra o governo.

De volta ao periódico *Fôlha Trabalhista*, nota-se que, de forma sarcástica, o jornal faz comentários sobre os deputados beneficiados com dinheiro para a campanha política:

Houve deputados - tão inocentes, coitados - que declararam que haviam recebido grande soma de dinheiro para a sua campanha, mas que não sabiam propriamente donde ele vinha nem se estavam se comprometendo com tal dinheiro. Grande desculpa! (*Fôlha Trabalhista*, 11 de agosto de 1963, p. 02).

Então, o periódico afirma que certamente esses "inocentes" deputados sabiam da origem desse dinheiro, mas mesmo assim aceitaram os empréstimos, ou seja, agiram de forma consciente, assumindo as consequências:

Que interesse pode ter esse IBAD em financiar campanha eleitoral de dezenas ou centenas de políticos? De onde vem a renda do IBAD? Tem renda própria? Não tem. A não ser que a sua doentia revistinha - Ação Democrática - lhe renda milhões e milhões ou talvez bilhões por mês. (*Fôlha Trabalhista*, 11 de agosto de 1963, p. 02).

Observa-se que Depois de chamar, em tom pejorativo, a publicação do Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) de "revistinha", o editorial comenta acerca da origem do dinheiro do IBAD:

Mas de onde vem o dinheiro do IBAD? De fora. Do estrangeiro. Quem são os ibadianos? Lacerda? Lacerda & Cia. Os entreguistas. Os que acham que nós, brasileiros, somos um povo inferior, incapaz, como se eles não fossem

também brasileiros. Apenas, naturalmente se envergonham de o ser. (*Fôlha Trabalhista*, 11 de agosto de 1963, p. 02).

A Ação democrática contava com as contribuições de empresários brasileiros e estrangeiros, descontentes com a disparada da inflação e o avanço das reivindicações populares. No trecho acima, aparece toda a problemática que envolvia as forças políticas do país. Lacerda, por exemplo, aparece como sendo mais destacado ibadiano, e como tal era um entreguista, ou seja, se posicionava a favor do capital externo. Mas outra questão surge, o nacionalismo, pois o articulista comenta o fato de os membros do IBAD serem também brasileiros e, no entanto, "se envergonham de o ser". Além disso, apela mais uma vez para o sentimento de nacionalismo, ou nacionalidade:

Para esses só os americanos são os tais. O Brasil, para eles devia ser entregue aos americanos e aí, como num passe de mágica, o Brasil (com Z) se transformaria num paraíso de fartura, de ordem e de moral. Não haveria mais ladrão nem cafajeste, nenhum vigarista, marreteiro, etc. Todos bons, diretos, honestos, como são todos os norte-americanos. Lá não existe nenhum malandro, nenhum desonesto. (*Fôlha Trabalhista*, 11 de agosto de 1963, p. 02).

Interessante notar esse discurso em torno do modelo divulgado pelos que defendiam a aproximação, ou como diziam as esquerdas, a entrega do Brasil aos americanos. Todas essas características pejorativas eram atribuídas pelos ibadianos aos movimentos e partidos identificados com as forças pró-reformas de base, que por sua vez eram associadas ao comunismo. Porém, mais à frente, diz o editorial que apesar de todos esses inimigos externos e internos, o "Brasil (com s)" seguira o seu curso, sua "revolução", querendo ou não os entreguistas, os "Lacerdas" e os "gorilas".

Assim, a Comissão Parlamentar de Inquérito conseguiu evidenciar as ações clandestinas do IBAD, ficando este desmoralizado, ficando provado que sua renda vinha dos grupos econômicos, dos trustes. Mas, diante de todo esse escândalo, depois de apresentadas provas de tal procedimento, quem poderiam defender o instituto?

Agora só mesmo os anti-nacional, os inimigos da nossa Pátria, os anti-povo, anti-Brasil, continuarão a defender o IBAD: uns porque têm nele uma boa fonte de renda; outro por inocência, por acreditar que ele realmente é necessário na luta contra o comunismo. (*Fôlha Trabalhista*, 11 de agosto de 1963, p. 02).

Nota-se que o editorial expressa a necessidade de que todo brasileiro precisava ingressar na luta contra aquilo que classificava de “anti-nacional”, de “anti-povo”, contra as forças que na prática exerciam o domínio econômico sobre o país, domínio esse responsável por todo o atraso e miséria e que procura confundir o povo, para que este não desse apoio aos nacionalistas, “dizendo-lhe e repetindo-lhe que são comunistas, confiados naquele adágio popular: água mole em pedra dura tanto bate até que fura”. (*Fôlha Trabalhista*, 11 de agosto de 1963, p. 02). Porém, conforme, o jornal, o povo não estava acreditando na conversa de comunismo e estava aderindo, pois, à luta nacionalista pela emancipação econômica, cuja vitória era dada como iminente.

Portanto, é cabível afirmar que o período do governo de João Goulart (1961-1964) se caracterizou pela intensa atividade política, desenvolvida por setores conservadores em oposição às suas plataformas reformistas. Em meio ao grupo opositor, encontravam-se políticos e entidades conservadoras da sociedade civil brasileira, militares, religiosos, empresários, que desenvolveram todo um conjunto de atividades tendo em vista desestabilizar as bases de sustentação governamental. Congregados em diversas organizações, esse heterogêneo grupo organizava suas ações de propaganda em oposição ao governo João Goulart, por meio do IPES e do IBAD.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como ficou demonstrado no decorrer desta pesquisa, o Comando Geral dos Trabalhadores, as reuniões e assembleias no Centro Operário Sergipano surgiam em praticamente todas as edições da *Fôlha Popular*. Para os comunistas sergipanos a Central Sindical era o órgão legítimo e representante maior dos trabalhadores. Por conseguinte, o Centro Operário tinha grande importância por ser o espaço onde as demandas, os projetos as deliberações e encaminhamentos da classe trabalhadora eram discutidos. As lutas camponesas também estavam presentes no jornal, ganhando considerável destaque, sobretudo, nas edições de 1963, com o avançar das discussões em torno das reformas. As matérias sobre o movimento sindical urbano e do funcionalismo público, bem como as lutas camponesas

receberam abordagem privilegiada nas páginas dos comunistas em Sergipe. Para este jornal, os comunistas estavam no cerne da vida política brasileira.

Em sua linha editorial, o jornal comunista trata predominantemente de questões políticas, noticia atividades dos movimentos sindical e camponês, ataca os adversários e o governo, não se descuidando de exaltar as vitórias do socialismo no mundo, usando para isto muitas vezes, reportagens do órgão de comunicação do PCB, o jornal *Novos Rumos*. E, por fim, uma página era dedicada ao futebol local.

A política é uma arte, uma prática social que se inventa e reinventa, se manifesta nos atos cotidianos, no espírito em ambicionar mudar o social. Ela traduz uma vontade coletiva e se baseia em interesses comuns a vários sujeitos. O que é aludido no campo político é orientado pelos valores gerais, pelas aspirações do povo, pautados numa vontade individual que deve ser, simultaneamente, coletiva e social. A política exige o exercício e a elaboração da linguagem, porque, para que a ação política possa alcançar o resultado esperado é preciso que exista uma dependência de um espaço de discussão, no qual sejam disseminados objetivos para as melhorias que devem ser realizadas, abrangendo a organização do seio político e social, isto é, o efetivo desenrolar da ação política. É um campo no qual imperam as relações de “força”.

Nessa perspectiva, a imprensa forja um persuasivo discurso político, e este, enquanto uma entre as várias práticas que fazem parte do universo da política seria por excelência, o material cuja análise revela a forma através da qual indivíduos concretos e entidades constituem-se sujeitos da prática política e, enquanto tal, são chamados a legitimar um projeto político e uma determinada concepção de seu lugar na sociedade. No discurso, portanto, é aberto um espaço para a ação política, e sua análise oferece pistas importantes para o entendimento da especificidade da participação política das massas nesse período histórico de 1961-1964.

Mas é preciso considerar, em primeiro lugar, que o fato de todos os líderes políticos desse período procurarem o apoio das classes populares não unifica necessariamente todos os discursos. Em segundo lugar, o discurso enquanto tal não traz sempre explicitamente revelado o projeto político que o anima, nem a forma pela qual busca levar indivíduos concretos a serem sujeitos da ação política. Para a compreensão de um discurso é fundamental levar em conta não apenas a simples lógica da comunicação denotativa, sendo necessário também

considerar, além da própria mensagem, a relação que se estabelece entre o comunicador, o leitor e a situação em que o discurso é produzido.

O desenvolvimento dos estudos sobre processos ideológicos, no âmbito da teoria marxista, abriu novas perspectivas para os trabalhos em análise de discurso. Contudo, o próprio desenvolvimento destes estudos apontou progressivamente questões cada vez mais complexas para a crítica da ideologia. Nessa perspectiva, a linguagem não aparece apenas como instrumento imparcial de comunicação, deixando as condições de produção do discurso de ser um contexto de circunstâncias que restringem o discurso e às quais o comunicador se submete para atingir um fim esperado. A partir da abordagem proposta por L. Althusser, a linguagem e a significação constituem a materialidade característica na qual se produz ideologia, e o peculiar da ideologia vem a ser a construção de indivíduos concretos em sujeitos. Esse autor, tomando como ponto central para sua análise a reprodução das relações sociais de produção conclui que é neste domínio que se expõem a presença do poder e a dominação de classe.

Lançando mão do olhar retrospectivo, nota-se que os agentes políticos, os sujeitos históricos atuaram num mundo dividido pela Guerra Fria e que não se colocou em questão que o “povo” não estava devidamente politizado e consciente de que era preciso modificar, o que mudar e para que mudar. Nem mesmo tiveram o entendimento de que as transformações da sociedade brasileira não tinham sido ainda compreendidas pelas suas intuições políticas. O país deixara de ser um país essencialmente agrícola e a industrialização gerou uma classe trabalhadora ativa, porém não totalmente politizada. O Brasil naquele momento se via urbano às voltas com o êxodo rural e com os problemas sociais oriundos da falta de saneamento e de moradia, desemprego e violência nas grandes cidades. Obviamente, o radicalismo dominava os espíritos. Todos queriam ver grandes mudanças, entretanto, além das circunstâncias internacionais desfavoráveis, as elites dirigentes não estavam dispostas a aceitar as transformações sociais.

No poder desde 1961, Jango encarou crises políticas a partir de sua tumultuada posse e anunciava reformas sociais, econômicas e políticas que fariam com que o Brasil se tornasse uma nação menos desigual e mais democrática. Porém, a direita não via a coisa sob esta ótica. O Presidente era visto como aliado dos comunistas, incompetente em termos administrativos, insensato como homem político que incitava subversão, e ainda, como um populista que prometia mais do que poderia conceder às classes populares. Esta pesquisa também observou

que a esquerda acreditava no golpe contra as reformas, mas não conseguiu se articular e esboçar reação, sentindo um de seus maiores fracassos políticos na história do Brasil.

Parece-nos mais sensata a interpretação de que em 1964 houve um golpe de Estado, e que este foi resultado de uma ampla coalizão civil-militar, conservadora e antirreformista, cujas origens não estão restritas às reações às eventuais falhas e acertos de Jango. O golpe foi o desfecho de uma intensa divisão na sociedade brasileira, marcada pelo embate de projetos diferenciados de país, os quais tinham leituras distintas do que deveria ser o processo de modernização e de reformas sociais. Exemplo disso pode ser encontrado ao analisar os dois órgãos da imprensa sergipana, *Fôlha Popular* e *Fôlha Trabalhista*, pois enquanto o primeiro defendia que o processo deveria ser protagonizado pelos trabalhadores sindicalizados, o segundo era mais a favor de que o Estado deveria promover as condições necessárias para que as classes trabalhadoras pudessem ter seus direitos assegurados.

Outro elemento fundamental para compreender o recorte temporal 1961- 1964 é o comunismo. O comunismo era o CGT, esse empenho de organização e união do movimento sindical, que as classes dominantes queriam barrar. Era a reforma agrária e a sindicalização rural. Era a lei que limitava as remessas de lucros. O comunismo se fazia presente em tudo o que contrariava os interesses do imperialismo norte-americano, do empresariado e dos latifundiários. Enfim, o comunismo era a própria democracia que, com a figura de Goulart na Presidência da República, criava um cenário propício à ação política dos trabalhadores.

A concepção nacionalista, de que eram adeptos os jornais aqui analisados, é predominante em inúmeras organizações da sociedade brasileira na conjuntura histórica de fins dos anos 1950 e início de 1960. Esta compreensão de seu papel no processo político local e nacional daria condições de propor encaminhamentos de propostas e soluções, salvaguardar interesses, noticiar acerca do agir e do posicionamento do Estado e de setores sociais, bem como de lideranças políticas em relação aos temas nacionais.

Dito de outra forma, foi possível entender a ação desempenhada pelos jornais *Fôlha Popular* e *Fôlha Trabalhista*, enquanto importantes instrumentos de difusão e defesa de uma certa visão de mundo, de um “horizonte de expectativas” em atrito com outras forças políticas no transcurso do processo político brasileiro. Por tudo isso, considerando que a história geral ou nacional não é meramente o resultado da soma das histórias regionais, faz-se necessário observar as constantes mudanças pelas quais passam os debates, as disputas políticas e o intercâmbio entre as histórias local e nacional.

Portanto, este trabalho de análise tentou mostrar que esses dois representantes da imprensa sergipana, *Popular* e *Fôlha Trabalhista*, constituem-se em uma rica fonte de pesquisa, através da qual é possível compreender e narrar a conjuntura que culminou no golpe civil-militar, o qual aglutinou os diversos segmentos da burguesia em torno da direção do grande capital nacional e estrangeiro, contra a ofensiva do movimento de massas, que buscava construir um capitalismo de Estado com forte dimensão popular, democrática e nacional.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Alzira Alves de. *A modernização da imprensa (1970-2000)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002.
- ALMEIDA, L. F. R. de. **Uma ilusão de desenvolvimento**: nacionalismo e dominação burguesa nos anos JK. Florianópolis: Editora da UFSC, 2006.
- AUDRÁ, A. Bancada; CÂM. DEP. Deputados; CÂM. DEP. Relação dos dep.; CISNEIROS, A. Parlamentares; *Jornal do Brasil* (9/1/66); TRIB. SUP. ELEIT. Dados (1, 2, 3, 4, 6 e 7); WYNNE, J. História. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/francisco-de-araujo-macedo>>. Acessado em maio de 2017.
- AZEVEDO, Cecília. **“Identidades Compartilhadas**: a identidade nacional em questão” In: ABREU, Marta e SOIHET, Rachel (orgs.) **Ensino de história**: conceitos, temáticas e metodologias. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003, p. 43.
- BAHIA, Juarez. **Jornal, história e técnica**: história da imprensa brasileira. São Paulo: Ática, 1990.
- BAKOS, Margaret Marchiori. **Porto Alegre e seus eternos intendent**es. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1996.
- BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.
- BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Pensamento Econômico Brasileiro**: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.
- BLANCO, A. 1935: **Uma tentativa revolucionária**. In: MARANHÃO, Ricardo; MENDES JR., Antonio. *A Revolução de 30*. São Paulo: Hucitec, 1989.
- BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. Brasília: UnB, 2002.
- BORGES, Nilson. **A Doutrina de Segurança Nacional e os governos militares**. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de A. Neves. *O Brasil republicano: o tempo das ditaduras*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- BORGES, Vavy Pacheco. Getúlio Vargas e a oligarquia paulista: **História de uma esperança e de muitos desenganos através dos jornais da oligarquia, 1926-1932**. São Paulo: Brasiliense, 1979.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Do antigo ao novo desenvolvimentismo na América Latina**. Texto para Discussão nº 274. São Paulo: EESP/FGV, Nov. 2010.
- BURKE, Peter. **A Escola dos Annales (1929-1989)**: a revolução francesa da historiografia. São Paulo: Fund. Ed. UNESP, 1997.
- CALDAS, Breno; MACHADO, José Antonio Pinheiro. **Meio século de Correio do Povo**:

glória e agonia de um grande jornal. Porto Alegre: L&PM, [s.d.].

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1940-1949/constituicao-1946-18-julho-1946-365199-publicacaooriginal-1-pl.html>> Acesso 22 de junho de 2017.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida. **A imprensa periódica como fonte para a História do Brasil**. In: Simpósio Nacional de Professores Universitários de História. São Paulo: FFCH – USP, 1971.

CAPELATO, Maria Helena; PRADO, Maria Ligia. **O bravo matutino: imprensa e ideologia no jornal O Estado de São Paulo**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1980.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. **Multidões em Cena**. Propaganda Política no Varguismo e no Peronismo. São Paulo: Papius, 1998.

CARDOSO, Lucileide Costa. **Criações da memória: Defensores e Críticos da ditadura (1964-1985)**. Cruz das Almas/BA: UFRB, 2012.

CARDOSO, Célia C.. **O Estado de São Paulo sob os Governos Militares (1963-1983)**. 1. ed. São Cristóvão - SE: Editora UFS, vol. 1; 2014.

_____. **1964 em Sergipe: política e repressão**. In: Maria de Lourdes Mônaco Janotti; José Miguel Arias Neto. (Org.). Democracia e Autoritarismo: estratégias e táticas políticas. 1ed. Vinhedo - SP: Horizonte, v. 1, 2015.

CARDOSO, Miriam Limoeiro. **Ideologia do Desenvolvimento**. Brasil: JK-JQ. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

CARONE, Edgard. **A República Nova (1930-1937)**. São Paulo: DIFEL, 1974.

CASTRO, Maria Helena de. **O RS no pós-30: de protagonista a coadjuvante**. In: Regionalismo e centralização política: partidos e constituinte nos anos 30. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

CHAUÍ, Marilena. **O que é Ideologia?** São Paulo: Editora Brasiliense, 1984.

CHARAUDEAU, P. **Discurso político**. Tradução Dilson Ferreira da Cruz e Fabiana Komesu. São Paulo: Contexto, 2013.

CHOMSKY, Noam. **A política externa dos Estados Unidos: da Segunda Guerra Mundial a 2002**. Trad. Luiz Antônio Aguiar. São Paulo: Consulta Popular, 2005.

COGGIOLA, Osvaldo. **Governos militares na América Latina**. São Paulo: Contexto, 2001.

COMBLIN, Joseph. **Ideologia de segurança nacional**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

CONTIER, Arnaldo. **Imprensa e ideologia em São Paulo, 1822-1842: matizes do**

vocabulário político e social. Petrópolis, RJ: Vozes, 1979.

CUNHA, Paulo Ribeiro Rodrigues. **Aconteceu longe demais: a luta pela terra dos posseiros em Formoso e Trombas e a revolução brasileira (1950 – 1964)**. São Paulo: Editora Unesp, 2007.

D'ARAUJO, M. C. **Raízes do golpe: ascensão e queda do PTB**. In: SOARES, G. A. D., D'ARAUJO, M. C. (Org.). Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

_____. **A ilusão trabalhista: o PTB de 1945 a 1965**. Rio de Janeiro, 1989. Tese (Doutorado) – IUPERJ.

DANTAS, Ibarê. **A Tutela Militar em Sergipe, 1964/84: partidos e eleições num estado Autoritário**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro 1997.

_____. **História de Sergipe: República (1889-2000)**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2004.

DEBERT, Guita Grin. **A política do significado no início dos anos 60: o nacionalismo no Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) e na Escola Superior de Guerra (ESG)**. Tese de Doutorado. FFLCH/USP, Departamento de Ciências Sociais, 1986.

DEL POZO, José. **História da América Latina e do Caribe: dos processos de independência aos nossos dias**. Tradução de Ricardo Rosenbusch. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **Trabalhismo, nacionalismo e desenvolvimentismo: um projeto para o Brasil (1945 – 1964)**. In: FERREIRA, Jorge (Org.). O Populismo e sua história: debate e crítica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

_____. **Nacionalismo como projeto de nação: a Frente Parlamentar Nacionalista (1956-1964)**. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (org.). Nacionalismo e reformismo Radical (1945 – 1964). As Esquerdas no Brasil. vol. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

MORAES, Denis. **A Esquerda e o golpe de 64: vinte e cinco anos depois, as forças populares repensam seus mitos, sonhos e ilusões**. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1989.

DILLENBURG, Sérgio Roberto. **Quatro publicações marcantes do jornalismo rio-grandense**. Nova Petrópolis: Amstad, [1966?].

DÓRIA, João de Seixas. **Eu, réu sem crime**. Equador. Rio de Janeiro. 1964.

DREIFUSS, R. A. **1964: A conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe**. Rio de Janeiro: Vozes, 1981.

DUARTE, Jorge; BARROS, Antônio. **Métodos e técnicas de Pesquisa em Comunicação**. São Paulo: Atlas, 2005.

FAUSTO, Boris. **A Revolução de 1930: historiografia e história**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

FERREIRA, Pedro Roberto. **Imprensa política e ideologia** - Orientação socialista, São Paulo, Moraes, 1989.

FERREIRA, Jorge. **Leonel Brizola os nacional-revolucionários e a Frente de Mobilização Popular**. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (org.). Nacionalismo e reformismo Radical (1945 – 1964). As Esquerdas no Brasil. vol. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

_____. O Partido Comunista Brasileiro e o governo João Goulart. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 33, nº 66, 2013.

_____. **O nome e a coisa**: o populismo na política brasileira. In: _____. (org.). O populismo e sua história: debate e crítica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013, p. 61-124.

FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (Orgs.). **Nacionalismo e Reformismo Radical (1945-1964)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

FICO, Carlos. **O grande irmão**: da operação Brother Sam aos anos de chumbo: o governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

FICO, Carlos. **Espionagem, polícia política, censura e propaganda**: os pilares básicos da repressão. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. O Brasil Republican: o tempo da ditadura. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

_____. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. **Rev. Bras. Hist.** vol.24, n.47, 2004.

FIGUEIREDO, A. C. **Democracia ou reformas?** Alternativas democráticas à crise política: 1961-1964. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

FLORES, Moacyr. **Modelo político dos farrapos**. 3.ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.

FONSECA, Pedro C. Dutra. Vargas: **Capitalismo em construção (1906-1954)**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

FONTANA, Andrés. Forças Armadas e ideologia neoconservadora: o encolhimento do Estado na Argentina (1976-1981). **Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro: v. 27, n. 3, p.347-359.1984.

FONTES, Vírgina. A questão nacional: alguns desafios para a reflexão histórica. In: MOTTA, Márcia. (Dir.). **Nação em crise**: as dimensões da história. Niterói, Eduff, 1998.

FRANCO, Sérgio da Costa. **Porto Alegre**: Guia Histórico. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1992.

GASPARI, Elio. **A ditadura envergonhada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

_____. **A ditadura escancarada.** São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GERTZ, René. **O perigo alemão.** Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1991.

GOMES, Ângela Maria de Castro. **A invenção do trabalhismo.** São Paulo, Vértice/Iuperj, 1988.

_____. **Reflexões em torno de populismo e trabalhismo.** Varia História, Belo Horizonte, nº 28, dezembro 2002.

GORENDER, J. **Combate nas trevas.** A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada. São Paulo: Ática, 1987.

_____. **Era o golpe de 64 inevitável?** In: TOLEDO, C. N. de. (Org.) 1964: visões críticas do golpe: democracia e reformas no populismo. São Paulo: Unicamp, 1997.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere.** Literatura. Folclore. Gramática. Apêndices: Variantes e índices. Tradução de Carlos Nelson Coutinho e Luiz Sérgio Henriques. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 6, 2002.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere.** (V.2: Os intelectuais, o princípio educativo, jornalismo). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

GRISOLIO, Lilian Marta. **A oposição da revista o Cruzeiro ao projeto nacionalista de Getúlio Vargas nas eleições de 1950:** derrota dos vencedores. CADUS – Revista de História, Política e Cultura, São Paulo, v.1,n.1, Julho/2015. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/polithicult/article/download/23722/17004>. Acesso em julho de 2017.

GROS, Denise. Associações de classe patronais e ação política. In: BOEIRA, Nelson; GOLIN, Tau. (coords.) **República:** da Revolução de 1930 à Ditadura Militar (1930-1985). Passo Fundo: Méritos. Vol. IV, 2007. (Coleção História Geral do Rio Grande do Sul).

HERNANDEZ, Leila M. G. L. **Aliança Nacional Libertadora:** ideologia e ação. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.

HERRERA, Genaro A. **El pensamiento político de los militares.** 6 ed. Santiago: Centro de Investigaciones Socioeconómicas, 1986.

HOBSBAWM, Eric. Terceiro Mundo. In: _____. **A Era dos Extremos:** o breve século XX – 1914-1991. Tradução de Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras. 1995.

_____. **Nações e nacionalismo desde 1780:** programa, mito e realidade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

IANNI, Octavio. **Estado e planejamento econômico no Brasil (1930-1970).** Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1979.

IANNI, Octavio. **O colapso do populismo no Brasil**. 2ªed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.

KIENTZ, Alberto. **Comunicação de massa: análise de conteúdo**. Rio de Janeiro: Eldorado, 1973.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado**. Contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto, Editora Puc-RJ, 2006.

LIGIERO, Luiz Fernando. **A autonomia na política externa brasileira: a política externa independente e o pragmatismo responsável: momentos diferentes, políticas semelhantes?** – Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011.

LAGE, Nilson. **Ideologia e técnica da notícia**. 2a ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1982.

LUCA, Tânia Regina de. Fontes impressas: história dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.) **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2005.

MANNHEIM, Karl. **Ideologia e utopia**. 2a ed. Rio de Janeiro, RJ: Editora Zahar, 1972.

MARCONDES FILHO, Ciro. **O Capital da Notícia**. Ática, 1989.

MARTINS, Ana Luiza, **Da Fantasia à História: folheando páginas revisteiras**. História. São Paulo, 22 (1): 59-79, 2003.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich Feuerbach. In: _____. **A Ideologia Alemã: Crítica da novíssima filosofia alemã em seus representantes. Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

MELO, José Marques de. **A opinião do jornalismo brasileiro**. 2.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

MENDES, Ricardo Antônio Souza. **Visões das direitas no Brasil (1964-1965)**. Tese (doutorado). Universidade Federal Fluminense, Doutorado em História Moderna e Contemporânea Niterói, 2003.

_____. **Ditaduras civil-militares no Cone Sul e a Doutrina de Segurança Nacional: algumas considerações sobre a Historiografia**. Revista Tempo e Argumento. Florianópolis, v. 5, n. 10, a. 2013.

MENDONÇA, Marina Gusmão de. **O Demolidor de Presidentes: trajetória Política de Carlos Lacerda: 1930-1968**. São Paulo: Códex, 2002.

MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. 2001. **O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil (1961-1964)**. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1983.

MORAES, João Quartim de. **A Esquerda Militar no Brasil**. Volume I: Da Conspiração republicana à guerrilha dos tenentes. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

MORAES, Maria Lygia Quartin de. **O golpe de 1964**: testemunho de uma geração. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; SÁ MOTTA, Rodrigo Patto. O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois (1964-2004). Bauru: Edusc, 2004, p. 297-314.

MOREIRA, L.F.V. **As relações Internacionais da América Latina**. Petrópolis: Vozes, 2010.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. A figura caricatural do gorila nos discursos da esquerda. **ArtCultura**, Uberlândia, v. 9, n. 15, p. 195-212, jul.-dez. 2007.

NAPOLITANO, Marcos. **1964**: História do Regime Militar Brasileiro. São Paulo: Editora Contexto, 2014.

NEVES, Lucia Maria Bastos P. MOREL, Marco & FERREIRA, Tânia M. Bessonte da C. (org.) **História e Imprensa**: representações culturais e praticas de poder. Rio de Janeiro: DP&A: Faperj, 2006.

BOBBIO, Norberto. **Direita e Esquerda**: razões e significados de uma distinção política. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1995.

OLIVEIRA, Eliezer Rizzo. **As Forças Armadas**: política, e ideologia no Brasil (1964-1969). Petrópolis: Vozes, 1976.

OSAKABE, Haquira. **Argumentação e discurso político**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

PADRÓS, Enrique Serra; MARÇAL, Fábio Azambuja. **Terror de Estado e Doutrina de Segurança Nacional**: os anos de chumbo no Brasil e na América Latina. Revista Ciências & Letras., Porto Alegre: FAPA, n. 28, 2000.

PARKER, Phyllis R. **1964**: o papel dos Estados Unidos no golpe de estado de 31 de março. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

POLLAK, Michael. "Memória, Esquecimento, Silêncio". **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989.

ÁVILA, Manoel Pascoal Nabuco D'. **Tributo à cidadania**: minha opção de servir à sociedade. Aracaju: J. Andrade, 2006.

PINHEIRO NETO, João. **Carlos Lacerda, um raio sobre o Brasil**. Rio de Janeiro: Gryphus. 1998.

RECKZIEGEL. Ana Luíza Setti. História **Regional**: dimensões teórico-conceituais. História: debates e tendências. V. 1, n. 1, 1999.

REIS, Carla D. S. dos. **O papel da imprensa aracajuana durante o Governo Militar: análise da Gazeta de Sergipe**. Cadernos do Tempo Presente, V. 6, p. 01-09, 2012.

_____. **Gazeta de Sergipe X Rádio Liberdade: censura e imprensa e disputas políticas (1964-1970)**. Dissertação (Mestrado em História) – UFS, 2013.

REIS FILHO, D. A. O colapso do colapso do populismo ou a propósito de uma herança maldita. In: **O populismo e sua história: debate e crítica**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

RODRIGUES, José Honório. **Conciliação e reforma no Brasil**. Um desafio histórico-político. Editora Nova Fronteira, 1982.

ROMERO, Luis Alberto. **Breve historia contemporánea de la Argentina**. 2 ed. Buenos Aires: EFE, 2004.

REMÔND, René. Por uma História Presente. In: REMÔND, René (Org.). **Por uma História Política**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

ROUQUIÉ, Alain. **O Estado Militar na América Latina**. Rio de Janeiro: Alfa-Ômega, 1984.

SANTOS, W. G. dos. Paralisia da decisão e comportamento legislativo: a experiência brasileira, 1959-1966. **Revista de Administração de Empresas**, v.13, n.2, abr./jun. 1973.

SANTOS, W. G. dos. **O cálculo do conflito: estabilidade e crise na política brasileira**. Belo Horizonte, Rio de Janeiro: Ed. UFMG, Iuperj, 2003.

SEGATTO, José Antonio. **Reforma e revolução: as vicissitudes políticas do PCB (1954-1964)**. Rio de Janeiro, 1995.

SOARES, G. A. D. **O Golpe de 64**. In: SOARES, G. A. D., D'ARAUJO, M. C. (Org.). 21 anos de regime militar: balanços e perspectivas. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas. 1994.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da Imprensa no Brasil**. São Paulo: Mauad, 1994.

SKIDMORE, T. **Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930-1964)**. Rio de Janeiro: Saga, 1969.

_____. **Brasil: de Castelo a Tancredo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

STEPAN, A. C. **Os militares na política: as mudanças de padrões na vida brasileira**. Rio de Janeiro: Artenova, 1975.

VINHAS, Moisés. **O Partidão**. A luta por um partido de massas (1922-1974). São Paulo: Editora Hucitec, 1982.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. **Relações Internacionais e Desenvolvimento: O Nacionalismo e a Política Externa Independente (1951-1964)**. Petrópolis: Vozes, 1995.

_____. **O Brasil e o Mundo: a política externa e suas fases**. Porto Alegre: Ensaios FEE, volume 20, número 1, p. 133-154, 1999. Disponível em: <<http://revistas.fee.tche.br/index.php/ensaios/article/view/1941/2316>>. Acesso em 01 novembro de 2016.

WELFORT, Francisco Correia. **O Populismo na política brasileira**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.

WILLIAMS, Raymond. **Cultura e sociedade: 1789 – 1950**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969.

JORNAIS

Fôlha Popular (SE) – 1961-1964 (disponibilizado pelo Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal de Sergipe)

Fôlha Trabalhista (SE) – 1961-1964 (disponibilizado pelo Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal de Sergipe)

Fôlha de Lagarto (SE) – 20 de outubro de 1963 (disponibilizado pelo Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal de Sergipe)